ISSN 1984-0918

acta Científica

NÚMERO III

fpm

ACTA CIENTÍFICA

Vol. 03 - Número 03

Faculdade Patos de Minas

Patos de Minas - MG

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Acta científica. - Vol. 3, n. 3 (2011)- . - Patos de Minas :
Associação Educacional de Patos de Minas, 2010- :
il.

Trimestral

ISSN 1984-0918

1. Ciências sociais - Periódicos 2. Educação - Periódicos. 3. Meio ambiente - Periódicos. 4. Saúde – Periódicos 5. Linguagem - Periódicos I. Associação Educacional de Patos de Minas.

CDU: 30

Faculdade Patos de Minas

Direção Geral
Dr. Paulo César de Sousa

Direção de Clínicas
Dr. Paulo César Segundo de Sousa

Direção Jurídica
Dr. Cláudio Giansanti

Coordenação Acadêmica
Prof. Ms. Estanislau Gonçalves Jovtei

Coordenação de Mídias, Tecnologias e Comunicações Institucionais
Eduardo César de Sousa

Coordenação de Projetos
Sandro Pereira de Carvalho

Coordenação de Recursos Humanos
Regina Oliveira Dias

Secretaria Geral
Norma Moreira de Fátima

Coordenadores Cursos de Graduação:
Administração – Prof. Dr. Gustavo Gastadelli
Biologia – Prof. Ms. Fredston Gonçalves Coimbra
Biomedicina – Prof. Ms. Tassiano dos Reis Cardoso
Educação Física – Profa. Ms. Ana Cristina de Sousa
Enfermagem – Profa. Ms. Elizaine Aparecida Guimaraes Bicalho
Engenharia Civil – Prof. Ms. Guilherme Thiago de Sousa
Engenhaira Elétrica – Prof. Ms. Guilherme Thiago de Sousa
Engenharia de Produção – Prof. Ms. Guilherme Thiago de Sousa
Farmácia – Profa. Ms. Margareth Costa e Peixoto Pitorra

Fisioterapia – Prof. Ms. Raphael Martins
Matemática – Profa. Ms. Eremita Marques Nogueira Barbosa
Nutrição – Prof. Ms. Fredston Gonçalves Coimbra
Odontologia – Prof. Ms. Fernando Nascimento
Psicologia – Prof. Ms. Gilmar Antoniassi Júnior
Química – Prof. Ms. Estanislau Gonçalves Jovtei

Editor Responsável:
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo

Conselho Editorial:
Prof. Ms. Estanislau Gonçalves Jovtei (FPM/FCC/FCJP)
Prof. Dr. João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior (UFV/CRP)
Prof. Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro (UFMT/CUA)
Prof. Dr. Hugo Christiano de Melo Soares (FPM)
Prof.ª Ms. Luciana de Araújo Mendes Silva (FPM/FCC)
Prof. Dr. Luis Antonio Bitante Fernandes (UFMT/CUA)
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo (UFMT/CUA/MACKENZIE)
Prof.ª Dr.ª Marly Augusta Lopes de Magalhães (UFMT/CUA)
Prof. Dr. Robson Luiz de França (UFU)
Prof.ª Dr.ª Sandra Regina Afonso Cardoso (FPM)
Prof.ª Dr.ª Sílvia Mara de Melo (UFGD)

Pareceristas:
Prof. Dr. João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior (UFV/CRP)
Prof. Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro (UFMT/CUA)
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo (UFMT/CUA/MACKENZIE)
Prof. Dr. Luis Antonio Bitante Fernandes (UFMT/CUA)
Prof.ª Dr.ª Sílvia Mara de Melo (UFGD)

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Gráfica Composer Editora Ltda.

Capas:
Ronan Francisco Furtado

Revisão Final:
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo

Sumário

07 Apresentação

09 Carta dos Editores

Dossiê "Sociedade"

13 A racionalização histórica e vocacional do trabalho em Max Weber: impressões teóricas
João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior

31 Estado, poder e violência na região do Araguaia
Hidelberto de Sousa Ribeiro

47 Competitividade e precarização do trabalho: uma análise do período recente
Ana Márcia Rodrigues da Silva / Karina Liotti Guimarães M. Pereira

Dossiê Educação

71 Didática no Curso de Pedagogia e as Contribuições da Teoria Desenvolvimental de V. V. Davídov
Marilene Marzari

89 Psicologia Escolar: a contribuição com o processo da educação infantil
Tâmara Cristina Moreira Gonzaga / Gilmar Antoniassi Junior

113 Case & Instrumento de Avaliação Ética para as Instituições de Ensino Básico & Superior: reflexões e propostas para a concretude do trabalho institucional / educacional / profissional
Rones Alves Cândido

Dossiê "Saúde"

127 As angulações das escápulas avaliadas pela Biofotogrametria Computadorizada em pacientes com diagnóstico de síndrome do impacto
Fernando Leonardo Diniz Souza

139 O perfil epidemiológico dos pacientes atendidos na clínica de reabilitação da Faculdade Patos de Minas - FPM: relações com o programa saúde da família
Danilo Teixeira de Souza / Fernando Leonardo Diniz Souza / Raphael Cezar Carvalho Martins / Eduardo Paul Chacur

149 Efeitos da Atividade Física na Promoção da Saúde: percepção de jogadores de futebol do município de Coromandel /MG
Luciana de Araujo Mendes Silva / Rogério Mendes da Silva

161 Gastrostomia: uma visão holística da assistência de enfermagem hospitalar e domiciliar
Aline Regina de Castro / Cristiana da Costa Luciano

181 Utilização de sacolas plásticas em drogarias na cidade de Patos de Minas –MG: atualidades e perspectivas
Bernardo Augusto de Freitas Dornelas

197 Avaliação da dor em recém-nascidos prematuros com distúrbios respiratórios submetidos à manobras modernas e manobras clássicas de fisioterapia respiratória
Carla Cristina de Andrade / Marcelo Henrique de Oliveira Ferreira / Samira Jaciara Moura / Maria Chiara Gomes Benfica

211 Auto – Exame das Mamas: uma auditoria de enfermagem
Cristiana da Costa Luciano

225 Latest insights on Cell Cycle
Kleber Santiago Freitas e Silva

Dossiê "Comunicação"

239 Terminologia Neológica na Linguagem Adolescente da Revista Capricho
Priscilla da Costa Melo / Marcelo Marques Araújo

255 Análise Terminológica Discursiva do Jornalismo: o objeto âncora
Marcelo Marques Araújo

283 Considerações sobre a variável "apresentação formal" na caracterização de Marcadores Discursivos da Gramática Textual-interativa
Eduardo Penhavel / Alessandra Regina Guerra

Apresentação

A Revista Acta Científica, publicação da Faculdade Patos de Minas, apresenta à comunidade acadêmica e científica o volume III, com artigos de diferentes áreas científicas: saúde, tecnologia, educação, linguagem e comunicação. Na FPM o conhecimento tem um valor inestimável. Prova disso é a publicação de mais um volume da Revista Acta Científica, que vem a cada edição se destacando no contexto da pesquisa acadêmica no Brasil.

Sabe-se que as instituições de Ensino Superior devem primar pela integração entre ensino, pesquisa e extensão, fato evidente na Constituição Federal de 1998. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/94) demonstra as exigências relacionadas ao corpo docente, sua formação e também a institucionalização da pesquisa. Vale mencionar aqui que tanto a pesquisa básica quanto aplicada tem seu valor e são muito discutidas na atualidade, pois ambas estão relacionadas ao desenvolvimento humano.

A Faculdade Patos de Minas, conhecedora da importância da pesquisa e também de sua publicação, apresenta o Volume III da Revista Acta Científica com o objetivo de levar aos leitores os resultados de pesquisas realizadas por seus docentes, discentes e pesquisadores convidados.

A FPM, consciente de que o conhecimento científico não somente impacta diretamente no desenvolvimento econômico de uma nação, mas também fornece ferramentas para a solução de diversos problemas relacionados à existência e sobrevivência humana com um mínimo de qualidade de vida, incentiva a pesquisa no âmbito universitário, visto que essa pode se tornar uma extensão da pesquisa institucionalizada do país, de forma a contribuir para o desenvolvimento humano da nação através das produções locais.

A pesquisa acadêmica é fundamental para que um país possa evoluir cientificamente. Esperamos que a Revista Acta Científica cumpra o propósito a que veio neste volume III, ou seja, construir mais um pouco da consciência científica e acadêmica que devem reger uma instituição de ensino superior.

A todos, uma boa leitura!

Dr. Paulo César de Sousa
Diretor Geral da FPM

Carta do Editor

O terceiro número da Revista Acta Científica traz um bom conjunto de textos e pesquisas sobre universos distintos, porém interligados por análises da sociedade, educação, saúde e comunicação. Isso implica em levar o leitor a olhares que se direcionam ao homem, um ser dialógico (Bakhtin, 1979) e em profunda transformação.

O presente número de Acta Científica, introduzido pelo Dossiê **Sociedade** é lastreado por artigo de autoria de João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior, professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa, que escreve sobre o trabalho em Max Weber. Outra contribuição é de autoria de Hidelberto de Sousa Ribeiro, professor associado da Universidade Federal do Mato Grosso, num relato que perpassa as relações entre estado, poder e violência. As autoras Ana Márcia Rodrigues da Silva e Karina Liotti Guimarães Pereira, professoras de instituições de ensino superior, trazem uma discussão sobre a competitividade e precarização do trabalho.

Noutro Dossiê, o de **Educação**, a autora Marilene Marzari, doutora em educação, discute as contribuições da teoria desenvolvimental de V. V. Davidov, numa articulação precisa com a pedagogia. O artigo dos autores Tâmara Cristina Moreira Gonzaga e Gilmar Antoniassi Junior desenvolve interface entre a Psicologia Escolar e a Educação Infantil. *Antoniassi Junior* é professor e coordenador do curso de Psicologia. O autor Rones Alves Cândido, professor da Faculdade Patos de Minas, discute o trabalho institucional, educacional e profissional em instituições de ensino básico e superior.

O Dossiê **Saúde** contempla artigos que consolidam a importância da tradição desta área na Faculdade Patos de Minas. Fernando Leonardo Diniz Souza, professor da Faculdade Patos de Minas, apresenta artigo inovador na área fisioterápica. Em outro artigo, os pesquisadores e também professores da instituição, Danilo Teixeira de Souza, Fernando Leonardo Diniz Souza, Raphael Cezar Carvalho Martins e Eduardo Paul Chacur trazem pesquisa sobre o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos na clínica de reabilitação da Fa-

culdade Patos de Minas. Luciana de Araujo Mendes Silva e Rogério Mendes da Silva, pesquisadores e professores, oferecem uma relevante contribuição numa pesquisa desenvolvida entre jogadores de futebol no município de Coromandel. As autoras Aline Regina de Castro e Cristiana da Costa Luciano trazem um artigo sobre a gastrotomia numa visão holística da Enfermagem. *Costa Luciano* é professora da Faculdade Patos de Minas e *Castro* é aluna do curso de Enfermagem. Bernardo Dornelas, professor e pesquisador na área de Farmácia, discute a utilização de sacolas plásticas em drogarias na cidade de Patos de Minas – MG. Os autores e professores, Carla Cristina de Andrade, Marcelo Henrique de Oliveira Ferreira, Samira Jaciara Moura e Maria Chiara Gomes Benfica apresentam pesquisa avaliando a dor em em recém-nascidos prematuros com distúrbios respiratórios. Cristiana Costa Luciano traz outro artigo, este com temática que se refere ao auto-exame das mamas. O autor Kleber Santiago Freitas e Silva, biólogo e discente do programa de Pós-Graduação em Genética, da PUC-GO, apresenta artigo em inglês de uma pesquisa na área de genética celular.

O Dossiê que encerra as contribuições concentra-se em artigos relacionados à linguagem e comunicação. O primeiro artigo do Dossiê **Comunicação** está ancorado na Terminologia, contribuição dos pesquisadores Priscilla da Costa Melo e Marcelo Marques Araújo. O mesmo autor, Marcelo Marques Araújo, professor adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso, apresenta artigo de tese com uma nova teoria denominada Análise Terminológica Discursiva de termos da comunicação. E por fim, neste Dossiê, Eduardo Penhavel, professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa e Alessandra Regina Guerra, professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, trazem contribuição de pesquisa baseada no estudos funcionalistas.

Aos leitores (as) de Acta Científica desejamos momentos singelos de crescimento intelectual e profissional nas próximas páginas!

Aos autores, professores, pesquisadores e alunos, nossos sinceros agradecimentos pelas contribuições inestimáveis à **Revista Acta Científica, Volume III**.

O editor

Dossiê “Sociedade”

A racionalização histórica e vocacional do trabalho em Max Weber: impressões teóricas

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior[1]

RESUMO: O texto apresentado é uma tentativa de compreender os processos de trabalho, seus percursos e caminhos, tendo como solo ontológico Max Weber. Neste sentido, a fundamentação deste trabalho são os processos racionais, vocacionais e históricos do ato laboral. O trabalho e suas articulações são pensados neste escritos como constructos de Tipo Ideal.

Faz-se necessário evidenciar que o ato de trabalho e suas relações não eram os temas candentes e centrais nas análises de Weber, suas searas epistêmicas eram outras. No entanto o trabalho, vez ou outra, aparecia como ponto nodal e articulador em seus estudos e pesquisas acadêmicas, as obras *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, *História geral da economia* e *Economia e Sociedade,* são exemplos que caminham nesta direção.

Palavras Chave: Max Weber. Trabalho racionalização histórica e vocacional do trabalho.

Ao promover continuamente a interação e a transformação humana em seu meio, recriando-o e reinventando-o, o trabalho torna-se o espaço privilegiado de ação dos homens em sociedade.

Cada grupo social pensa o ato laboral a partir de diferentes ângulos e perspectivas, que normalmente, estão ligadas à realidade material e institucional daquela determinada região. Não seria , pois, enganoso mencionar que a execução da tarefa de trabalho traveste-se com diferentes roupagens, uma vez que trabalhar é um ato emocionalmente ligado e condicionado ao ambiente físico no qual se desenrola todo o processo. A expressão trabalho adquiriu, historicamente, contornos próprios e particulares que assimilavam os costumes cultuais de determinadas nações e épocas[2].

---

[1] Doutor em Ciências Sociais pela UFSCar. Professor Adjunto II da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba.

[2] Com relação às diferentes percepções do trabalho na história da humanidade, os apontamentos feitos por Daniel Mercure e Jan Spurk (2005) mostram claramente como é complicado e, muitas vezes, uma tarefa inglória mapear precisamente sua evolução e suas diversas tonalidades, como

O propósito central deste texto é levantar uma discussão sobre a racionalização histórica e vocacional do trabalho em Max Weber[3]. Através de um olhar pluridisciplinar, o autor busca analisar os desdobramentos sociais e éticos do trabalho, jogando luz em suas relações causais e históricas que contribuem para a configuração dos acontecimentos relacionados ao ato laboral. É por essa trilha que o texto procura caminhar.

Antes de qualquer pretensão teórica, é necessário considerar que a preocupação central de Weber não era conceber uma formatação específica para o trabalho. Seu intento era perceber a consolidação do capitalismo ocidental na modernidade e seus efeitos nas diversas áreas derivadas do capital, entre elas o trabalho.

Divergindo de seus pares, que tinham o trabalho como temática central de suas análises, Weber tentou ampliar seu campo de pesquisa abordando essencialmente quatro pontos, que versavam sobre: a estrutura econômica e social influenciando sua disposição técnica e burocrática; a ordem política imposta ao ato de produzir; a percepção cultural sobre o trabalho; a estrutura social do trabalho.

Portanto, a participação de Weber quando se refere ao tema trabalho não foi tímida e muito menos pontual; mostrou-se digna de um grande pensador e teórico social. Porém, mesmo revestido de uma importância fundamental em sua teoria, o trabalho não é uma noção chave de sua produção acadêmica e intelectual como é, por exemplo, a idéia de racionalização, organização ou dominação (MÜLLER, 2005).

Weber pensava o capitalismo como parte integrante da modernidade, sendo um dos grandes influenciadores das transformações e dos destinos da vida

---

mostra a citação que se segue: "O conteúdo e o sentido da palavra 'trabalho' variam enormemente conforme as culturas e as épocas. Certas culturas, aliás, não tem uma palavra abstrata para designar essa realidade: ora porque a forma de agir vital para a sobrevivência de uma comunidade é a tal ponto marcada por uma realidade policromática e por um entrelaçamento de atividades materiais e simbólicas indiferenciadas que qualquer categorização de um campo de atividades parece impossível, inclusive o trabalho; ora porque tal realidade encontra-se 'ausente' ou subsumida em outras formas do agir, limitada a trabalhos de um tipo particular ou então associada a um certo estado do ato de fazer à guisa de ilustração, a dificuldade do esforço" (MERCURE; SPURK, 2005, p. 10).

[3] Weber não dedica atenção especial aos processos de produção, distribuição, circulação e consumo. Todavia, sua vasta e poliforme produção têm como escopo a "atividade social", dentro do capitalismo, não excluindo suas relações de trabalho. É importante esclarecer que as noções de trabalho em Weber aqui apresentadas, não podem ser desassociadas da atividade social, o quê não poderia ser diferente.

moderna, o responsável direto das realizações humanas na coletividade, em outros termos: o poder mais "decisivo de nossa vida moderna" (WEBER, 1999a). Lembrando FLEURY (2003):

> *"Lembrando que o capitalismo constitui a força que mais pesadamente influi sobre o destino da nossa vida moderna. Weber parece inserir-se na continuidade das interrogações de Marx, com a diferença de que não se trata do capitalismo em oposição ao socialismo mas no contexto da questão da especificidade do mundo ocidental [...]"* (2003: p 46, 47).

A autenticidade das análises de Weber é residente na explicação causal sobre o sistema capitalista que se apresenta na modernidade assentado em pilares racionais, com leis e argumentos próprios que constituem o novo perfil institucional do capital[4]. Por outro lado, mostra que o responsável direto pela consolidação do capitalismo no ocidente, foi a religião calvinista, que teria a função de concretizar e enaltecer o trabalho, dimensionando-o como um ato da razão, histórico e vocacional, como se percebe através da citação:

> "O trabalho deve, ao contrário, ser executado como um fim absoluto por si mesmo – como uma vocação. Tal atitude não é absolutamente um produto da natureza. Ela pode ser provocada por baixos salários ou apenas salários elevados, mas somente pode ser produto de um longo e árduo processo de educação". (WEBER, 1999a, p. 38)

E ainda acrescenta: "O trabalho vocacional é, como dever de amor ao próximo, uma dívida de gratidão à graça de Deus [...], não sendo do agrado de Deus que ele seja realizado com relutância. O cristão deve assim mostrar-se industrioso no seu trabalho secular (WEBER, 1999a, p. 205).

É possível perceber, pelas citações, que a religião foi fundamental na formatação do capitalismo moderno. Em seu "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", escrito entre os anos 1904-1905 e lançado pela primeira vez em 1920, ano de sua morte, Weber buscou esclarecer aspectos relacionados aos processos de construção e valorização do trabalho através da racionalização dos comportamentos econômicos em diferentes camadas sociais (FLEURY, 2003).

---

[4] Desde já, o autor esclarece que o sistema não pode ser confundido com sentimentos que são próprios da *condição humana*, como a avareza, a busca incessante pelo lucro, o desejo de acumulação, o anseio pecuniário, entre outros sentimentos mesquinhos (MÜLLER, 2005).

O pressuposto introdutório de Weber é tentar compreender se as construções religiosas e éticas do protestantismo calvinista influenciavam na aplicabilidade da racionalidade da atividade econômica. Esta racionalidade materializa-se nos contornos do Estado Moderno, que se caracterizava por uma burocracia avolumada e profissional, associada ao direito racional.

As analises de Weber sobre o capitalismo e o trabalho vocacional são construídas através de uma percepção pluridisciplinar sobre o tema, revelando suas causalidades históricas[5] que levam as configurações dos acontecimentos sociais. No centro deste debate o livro "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" (1904-1905).

É por esse clássico das ciências humanas e sociais, que Weber, mostrou que a religião, em particular o asceticismo protestante calvinista foi um dos principais responsáveis pela constituição de uma nova mentalidade econômica racional. Todavia, o protestantismo ascético não foi o único e isolado, houve outras manifestações tão importantes quanto ao calvinismo. O surgimento do capitalismo foi como, mostrava Weber, organizado em etapas sucessivas:

> *"[...] Mas o que nem todos sabem é que Weber via o surgimento do capitalismo moderno como um processo gradual, que teve dimensões institucionais assim como culturais e que se estendeu por vários séculos. A influência do protestantismo ascético é apenas um episódio desse longo processo, embora um episódio importante e particularmente fascinante".* (SWEDBERG, 2005, p 21).

Cumpre ressaltar que o livro "A ética protestante e o espírito do capitalismo" será trabalhado nestas páginas, tentando perceber como se constrói a relação entre a racionalização histórica e vocacional do trabalho dentro do protestantismo calvinista ascético, e quais seriam suas implicações para a formação/estruturação do capitalismo moderno.

Weber ao desenvolver suas pesquisas sobre a racionalização histórica e vocacional do trabalho, não intencionava criar uma oposição teórica aos postulados do materialismo histórico pensados por Karl Marx. Em verdade, sua intenção era considerar outros aspectos formadores, como os processos de

[5] É necessário esclarecer que Weber pensa a causalidade histórica não como sendo um determinista evolucionista, mas como bem lembra Fleury (2003), como uma simultaneidade de temporalidades religiosas, econômicas e sociais.

valorização do trabalho que reverberaram como opção de racionalização dos comportamentos institucionais e econômicos em diferentes camadas sociais (FLEURY, 2003).

Ao realizar sua pesquisa, que mais tarde culminaria em seu clássico livro, uma interrogação o motivava: como as atividades religiosas determinaram o surgimento de uma nova mentalidade econômica? Na tentativa de sanar essa dúvida, optou-se, acertadamente, por voltar suas atenções empíricas para as questões quotidianas do protestantismo calvinista, que para ele configurariam a formação de redes sociais e culturais[6]. Merece recordar que as ditas redes sociais e culturais, apresentar-se-iam com componentes constituidores do espírito do capitalismo.

O espírito do capitalismo seria, para o autor, a combinação de elementos da individualidade racional e da moral religiosa coletiva. Embora se mostrem contraditórias, são na verdade, uma combinação perfeita e simétrica. O Caráter individualista racional encontra-se inserido na busca incansável pela aquisição de riquezas materiais, pensada e encarada como um aspecto moral inerente a vocação religiosa. Por outro lado, o individuo deveria abster-se dos altos rendimentos exclusivamente para o prazer individual e mundano.

Em outros termos, de acordo com o principio racional calvinista o trabalho e seus frutos seriam revertidos não para a o homem executor, mas para a gloria de Deus, para Weber:

> *"[...] O poder da ascese religiosa, além disso, punha a sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriosos, que se aferraram ao trabalho como a finalidade de vida desejada por Deus. Dava-lhe, além disso, tranqüilizadora garantia de que a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência, que, com essas diferenças e com a graça particular, perseguia seus fins secretos, desconhecidos do homem"* (Weber, 1999, p 127).

As palavras de Weber mostram claramente que o trabalho deve ter um fim último, qual seja: deveria ser empreendido como uma forma de glorificar a Deus, para tal torna-se imprescindível o labor a serviço da utilidade social (Weber, 1999). De certa forma, um dos princípios da salvação estaria no trabalho.

---

[6] Para FLEURY (2003): "Weber dirige a sua atenção para as formas quotidianas do protestantismo. A partir de situações individuais e de configurações sociais, acede ao ethos cuja influência sobre a vida individual explica que se torne a encontrá-lo no comportamento capitalista" (2003, p 47).

Ao referir-se a noção de trabalho, o autor procura revelar a associação existente, para os calvinistas, entre trabalho e acumulo material. Todavia era preciso, segundo Weber, seguir uma cartilha rigorosa para se chegar a salvação humana através do ato laboral. Assim, o trabalho e acumulação material serviriam como uma espécie de felicidade superior

Mostra-se então, as diferenças práticas existentes entre a concepção protestante e a opção católica no que se referem às noções de usura e do acumulo de capital[7]. De acordo com Weber, haveria desavenças entre as duas visões religiosas cristãs em relação ao acumulo monetário e de capital. Enquanto o católico procurava uma vida "mais tranqüila e segura" e sem nenhum impulso aquisitivo, culminando em renda financeira menor. Já o impulso inicial do protestante era radicalmente contrário, buscava saciar sua avidez pelo acumulo monetário em virtude da busca da salvação espiritual pelo aumento do padrão financeiro monetário.

Seriam estes últimos, os verdadeiros articuladores e fomentadores do capitalismo moderno. Este ambiente seria de fato, estabelecido através do trabalho firme e cotidiano associado a uma vida pessoal frugal que serviria como passaporte para o aumento dos lucros capitalistas. A base da consolidação é o ato laboral, como mostra Weber:

> *"[...] Isto fornece uma base das mais favoráveis para a concepção do trabalho como um fim em si, como um valor que é condizente com o capitalismo; as oportunidades de superar o tradicionalismo são aqui muito grandes devido a educação religiosa [...]"* (1999, p 40).

Não restam dúvidas que o trabalho era encarado como ação racional e vocacional destinado a adoração do amor divino, isto quer dizer que o trabalho é a uma tarefa totalmente ordenada por Deus. Existia, para Weber, uma congruência entre a vocação ligada à ética religiosa e a profissão, pensada como o arcabouço da atividade econômica[8].

---

[7] Weber assim relata os objetivos da pesquisa: "Trata-se de investigar quais os elementos dessa particularidade das religiões que obraram, e ainda atuam no sentido indicado. A partir de uma análise superficial, e na base de certas impressões cotidianas, poder-se-ia ser tentado definir a diferença da seguinte maneira: o maior alheamento do mundo do catolicismo, os traços ascéticos dos seus mais altos ideais, levaram seus seguidores a uma maior indiferença frente aos bens desse mundo [...]" (1999:23).

[8] Fleury (2003) argumenta que a atividade econômica tanto no ascetismo protestante quanto no

A base do ascetismo protestante inseria-se basicamente no trabalho vocacional despido de quaisquer ilusões de enriquecimento imediato como fim último. Em outros termos, os resultados mais visíveis do ato laboral não poderiam ser revertidos ao simples consumo mundano e ao gozo espontâneo das riquezas (FLEURY, 2003). Seria imprescindível a constante vigilância contra as tentações consumistas e mundanas. O aumento do capital pessoal seria um fim em si mesmo:

> *"[...] Assim, a peculiaridade desta filosofia da avareza parece ser o ideal de um homem honesto, de crédito reconhecido e, acima de tudo, a idéia do dever de um indivíduo com relação ao aumento de seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo [...]"* (Weber, 1999: p 31).

Logo em seguida o autor faz um alerta a seus leitores: a ética não pode ser pensada como uma simples técnica de vida, pelo contrário. Ela deve ser encarada com peculiar, cuja infração não pode ser tratada como uma simples tolice, mas como esquecimento do dever (Weber, 1999).

A perspectiva da racionalização histórica e vocacional do trabalho em Max Weber assenta-se fielmente nos fundamentos religiosos do ascetismo laico protestante. Nesse sentido o autor dividiu o protestantismo ascético em quatro categorias, cada uma das quais com características próprias, segundo ele, a divisão obedeceria a divisão: (1) o calvinismo, (2) o Pietismo, (3) o Metodismo, (4) e as seitas que derivam do movimento Batista (Weber, 1999).

A primeira opção a qual Weber se refere é a forma assumida pelo calvinismo em algumas localidades da Europa Ocidental em especial a partir do século XVII. Em relação ao segundo ponto, o Pietismo, Weber alerta aos leitores, que o ponto inicial do pietismo origina-se e desenvolve-se dentro do seio do calvinismo inglês e holandês (Weber, 1999). O Metodismo seria uma junção de influências hussitas e calvinistas dentro da irmandade moraviana (Weber, 1999).

Em relação às pequenas seitas derivadas do movimento Batista, Weber (1999) argumenta que em seu inicio a religião batista colocou-se como forte oposição em relação ao Calvinismo, separando-as em lugares diferentes. Não

---

calvinismo produzem efeitos benéficos que servem como uma maneira eficaz de eliminar a dúvida interior sobre a escolha divina para a salvação. Para o autor: "Na ausência de instituições permitindo organizar as suas crenças religiosas, consagrar-se a uma actividade de forma intensa no mundo, e não no quadro monacal fora do mundo, permite-lhe manifestar a glória de Deus através da valorização do universo. Semelhante doutrina exclui todo o misticismo, todo o ritualismo, toda mágica, e conduz também a desencantamento do mundo e a racionalização da conduta".(2003, p 49).

obstante, o autor argumenta que no nascer do século XVII, a religião batista aproxima-se de algumas pequenas seitas religiosas tanto na Inglaterra quanto na Holanda (Weber, 1999).

O Calvinismo e suas práticas serviram de base para construção de uma identidade capitalista em países europeus, particularmente nos Países Baixos, Inglaterra e França. A doutrina da predestinação seria o dogma principal dessa Igreja Reformada e um dos, segundo Weber, fundadores do sistema capitalista moderno. O Espírito Calvinista do Capitalismo trouxe o principio ascético da vida, ou seja, pensar o trabalho como vocação de vida.

O Calvinismo, através do trabalho seria uma das molas propulsora do desenvolvimento do capitalismo moderno. Porém mostra Weber, seria demasiadamente ingênuo e até tolo associar a evolução do capitalismo moderno apenas a Reforma Protestante e doutrinária. De acordo com o cientista social alemão, a ingenuidade analítica presente na associação entre a Reforma e sua base doutrinária com a ascensão do capitalismo, não conseguiria abortar os aspectos mais sutis da formação capitalista.

Nesse sentido, Weber argumenta que já existiam formas importantes do sistema comercial capitalista anteriores a Reforma Protestante. Em uma importante obra: "História Geral da Economia", o autor mostra a seus leitores que o capitalismo existe e se fortalece na busca da satisfação de grupos humanos. De acordo com ele:

> *"O capitalismo existe onde quer que se realize a satisfação de necessidades de um grupo humano, com caráter lucrativo e por meio de empresas, qualquer que seja a necessidade de que se trate [...]"* (Weber, 2006, p 257).

Há também um componente individualista que marcou indelevelmente a formação do capitalismo moderno, construindo suas raízes mais profundas. A economia individual orientou-se na formação desse sistema. Todavia mostra Weber, que nem toda ação humana na busca de contemplar a satisfação humana mais imediata pode ser caracterizada como plenamente capitalista. O exemplo levantado pelo autor encontra-se respaldo na organização artesanal ou senhorial deste sistema[9].

---

[9] O exemplo trazido por Weber é a cidade de Gênova, que utilizou-se de suas necessidades públicas, referindo-se à guerra pelo processo de capitalismo de sociedades autônomas (Weber, 2006).

Weber argumentou que o capitalismo apresentou-se ao longo da história em diferentes vestimentas e contornos. Porém a infreável busca pela satisfação individual é somente uma das características mais peculiares do capitalismo no ocidente[10]. O trabalho é um componente principal para a realização do consumo e da satisfação individual.

Em consonância com o ato de trabalho outro instrumento de ação, torna-se a condição prévia para a existência e para o fortalecimento do capitalismo. O trabalho juntamente com a contabilidade racional do capital seriam as normas fundamentais para que todas as empresas capitalistas modernas e lucrativas pudessem satisfazer as necessidades cotidianas.

Mostrou que a empresa capitalista moderna e lucrativa deveria seguir alguns passos preponderantes para o sucesso financeiro, para o pensador alemão era imprescindível observar os seguintes pontos:

Em primeiro lugar era preciso a "Apropriação de todos os bens materiais de produção", ou seja, ter a propriedade dos instrumentos de trabalho do maquinário entre outros. A importância fundamental deste ponto inicial estaria na possibilidade das propriedades materiais a livre disposição das empresas lucrativas e autônomas (Weber, 2006).

Em segundo momento encontra-se a "Liberdade de Mercado" ou liberdade mercantil. Neste momento Weber coloca a visão corporativista levando em consideração a influência das corporações na vida institucional das empresas, prescrevendo seus comportamentos futuros e homogeneização do consumo (Weber. 2006).

A "Técnica Racional" seria o terceiro momento apresentado por Max Weber. Ela serviria para contabilizar através da mecanização tanto ma parte da produção quanto da troca comercial. Alerta o autor que a eficácia estaria não somente ligada a confecção do produto, mas, sobretudo nos custos de transporte dos bens produzidos (Weber, 2006).

O quarto item, o "Direito Racional" ou "direito calculável", como Weber o apresenta é a chave mestra para que a exploração capitalista aconteça racio-

---

[10] Para Weber (2006): "O capitalismo se nos apresenta em forma diferente nos diversos períodos da história, porém, a satisfação das necessidades cotidianas, baseadas em técnicas capitalistas, só é peculiar no ocidente; nos países da região é uma coisa natural desde a segunda metade do século XIX [...]" (2006: p 258).

nalmente. Para que ocorra deste modo, a justiça e a administração teriam que seguir rigorosamente determinados protocolos (Weber, 2006).

De acordo com Weber, o "Trabalho Livre" seria o quinto ponto a ser observado. Para ele existem pessoas que tanto no âmbito econômico quanto no jurídico, precisam livremente vender sua energia de trabalho no mercado[11]. Seria apenas no trabalho livre o resultado de um cálculo racional do capital (Weber, 2006).

O sexto e último ponto, diz respeito a "A Comercialização da Economia", que para Weber é o uso geral de títulos de valor para o direito de participação individual em empresas incluindo seus direitos patrimoniais[12] (Weber, 2006).

As relações econômicas e de mercado realizadas no capitalismo moderno possuem como base as relações de trabalho empreendidas nesse sistema econômico. No centro do palco as classes que vivem do trabalho: os trabalhadores e a burguesia. É sobre esta última que Weber tece algumas importantes considerações.

Começa-se com a seguinte constatação: Weber coloca que no interior da história social é possível dividir a burguesia em três perspectivas analíticas que abrangeriam certas categorias sociais e de interesse econômico. Nesse sentido, o pensador alemão coloca que não é possível classificar a burguesia como uma classe homogênea e única. Dentro dessa classe incluem-se pequenos burgueses, artesãos, empresários (Weber, 2006).

Do ponto de vista político, é possível incluir, segundo Weber, dentro dessa categoria todos os cidadãos pertencentes ao Estado, como titulares de certos direitos públicos e políticos (Weber, 2006). Por fim, o autor apresenta que a burguesia no seu aspecto de estamento e classes sociais[13]. Para ele:

> "*[...] Por fim, compreendemos sob a denominação de burguesia no sentido estamental (status, conditio), aquelas camadas sociais que a burocracia, o proletariado e, enfim, os que estão fora dela, consideram como pessoas de posição e cultura: empresários, rentistas e todas as pessoas possuidoras de uma de uma formação acadêmica, um nível de vida mais elevado em prestígio social*" (Weber, 2006, p. 288).

---

[11] Para Weber o estimulante para a venda da energia do trabalho criativo ou repetitivo estaria no flagelo da fome.

[12] Para Weber a comercialização da economia é: "possibilidade de uma orientação exclusiva na satisfação das necessidades, num sentido mercantil e rentabilidade [...]" (Weber, 2006: p 259).

[13] Weber mostrava que a construção desta visão burguesa vinha de fora. Isto é, originava de outras classes sociais e históricas, por exemplo, a classe proletária.

É necessário pensar, que sendo a burguesia uma classe estamental, como bem mostrou Weber, deve-se pensá-la como ligada a uma determinada localidade. Na cidade[14] estavam fincadas as raízes burguesas, o palco de seu trabalho. As cidades no ocidente teriam outras funções nos diversos setores da cultura, da política e outros. Weber enfatiza, por exemplo, que as cidades foram responsáveis pela criação dos partidos políticos e dos demagogos (Weber, 2006: p 289).

A luta histórica é uma condição central e constante das cidades ocidentais. Nelas o público e o privado relacionam-se em diferentes pontos vista muito deles extremamente contraditórios e pouco conciliadores. Esta seria uma prática comum e fortemente impregnada na urbe ocidental. De outro turno, a cidade também serve como fonte de inspiração de produções artísticas e intelectuais. O desenvolvimento cientifico, e do cristianismo, abrigavam-se também no na cidade[15].

No espaço público, escreve Weber, ocorre à formação pela propriedade privada, de agrupamentos econômicos advindos da construção de monopólios, sejam eles quais forem. Julien Freund (2006) argumenta mostrando as diferentes possibilidades monopolísticas pensadas por Weber. E este autor ainda alerta que os exemplos de monopólio na arquitetura do pensamento weberiano são tão variados que dificilmente poderiam ser totalmente mencionados (FREUND, 2006).

O desenho feito por Weber sobre os monopólios necessita ser degustado com cautela; não há nenhuma relação com o entendimento ideológico e mercadológico da expressão como atualmente em voga. Segundo FREUND:

> "[...] A noção de monopólio não deve, pois, ser tomada no sentido polêmico e ideológico corrente, cujo propósito é desacreditar certa espécie de capitalismo. Com efeito, a vontade monopolizadora não está vinculada a uma estrutura econômico-social histórica, mas inerente ao movimento da economia [...]" (2006: p115).

Em Weber, é possível entender que o impulso monopolista não se associa as estruturas formadoras do social, mas sim, ao movimento natural dos sistemas

---

[14] Weber faz uma importante ressalva, ao constatar que a cidade como lugar do trabalho existiu apenas no Ocidente. Em outras localidades, esta instituição não tinha importância como no ocidente.

[15] De acordo com Weber: "[...] como também o cristianismo primitivo se acha ligado a cidade: quando maior a cidade, maior foi a percentagem de cristãos, e, o mesmo aconteceu com o puritanismo e o pietismo [...]" (Weber, 2006: p 290).

econômicos e políticos. Tanto o capitalismo quanto o socialismo, constroem, cada um a seu modo, arcabouços monopolizadores voltados as suas prioridades sistêmicas constituidoras[16].

A relevância dos monopólios econômicos, sociais e políticos, é a construção/consolidação de organizações técnicas, voltadas para a estruturação econômica e do trabalho; seja ele vocacional ascético ou burguês.

O trabalho encontra-se na origem do capitalismo, evidenciado pela cultura do ascetismo religioso, presente na lógica da transformação deste sistema econômico monetário. A organização formal do trabalho dentro da empresa sofreu com os novos modelos racionais, instaurados a partir do puritanismo nas relações empresárias e trabalhistas.

De acordo com Weber, o rigor perpetrado pela doutrina religiosa protestante de base calvinista gerou não somente a proposta de um individualismo religioso, como também um individualismo ascético na arena laboral no capitalismo moderno, onde o trabalho era percebido como fertilizante para o acumulo e o enriquecimento pessoal. As reverberações mais nítidas do individualismo ascético no terreno do trabalho são percebidas no enriquecimento, que possuía como finalidade prática a percepção que o dispêndio de energia nos processos de trabalho trazia a esperança da criação do sentido para a vida, mesmo que a espiritual[17].

O protestismo calvinista estabeleceu que no capitalismo moderno, o trabalho e a vocação se misturaram de tal forma que não seria possível distanciar um do outro. O trabalho entendido como vocacional permite que haja a compreensão que o oficio profissional apresente-se como um chamado divino para a melhoria espiritual dos indivíduos praticantes. É através do ato produtivo que ocorre a observância da moral religiosa e vocacional do trabalhador.

---

[16] Pensando os perfis monopolistas, Freund (2006), assim argumenta: "[...] Em outras palavras, o socialismo, por exemplo, é hostil a certos monopólios e favorável a outros, que ele acha mais justos do ponto de vista subjetivo de sua doutrina. Sua discriminação repousa, pois, em pura avaliação ética que não se deixa justificar senão pela crença sempre discutível em um fim último determinado, mas nenhuma importância sociológica do ponto de vista da estrutura econômica de um agrupamento. Existe monopólio desde que o agrupamento impõe um fechamento, em limites variáveis, com vistas a aumentar as oportunidades de sua atividade contra os que ficam do lado de fora [...]" (2006: p 115).

[17] De acordo com as proposições weberianas, para teoria calvinista da predestinação, a vida a mundana é completamente desprovida de sentido, uma vez que ele encontra-se no plano extracorpóreo. O trabalho árduo e constante e o enriquecimento advindo seriam percebidos como possibilidades de alcance e aproximação daquilo que transcendia ao homem, isto é a experiência do divino.

A hermenêutica exegética luterana procurou acoplar o termo vocação às noções de trabalho e profissão, que serviriam como formas de defesa e proteção espiritual contra o pecado e as aflições espirituais. Diggins (1999) esclarece que o trabalho representaria o mais eficaz antídoto contra o pecado original, o ato laborativo e seus resultados financeiros aturariam diretamente na construção de uma nova ética espiritual, portanto, social.

O puritanismo religioso encontrou segundo Weber, calorosa morada no capitalismo moderno em particular nas relações de trabalho que ganharam componentes que levaram a busca pela constante especialização, como forma de aumento da renda mensal e acumulo monetário. O crescimento do trabalho especializado apressou a separação entre os setores produtivos, levando a formação de agrupamentos econômicos fechados. Em função da concorrência, tida como motor da economia no capitalismo moderno[18], o trabalho adquiriu feições contrárias ao ascetismo vocacional calvinista.

A nova concepção, não mais pensava o ato e atitude laboral como formas de glorificação vocacional a Deus. Ao contrário, volta-se exclusivamente para um mercado segmentado e seletivo originário do aburguesamento do trabalho.

A mudança de atitude no mundo do trabalho gerou, na ótica de Weber, o processo de racionalização e desencanto do mundo. No Estado moderno a empresa capitalista e seus empreendimentos econômicos, geraram um processo de especialização e qualificação da mão de obra empregada como forma de aumento dos lucros.

O Estado moderno também procurou investir na formação de um corpo técnico de funcionários altamente especializados em funções político-administrativas voltadas para a manutenção da ordem estatal. A criação de um funcionalismo público especializado e burocratizado levaria a um grau de dependência da sociedade em relação a esse grupo de profissionais.

O Estado moderno através da burocracia inerente ao trabalho especiali-

---

[18] Julien Freund discute a noções de agrupamentos de econômicos, da seguinte maneira: "[...] Pode em particular constituir uma relação fechada ou uma relação aberta. Por causa da concorrência, que é o motor da economia, o agrupamento econômico tem antes a tendência de se desenvolver sob a forma de uma relação fechada, adotando o estatuto de uma comunidade de interesses, que pode eventualmente comportar uma regulação racional e jurídica, sobretudo no caso de possuir o agrupamento uma propriedade, ou de se fazer o defensor da mesma. A natureza da propriedade importa pouco. Pode consistir de móveis ou imóveis, mas também de privilégios de uma ordem, de uma categoria de funcionários ou, enfim, de direitos adquiridos [...]" (2006: 115).

zado conduziu ao racionalismo na administração pública, que segundo Weber deveria ser tingido por regras racionalmente construídas.

Em outros termos, é possível inferir que para Weber a racionalização conjuminada com a burocracia levou a um processo de propagação de um mundo desencantado e regido pela lógica utilitarista natural aos interesses econômicos capitalistas. Pois bem, a grande disputa intelectual travada por Max Weber foi mostrar causalmente as peculiaridades do capitalismo e do trabalho no ocidente moderno (KALBERG, 2010).

A discordância de Weber com relação a seus pares concentrava-se na visão contrária as teorias que associavam o desenvolvimento capitalista a importância das inovações tecnológicas, do acumulo de metais preciosos, do desejo desenfreado do acumulo particular ou das teorias econômicas evolucionistas[19]. A posição teórica sustentada por Weber era outra (KALBERG, 2010).

Não obstante, Weber demanda ao contrário, quando acrescenta que as explicações teóricas não podem se reduzir apenas e tão somente a tais análises. Para ele prioritariamente, deveria-se levar em consideração o trabalho metódico e racional, característica imprescindível das organizações capitalistas modernas. No capitalismo moderno o trabalho metódico tornou-se dever cotidiano e a base central do acumulo monetário e da busca pelo lucro. Analisando o trabalho como principio constituidor do lucro, KALBERG (2010) escreve:

> "[...] Esse ethos sustentava a rígida organização e abordagem metódica do trabalho e a busca sistemática do lucro, típicas dessa forma de capitalismo. Constituía-se a partir de uma 'ideia de dever do indivíduo de aumentar sua riqueza, que é tomado com um interesse autodefinido' a noção de que o 'trabalho deve ser executado como um fim absoluto em si mesmo'[...]" (KALBERG, 2010: 45).

[19] De acordo com Kalberg (2010), as escolas teóricas econômicas e históricas à época de Weber se dividiam da seguinte forma: "Vários historiadores e economistas da época de Weber ressaltavam a importância para o desenvolvimento econômico das inovações tecnológicas, da afluência de metais preciosos e do crescimento populacional. Outros estavam convencidos de que a ganância, os interesses econômicos e o 'desejo de acumular riquezas', especialmente entre os 'super-homens econômicos' [...] e a burguesia em geral, empurravam o desenvolvimento econômico a ultrapassar as etapas agrária e feudal em direção ao mercantilismo e ao capitalismo moderno. Discordando de todas essas explicações, os evolucionistas afirmavam que a expansão da produção, do comércio, dos bancos e do mundo dos negócios era uma demonstração clara de um movimento geral da sociedade para o progresso" (2010: 45).

O sociólogo alemão argumentou que no capitalismo moderno as análises sociais e econômicas deveriam levantar em evidência o ethos do trabalho cotidiano e metódico e suas relações causais originárias, ou seja, refletir sobre a formação/estabilização desse novo conceito de valores analíticos que se posicionam em oposição às análises do materialismo histórico.

As criticas de Weber ao materialismo histórico concentravam-se nas dinâmicas entre as estruturas sociais e as relações de trabalho no capitalismo moderno. Para ele, a incongruência estaria na afirmação que a gênese do trabalho no capitalismo estaria associada às estruturas sociais, como evidenciadas nos postulados teóricos marxianos. O trabalho - e seus efeitos sociais – deveria ser lidos não apenas pelas estruturas sociais, mas sim, pela sua origem motivacional: a ética.

É necessário esclarecer que a ética como fonte motivadora do trabalho pode ao longo percurso histórico, adquirir feições particulares em consonância com o momento de evolução e transformação das relações industriais e no trabalho. Na atualidade a justificativa do trabalho é construída sobre uma ética do ganho e da obtenção de vantagens pessoais. A auto-satisfação é a chave central para o entendimento deste enquadramento funcional ético.

Os processos de auto-satisfação pessoal através do trabalho encontram abrigos na racionalidade inerente ao trabalho, que precede e ampara as realizações pessoais e sociais. Em outros termos, a racionalização é para Weber o elemento aglutinador dos interesses individuais originários dos processos de trabalho no capitalismo.

Os conceitos de racionalidade encontram-se em Weber nas estruturas formadoras dos sistemas de trabalho no ocidente, isto é, são inerentes as carreiras profissionais exercidas e em suas modulações funcionais associadas ao trabalho especializado.

Tem-se aqui um elemento analítico preponderante na ontologia weberiana: a racionalidade e suas ações sociais. O trabalho é um de seus frutos. Pensá-lo racionalmente é enquadrá-lo como um Tipo Ideal de ação social, em relação a fins, valores, tradição ou afetividade. É completamente cabível pensar o trabalho inserido em umas destas tipologias construídas por Weber. De acordo com KALBERG (2010):

> *"[...] Weber estava convencido de que sua tipologia permitiria aos sociólogos compreenderem o sentido subjetivo – portanto explicarem*

> *causalmente inclusive – das ações de pessoas que viviam em culturas radicalmente distintas. Presumindo que, após estudos intensivos, dos pesquisadores conseguiriam familiarizar-se inteiramente com determinado contexto social e imaginar 'inseridos' nele, achou possível avaliar em que medida as ações sociais se aproximavam de uma ou de outra categoria tipológica [...]"* (2010: 36).

Ao enfatizar os tipos ideais de ação social Weber revelou que as ações sociais, relacionados a fins, a valores a tradição ou à afetividade representavam em primeira instância a intencionalidade do individuo executor. Para ele, portanto, todas as ações sociais organizavam-se a partir das intenções particulares dos agentes (KALBERG, 2010). Aqui se encontra o principio constituidor da sociologia compreensiva weberiana[20].

Embora não fosse um dos elementos centrais de preocupações empíricas, o ato laboral foi analisado por Max Weber a partir de perspectivas que o associavam a ética protestante e ao ascetismo burguês. A sociologia compreensiva é o amparo para o entendimento da racionalização histórica e vocacional do trabalho, onde o mesmo é analisado tanto de fora quanto de dentro do fenômeno:

> *"O conceito weberiano não se localiza nem totalmente fora do sujeito (copiando o real, reproduzindo-o), nem totalmente dentro do mesmo (subjetivismo, psicologismo). Quer estar em algum lugar entre o sujeito e algo que está fora e ao mesmo tempo dento dele [...]"* (LAZARTE, 2001: 39).

A citação ajuda a entender que ao estudar a formação capitalista e sua ética burguesa, Weber acrescenta o trabalho como um elemento constituidor tanto do ponto de vista interno quanto externo para a construção do ordenamento burguês. Esta, talvez seja uma das evidentes qualidades da metodologia compreensiva weberiana: compreender o fenômeno dentro de suas impermanências constituidoras.

Pensar os processos racionais e vocacionais de trabalho tendo como luz central o solo ontológico de Max Weber é antes de tudo, enxergar o tato de tra-

---

[20] Para Rolando Lazarte o método da sociologia compreensiva de Weber seria: "A sociologia compreensiva visa 'compreender a ação social para explicá-la no seu desenvolvimento e efeitos (...). A compreensão de que se trata é sempre uma captação do sentido: a) subjetivamente de fato presente para os protagonistas da ação numa dada circunstância, ou, b) construído pelo cientista mediante ao método tipológico (LAZARTE, 2001: 38).

balho como um constructo eivado de possibilidades que se renovam com constância e agilidade. A sociologia compreensiva nos possibilita esta percepção.

Referênciad

DIGGINS, John Patrick. *Max Weber a política e o espírito da tragédia.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

FLEURY, Laurent. *Max Weber.* Lisboa: Edições 70, 2003.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KALBERG, Stephen. *Max Weber: uma introdução.* Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LAZARTE, Rolando. *Max Weber: ciências e valores.* São Paulo: Cortez, 2001.

MERCURE, Daniel; SPURK Jan. Introdução. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). O trabalho na história do pensamento ocidental. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 9-14.

MÜLLER, Hans-Peter. Trabalho, profissão e vocação: o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 234-258.

MIGEOTTE, Léopold. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 17-36.

RINGER, Fritz. *A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais.* São Paulo; Edusp, 2004.

SENEDA, Marcos César. *Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação.* Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 189-211.

SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a ideia de sociologia econômica.* Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2005.

TIRYAKIAN, Edward. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 215-233

WEBER, Max. *História geral da economia*. São Paulo: Centauro, 2006.

WEBER, Max. Ensaios sobre a teoria das ciências sociais. São Paulo: Centauro, 2003.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999a.

WEBER, Max. *Ciências e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2001.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UNB, 1999b.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2001.

Estado, poder e violência na região do Araguaia

Hidelberto de Sousa Ribeiro[1]

Resumo. Este artigo (proposto para a Mesa Redonda) discute as ações geopolíticas que provocaram todo um processo de territorialização do capital na fronteira amazônica, em especial, nas regiões Norte e Centro-Oeste, cujos atores principais são corporações internacionais ávidas em se apropriar dos recursos naturais e de grandes extensões de terras para a produção de *commodities* agrícolas, como a soja e, atualmente, a cana-de-açucar. Trata-se de um processo que teve seu início nos anos sessenta do século passado levando à mudanças substanciais nas paisagens dessas regiões. Se, inicialmente, o estado tomou para a si a responsabilidade nesse processo, atualmente conta com a parceria da iniciativa privada para a implementação de eixos modais de transportes e para a construção/ reestruturação de cidades, muitas delas, servindo apenas de sede para o agronegócio. Hoje em dia, essa dinâmica se espraia em direção à região do Baixo Araguaia, atingindo a região nordeste de Mato Grosso, sul do Pará e oeste do Maranhão, levando à formação de novos *fronts* agrícolas para a produção de soja, *commoditie* exportado pelo Porto de Itaqui-MA, porto mais próximo dos centros consumidores, no caso, os Estados Unidos e a Europa.

Palavras-chave: Geopolítica. Fronteira. Logística. *Agronegócio*.

Considerações Iniciais

O tema proposto para a Mesa Redonda nos remete às políticas territoriais para a Amazônia colocadas em prática pelo Regime Militar que assumiu o Brasil, durante o Golpe Militar de 1964. Desde então está em andamento um processo de territorialização do capital na fronteira amazônica, em especial, nas regiões Norte e Centro-Oeste, cujos atores principais são corporações internacionais ávidas em se apropriar dos recursos naturais e de grandes extensões de terras para a produção de *commodities* agrícolas, como a soja e, mais recentemente, a cana-de-açucar.

Se, inicialmente, o estado tomou para a si a responsabilidade nesse proces-

[1] Pós-Doutor em Geopolítica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista- UNESP. Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP. Prof. de Sociologia e Geografia no Campus Universitário do Araguaia- UFMT.

so, atualmente conta com a parceria da iniciativa privada para a implementação de eixos modais de transportes e para a construção/ reestruturação de cidades, muitas delas, servindo apenas de sede para o agronegócio. Hoje em dia, essa dinâmica se espraia em direção à região do Baixo Araguaia, atingindo a região nordeste de Mato Grosso, sul do Pará e oeste do Maranhão, levando à formação de novos *fronts* agrícolas para a produção de soja, *commoditie* exportado pelo Porto de Itaqui-MA, porto mais próximo dos centros consumidores, no caso, os Estados Unidos e a Europa.

Nossa preocupação mostrar a relação existente entre a abertura de novos *fronts* agrícolas e pecuários na Amazônia Legal com a problemática da violência. Uma relação que envolve mortes, torturas, trabalho escravo e grilagem de terras públicas. Tudo para que terras públicas sejam para especuladores de terra, fazendeiros e empresários do *agronegócio*, um processo que também envolve a participação de *trading*[2]*s* internacionais que ganham com a venda de *commoditties*[3].

A análise desse processo se centra especificamente na região chamada terra do meio, mais especificamente nas terras localizadas ao sul e leste do Pára e que tem na atualidade uma relação direta com a ocupação e violência na Região do Araguaia.

O projeto de modernização e desenvolvimento concebido pelos governos da Ditadura Militar para a Amazônia, posto em prática desde fins dos anos 60 e, especialmente, nas décadas de 70 e 80, deveria atrair grandes investimentos nacionais e internacionais que, ao serem aplicados à região, criariam uma promissora base produtiva, apoiada em empreendimentos considerados "racio-

---

[2] ***Empresa de Trading*** realiza diversos tipos de importações e exportações de produtos, inclusive negociando também com empresas concorrentes. Quanto a contratar uma empresa, como todo negócio vale a pena pesquisar a fundo e se possível obter uma boa assessoria. Um negócio bem estruturado tem maior chance de vingar e evoluir. ***- Trading company*** (Empresa) é uma espécie do gênero empresa comercial exportadora, constituída de acordo com as especificações elencadas no Decreto-lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972.

[3] **Commodities** é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros. A negociação dessas mercadorias é realizada com entrega futura. Diferente do que acontece no porto, não há movimento físico de produtos nas bolsas. O que se negocia são contratos futuros, ou seja, garantias de compra e venda dos produtos em uma data no futuro.

nais", por estarem fundados na lógica do lucro e inseridas nas expectativas do mercado, sendo, portanto, mais condizentes com o projeto de modernização e com os princípios de produtividade propostos pelo governo. Esta moderna base produtiva concebida deveria substituir, com vantagens, as atividades tradicionais dos habitantes da região (consideradas obsoletas, sob o ponto de vista do mercado e da organização social). Por meio dela, o País e a região seriam conduzidos pela via teórica trilhada pelos países avançados, inserindo-se como um deles, em um futuro próximo.

Afora as cidades, até fins dos anos 60, a região era habitada por caboclos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, colonos, extrativistas de vários produtos, índios, negros de quilombos e outros grupos sociais que constituem as chamadas comunidades tradicionais ou locais, que habitavam as matas e outros ambientes naturais. Os proprietários titulados eram raros e a terra era pública, em sua quase totalidade. Milhares de habitantes não possuíam títulos das terras que ocupavam, mas nunca haviam sido questionados quanto à legitimidade de suas ocupações, embora muitas delas, seculares. As populações viviam tranqüilas numa região ainda pouco integrada ao resto do Brasil e cujas terras, que legitimamente ocupavam, não estavam acobertadas por títulos de propriedade.

O Estado foi, na época, o protagonista do processo que engendrou a mudança e, com ela, a violência e o conflito na região. O elemento desencadeador dos conflitos e da violência na região foi o fato de que o Estado, consoante os princípios norteadores da ideologia do progresso e da modernização, colocou à venda muitos e extensos lotes de terra pública, até então habitados pelos moradores naturais da região e antigos migrantes.

A partir dos anos sessenta, o que se viu foi o desenrolar de uma política de distribuição/apropriação de enormes extensões de terras por grandes fazendeiros, que, com o avanço do *agronegócio,* forçam a implantação de certa infra-estrutura em lugares distantes das cidades mais desenvolvidas do Estado de Mato Grosso. Algumas dessas cidades possuem um alto padrão econômico-social, mas isso não é compartilhado pela maioria de seus municípios e, consequentemente, por suas populações.

Coletti (1998), mostra que, na Amazônia Legal, dos 126.581.645 hectares adquiridos e incorporados pela União e pelo INCRA, entre 1970 e 1985,

31.829.966 foram transferidos, em caráter definitivo, sob a forma de propriedades rurais para particulares. Daí decorre o grande interesse do capital urbano, em especial da Região Sudeste, pelas terras dessa região, as quais são ocupadas com produtos agrícolas de exportação.

Para Loureiro e Guimarães (2007), o principal instrumento legal concebido pela política desenvolvimentista e modernizadora do Estado para atrair os novos capitais para a região – a concessão de incentivos fiscais – é sobejamente conhecido e não vale a pena alongar-se sobre os seus desacertos. É preciso mencionar, entretanto, que o processo pelo qual a "modernização" se estabeleceu na região é repleto de contradições e acarretou uma multiplicidade de formas de deterioração da vida social. Uma dessas contradições é que, em vez de objetivar a modernização das atividades consideradas pelo Estado e elites como "tradicionais", arcaicas e pouco produtivas (concepção que, por si só, já seria discutível), o Estado excluiu-as e marginalizou-as, tanto do ângulo econômico do projeto modernizador quanto socialmente. A prioridade das políticas fundadoras do projeto dirigiu-se para os grupos econômicos e não para as pessoas. O Estado poderia ter optado pela inclusão social das populações locais, estabelecendo bases para uma sociedade mais eqüitativa e mais justa, mas não o fez. Trata-se, portanto, de um processo de modernização que, em vez de promover o bem-estar das populações locais, engendrou a exclusão social.

Embora a legislação produzida na época facultasse condições e oportunidades supostamente idênticas para todos, o fato de ela criar vantagens aplicáveis apenas às empresas organizadas sob a forma de sociedades anônimas já excluía, a princípio, as populações locais, os pequenos produtores e os migrantes pobres. Assim, o Estado promoveu, simultaneamente, o privilegiamento dos grupos econômicos e a exclusão social das populações locais – elementos estruturantes do conflito e da violência na região, em sua história recente.

E esse processo ocorreu num momento histórico em que o mundo ocidental moderno estabelecia um projeto de modernização, baseado num conceito extensivo de democracia participativa, tanto em termos políticos como de melhoria do bem-estar social e material. Dos anos 60 até os anos 80, a modernização no mundo ocidental implicou a extensão do bem-estar e dos direitos a amplos segmentos das sociedades, apoiados por diversas linhas e formas de políticas distributivas. No caso brasileiro e amazônico, entretanto, o projeto

modernizador padeceu de uma fratura interna que rompeu o elo entre a modernização e a generalização social dos benefícios, que caracterizou a modernização nos países centrais.

Enquanto nos países centrais o Estado do Bem-Estar Social (Estado Providência) concedia ou estendia benefícios sociais que só viriam a ser postos em questão muito mais tarde, quando da explosão da globalização e do neoliberalismo (no Brasil mais propriamente a partir dos anos 90), o Estado brasileiro, desde os anos 70, atuando na contramão da história ocidental, promovia a exclusão com mais intensidade que a inclusão social. Assim, paradoxalmente, o projeto que se propunha ser modernizador na região restringiu benefícios, reduziu o já baixo nível de bem-estar social das populações locais, violentou e asfixiou os mais elementares princípios de justiça social e de distribuição social da riqueza.

A lógica do mercado versus direitos das populações – justificativa da violência e do conflito

Como os moradores locais habitavam terras públicas, não eram, portanto, detentores legais das mesmas, ainda que tivessem legitimamente o direito a elas, mais que quaisquer outros segmentos da sociedade. Para atrair os novos capitais, o Estado colocou a terra pública à venda, transferindo-a a preços e em condições excepcionais para grupos econômicos. Valeu-se do direito legal sobre os legítimos direitos sociais da pessoa humana. Nem sequer levou em conta que o desenvolvimento pretendido poderia ser obtido a partir do engajamento das populações locais, sem conflito ou violência e, utilizando-se dos capitais que o Estado isentara os grupos econômicos de pagar, devolvendo-os a eles sob a forma de incentivo para investirem na região.

A opção do Estado pelos grupos econômicos e pelo mercado não se processou por imposição da conjuntura mundial ou dos paradigmas políticos dominantes nos países centrais que, naquele momento, propiciavam a construção do Estado do Bem-Estar Social e pautavam-se pela ideologia da inserção social. No caso brasileiro, o processo esteve fundamentado no caráter histórico do Estado como gerador da exclusão que marcou todo o seu passado remoto ou recente e do qual não consegue se livrar até hoje. Da última década do século

XX em diante, a globalização neoliberal no Brasil estabeleceu uma flagrante oposição entre os direitos humanos, postulados como princípios ordenadores e legitimadores da ordem social, que se antagonizam claramente com a lógica inversa de ordenação da vida social a partir da estruturação do mercado. Nesse enfrentamento, a primazia do mercado sobre os direitos sociais acabou por cristalizar o processo de exclusão das populações locais que a ditadura já havia exacerbado.

O processo de transferência da terra pública para grupos privados em condições privilegiadas (grandes lotes, preços extremamente baixos, poucas exigências, desobrigações com as populações locais e outros, que persistem da ditadura aos dias atuais, embora em ritmo menor), em linhas muito gerais, pode ser analisado sob múltiplos ângulos. O primeiro deles é a transformação da natureza amazônica em mercadoria, incorporando-a ao mercado de terras. Em segundo lugar, encontra-se a opção preferencial do Estado pelo capital em detrimento das populações locais. Essa opção resultou na impossibilidade para amplos segmentos das populações tradicionais de manter a forma de vida à qual tinham direito; de garantir a sobrevivência material nos moldes em que vinham fazendo até então e até mesmo de conservarem suas atividades produtivas e seu próprio trabalho, na medida em que a terra era condição inseparável dele e que se processou uma ruptura no elo secular terra/trabalho.

Em terceiro lugar, a transferência da terra pública para grupos econômicos em condições excepcionais constituiu-se na destituição de um bem até então comum – a natureza amazônica, da qual viviam índios, caboclos, ribeirinhos, extrativistas dos mais diversos, negros de quilombos e outras populações locais – e sua transferência para grupos privilegiados. E finalmente, o processo configura o desvirtuamento do caráter ético e minimamente imparcial que se espera do Estado moderno.

A omissão do Estado contribuindo para benefícios legais

Os preços da terra pública posta à venda (intensamente nos anos 70, 80 e em escala menor dos anos 90 aos dias atuais) representaram uma vantagem extraordinária para os grupos econômicos. Mas a venda da terra em extensos lotes impossibilitava a aquisição desta por pequenos produtores e pelas popu-

lações locais em geral, que por isso ficam à margem dos editais públicos e de outras formas de alienação de terra como mercadoria privilegiada. Some-se a isso o fato de que, enquanto os rituais e as práticas administrativas necessárias à obtenção legal da terra são facilmente cumpridos por empresários, para as populações locais a concessão de documentos, plantas, registros imobiliários etc. constitui-se em barreiras quase intransponíveis. Essa habilidade de lidar com "papéis" facilita processos de grilagem da terra pública ou privada, dos quais se beneficia(ra)m empresários inescrupulosos e especuladores.

A todas essas condições A todas essas condições especiais propiciadas pelo Estado aos empresários aditam-se as circunstâncias desiguais de competição sob as quais novos empresários e populações locais enfrentam o mercado. A concessão de subsídios, empréstimos, serviços, vantagens diversas e de favores concedidos aos empresários lhes garante a acumulação em condições incomparavelmente melhores do que aquelas de que dispõem os pequenos produtores em geral. A falta de apoio do Estado aos pequenos empreendimentos e iniciativas tem sido o principal responsável pelo fracasso deles.

Esse insucesso, em vez de motivar o Estado a apoiá-los, reforça o discurso do governo e das elites de que existiriam uma eficiência e uma racionalidade próprias do grande empreendimento, característica que não está presente nos pequenos empreendimentos, o que não os tornaria vantajosos e desejáveis para a Amazônia, o que consiste sem dúvida, numa inversão da realidade.

Além desses elementos institucionais, temos ainda a vulnerabilidade da administração pública às pressões políticas, convertem na maioria das ocasiões, a burocracia e as práticas administrativas em instrumentos que favorecem a realização dos interesses dos grupos econômicos e segmentos privilegiados da sociedade, ao mesmo tempo em que reduzem o acesso aos mesmos direitos pelas camadas desfavorecidas da sociedade (mesmo nos casos em que aqueles são estendidos a eles).

Assim, fazendeiros e empresários podem se valer tanto dos dispositivos legais e das relações políticas que facilitam a acumulação do capital como das práticas burocráticas vigentes nas organizações públicas. E essas vantagens possibilitam não só um melhor aproveitamento de dispositivos legais a seu favor, como ingressar nos canais da corrupção de que a organização pública brasileira está impregnada. Esse particularismo com que o Estado pauta sua atuação pos-

sibilita não só a privatização dos recursos financeiros disponibilizados pelo setor público, como a utilização privilegiada dos serviços públicos que se voltam, prioritariamente, para o atendimento de segmentos sociais e grupos econômicos especiais. Mas essas práticas, por sua vez, resultam no desvirtuamento do caráter ético do Estado e comprometem sua imagem política, inclusive junto a seus próprios aliados.

Assim, políticas e práticas conjugadas facilitam e viabilizam a acumulação dos empresários por vias diversas: acesso aos capitais financiados ou subsidiados, incorporação privada da natureza e seus bens e outras, propiciadas a eles pelo Estado, e raramente estendidas (ou o são por meio do conflito) às categorias sociais subordinadas.

E, finalmente, a acumulação ainda ocorre quando o Estado permite a apropriação pelos empresários e grileiros dos trabalhos incorporados à terra pelas populações locais e antigos migrantes que nela habitavam antes da alienação da terra a terceiros.

Além da disseminação ideológica que o projeto modernizador provocara e ainda provoca nos vários escalões da administração pública, é preciso entender que o servidor público, em qualquer momento histórico, tem interesse em que suas atitudes estejam de acordo com as diretrizes gerais do sistema, não só para se proteger politicamente, como também, em muitos casos, para poder integrar e se beneficiar de retribuições funcionais, materiais e do prestígio pessoal. Como conseqüência, facilita a tramitação de processos e se empenha na resolução de questões ligadas aos interesses dos grupos hegemônicos que apóiam o Estado.

Por tudo isso Alston *et al* (1996, 1999) privilegia a questão da titulação das terras. Nesse processo associa a violência existente nas fronteiras agrícolas e os conflitos como elementos que se sobrepõem aos direitos de propriedade da terra. Segundo Alston *et al* (1996, 1999) os direitos de propriedade exclusivos sobre a terra fornecem a garantia subsidiária aos fazendeiros para o acesso a mercado de capitais, promoção de investimentos específicos, redução de custos privados na defesa da propriedade e aumento no valor da terra mediante a expansão de seu mercado (BESLEY, 1995). Quando o valor da terra é baixo e, de certa forma, estável, os modos informais de posse da terra são os mais apropriados e, portanto, a ocorrência de violência é restrita. A situação acima descrita

limita a competição e, desta forma, fornece, para os pretendentes relativamente homogêneos, um acordo sobre os direitos de propriedade.

Ao sair da fronteira para os mercados centrais, a renda proveniente da terra tende a aumentar, intensificando consigo, a competição pelo seu controle. Assim, na medida em que o preço da terra aumenta, a fronteira vai se tornando "velha". A competição por títulos de propriedade da terra se intensifica, uma vez que a definição dos direitos de propriedade valoriza a terra ainda mais, potencializando novos conflitos. Nesse processo, posseiros e pequenos proprietários são, em geral, os mais prejudicados, visto que se põem a enfrentar fazendeiros e grileiros com maior poder político e econômico. Para expulsar os posseiros, estes grupos com maior poder corrompem as agências que comandam o processo de titulação da terra, ou se utilizam de violência (ALSTON *et al.,* 1996). Logo, a violência na fronteira surge, dentre outros motivos, a partir dos conflitos pela definição dos títulos de posse entre posseiros, de um lado, e grileiros e fazendeiros de outro.

Os posseiros, mais frágeis diante da possibilidade do uso da violência por parte dos latifundiários e, ainda, pela força que estes têm junto à classe política, são, geralmente, expulsos. Assim, resta à população expulsa de suas terras duas opções: continuar na fronteira velha a trabalhar como assalariado, posto que há uma crescente urbanização da fronteira (BECKER, 1991; OZÓRIO DE ALMEIDA e CAMPARI, 1995; TORRES, 1992), ou então, migrar para abrir uma nova região de fronteira.

A distância do mercado surge, portanto, como fator determinante do valor da terra. O desmatamento tende a aumentar à medida que a área se distancia da capital. Porém, a partir de um determinado momento, o efeito da distância torna o custo de transporte tão alto que desmatar não é mais rentável (HOTTE, 2001). Assim, concluem Alston *et al.* (1996), aqueles que ocupam a fronteira possuem custos de oportunidade relativamente baixos.

Diversos autores enfatizam a lucratividade das atividades que se estabelecem após o desmatamento, especialmente a pecuária, como fator crucial para explicar a dinâmica do desmatamento. Também é importante considerar o papel dos incentivos fiscais creditícios dados aos fazendeiros da região, e os investimentos em infraestrutura, especialmente estradas. Somados, esses elementos contribuem para que movimentos especulativos acabem pressionando

por ainda mais desmatamento: a terra acaba sendo demandada como uma reserva de valor, ao invés de funcionar como um fator de produção. Ademais, o valor da terra aumenta significativamente quando sua posse é legalizada, o que ocorre mais facilmente quando a floresta é substituída por pastagens, já que, assim, há uma justificativa para a concessão de títulos definitivos, além de protegê-la contra posseiros, outros fazendeiros e programas de reforma agrária. Logo, não é o fracasso dos pequenos produtores a grande motivação para seu deslocamento rumo a áreas de florestas ainda preservadas, mas justamente o contrário: o sucesso obtido pela venda dos direitos de propriedade adquiridos através da conversão é que acaba encorajando a continuidade do ciclo de desmatamento (SCHNEIDER 1994, OZÓRIO DE ALMEIDA e CAMPARI, 1995, YOUNG, 1997).

A partir desse contexto a 25ª edição do Relatório "Conflitos no Campo Brasil", divulgado no dia 15 de abril do corrente anos, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)[4], em São Paulo, revela que, nos 25 anos de levantamento, o governo Lula apresenta a maior média anual de conflitos no campo. De 2003 a 2009, são 929 conflitos por ano, contra 800 nos anos de FHC. No governo Lula, 22 mil famílias, em média, foram despejadas por ano, outro recorde. Com isso a violência aumenta cada vez mais e a estrutura fundiária continua intocada.

Segundo a CPT, em 2005, 47 mil famílias foram expulsas de terras, ameaçadas de despejos ou intimidadas por pistoleiros. Trinta e oito pessoas assassinadas em conflitos agrários, 266 ameaçadas de morte e os mais de 4.500 libertados do trabalho escravo engrossaram. Ainda em 2005, as estatísticas da violência. Populações tradicionais, trabalhadores rurais e comunidades indígenas foram os alvos principais dessa ofensiva. O outro protagonista, presente na maioria dos conflitos, é a grande propriedade rural, símbolo da desigualdade no campo brasileiro. "Existe uma relação direta entre latifúndio e conflitos no campo. Hoje, a propriedade rural se reveste com nova roupagem, chamada de agronegócio, mas é a mesma monocultura de sempre, que desloca as populações tradicionais", denuncia Dirceu Luiz Fumagalli, integrante da Coordenação Nacional da Pastoral da Terra, que há mais de duas décadas publica anualmente um relatório sobre violência no campo. "O conflito é sempre maior do que a

[4] Comissão Pastoral da Terra (CPT) - entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CPT consegue sistematizar. Mas é importante apresentar os números para a sociedade. Eles desnudam o sistema econômico, político e agrário do nosso país", completa.

Ao relacionar o número de conflitos e violência com os dados da população rural, o Relatório da CPT mostra como as ocorrências são significativamente maiores nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, em estados onde prospera e se expande o agronegócio. O Mato Grosso tem o maior índice (6,71), seguido pelo Pará (5,15), depois por Goiás (2,92) e Tocantins (2,82). (Disponível em *www.rel-uita.org/.../ddhh/dorothy_stang-19.htm* - Acesso em 26/09/2010).

O número total de conflitos ocorridos em 2009 foi de 1184, contra 1.170, em 2008, com um aumento considerável em relação especificamente aos conflitos por terra, 854 em 2009, 751 em 2008.

Quanto à violência, o número de assassinatos recuou de 28, em 2008, para 25, em 2009. Outros indicadores, porém, cresceram, alguns exponencialmente. As tentativas de assassinato passaram de 44, em 2008, para 62, em 2009; as ameaças de morte, de 90, foram para 143; o número de presos aumentou de 168, para 204. Mas o que mais choca é o número de pessoas torturadas: 6, em 2008, 71, em 2009. O número de famílias expulsas cresceu de 1.841, para 1.884, e significativo foi o aumento do número de famílias despejadas de 9.077, para 12.388, 36,5%. Também elevou-se o número de casas e de roças destruídas, 163%, 233% respectivamente. Em 2009, registrou-se 9.031 famílias ameaçadas pela ação de pistoleiros, contra 6.963, em 2008, mais 29,7%.

Crescimento do número de ocupações

A violência, porém, não fez os movimentos do campo recuarem, muito pelo contrário, aumentou o número de ocupações de terra, 290 em 2009, 252 em 2008. Em relação ao número de acampamentos, estes diminuíram de 40, em 2008, para 36, em 2009, mas cresceu o número de pessoas nos acampamentos: passou de 2.755 em 2008, (media de 68 famílias) para 4.176, em 2009, (média de 116 famílias por acampamento)[5].

---

[5] Relatório da CPT documenta crescimento do número de Conflitos e de Violência no campo. Disponível em www.ecodebate.com.br/.../relatorio-da-cpt-documenta-crescimento-do-numero-

Mais de 70% dos assassinatos registrados no Pará desde a década de 1970 não foram sequer investigados pela polícia, de acordo com um levantamento da Comissão Pastoral da Terra (**CPT**). Segundo a **CPT**, de 1971 a 2007, ocorreram 819 assassinatos no campo no Pará, sendo que apenas 22 foram julgados, com a condenação de sete mandantes e treze executores.

Considerações Finais

A implementação de um modelo de desenvolvimento agrário para a Amazônia Legal concentracionista, portanto, fundado na grande propriedade monocultora vem provocando todo um processo de violência com expulsão de posseiros, extermínio de populações indígenas, migração e degradação sócio-ambiental, cujos reflexos se fazem sentir em quase todos os cantos da Amazônia Legal, forçando uma movimentação sistemática da fronteira. Com o avanço da fronteira agrícola, em direção do Sul do Pará, Norte do Estado do Tocantins e Oeste do Maranhão, essas regiões sofreram os maiores índices de queimadas, durante o ano de 2004, conforme informações do INPA - Instituto de Pesquisas da Amazônia.

A abertura de novos *fronts* agrícolas e pecuários, ao se espraiarem para diversas direções, como ao Baixo Araguaia, à região leste de Mato Grosso, ao sul do Pará, para a chamada Terra do Meio e a oeste do Maranhão, desenham uma racionalidade cuja intenção é gerar uma estrutura logística destinada a se aproximar de portos, como o de Santarém-Pará e de Itaqui, no Maranhão, que estão mais próximos dos principais centros consumidores de *commodities,* como os Estados Unidos e a Europa.

Esse movimento também evidencia a ânsia de grileiros, de madeireiros, de empresários, de ONGS, de especuladores de terras, de *tradings* em auferirem lucros de um território que tem seus dias contados, caso não se breque o processo de desmatamento e de apropriação de terras públicas.

Nesse movimento de expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal, deve-se questionar a apropriação de seus espaços e como eles estão sendo terri-

-de-conflitos-e-de-violencia-no-campo/. Acesso em 26/00/2010.

torializados por grupos estrangeiros, principalmente, aqueles que controlam a cadeia produtiva de *commodities* agrícolas, em particular, a da soja. A apropriação de enormes espaços demonstra que, cada vez mais, a soberania e a segurança nacional vão sendo fragilizadas, deixando claro que quem realmente gerencia essa região não é o Estado brasileiro e, sim, o capital.

Referências

ALMEIDA, A.W.B. "O Intransitivo da Transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1985)". In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. 2. ed. Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

ALSTON, L.J.; LIBECAP, G.D.; SCHNEIDER, R. "Violence and the assignment of property rights on two brazilian frontiers". In: GARFINKEL, M.; SKAPERDAS, S. (org.). *The Political Economy of Conflict and Appropriation*. New York: Cambridge University Press, 1996.

ALSTON, L.J.; LIBECAP, G.D.; MUELLER, B. "A model of rural conflict: violence and land reform policy in Brazil". *Environment and Development Economics*, 4: 135-160, 1999.

BARREIRA, César. Pistoleiro ou vingador: a construção de trajetórias. Disponível em: <http: www.scielo.br>. Acesso em: 20 jul. 2005.

BECKER, B. *Amazônia*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. Série Princípios.

COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo*: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da UNICAMP: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.

FARIA, José Eduardo. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995.

HOTTE, L. "Conflicts over property rights and natural-resource exploitation at the frontier".*Journal of Development Economics*. Vol. 66: 1-21, 2001.

LOUREIRO, Violeta; GUIMARÃES, Ed Carlos. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia**.** In. Revista Direito FGV 5. 3 N. 1, p. 221 – 246. jan-jun 2007.

LOUREIRO,Violeta R. *Estado, bandidos e heróis.* Belém: Cejup, 2001.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

OZÓRIO DE ALMEIDA, A.L.; CAMPARI, J. *Sustainable Settlement in the Amazon*. Washington D.C.: The World Bank, 1995.

RELATÓRIO DA CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Documento sobre o crescimento do número de Conflitos e de Violência no campo. **Disponível em www.ecodebate.com.br/.../relatorio-da-cpt-documenta-crescimento-do-numero--de-conflitos-e-de-violencia-no-campo/. *Acesso em 26/00/2010.***

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. Abertura de novos *Fronts a*gropecuários e violência na Fronteira Amazônica. *XI – EREGEO – Simpósio Regional de Geografia*. A Geografia no Centro-Oeste: passado, presente e futuro. UFG – Campus de Jataí-GO, 04 a 07 de set. de 2009.

_____. *Expansão da fronteira*: *o agronegócio e a abertura de novos fronts agrícolas.* Relatório Final do Projeto de Pesquisa, apresentado junto a junto a PROPEq, Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

_____ *Geopolítica e memória*: uma discussão do processo de desenvolvimento. Relatório de Pós-Doutoramento. Instituto de Geociências – Departamento de Geografia. Campinas: UNICAMP, 2005.

_____ *Imaginário do Sertão*: histórias de migrantes. Projeto de Pesquisa. ICLMA--UFMT-PIBIC, 2002.

_____. O *Migrante e a cidade:* dilemas e conflitos. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Sociologia. Araraquara: UNESP, 2000.

_____. *Políticas Territoriais e Colonização numa Área da Amazônia Oriental*. 1993. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, USP, São Paulo, 1993.

SANT'ANNA, André Albuquerque; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Direitos de propriedade, desmatamento e conflitos Rurais na Amazônia**. Disponível em www.

ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/.../texto250809.pdf - Acesso em 18/06/2010.

SCHNEIDER, R. *Government and the economy of the Amazon frontier*. LAC Regional Studies Program Report n º 34. Washington D.C.: The World Bank, 1994.

TORRES, H.G. "Migração e o migrante de origem urbana na Amazônia". In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. 2 ed. Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

YOUNG, C.E.F. *Políticas de Ajustamento Econômico e o Meio Ambiente: um estudo de caso para o Brasil*. Tese de doutorado. Londres: University College London, 1997.

Competitividade e precarização do trabalho: uma análise do periodo recente

Ana Márcia Rodrigues da Silva[1]
Karina Liotti Guimarães M. Pereira[2]

RESUMO: Nos anos 1980 houve modificações nas relações de trabalho, substituindo a produção em massa pela flexibilização. Este novo modelo apóia-se em um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os por meio de horas extras e através da contração de empregados temporários ou subcontratação. Foi disseminada a idéia de que a reintegração de atividades e o emprego de uma mão-de-obra melhor qualificada eram necessários. A preocupação com a competitividade também foi crescente tornando-se intrínsecos temas relacionados à produtividade e ao custo do trabalho. Assim, por meio deste trabalho objetiva-se analisar como o processo de globalização tem modificado as relações de trabalho, enfatizando a relação entre a qualificação profissional como condição para diminuição do desemprego e da precarização do trabalho, bem como, a questão dos custos do trabalho como instrumento de competitividade imposto por esse processo. Para alcançar este objetivo, foram utilizados dados extraídos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Após a análise bibliográfica e a exposição de tabelas, foi possível concluir que a qualificação profissional pode ser uma condição necessária, porém, insuficiente para a eliminação do desemprego e do trabalho precário. Do mesmo modo, o estudo permitiu evidenciar que os custos do trabalho no Brasil são baixos e, portanto, sua redução não aumentaria o nível de competitividade, mas afetaria diretamente os trabalhadores contribuindo para o aumento da precarização.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Precarização. Competitividade.

---

[1] Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Economia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Professora da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). anamarciarodrigues@hotmail.com

[2] MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduada em Tecnologia da Informação pela Faculdade UNITAS. Professora da Faculdade Cidade de Coromandel (FCC). Professora da Faculdade de Patos de Minas (FPM). karinaliotti@yahoo.com.br

Introdução

O mercado de trabalho no Brasil se consolidou nos anos 1930. Foram constatados avanços com relação às históricas conquistas dos trabalhadores, podendo-se destacar a Constituição de 1988. Apesar disto, o futuro do mercado de trabalho está diretamente ligado aos rumos das mudanças que ocorreram com a passagem do modelo Taylorista/Fordista para o Toyotista. Com isso, ocorre a precarização nas relações de trabalho e a qualificação passa a ser um requisito necessário para a inserção no mercado.

Além disso, o processo de globalização contribuiu para acirrar a competitividade entre as empresas o que afeta diretamente o trabalhador principalmente no que tange a diminuição dos postos de trabalho. A competição pelos poucos empregos induz por um lado (o da oferta de trabalho) o investimento das pessoas no aprimoramento de suas capacidades e por outro (o da demanda por trabalho) a redução dos custos do trabalho para que se alcance competitividade internacional.

Diante disso, por meio deste estudo, pretende-se analisar como o processo de globalização tem modificado as relações de trabalho, enfatizando a relação entre a qualificação profissional como condição para diminuição do desemprego e precarização do trabalho, bem como, a questão dos custos do trabalho como instrumentos de competitividade impostos por esse processo.

Para tanto, é realizada uma análise descritiva qualitativa com a utilização de dados recentes do DIEESE. O trabalho está estruturado em três seções. Na primeira aborda-se a relação entre a globalização e o mercado de trabalho no Brasil. Primeiramente enfatiza-se a formação de um mercado de trabalho, e em seguida, como este mercado se insere no processo de competitividade internacional. Na segunda seção, trata-se da exigência de formação profissional como condição para a eliminação da formas de precarização do trabalho, atentando-se para as mudanças no perfil do desemprego verificadas com o processo de reestruturação produtiva. Na última seção, são apresentadas condições de competitividade com base na análise do custo do trabalho e do peso dos encargos sociais na folha de pagamentos. Por fim, são evidenciadas as considerações finais.

1 Globalização e o mercado de trabalho no brasil

1.1 As origens do mercado de trabalho no Brasil

O setor de subsistência dos anos 1800 foi a primeira maneira de atendimento aos excluídos do mercado. Um século mais tarde, verifica-se a existência de grande parte da população em situação de pobreza se reproduzindo particularmente a partir das relações de trabalho não assalariado e sem proteção, ou seja, da informalidade. Neste contexto, é relevante destacar o papel do Estado ao abolir a escravidão sem nenhuma iniciativa de absorção dessa forma de trabalho, ao mesmo tempo em que se promovia a imigração da mão-de-obra européia beneficiada por taxações e subvenções em detrimento da mão-de-obra nacional. Esses fatos culminaram na perpetuação da exclusão, tendo em vista que um excedente da força de trabalho já existia mesmo antes da abolição da escravatura.

Segundo Theodoro (2005), o mercado de trabalho no Brasil se consolidou após os anos 1930.

> Os anos 1930 marcarão também o início da efetiva regulamentação do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil. O Estado vai promover uma série de medidas cujo objetivo final era forjar uma força de trabalho que pudesse servir à indústria, então em processo de consolidação. A legislação do trabalho implantada no primeiro governo Vargas lançou as bases de uma estrutura complexa, que ainda hoje caracteriza as relações de trabalho no país (THEODORO, 2005, p. 109).

Nesse sentido, no período getulista foram montados dois aparatos sociais: Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Todavia, estes eram caracterizados por seletividade e fragmentação, uma vez que atendiam apenas determinada parcela de trabalhadores assalariados.

O crescimento da população urbana permitiu uma concentração exacerbada da pobreza. Os problemas urbanos tornam-se mais importantes especialmente nos anos 1950. Dessa forma, o mercado de trabalho no Brasil apresenta aspectos importantes em termos de extrema desigualdade, vinculados a urbani-

zação acelerada com concentração da pobreza e diferenças de renda; e o acesso ao emprego em virtude da origem racial, bem como a existência do setor informal em dimensões importantes.

Diante disso, o Estado, assumiu uma posição de "co-responsabilidade" no que se refere à manutenção das desigualdades e suas conseqüências quanto à pobreza, o desemprego e informalidade. Se por um lado o Estado conseguiu forjar as bases da organização do assalariamento no país, este não se universalizou. Uma parte significativa da força de trabalho manteve-se fora do assalariamento, reproduzindo a pobreza.

O período que se estende até por volta de 1964 não se distingue muito das características observadas na Era Vargas. Ao contrário, o regime militar acena para outra tendência. Este último assume uma massividade, em contrapartida à seletividade do período Vargas. O atendimento emergencial à saúde, bem como à educação são bons exemplos disto.

Conforme Oliveira (1998) o regime militar limitou as conquistas históricas por parte dos trabalhadores, uma vez que sua representatividade foi eliminada pelas forças antidemocráticas. A principal conseqüência disto foi a redução salarial em termos reais e o bloqueio à ação sindical. Além disso, antes de 1964, havia estabilidade no emprego devido à imposição de penalizações às empresas que demitissem sem justa causa.

Em contrapartida "Os legisladores, após 1964, argumentando que o elevado 'passivo trabalhista' onerava as empresas, criaram o FGTS alimentado por contribuições obrigatórias, o que implicava certa socialização dos custos de demissão entre as empresas". Com isso, a contração de trabalhadores tornou-se flexível possibilitando que as empresas ajustassem facilmente a quantidade de mão-de-obra contratada (OLIVEIRA, 1998, p. 122).

Ao longo dos anos 1970, e principalmente a partir de 1981, emergem outras características relevantes no mercado de trabalho brasileiro. O sistema brasileiro desenvolveu um esquema assistencial denso, que se referem a grupos específicos e, por conseguinte, teoricamente residuais. Este clientelismo está vinculado não somente a seguridade social, como também a educação e o funcionamento do Sistema Nacional de Educação. Nos setores de educação e saúde a dimensão corporativista ganhou importância no passado mais recente. Entretanto, a igualdade no sentido de uma redistribuição vertical de renda, não

constituiu objeto prioritário. É certo que as tendências universalizantes foram sendo introduzidas no sistema, mas longe de conferir ao sistema brasileiro o tipo institucional-redistributivo (DRAIBE, 1989).

Segundo o Teixeira (1992), a Constituição de 1988 confirma a tendência redistributiva e assistencial do sistema brasileiro, negando a idéia de um simples seguro. Todavia, a inviabilidade da previdência e a implosão da seguridade impediram que se tornasse realidade o sistema aprovado em 1988. Foi preservado o caráter integrado da seguridade, sua autonomia financeira e orçamentária e o caráter democrático de sua gestão. Na verdade esse sistema baseado em três instituições nunca chegou a se estabelecer no Brasil, mas o que restou do sistema de 1988 é ainda importante no avanço das conquistas trabalhistas.

Para Theodoro (2005), no que se refere ao futuro do mercado de trabalho deve ser considerada a questão da redefinição da inserção internacional das economias subdesenvolvidas mediante o processo de globalização e mundialização da produção. Deste modo, deve ser ressaltado o papel relevante das novas tecnologias, que provocam taxas de crescimento da produção sem elevação correspondente do emprego. Então, há uma perspectiva real de aumento das atividades informais e das taxas de desemprego no Brasil. Para a reversão deste quadro será necessária uma ação estatal efetiva.

1.2 Globalização e competitividade internacional

Nos anos 1980 houve modificações nas relações de trabalho, substituindo a produção em massa pela flexibilização. O trabalho na era fordista que perdurou desde o final da crise de 1929 até então, foi caracterizado pela exploração do trabalhador sendo este um instrumento de lucro capitalista.

> [...] entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo desse século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em serie taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e ver-

> ticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2007, p. 17).

As transformações ocorridas na década de 1980 implicaram no aumento da tecnologia, com base na automação, robótica e microeletrônica que se inserem entre as relações trabalho e capital estabelecida nas indústrias. Inicia-se a busca por novos padrões de produtividade para a melhor adequação a lógica do mercado. A substituição do trabalhador por máquinas seria insuficiente para o aumento da produção, foram apresentadas alternativas ao modelo taylorista/fordista.

> [...] tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos do capital fixo de larga escala de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimentos estável em mercado de consumo invariantes. Havia problema de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor "monopolista") e toda tentativa de superar esses problemas de rigidez, encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora [...] (HARVEY, 1992, p. 135).

Vale ressaltar que estas modificações no cenário mundial induziram o acirramento dos processos de internacionalização e globalização, com destaque para os setores produtivos e comerciais. Sobre esse processo cabe reafirmar que:

> Uma das principais características desse processo é o notável crescimento do progresso tecnológico, com o desenvolvimento e a difusão de "novas tecnologias", principalmente nas áreas eletrônicas e informacionais, sendo que os setores de semicondutores, telecomunicações e informática são os mais destacados. A difusão de tais tecnologias, por um lado, cria novos produtos e novas oportunidades mercantis, e por outro gera maior eficiência e maior condições de competitividade para aqueles que têm acesso as essas inovações. A participação nesse processo, porém, não é acessível, a todos, em função do alto custo da inovação e da elevada complexidade tecnológica do processo, sendo que os gastos

> em P&D são cada vez mais elevados, e o ciclo de vida dos produtos é cada vez mais curto (VASCONCELOS, 1998, p. 520).

O avanço desses fenômenos gera conseqüências que incluem mudanças no papel do Estado e a desregulamentação das economias nacionais. Além disso, essas mudanças implicam aglomeração de empresas e alianças como estratégias de mercado. O progresso tecnológico em meio à crescente globalização e novos modelos de gestão são fatores atuantes que têm sido levados em consideração pelas grandes empresas. Segundo Deluiz (1996, p. 15) a globalização provocou as seguintes mudanças no mercado de trabalho: "[...] a reestruturação do mercado de trabalho, novas formas de organização do trabalho, a flexibilização do trabalho, o crescimento dos empregos precários, o desemprego cíclico e estrutural, e a exclusão de contingentes de trabalhadores do mercado formal [...]".

Este novo modo de produção estava baseado na especialização flexível. Essas experiências, conforme Antunes (2007) trouxeram como conseqüências o toyotismo podendo ser classificado em quatro fases: a) necessidade do trabalhador operar simultaneamente muitas máquinas; b) aumento da produção sem o correspondente aumento dos trabalhadores; c) utilização do *kanban*[3]; d) expansão do método *kanban* para as empresas contratadas e fornecedoras.

Com isso percebe-se que o toyotismo sustenta-se na idéia de estoque mínimo, aproveitando ao máximo o tempo de produção garantido pelo *just in time*. Isto é, a produção estava fundamentada principalmente na eliminação de desperdícios e no controle de qualidade do produto, sendo possível destacar a horizontalização da produção (ANTUNES, 2007).

Dentro dessa discussão conclui-se que este modelo apóia-se em um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os por meio de horas extras e através da contração de trabalhadores temporários ou subcontratação dependendo das condições de mercado. Para atender as exigências desse método de produção era preciso um processo produtivo flexível que permitisse ao operário operar várias máquinas ao mesmo tempo. É a chamada polivalência do trabalhador. Foi disseminada a idéia de que a reintegração de atividades e o emprego de uma mão-de-obra melhor qualificada eram necessários.

---

[3] O termo *kanban* designa uma técnica importada da gestão dos supermercados dos Estados Unidos que implica na reposição dos produtos somente após a venda.

Na década de 1990 houve intensificação e o aprofundamento dessas mudanças na dinâmica do capitalismo internacional. Com a abertura comercial e financeira no início da referida década, essas transformações chegam ao Brasil. A preocupação com a competitividade foi crescente tornando-se intrínsecos temas relacionados à produtividade e ao custo do trabalho. "Durante a década de 1990 foram abertos anualmente, 982,8 mil postos de trabalho. Essa quantidade de vagas abertas parece elevada, porém se apresenta insuficiente para atender ao ingresso de 1.490,5 mil pessoas ativas a cada ano no Brasil" (POCHMANN, 2000, p.189).

Mediante a competitividade crescente fica explicito que o trabalhador deve ser capaz de tomar decisões, diagnosticar soluções para tais problemas na sua área de atuação, se auto-organizar adequando-se às mudanças impostas. Diante desse cenário, a qualificação desses profissionais revela-se importante.

2 Formação Profissional e a Precarização da Força de Trabalho

Como o objetivo aqui estabelecido é analisar a influência do processo de globalização no mercado de trabalho tanto pelo lado da demanda como pelo lado da oferta, a oferta de trabalho diante das mudanças explicitadas, passa a ser influenciada pela busca por qualificação profissional.

> A natureza das transformações empresariais ocorridas neste final de século influencia fortemente o debate acerca do papel da educação e da formação profissional. De um lado, ganharam relevância os argumentos direcionados à inadequação inexiste entre o sistema educacional e o aparelho produtivo. De outro, as hipóteses da teoria do capital humano terminaram sendo recuperados com o pressuposto básico da empregabilidade e da incorporação plena do trabalhador os ganhos do desenvolvimento econômico [...] (POCHMANN, 2002, p. 130).

A formação profissional surge no cenário atual como elemento determinante na composição dos fatores que regem a competitividade dos países, das organizações e dos indivíduos.

> A difusão dessas concepções, no início dos anos 90, reforçou as iniciativas de promoção de programas de educação para a competitividade, uma vez que a educação adquiria uma centralidade nos novos "modelos" de produção. Num primeiro momento, ficamos otimistas diante da possibilidade de resgatar a dívida social de longa data, que não viabilizava, para a maioria da população, o direito à educação. A universalização do ensino básico e uma maior qualificação nos foram apresentada como possibilidade de resgate da dignidade, da cidadania. Contudo, estamos nos aproximando do final da década, presenciando o aumento da exclusão social, a conjugação entre crescimento da produção, da produtividade e da competitividade industriais e a queda sistemática do emprego industrial (SHIROMA e CAMPUS, 1997, p.14).

Isto implica,

> [...]**1**-uma reedição da teoria do capital humano, **2** tem levado alguns países a destinarem uma parcela significativa de seu orçamento para qualificação e reconversão de sua força de trabalho,**3** e a traçarem planos e políticas educacionais que visem a capacitar os indivíduos para lidarem com os novos parâmetros tecnológicos e prepará-los para o mercado de trabalho e/ou para o desenvolvimento de alguma atividade que lhes possibilite subsistência (ARRUDA, 2000, p.19).

Para atender os recentes interesses da indústria foi desenvolvida uma política educativa voltada para a formação básica utilizando-se de novas tecnologias. O processo de educação torna-se uma condição adicional de competitividade e produtividade.

> [...] Essa nova modalidade de trabalho educativo serve-se das ferramentas tecnológicas como o computador. A ênfase nas tecnologias e na utilização em Cursos Tecnológicos e Profissionais deve-se às vantagens de preparação em um curto espaço de tempo, com menor custo abrangendo o maior numero de pessoa possível. Para a produção industrial, o trabalho educativo nesta perspectiva aponta para a melhoria profissional das pessoas já no mercado industrial, com sérias perdas na aprendizagem e das necessidades gerais da qualificação (FRANÇA e RAMOS, 2008, p.9).

Todavia,

> O discurso da empregabilidade reconhece que, na competição acirrada pelos poucos empregos que o mercado oferece, existe também a possibilidade de pessoas que investiram no desenvolvimento de suas capacidades empregatícias, não terem acesso ao emprego e permanecendo na situação de desempregados, ou empregados em condições precárias. Além disso, devemos considerar os fatores estruturais geradores do desemprego, tais como insuficiência do crescimento econômico, o aumento da população em busca de emprego e o desenvolvimento tecnológico, que substitui trabalho humano, fatores estes que ocasionam uma redução efetiva do número de vagas disponíveis no mercado de trabalho (FRANÇA e RAMOS, 2008, p.11).

A competitividade inerente ao mercado de trabalho faz com que os profissionais acompanhem os novos processos e modelos de gestão, os avanços tecnológicos e a automação. Essas transformações têm provocado mudanças na empregabilidade exigindo qualificação dos profissionais.

> A qualificação profissional nas organizações permite obter resultados para os indivíduos, para suas equipes de trabalho e também para as instituições. Essa qualificação pode ocorrer de diversas formas, desde a contratação de estagiários e pessoas em primeiro emprego até ações de capacitação, como treinamentos em serviço ou investimentos em cursos realizados dentro ou fora da organização [...] (MOURÃO, 2009, p.3).

A qualificação passou a ser entendida "[...] muito mais como uma relação social complexa entre as operações técnicas, a estimativa de seu valor social e as implicações econômico-políticas que advêm dessa relação, do que como estoque de saberes" (RAMOS, 2002, p.401).

Através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo DIEESE em 2008, foi identificado que ao analisar a Região Metropolitana de São Paulo, os cursos gratuitos, geralmente fornecidos pelo setor público, são realizados principalmente por indivíduos com renda mais baixa, isto é, estes programas são focalizados em favor dos segmentos mais carentes da população. Por sua vez, a capacitação oferecida pelas empresas tende a atender preferencialmente à população pertencente aos estratos superiores de renda. Isto sugere que as empresas promovem a capacitação para ocupações mais especializadas, associadas a níveis salariais mais elevados.

Na referida Região Metropolitana, ainda segundo o DIEESE, 68,4% dos assalariados precisaram atender a exigências do empresário para conseguir o emprego. As condições requeridas pelos empregadores referiam-se à escolaridade (50,8%), à experiência profissional (38,2%), e o domínio de conhecimentos específicos (20,3%). Ao relacionar as exigências de contratação ao tempo médio de permanência no atual emprego e o rendimento médio mensal, os maiores rendimentos eram auferidos por trabalhadores que comprovavam conhecimentos específicos para a ocupação. Deste modo, este tipo de trabalho especializado explica tal rendimento. Contudo, não são esses os que continuam por mais tempo no emprego. Isto aponta para o fato de que estes trabalhadores têm maiores oportunidades para buscar outro posto de trabalho, mais vantajoso.

Segundo Pochmann (2002, p. 130) não há consenso dos pesquisadores sobre a eficácia dos programas de qualificação profissional. O fato é que vem sendo requerida no tratamento de mão-de-obra não-qualificada para o mercado. "O despreparo da oferta de trabalho para ocupar os empregos [...] traria, por conseqüência, o desemprego e menor inclusão do trabalhador nos frutos do desenvolvimento econômico".

De fato, no decorrer dos 1990 o desemprego se agravou. Segundo Pochmann (2000) até mesmo o perfil do desemprego no Brasil sofreu alterações. Os altos índices de desemprego eram verificados independentemente do grupo demográfico ou qualificação profissional. Isto é, pode-se dizer que com o processo de globalização houve generalização do fenômeno.

> Nos anos 90, o desemprego no Brasil transformou-se num fenômeno mais complexo e heterogêneo. Até a década de 80, o desemprego tendia a concentrar-se mais entre os jovens, mulheres, negros e pessoas analfabetas e com pequena experiência profissional. Por atingir mais os que procuravam o seu primeiro emprego e os trabalhadores com experiências nas atividades inferiores da estrutura ocupacional das empresas, o desemprego era um fenômeno relativamente homogêneo (POCHMANN, 200, p. 191).

De acordo com Pochmann (2000, p. 191) o desemprego verificado a partir da década de 1990 atinge principalmente,

> [...] (i) pessoas com mais de 11 anos de escolaridade, (ii) para pessoas com idade mais avançada (mais de 40 anos), (iii) para os homens, (iv) para os não-chefes de família (cônjuge), (v) para

as pessoas de cor e (vi) para os que buscam o primeiro emprego. Em compensação, a situação tornou-se menos acentuada relativamente para aqueles com (i) menor grau de escolaridade, (ii) menor faixa etária, (iii) para as mulheres, (iv) para os filhos, (v) para os brancos e (vi) para os que buscavam um reemprego.

Além da modificação no perfil do desemprego, observa-se um processo de desassalariamento. Entre fins do século XIX e a década de 1980, o trabalho assalariado cresceu de acordo com a conjuntura econômica. "Durante as décadas de 40 e 70, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho gerados, oito eram de empregos assalariados, sendo 7 com carteira assinada. Entretanto, nos anos 90, a cada 10 empregos criados, somente 2 eram assalariados, porém, sem registro formal (POCHMANN, 2000, p. 195).

De maio de 2009 para maio de 2010 houve o aumento de empregos formais que passou de 8.252 mil pessoas para 8.893 mil pessoas, um aumento de 7,8%. Contudo, observa-se que entre abril de 2010 e maio de 2010 ocorreu a redução de 99 mil postos de trabalhos. Estes dados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Estimativas de ocupados, segundo posição na ocupação Regiões Metropolitanas e Distrito Federal*

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Maio/09	Abril/10	Maio/10	Maio/10 - Abril/10	Maio/10 - Maio/09	Maio/10 - Abril/10	Maio/10 - Maio/09
Total de Ocupados	18.402	19.100	19.068	-32	666	-0,2	3,6
Assalariados	12.238	12925	12875	-50	637	-0,4	5,2
Setor Privado	10.233	10.912	10.839	-73	606	-0,7	5,9
Com Carteira Assinada	8.252	8.992	8.893	-99	641	-1,1	7,8
Sem Carteira Assinada	1.981	1.921	1.946	25	-35	1,3	-1,8
Setor Público	1.997	2.012	2.042	30	45	1,5	2,3
Autônomos	3.379	3.419	3.463	44	84	1,3	2,5
Empregados Domésticos	1.470	1.437	1.416	-21	-54	-1,5	-3,7
Demais Posições**	1.315	1.319	1.314	-5	-1	-0,4	-0,1

Fonte: Convênio Seade – DIEESE, MTE/FAT e convênios regionais.

*Corresponde ao total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

**Incluem donos de negócio familiar, profissionais autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Com o processo de globalização, também foram evidenciadas formas atípicas de emprego. Dentre elas destacam-se os contratos temporários, o trabalho em domicílio, a subcontratação e a terceirização. "Estas formas atípicas têm sido associadas de forma crescente à precarização do trabalho, pois refletiram o desejo das empresas em reduzir custos de mão-de-obra, já que os trabalhadores assim empregados não gozariam dos mesmos direitos do assalariamento padrão" (PAMPLONA, 2001, p. 53).

A diminuição dos empregos no setor produtivo está associada ao processo de reestruturação e modernização das empresas brasileiras. Além disso, podem-se destacar como mecanismo impulsionador do desemprego as duas "décadas perdidas" que o país vivenciou, vale ressaltá-las, 1980 e 1990. Neste período, o Brasil passou por três recessões consecutivas (1981/1983, 1990/1992 e 1998/1999). Como a taxa de desemprego está diretamente relacionada com a taxa de desempenho econômico é plausível que o desemprego tenha aumentado neste período.

Conforme Pochmann (2000) nos anos 1990 seis milhões de pessoas foram atingidas pelo desemprego, ao passo que na década de 1980 os desempregados não ultrapassavam dois milhões de pessoas. Os trabalhadores que se mantiveram empregados "foram os de maior escolaridade, maior tempo de serviço na mesma empresa e maior faixa etária" (POCHMANN, 2000, p. 209).

Ao considerar as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal, é possível perceber que entre maio de 2009 e maio de 2010 houve uma redução do número de desempregados de 3.285 mil pessoas para 2.904 mil pessoas. Entretanto, trata-se de um índice ainda muito elevado. Isto pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2: Estimativas do número de pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal*

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Maio/09	Abril/10	Maio/10	Maio/10 - Abril/10	Maio/10 - Maio/09	Maio/10 - Abril/10	Maio/10 - Maio/09
População em Idade Ativa	35.666	36.245	36.281	36	615	0,1	1,7
População Economicamente Ativa	21.687	22.042	21.972	-70	285	-0,3	1,3
Desempregados	3.285	2.942	2.904	-38	-381	-1,3	-11,6
Em Desemprego Aberto	2.322	2.098	2.071	-25	-251	-1,2	-10,8
Em Desemprego Oculto por Trabalho Precário	628	565	555	-10	-73	-1,8	-11,6
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	335	281	279	-2	-56	-0,7	-16,7

Fonte: Convênio Seade – DIEESE, MTE/FAT e convênios regionais.

*Corresponde ao total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

Com base no que foi explicitado, observa-se que com o processo de globalização, houve uma modificação na composição do desemprego no Brasil, bem como, a intensificação dos indicadores. Com o desassalariamento, verifica-se a ampliação da precarização do trabalho, associado à perpetuação de postos informais, especialmente no início dos anos 1990. Sendo assim, a qualificação profissional torna-se um requisito necessário para que o trabalhador encontre inserção neste processo. Apesar disto, não tem se mostrado como uma condição suficiente, haja vista que mesmo com a disseminação desta ideia os índices de desemprego ainda são elevados.

3 Encargos sociais, custo do trbalho e competitividade

Ao observar o lado da demanda por trabalho verifica-se que no cenário atual, a empresa necessita alcançar competitividade. A partir dos anos 1990, houve um aumento da preocupação em torno da competitividade internacional. Dentre estas preocupações, destacam-se a taxa de câmbio, a produtividade e o custo do trabalho. Esta última possui grande peso dentre as propostas recentes para o aumento da competitividade. Assim, diversos estudos apontam para a necessidade de se reduzirem os custos do trabalho, para que consequentemente se instaurem condições de concorrência internacional.

De acordo com Santos (1996), pesquisas assinalam para o elevado peso dos encargos sociais no Brasil. Estes resultados estão relacionados com as diferentes metodologias adotadas por estes estudos que visam dimensionar o peso dos encargos na folha de pagamento das empresas. Sendo assim, observa-se que existem distintas definições sobre o que pode ser considerado como encargo social. Geralmente esta classificação não é realizada de maneira adequada. Os empresários defendem a tese de que os encargos sociais no país representam 102% do salário dos trabalhadores, partindo de um cálculo que, segundo o DIEESE não é correto.

É importante ressaltar que o custo do trabalho pode ser decomposto em duas formas: salários e encargos sociais. Os custos salariais são os retornos monetários pelo trabalho enquanto os encargos sociais são destinados ao financiamento da seguridade social. Classificar todas as incidências na folha de pagamentos como encargos sociais, obviamente, poderá levar a conclusões errôneas que evidenciarão um elevado peso destes itens.

> [...] 13º salário, abono de férias, férias, feriados, descanso semanal, FGTS, e outros [...] que podem e devem ser vistas como custo do trabalho para as empresas – caracterizam-se como benefícios diretamente associados ao trabalho realizado, que favorecem diretamente o trabalhador e, portanto, não se apresentam como encargos sociais, como despesas ou contribuição, destinadas ao financiamento de atividades sociais que transcendem o universo da remuneração individualizada do trabalhador (SANTOS, 1996, p. 226).

Por conseguinte, não podem ser confundidas as despesas referentes às conquistas individuais e direitos trabalhistas com itens também incidentes sobre a folha de pagamentos que se dirigem ao financiamento da seguridade social. Ao retirar os benefícios da folha de pagamento que destinam ao trabalhador individualmente, o peso dos encargos sociais no Brasil é baixo, em torno de 22%. Isto pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3: Desembolso total mensal para empregar um trabalhador (Salário contratual hipotético de R$ 1.000,00)

Item de despesa	Subparcelas	Desembolso (em R$)
1 Salário contratual		1.000,00
2 Salário Adiado ou Diferido		
13º e adicional de 1/3 de férias (como proporção mensal)		111,11
3 Folha de pagamentos média mensal (1 + 2) (base de cálculo dos encargos sociais)		1.111,11
4 FGTS e verbas rescisórias (proporção mensal)		118,00
5 Remuneração média mensal total do trabalhador (3 + 4)		1.229,10
6 Encargos sociais		
6.1 - INSS (20%)	222,22	
6.2 - Seguro de acidentes de trabalho (2% em média)	22,22	
6.3 - Salário-educação (2,5%)	27,78	
6.4 - Incra (0,2%)	2,22	
6.5 - Sesi ou Sesc (1,5%)	16,67	
6.6 - Senai ou Senac (1,0%)	611,11	
6.7 - Sebrae (0,6%)	6,67	
Encargos sociais (incidentes sobre R$ 1.111,11)		308,89
7 Desembolso total mensal do empregador (5 + 6)		1.538,00

Fonte: DIEESE (2010).

De acordo com Santos e Pochmann (1996), há evidências de que houve aumento dos encargos sociais sobre a folha de pagamentos pós 1980. Apesar disso, a diminuição dos encargos para fins de competitividade pode acentuar a precarização do trabalho uma vez que afetam diretamente os benefícios sociais conquistados pelos trabalhadores.

> Com uma possível redução dos encargos sociais, sem a definição automática e imediata de novas bases de financiamento da

> seguridade social, a precarização do mercado de trabalho e as desigualdades salarial e social tendem a crescer ainda mais. Diante da menor proteção social, o mercado de trabalho mais flexível impulsionaria o crescimento das desigualdades salariais sem resolver, no médio e longo prazos, a questão da competitividade produtiva (SANTOS e POCHMANN, 1996, p. 204).

O custo da mão-de-obra no Brasil é um dos menores do mundo. De acordo com Santos e Pochmann (1996) enquanto a Alemanha, Noruega e Bélgica no ano de 1993 possuíam um custo horário do trabalho na indústria acima de US$ 20, no Brasil este custo não ultrapassava US$ 3. Durante 1975 e 1993, em comparação com os Estados Unidos, o Brasil permaneceu com um baixo custo unitário do trabalho.

Observando a Tabela 4, verifica-se que no ano de 2007, o Brasil possuía um custo horário do trabalho menor que Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Japão, Coréia, Singapura e Taiwan. Neste ano, o custo do trabalho no Brasil estava em torno de US$ 5,96, ficando à frente apenas do México com custo de US$ 2,92.

Tabela 4: Custo horário da mão-de-obra manufatureira em 2007

Países selecionados

Países	US$
Alemanha	37,66
Reino Unido	29,73
França	28,57
Estados Unidos	24,59
Espanha	20,98
Japão	19,75
Coréia	16,02
Singapura	8,35
Taiwan	6,58
Brasil	5,96
México	2,92

Fonte: DIEESE (2010).

Com estes dados observa-se que o Brasil, mesmo com a manutenção de baixo custo do trabalho, não conseguiu alcançar a melhor situação na compe-

tição internacional. Isto é mais uma prova de que este indicador é inadequado para tratar de tal questão.

Em suma, o custo do trabalho no Brasil é baixo e os encargos sociais não são elevados como indicam os estudos tradicionais. Desta forma, o custo do trabalho não deve estar relacionado ao nível de competitividade. A competitividade está vinculada aos fatores externos e internos à empresa como estratégia e gestão empresarial, inovações e recursos humanos (SANTOS e POCHMANN, 1996).

Santos e Pochmann (1996, p. 196) ressaltam alguns argumentos que demonstram a dificuldade de se utilizar o custo do trabalho como instrumento de competitividade.

> O trabalho assalariado, por não se constituir em componente homogêneo do custo de produção, é tradicionalmente de difícil comparação internacional. O perfil da força de trabalho (nível de qualificação, sexo, idade, cor) e o padrão das relações de trabalho (empresas, sindicato, legislação) variam de país para país [...].

Apesar disso, a redução do custo do trabalho associada a flexibilização e desregulamentação do mercado, bem como, a redução dos encargos sociais são apresentadas como requisitos necessários dentro da política liberalizante implantada nos anos 1990. "[...] por sua vez, volta-se para a redução do custo do trabalho para a qual basicamente propõe a retirada de encargos sociais da folha de pagamento das empresas, o que, na forma como tem sido proposto resultaria até mesmo em redução dos rendimentos dos trabalhadores" (SANTOS e POCHMANN, 1996, p. 210).

Assim, esta alternativa restringe-se a impor perdas ao segmento de menor resistência, isto é, a classe de trabalhadores. Isto possivelmente culminaria na diminuição do poder sindical e consequentemente na primazia do empresário sobre o trabalhador no que tange a extração da *mais valia*. Mais que isto, esta solução mostra-se falha em virtude do já mencionado baixo custo do trabalho no Brasil.

Conclusão

Neste trabalho ficou evidente que o futuro do mercado de trabalho depende do rumo que tomarão as mudanças que se iniciaram nos anos 1980

atingiram o Brasil nos anos 1990 promovendo modificações nas relações de trabalho. Com o processo de globalização, ocorre a precarização nas relações de trabalhistas e a qualificação passa a ser um item necessário para a inclusão do trabalhador no mercado competitivo.

A competitividade entre as empresas afeta diretamente o empregado principalmente no que tange a diminuição dos postos de trabalho. Além disso, a preocupação com a concorrência também foi crescente tornando-se veementes questões relacionadas à produtividade e ao custo do trabalho. Deste modo, a competição pelos reduzidos postos de trabalho induz, pelo lado da oferta, o investimento das pessoas no aprimoramento de suas capacidades; e pelo lado da demanda por trabalho, a diminuição dos custos da mão-de-obra para que se alcance competitividade internacional.

Após a revisão bibliográfica e a análise dos dados, foi possível concluir que a qualificação profissional pode ser um requerimento necessário, mas não é suficiente para a redução do desemprego e a eliminação do trabalho precário. Do mesmo modo, o estudo permitiu evidenciar que os custos do trabalho no Brasil são baixos e, portanto, sua redução não aumentaria o nível de competitividade, mas afetaria diretamente os trabalhadores contribuindo para o aumento da precarização. Em síntese, esta alternativa impõe perdas ao segmento de menor resistência, qual seja a classe de trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidades do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

ARRUDA, MARIA DA CONCEIÇÃO CALMON. Qualificação versus Competência. Boletim técnico do Senac, Rio de Janeiro, v.26, n. 2, p 19-27, abr., 2000.

DELUIZ, N. A Globalização econômica e os desafios à formação profissional. *Boletim técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.15-21, maio/ago 1996.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: < http://www.dieese.org.br/ped/sp/pedrmsp_BoletimBlocoG.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2010.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: < http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaImprensaJornada0209.pdf >. Acesso em: 16 de julho de 2010.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitana0510.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2010.

DRAIBE, Sônia. O "Welfare State" no Brasil: características e perspectivas. In: ANPOCS. *Ciências Sociais Hoje*, 1989. São Paulo: Vértice e ANPOCS, 1989, p. 13-61.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1992.

MARTINS, H. E. P.; BERTOLUCCI JUNIOR, L.; OLIVEIRA, P. L. Urbanização, migração e emprego: uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. *Pesquisa & Debate, Sp*, volume 18, número 2 (32) pp. 283-305, 2007.

MOURÃO, L. Oportunidades de qualificação profissional no Brasil: reflexões a partir de um panorama quantitativo. *Revista de administração de contemporânea* vol. 13 nº 1 Curitiba Jan./Mar.2009.

OLIVEIRA, C. A. B. "Formação do mercado de trabalho no Brasil". In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Economia & Trabalho.* Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

PAMPLONA, J. B. *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil.* São Paulo: Germinal, 2001.

POCHMANN, M. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. IN: FONTES, R.; ARBEX, M. A. Desemprego e Mercado de trabalho: *Ensaios teóricos e empíricos*. Viçosa: UFV, 2000.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização.* São Paulo: Boitempo, 2002.

PREVITALLI, F. S.; FAGIANI, C. C.; LUCENA, C. A.; FRANÇA, R. L. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação: o caso da indústria sucroalcooleira na região do triângulo mineiro/MG, Brasil a partir da década de 1990. (Apresentação de Trabalho/Comunicação), 2009.

RAMOS, M. N. A educação pela pedagogia das competências e as superfície dos documentos oficiais. *Educ. Soc*., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 401-422.

RAMOS, A. F; FRANÇA. R. L. Educação Profissional: *Políticas Públicas para o ensino técnico profissionalizante*. Uberlândia: UFU, 2008.

SANTOS, A. L.; POCHMANN, M. "Encargos sociais no Brasil: debate e propostas recentes de flexibilização". In: POSTHUMA, A. C. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e TEM; São Paulo: Ed. 34. 1999.

SANTOS, A. L. Encargos sociais e o custo do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.*

SANTOS, A. L.; POCHMANN, M. "O custo do trabalho e a competitividade internacional". In: OLIVEIRA, C. E. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.*

SHIROMA, E. O; CAMPOS, R.F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 61, dezembro/97.

TEIXEIRA, Aloísio. O conceito de seguridade e a Constituição Brasileira de 1988. *Previdência em Dados*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-9, jan./mar. 1992.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.* Brasília: IPEA, 2005.

VASCONCELOS, M. A; E et alli. *Economia Brasileira e Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 1998.

Dossiê Educação

Didática no Curso de Pedagogia e as Contribuições da Teoria Desenvolvimental de V. V. Davídov

Marilene Marzari[1]

Resumo: Este artigo apresenta uma síntese da tese de doutorado em educação, defendida junto à Pontifícia Universidade Católica de Goiás/GO, com o título "Ensino e aprendizagem de didática no Curso de Pedagogia: contribuições da teoria desenvolvimental de V. V. Davídov". A tese insere-se no campo da didática e tem como objetivo analisar as contribuições da teoria do ensino desenvolvimental para a formação do pensamento teórico, em didática, dos alunos que frequentam o Curso de Pedagogia, em uma instituição de ensino privada de Barra do Garças/MT, e se preparam para ser professores na Educação Infantil e Anos Inicias do Ensino Fundamental. A fundamentação teórica que norteou o estudo pautou-se, principalmente, na teoria histórico-cultural de Vygotsky e na teoria do ensino desenvolvimental de Davídov. A pesquisa, de natureza qualitativa, teve como procedimentos de coleta de dados a observação, a entrevista, a análise documental e a realização do experimento didático-formativo. A análise da pesquisa revelou que os professores, em sua maioria, responsabilizam os alunos pela pouca aprendizagem e se isentam das responsabilidades de repensar uma melhor forma de organizar o ensino, que é predominantemente transmissivo e se fundamenta na concepção da lógica formal. Os alunos tendem a aceitar bem essa prática e dificilmente se colocam como sujeitos ativos em seu processo de aprendizagem. Se, de um lado, se tem uma formação acadêmica que resulte numa outra concepção de ensino, de outro, a realização do experimento didático-formativo mostra que existem possibilidades concretas de desenvolver o pensamento cognitivo dos alunos. Para isso, as atividades de ensino devem partir de uma lógica teórica, ou seja, do geral para o particular, do coletivo para o individual, do abstrato ao concreto pensado, a fim de que os alunos formem o pensamento teórico imprescindível ao desenvolvimento do pensamente cognitivo.

Palavras-chave: Didática. Ensino desenvolvimental. Pensamento teórico.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma síntese da tese de doutorado em educação, defendida junto à Pontifícia Universidade Católica de Goiás/

[1] Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora no Curso de Pedagogia das Faculdades Cathedral e professora formadora no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – CEFAPRO/MT.

GO, com o título "Ensino e aprendizagem de didática no Curso de Pedagogia: contribuições da teoria desenvolvimental de V. V. Davídov".

A experiência com formação continuada de professores fez com que me deparasse com docentes que careciam de uma série de conhecimentos básicos a respeito das questões didático-pedagógicas. À época, acreditava que as instituições de ensino superior eram responsáveis pela formação dos alunos e que estes deveriam sair dos cursos de licenciatura sabendo ser professores.

Estava tão convencida disso que não percebia as minhas fragilidades em atuar junto à formação continuada. Acreditava que o problema estava na formação inicial e isso fez com que me afastasse da função de formadora para ingressar no mestrado, em 2002. A intenção não era aprofundar os estudos que pudessem contribuir para ter uma melhor preparação, no sentido de mediar didaticamente a formação dos professores, mas para distanciar-me das questões ligadas aos processos de ensino e de aprendizagem, já que me encontrava um tanto que desencantada com a situação da formação continuada.

O distanciamento das questões pedagógicas pareceu-me ser o melhor caminho e, de certa forma, o mais confortável. Optei pelos estudos sobre história de vida, cultura, memória, lembranças, educação informal, entre outros. Tratei, sem dúvida, de um tema importante e que não se constituiu uma tarefa fácil, principalmente para uma pedagoga que recebeu um ensino fundamentado no pensamento da lógica formal.

O mestrado trouxe muitas aprendizagens, além de ter sido muito prazeroso. Primeiro, porque ouvir os relatos das pessoas 'simples' que migraram para a região, hoje Barra do Garças/MT, fizeram reavivar a minha história de vida. Segundo, porque me distanciei das questões escolares. Em 2004, retomo a função de professora formadora e, concomitantemente, ingresso em uma instituição de ensino superior para exercer a função de professora, num curso de formação inicial de professores. Essa experiência fez com que reavivasse a memória de que as críticas que fazia às instituições de ensino superior por deixarem de 'formar' satisfatoriamente os futuros professores também se aplicavam a mim, pois as falhas que eu apontava se apresentavam na minha atuação docente, ao reproduzir as práticas de ensino recebidas durante a graduação.

Isso me fez perceber que o desvio na caminhada, durante o mestrado, afastou-me apenas provisoriamente dos desafios e conflitos presentes no pro-

cesso de ensino e de aprendizagem. Diante disso, visualizava duas saídas: uma, abandonar o curso de formação inicial de professores na faculdade e a função de professora formadora e retornar à escola, Caminho pelo qual, certamente, os problemas persistiriam e a outra, retomar o caminho desviado durante o mestrado e voltar-me para as questões didático-pedagógicas, em busca de alternativas de ensinar e de aprender, diferentes daquela vivenciada e que havia constatado em minha prática, e que não ofereciam as contribuições necessárias.

Percebia que para permanecer no mercado de trabalho deveria continuar minha formação em nível *stricto sensu*. Desta vez optei pela linha de pesquisa "Teorias da Educação e Processos Pedagógicos", guiada pela intencionalidade de aprofundar os estudos a respeito das teorias pedagógicas e dos processos formativos, mais especificamente dos relacionados com a didática. Acreditava que esse tema ajudaria a vislumbrar novas perspectivas, conhecer outros caminhos e adquirir conhecimentos para desempenhar melhor a atividade docente.

Depois de algumas leituras iniciais a respeito da didática e das discussões desencadeadas no decorrer do curso de doutorado, foi possível definir o tema da investigação: a formação didática de futuros pedagogos. Enquanto avançava nos estudos, esse tema foi adquirindo maior sentido, principalmente quando da aproximação com a abordagem histórico-cultural que me permitiu compreender melhor a relação entre o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo do aluno.

O problema ganhou formulação quando me apropriei da teoria do ensino desenvolvimental elaborada por V. V. Davídov. Essa teoria, além de ressaltar a íntima relação entre atividade de aprendizagem e desenvolvimento, apontada na teoria histórico-cultural, também postula um modo geral de organização do ensino para a promoção do desenvolvimento cognitivo do aluno. Esta organização constitui-se como uma base orientadora da concretização de propostas de ensino nas diversas áreas do conhecimento. No entanto, para concretizá-la se requer, como afirma Davídov, que as pesquisas sejam realizadas pelos profissionais da área. Nesse momento, minha preocupação estava voltada para o desenvolvimento do conhecimento didático dos alunos no Curso de Pedagogia.

Ao associar esse entendimento à revisão bibliográfica acerca da didática e da formação de professores, foi possível definir **o problema** da investigação**:** o ensino de didática, fundamentado na teoria do ensino desenvolvimental, ajuda

os alunos do Curso de Pedagogia – Licenciatura a formar o pensamento teórico em didática?

Dele resultou o **objetivo principal**: analisar as contribuições da teoria do ensino desenvolvimental para a formação do conceito de didática, por alunos do Curso de Pedagogia. Outros objetivos mais específicos foram: - descrever aspectos didáticos predominantes no Curso de Pedagogia; - analisar a aprendizagem dos alunos decorrente do ensino desenvolvimental; - identificar as contradições no ensino desenvolvimental da didática. Assim, compreendendo a importância central que tem a didática na formação de futuros pedagogos, deu-se a definição do que estou chamando de nuclear da pesquisa – a didática – e que foi o seu eixo condutor.

A decisão pelo estudo envolvendo a didática está diretamente ligada à necessidade de buscar outras perspectivas de ensino que contribuam para uma aprendizagem mais significativa por parte dos alunos, principalmente aos que se preparam para exercer a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com a natureza do problema e os objetivos da pesquisa, fiz uso da metodologia qualitativa. Os dados foram obtidos por meio da **análise de documentos;** de **observações** e de **entrevistas** com professores e alunos. Recorri ao experimento didático-formativo, mediante o qual foi realizado o ensino do conceito de didática, durante um curso com carga horária de 60 horas. Assim, em seu conjunto, os sujeitos participantes da pesquisa eram formados por 24 alunas e 6 professoras do Curso de Pedagogia de uma instituição privada de Barra do Garças/MT.

Para adentrar o campo de discussões da didática, entendo ser necessário recuperar alguns pontos de sua instituição, no Brasil, no final da década de trinta, quando ela se constituía como curso e como disciplina e as mudanças que foram ocorrendo, principalmente a partir da aprovação da LDB nº. 4. 024/1961 quando o curso de didática se desdobrou em **didática geral** e em **prática de ensino.** Assim, a didática era responsável por ensinar aos futuros professores técnicas para formular objetivos, elaborar planos e provas, dar uma aula expositiva e conduzir um trabalho de grupo. Candau (1990) faz uma síntese e diz que a didática era entendida como um conjunto de conhecimentos técnicos sobre o 'como fazer' pedagógico, sem questionar os fins do ensino, uma vez que já es-

tavam previamente definidos pela expectativa que a sociedade dominante tinha da escola – preparar para o mercado de trabalho.

A década de sessenta, segundo Veiga (2002), foi marcada pela crise da pedagogia nova e pela articulação da tendência tecnicista, assumida pelo grupo militar no poder, quando o ensino se fundamentava nos critérios de racionalidade, produtividade e eficiência. Nesse sentido, Garcia (1994) diz que: "a didática vai engajar-se na busca da racionalização, da eficiência e da produtividade do ensino, levando às últimas consequências o caráter técnico e instrumental com que já vinha se afirmando nos anos anteriores" (p. 172)

Com o processo de redemocratização do país, na década de 1980 do século XX, a didática sofreu severas críticas, principalmente advindas das Ciências Sociais que denunciavam o caráter técnico e de neutralidade da didática. Como analisa Veiga (2002), a didática passou a assumir o discurso sociológico, filosófico e histórico, comprometendo sua identidade, ao acentuar uma postura pessimista e de descrédito quanto à sua contribuição para a prática pedagógica do futuro professor. Essa posição criticada por Veiga foi, mais tarde, consubstanciada na Resolução CNE/CP nº. 1 de 2006, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

A dimensão política da prática pedagógica ganhou uma importância tal que negou a dimensão técnica, como se ambas fossem contrapostas. No entanto, escreveu Candau: "competência técnica e competência política não são aspectos contrapostos. A prática pedagógica, exatamente por ser política, exige a competência técnica". (CANDAU, 1985, p. 21)

Essas dimensões a que se refere a autora precisam ser construídas a partir da superação da perspectiva da racionalidade técnica que considera o professor como mero executor de decisões alheias, em detrimento de uma formação docente fundamentada no reconhecimento da capacidade de tomada de decisões. Isso requer uma melhor compreensão do contexto histórico, político, social, cultural e organizacional que envolve a atividade docente. Nessa concepção, a disciplina de didática passa a ser vista, nos cursos de formação de professores, não apenas como método e técnica de ensino, mas como elemento que articula concepções e ações didáticas significativas à formação de docentes capazes de tratá-las em suas relações com o ensino e a aprendizagem.

No decorrer dos anos oitenta e noventa do século XX, o desafio para a

didática consistia em ultrapassar o nível da crítica e apontar alternativas para o ensino mais coerente com os interesses e necessidades educativas concretas da maioria da população. A esse respeito destaco os estudos de Saviani (1991) e Libâneo (1992) que buscaram enfatizar o papel da didática como disciplina que estuda o processo de ensino e de aprendizagem, envolvendo objetivos, conteúdos científicos, métodos e técnicas, avaliação e formas de organizar e viabilizar o ensino. Assim, de acordo com Martins (2008), esses teóricos acentuaram a importância de formar uma consciência crítica e uma ação transformadora pela transmissão-assimilação ativa de conteúdos críticos, articulados aos interesses da maioria da população.

Se, por um lado, verificava-se essa ênfase na importância da didática, por outro, surgiam, por parte de intelectuais ligados às ciências sociais, estudos que privilegiaram investigações de cunho macrossocial, o que resultou numa disputa pelo lugar da teoria pedagógica e, consequentemente, pelo objeto de estudo da didática. Em minha pesquisa, destaco principalmente os estudos curriculares na perspectiva da sociologia crítica da educação – década de oitenta do século XX – que originaram a teoria curricular crítica. Na década de noventa, aparecem análises orientadas pelas teorias pós-modernas, em que as discussões acerca do currículo buscam contemplar outros temas, como: cultura, diversidade, gênero, identidade, linguagem, entre outros.

No mesmo período das discussões curriculares, surgem as ideias sobre formação continuada que ganham espaço no Brasil, por meio de autores que discutem perspectivas distintas, mas que podem, segundo Mizukami et. al. (2002), ser representadas por três teses que sintetizam os principais eixos de investigação e que, de certa forma, são de consenso entre os pesquisadores da área:

- o lócus da formação a ser privilegiado não mais é a universidade e sim a própria escola de educação básica; - o processo de formação continuada tem como referência o saber docente, o reconhecimento e a valorização desse saber e - as etapas de desenvolvimento profissional no magistério que se diferenciam entre aqueles que estão ingressando e os que têm experiência pedagógica ou com os que estão no final da carreira. Esses eixos são coincidentes ao afirmarem que, para exercer a função docente, é necessário construir uma série de saberes que, muitas vezes, sem que se dê a devida atenção, acabam influenciando as práticas pedagógicas.

Tais estudos - currículo e formação de professores - passam a disputar o campo da didática. Isso gerou uma tensão, envolvendo pesquisadores e docentes que passaram a reivindicar a preferência dos docentes que atuam nas instituições formadoras, provocando neles, de certa forma, atitudes 'reducionistas' em relação à abordagem dos problemas que envolvem o processo de ensino e de aprendizagem.

Na primeira década do século XXI, as tensões persistem e os indícios de um entendimento encontram-se distantes de um consenso, principalmente em relação à possibilidade de uma unidade epistemológica que agregue os estudos curriculares, a formação continuada de professores e a didática.

Nesse contexto, no campo da própria didática e na perspectiva crítica, começam a buscar novas contribuições, representadas por estudos vinculados à na abordagem histórico-cultural, envolvendo principalmente três teorias: teoria histórico-cultural, teoria da atividade, teoria do ensino desenvolvimental. Essas teorias, além de oferecerem estudos acerca da conexão entre questões pedagógicas, psicológicas e epistemológicas, o fazem a partir de fundamentos teóricos que consideram o entrelaçamento de fatores sociais, culturais e subjetivos no desenvolvimento humano, o que, sem dúvida, pode fertilizar o debate que já vinha sendo desenvolvido pela didática crítica.

De certa forma, entendo que essas abordagens, particularmente a teoria do ensino desenvolvimental, se põe numa posição bem mais avançada, pois agrega aspectos ligados tanto à didática como aos conteúdos de ensino e à formação do professor nas dimensões teórica, metodológica e praxiológica, de forma articulada a um projeto político-pedagógico centrado na promoção do desenvolvimento humano para uma sociedade emancipatória.

Diante dessa tensão entre campos, a tese principal que defendo neste estudo é a de que a teoria do ensino desenvolvimental mostra-se promissora, por permitir introduzir inovações significativas no ensino de didática. Isso não nega as relevantes contribuições dos campos do currículo e da formação de professores no debate teórico no âmbito da educação, mas expressa uma compreensão de que a teoria do ensino desenvolvimental representa, para nosso contexto de formação de professores, um aporte inovador, no sentido de contemplar aspectos do conteúdo, do preparo teórico e metodológico do professor e do desenvolvimento do pensamento do aluno como sujeito histórico-cultural.

Vygotsky, ao criar a teoria histórico-cultural, se fundamentou no pensamento marxista para compreender a transformação, tanto da natureza quanto do homem que cria, por meio da atividade trabalho, instrumentos necessários à satisfação de suas necessidades materiais e espirituais e que geram novas necessidades e, consequentemente, a produção de novos instrumentos que são utilizados como mediadores entre sujeito e objeto.

A necessidade faz surgir a linguagem que se constitui um instrumento essencial na organização e desenvolvimento dos processos de pensamento, por ser um dos principais mediadores culturais que comporta os conceitos universais e fonte do conhecimento humano. Assim, para Vygotsky (1991a), os processos de funcionamento mental do homem são fornecidos pela cultura, por meio da mediação simbólica e das significações. É pelo processo de mediação que o outro interioriza o significado do patrimônio da humanidade e de seu grupo social. Esse meio sociocultural é importante para desafiar, exigir e estimular o desenvolvimento das funções superiores necessárias à apropriação de conceitos que não só depende do esforço individual, mas também da interação com o contexto em que o sujeito está inserido. Nesse sentido, Vygotsky (1991a) define as zonas de desenvolvimento como as funções que ainda vão amadurecer, mas que já estão nesse processo, ou seja, que estão presentemente em estado embrionário e em desenvolvimento.

O desenvolvimento de ZDP[2] é fundamental para a apropriação dos conceitos científicos que, para Vygotsky (2001), têm suas raízes na atividade educacional especializada e sistematizada e exige uma operação mental do indivíduo. O autor enfatiza que o desenvolvimento dos conceitos científicos constitui uma forma única de cooperação sistemática entre o aluno e o professor. É nessa cooperação que se dá o desenvolvimento de procedimentos cognitivos que permitam realizar sínteses e fazer generalizações mais complexas.

Desse modo, o aluno deve ser capaz de fazer, com a mediação didática do professor, algo que ainda não havia feito de forma independente. Em relação ao contexto educacional, Cristina D'Ávila (2001) destaca o conceito de mediação cognitiva que se dá entre sujeito e objeto de conhecimento e a mediação didática, capaz de tornar desejável e assimilável o objeto de conhecimento por

[2] Segundo Vygotsky (1991-a) são funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, ou seja, funções que estão presentes em estado embrionário.

parte do aluno. Ou seja, o professor medeia a mediação cognitiva. Para isso, necessário se faz não só saber como se ensina, mas também como se aprende, para que possa pensar em como viabilizar o ensinar.

Diante do exposto, posso dizer que a teoria histórico-cultural constitui-se em uma perspectiva teórica que fortalece a compreensão da prática humana, em geral, e da prática educacional, em particular. Nessa perspectiva, a teoria da atividade de aprendizagem também traz contribuições significativas para se planejar um ensino que seja desenvolvimental, ou melhor, que os conceitos sejam ensinados de maneira tal que os alunos se apropriem dos conhecimentos teóricos, desenvolvam o pensamento cognitivo e a consciência.

Davídov parte da estrutura da atividade, descrita por Leontiev, formada pela necessidade, motivo (objeto), objetivo, condições e tarefas de aprendizagem – e a ela acrescenta o desejo, como base sobre a qual as emoções funcionam e desencadeiam a atividade de aprendizagem. Para o autor os conteúdos e métodos ensinados na escola têm ajudado os alunos a desenvolverem somente o pensamento empírico, o que impede uma maior compreensão das transformações, dos movimentos e das contradições próprias da formação dos conceitos científicos necessários à formação do pensamento teórico. Como destaca Sforni (2004), a aquisição dos conceitos científicos é potencialmente promotora do desenvolvimento cognitivo. Como na educação escolar comumente se ensina de forma empírica, é comum prevalecer o discurso de carência individual.

Mudar essa forma de pensar e agir requer um caminho pedagógico e didático que resulte na formação da generalização conceitual promovida pelo processo de ensino. Nesse sentido, a relevância da teoria do ensino desenvolvimental está, entre outros aspectos, em defender que a base da educação escolar está no seu conteúdo e é dele que se originam os métodos para planejar o ensino necessário à internalização, apropriação e reprodução do conhecimento pelo aluno.

A escola, para Davídov (1988), deve ensinar os alunos a pensar teoricamente a respeito de um objeto de estudo e, com isso, formar um conceito teórico e utilizá-lo em situações concretas de vida. Essa tarefa depende fortemente da estrutura da atividade de aprendizagem e da realização de todos os componentes mobilizados na prática educativa – ações, operações e tarefas.

É nesse sentido que a teoria do ensino desenvolvimental pode contribuir para melhorar a formação de professores, pois, como já assinalou Libâneo

(2004, p. 115) "o que se espera da aprendizagem dos alunos também deveria ser esperado de um programa de formação dos próprios professores". Portanto, um dos pressupostos que orientou a presente investigação foi o de que o professor em formação inicial deve aprender a utilizar um ensino que impulsione o desenvolvimento cognitivo, sendo relevante que ele, como aluno, possa receber um ensino com essa mesma orientação.

A pesquisa realizada em uma instituição que se instalou no município em 2002 e, entre outras finalidades, visa preparar professores no Curso de Pedagogia. No estudo mereceu destaque a análise do Projeto Pedagógico do Curso, elaborado em 2007, a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia.

A leitura das diretrizes permite constatar uma indefinição a respeito do papel a ser desempenhado pelo pedagogo, ora enfatizando a gestão, ora afirmando a docência. O estudo pouco crítico dessas diretrizes acabou por refletir na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso que privilegia uma amplitude de saberes e com uma excessiva variedade de disciplinas, prejudicando o aprofundamento dos conceitos necessários ao exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

No contexto da instituição e no curso pesquisado, são muitas as queixas, por parte dos professores, de que os alunos chegam ao ensino superior sem base, que são passivos, sabem pouco e dificilmente se motivam para apreender os conhecimentos. No entanto, a maioria dos professores deixa de perceber que sua forma de ensinar contribui para reforçar as próprias queixas, quando transmite conteúdos, de forma fragmentada, superficial e descontextualizada. No discurso, os professores do Curso de Pedagogia valorizam muito a didática crítica, mas, na prática, predomina a compreensão de método e técnica de ensino.

Como já foi dito, o desafio da pesquisa consistia em saber se é possível superar a concepção de ensino fundamentado na lógica formal. Para isso, precisei buscar outras perspectivas teóricas para organizar o ensino, com o intuito de desenvolver o pensamento dos alunos. Entendia que a teoria do ensino desenvolvimental trazia esses elementos, uma vez que tem como objetivo intervir nas ações cognitivas dos alunos, por meio da sua atividade de aprendizagem organizada em ações, operações e tarefas.

Essa concepção teórica norteou a elaboração e as discussões a respeito

do experimento didático-formativo, desde os princípios de organização da atividade de aprendizagem - do geral ao particular; do abstrato ao concreto; do coletivo ao individual. Além disso, as categorias: interação, mediação, ZDP, interiorização, apropriação, reprodução, atividade de aprendizagem, pensamento empírico e pensamento teórico foram fundamentais para a análise do desenvolvimento do pensamento das alunas que participaram da pesquisa.

Os conceitos considerados básicos para formar o pensamento teórico de didática foram: métodos de produção do conhecimento; teorias de aprendizagem, didática nas pedagogias tradicional, nova e crítica. Cada um deles foi ensinado, buscando-se seguir os princípios da organização didático-pedagógica proposta por Davídov, que consistia em seis ações, com diferentes operações e tarefas.

A concepção de ensino e de aprendizagem norteadora do ensino experimental esbarrava-se na concepção internalizada ao longo do processo de educação escolar vivenciado por mim e pelas alunas, em virtude do predomínio de práticas de ensino fundamentadas em outras bases orientadoras, notadamente a tradicional, instrumental e tecnicista.

Durante e após o ensino experimental da didática, realizei a avaliação da aprendizagem das alunas, para buscar identificar as mudanças em seus processos de aprendizagem. Mesmo que as vinte e quatro alunas tenham sido avaliadas em seus processos de desenvolvimento cognitivo, optei por considerar, para análise minuciosa, o desenvolvimento de apenas três delas, que considerei serem casos representativos do que ocorreu com as demais: uma que chegou ao pensamento empírico; uma que chegou ao pensamento teórico; uma que permaneceu no pensamento empírico em que já se encontrava.

Ao iniciar o experimento, sabia que um dos primeiros obstáculos a ser superado referia-se ao estudo coletivo, embora a prática de estar em grupo se constituía uma rotina nas aulas observadas. Porém cada uma, individualmente, lia o seu texto ou, quando não, uma se responsabilizava em realizar a tarefa para as demais. Isso fazia com que utilizassem o tempo da aula para discutir outros assuntos de interesse de uma ou outra. Dessa forma, perdia-se um tempo significativo de estudo e pouco se aprendia. A mudança desse hábito fez com que as alunas percebessem que era possível aprender com o mais experiente, como se refere Vygotsky, e passaram a valorizar mais o estudo em grupo e aprovei-

tar melhor o tempo para ler, pensar, discutir, produzir textos, conjuntamente, estabelecer relações, ensinar e aprender com colegas. Isso fez com que elas atribuíssem novo significado ao trabalho em grupo.

O desafio de organizar o ensino, a partir dos princípios da teoria adotada - do geral ao particular, do abstrato ao concreto - a fim de que as alunas pudessem identificar o nuclear da disciplina e/ou do conceito em estudo, foi uma tarefa mais complexa. Primeiro, era preciso reorganizar a minha própria estrutura de pensamento para poder mediar a aprendizagem dos conceitos por parte das alunas. Entendia que, de posse do essencial de cada conceito, elas conseguiriam formar o pensamento teórico e realizar generalizações teóricas. Caso contrário, as alunas continuariam apresentando fragilidades em relacionar o que aprenderam na escola com as situações concretas da vida.

Para Davídov (1988) todo o ensino deve ser organizado a partir dos conceitos das disciplinas de tal modo que o aluno percorra, de forma condensada e abreviada, o processo histórico da origem e desenvolvimento daquele conceito. É essa dinâmica que permite ao aluno revelar para si a essência, ou como afirma o autor, a "célula, o nuclear" do objeto de conhecimento. É isso que proporciona ao aluno a aquisição dos métodos e estratégias cognitivas próprias de cada ciência. A esse respeito, Libâneo (2004, p. 16) oferece uma interpretação elucidativa: "o pensamento teórico do aluno se forma pelo domínio dos procedimentos lógicos do pensamento, que, pelo seu caráter generalizador, permite sua aplicação em vários ambientes da aprendizagem".

Nesse processo, entendo que a mediação acaba exercendo papel fundamental para auxiliar o aluno na identificação da célula, a fim de que perceba que ela se manifesta em outras situações particulares. Quando o aluno estabelece essa relação com as diversas manifestações particulares, consegue fazer generalizações teóricas dos temas em estudo. Portanto, a aquisição dos conceitos teóricos deve constituir o objetivo principal da formação dos alunos e, nesse sentido, não é qualquer ensino que se deve propor. Se se ensina por meio de métodos que privilegiam o formalismo e o dogmatismo, a probabilidade é ficar somente no desenvolvimento de um pensamento que reflete esse modelo.

Essa forma de agir e/ou lidar com o conhecimento tem sido um forte indicativo da razão pela qual os alunos chegam ao ensino superior e dele saem, sem desenvolver habilidades de pensamento que deveriam ter sido trabalhadas,

segundo Davídov (1988), ainda nos primeiros anos de escolaridade obrigatória. Como a escolarização básica não tem conseguido desempenhar tal função, os alunos chegam ao ensino superior com carências concretas que acabam dificultando o êxito esperado nesse nível de ensino.

Tal fato não deve ser impeditivo, para que no curso de graduação seja organizado um ensino que permita o desenvolvimento da capacidade de pensar, de raciocinar, de estabelecer relações, enfim, de desenvolver as funções superiores, como afirma Vygotsky. Isso fez com que as alunas passassem a ter outra compreensão a respeito do que seja aprender, como se percebe na fala de duas delas. Lúcia: "Agora eu penso mais e a partir do momento que você pensa, você aprende mais; porque você se questiona não é". Hadassa: "A aprendizagem [...] para mim era algo, não digo imposto, mas era frio, hoje eu já busco uma ligação com outros conhecimentos para aprimorar o meu. Aprendo diferente".

O que antes era apenas uma aprendizagem que pouco contribuía para a generalização teórica pode ser mudado, na medida em que o ensino permitiu um tipo de pensamento que, segundo Davídov (1988), se desenvolve quando o sujeito deixa de operar com representações e passa a operar com conceitos.

Afirmar que todas as alunas conseguiram desenvolver, no mesmo espaço de tempo, o pensamento teórico é, de certa forma, desconsiderar a heterogeneidade do grupo e a complexidade que é o processo real e concreto de ensino e de aprendizagem. Todavia, é possível concluir que todas as alunas que participaram da pesquisa desenvolveram sua ZDP durante a realização do experimento didático.

Tal conclusão é significativa e me fez refletir a respeito da maneira como o ensino tem sido organizado, de modo pedagogicamente vazio, levando as alunas, futuras professoras, a memorizar e reproduzir mecanicamente 'jargões', sem que isso cause qualquer impacto em seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Mudanças significativas nas práticas de aprendizagem das alunas foram verificadas, em função do ensino desenvolvimental da didática, dentre elas merecem destaque: - a leitura e discussão da totalidade do material, em vez do tipo de leitura que estavam acostumadas a realizar em sala de aula, apenas de fragmentos; - a prática de questionamentos no grupo e entre grupos, como elemento fundamental para a compreensão de que também se aprende, quando os

outros questionam e expressam sua compreensão a respeito do tema estudado; - a aceitação de que tarefas com situações problematizadoras, que exigem reflexão, discussão e posicionamento, que podem ser distintos, provocam participação mais ativa na apropriação de cada conceito; - as produções orais e escritas passaram a ser mais elaboradas e refletidas, sendo que alunas que antes não se dispunham a ler passaram a ler, se posicionar e sugerir mudanças para melhorar a produção das colegas.

Essas mudanças fizeram com que algumas alunas autorizassem aprender com as colegas que se encontravam com ZDP mais ampliada, além de se envolverem mais com o seu processo de aprendizagem, na medida em que superavam o sentimento de inferioridade e/ou de incapacidade para aprender. Com isso, as que eram consideradas mais tímidas passaram a escrever e a ler suas produções para os grupos, pois percebiam que suas elaborações apresentavam-se com mais coerência e consistência teórica.

Por fim, a totalidade das alunas compreendeu que é possível se apropriar e reproduzir os conhecimentos, de forma significativa, tanto para serem utilizados na vida pessoal quanto profissional. Isso fez surgir nelas a necessidade e o desejo de apreender, em vez de apenas memorizar para se saírem bem nas provas. Os estudos de Davídov (1988) são enfáticos, ao dizerem que os conteúdos escolares devem proporcionar aos alunos ações mentais necessárias à formação do pensamento teórico. Isso tem relação com a seleção do conteúdo que, por sua vez, deve ter por critério a formação de conceitos teóricos. Disso deriva a importância de a organização do ensino seguir um curso que vai do aspecto mais geral ao mais particular do conceito, da tarefa coletiva para a individual, do pensamento abstrato para o concreto.

É preciso dizer que a análise dos resultados se constituiu na atividade mais complexa e difícil. Por um lado, em função do nível de ensino – graduação – em que os conteúdos são de maior complexidade e aprofundamento. Por outro, devido à amplitude do objeto de conhecimento da didática, que se constitui em uma rede conceitual e não apenas em um conceito. Esse entendimento levou-me a constatar que deveria optar somente por alguns conceitos, que julguei serem fundamentais na apropriação do conceito de didática.

A experiência vivenciada nesta pesquisa confirmou, a meu ver, que adotar a abordagem histórico-cultural requer uma formação acadêmica de que a maio-

ria dos docentes ainda carece. Além disso, questões institucionais particulares aos contextos de ensino, tais como condições de trabalho, carga horária, projeto pedagógico, gestão pedagógica, entre outros, também interferem no processo de ensino e de aprendizagem dos sujeitos envolvidos. Além disso, o ensino desenvolvimental, particularmente, requer maior disponibilidade de tempo para planejamento, acompanhamento, registros, análises do desempenho dos alunos, elaboração e reelaboração de materiais, em função dos níveis de desenvolvimento, criação de estratégias para promover a aproximação entre os motivos dos alunos e o objeto da sua aprendizagem, entre outros desafios.

Sem dúvida, o ensino desenvolvimental exige do professor que conheça bem os conceitos básicos da teoria histórico-cultural, além da capacidade de, na especificidade do objeto ensinado, realizar uma boa análise do conteúdo, fazendo desdobrar-se dela a estruturação da matéria de ensino e a criação das tarefas dos alunos. Requer ainda critérios coerentes com o referencial teórico, ao realizar a seleção e organização de material didático e bibliografia adequados.

Os dados da presente pesquisa revelaram que o discurso da maioria dos professores é favorável a um tipo de ensino que ajude a desenvolver nos alunos a capacidade de discutir, argumentar, analisar, posicionar-se diante de situações problemáticas e contraditórias com autonomia, responsabilidade e compromisso. No entanto, evidenciei também que, entre os professores, persiste ainda um discurso de que os alunos desaprovam e/ou resistem às mudanças nas práticas de ensino e de aprendizagem; em função disso, permanecem quase inalteradas as práticas de organização do ensino.

O experimento didático-formativo mostrou que as alunas, apesar das dificuldades em mudar sua lógica e práticas de aprendizagem, aceitaram e se envolveram ativamente e de modo consciente numa prática dialética de ensino e de aprendizagem, até então desconhecida para elas. Essa resposta positiva das alunas em relação ao ensino desenvolvimental da didática corresponde ao que já assinalou Sforni, ao afirmar:

> A necessidade de mobilizar o pensamento para a aprendizagem reafirma que na organização do ensino o professor não trata apenas da organização lógica do conteúdo, mas também do modo de fazer corresponder o objeto do ensino com os motivos, desejos e

> se necessidades do aluno. Sua função maior é a de transformar a atividade de ensino em atividade de aprendizagem para o aluno. (SFORNI, 2004, p. 111)

Considero que, nesta pesquisa, apesar de a atividade principal da maioria das alunas não ser a de aprendizagem e, sim, a do trabalho para aquisição de meios financeiros de sobrevivência, houve um encontro entre seus motivos, a didática e a necessidade de aprender, que foi surgindo e se manifestando no decorrer do ensino experimental.

Ficou claro também que a adoção da teoria desenvolvimental no ensino de didática requer uma decisão coletiva, envolvendo mudanças, desde os objetivos de formação, o projeto pedagógico, o currículo, a formação dos docentes do Curso de Pedagogia, as condições de trabalho, os recursos materiais e bibliográficos, entre outros.

No entanto, se considerarmos o atual contexto de desenvolvimento científico e acadêmico da pedagogia e da didática e a necessidade urgente de melhorar a formação didática dos futuros professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, o ensino desenvolvimental permanece como uma possibilidade concreta. Acredito que a maior contribuição da presente pesquisa é mostrar que possibilidades existem e que é necessário e urgente melhorar a formação didática dos alunos do Curso de Pedagogia, apesar de todos os desafios e contradições.

Referências

BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CP. **Resolução n. 1, 16 de maio de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). **A didática em questão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Rumo a uma nova didática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

DAVÍDOV, Vasili Vasilievich. **La enseñaza escolar y el desarollo psiquico:** investigación psicológica, teórica y experimental. Moscou: Editorial Progresso, 1988.

D'ÁVILA, Cristina. **Decifra-me ou te devoro**: o que pode o professor frente ao manual escolar? Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2001.

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADA DO ARAGUAIA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Barra do Garças, 2006.

GARCIA, Maria Manuela Alves. **A didática no ensino superior**. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério - 2o grau. Série formação do professor).

_____. **A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade**. Educar em Revista, Editora UFPR, Curitiba, n. 24, p. 113–147, 2004.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. O campo da didática: expressão das contradições da prática. In: EGGERT, E. et al. (Orgs.). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender**: didática e formação de professores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. XIV ENDIPE. Anais.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti, et al. **Escola e aprendizagem da docência**: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 40).

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **Aprendizagem conceitual e organização do ensino**: contribuições da teoria da atividade. Araraquara: JM Editora, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Psicologia Escolar: a contribuição com o processo da educação infantil

Tâmara Cristina Moreira Gonzaga[1]
Gilmar Antoniassi Junior[2]

RESUMO: "Psicologia escolar: a contribuição com o processo da educação infantil" foi à temática desenvolvida por esta pesquisa, que teve por objetivo investigar as ações que o psicólogo escolar deve ter para romper com as barreiras existentes no contexto escolar infantil. O trabalho justifica-se na credibilidade de que a criança pode melhorar o seu rendimento escolar, se estiver em condições seguras de aprendizagem. E que, ao lado disso o educador necessita da figura do psicólogo como suporte do processo. O projeto também propõe que o psicólogo escolar, ao fazer intervenções no coletivo e no individual, enquanto um agente revitalizador da tarefa ensino - aprendizagem, porque, além de proporcionar segurança no ambiente escolar, pode levar o professor a confiar mais em seu trabalho e ser, de fato, gestor do mesmo em sala de aula. Para compreender esse novo olhar do psicólogo e as novas formas de intervenção na área de Educação Infantil e romper com visão influenciadora de psicologia clínica na escola, esta pesquisa se fez de forma descritiva, através de revisão bibliográfica, explorando também pesquisas já publicadas, para que a mesma pudesse permitir estudos comparativos e conclusivos e que,assim sendo provocasse impactos à classe e sua trajetória nos caminhos da educação.

Palavras-chave: Psicologia. Psicólogo escolar. Educação-infantil. Educador.

---

[1] Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Patos de Minas. Rua Prefeito Camundinho 406, apto.: 301,Centro, Patos de Minas, MG. cris_kityy@hotmail.com.

[2] Graduado em Psicologia pela Fundação Educacional de Fernandópolis (2006). Especialista em Consultoria em Psicologia Escolar pela Talent Consultoria (2007). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Cidade Patos de Minas (2009). Atualmente é Professor Títular do Departamento de Psicologia, Educação e Saúde da Faculdade Cidade de Patos de Minas. Foi Coordenador do Curso de Psicologia onde atualmente é Diretor do Departamento de Psicologia da Faculdade Cidade de Patos de Minas. Membro da Comissão Própria de Avaliação Institucional e Presidente da Comissão de Processo Seletivo de Docentes da Faculdade de Patos de Minas. Supervisor de Estágio na área Escolar e Comunitária e Saúde. Orientador de TCC. Consultor do SENAC Minas regional Patos de Minas. Trabalha na linha de pesquisa com base nos princípios da Psicologia Escolar, atuando nos seguintes temas: Educação, Intervenção do Psicólogo Escolar, Ensino e Aprendizagem, Processos Grupais, Formação e Atuação do Psicólogo Escolar. jrantoniassi@hotmail.com..

1 Considerações Iniciais

A educação é componente fundamental da vida humana, muito se fala em educação, registram-se na história algumas conquistas, sabores e dissabores. De forma concomitante também são feitos questionamentos a respeito do papel do psicólogo e da sua atuação no interior das unidades escolares. Apesar da psicologia ser ainda uma ciência nova, de se encontrar ainda numa trajetória de pesquisas, sabe-se que está nela o suporte para a melhoria da educação. Em se tratando de Educação Infantil este pensamento reforça-se mais ainda, uma vez que toda a formação do ser humano em todos os seus aspectos se processa na infância.

Diante deste contexto percebe-se ainda mais ainda a necessidade de se redefinir uma política para atuação do psicólogo escolar na educação, dando a ele a oportunidade de expandir suas idéias colaborarando para uma educação de qualidade. Ao selecionar este tema para discussão percebeu-se a importância do profissional da psicologia e verificou-se que muitas escolas têm o mínimo do suporte pedagógico, e a ausência do suporte para auxiliar as questões tão profundas da vida. Portanto, este trabalho visa pesquisar e discutir a respeito da atuação do profissional da Psicologia Escolar, propondo a parceria entre educação e psicologia, apontando alternativas que visa melhores resultados.

Constitui a problemática dessa pesquisa, saber que o caminho da psicologia que se faz de forma obscura e a certeza de que o psicólogo enfrentará dificuldades, principalmente na Educação Infantil, inserção onde é que se instaura o começo de toda a trajetória de vida do indivíduo. Encontrará barreiras em relação ao trabalho do educador e dos profissionais envolvidos que atuam no sistema, sendo este o principal obstáculo, uma vez que a escola criou-se o rótulo de "aluno problema" para o aluno com dificuldades (comportamentais ou cognitivas), esperando do profissional da psicologia a "cura" para o "problema".

Uma das hipóteses a se considerar para tal problemática, é a quantidade excessiva de problemas que hoje permeia a educação, principalmente as que referem-se á área afetiva emocional, interfererindo na aprendizagem e nos relacionamentos interpessoais, deparando-se com a falta de interesse da família em se integrar de forma ativa com o contexto escolar. Contribuindo para que os profissionais envolvidos criem "rótulos" aos alunos, por acharem mais fácil assim do que interagir com a realidade ou contexto.

Com base nestas hipóteses observa-se que a educação é um campo visto relevante para a atuação profissional, buscando aliar a construção da identidade do educador e educando.

Ao lado de tudo isso nota-se que a criança só aprende a conviver em ambiente que demonstra seguridade, e para isso deverá passar pela estrutura básica do amor, da sensibilidade e das compreensões de suas necessidades.

Por acreditar nas possibilidades da criança em melhorar o seu rendimento escolar, se estiver em condições seguras de aprendizagem é que se decidiu por pesquisar a importância da psicologia escolar na educação infantil, e assim deixar claro como o psicólogo pode fazer intervenções sendo o agente revitalizador da tarefa ensino-aprendizagem, fatores esses que justificam a relevância da temática selecionada e assim espera-se com este trabalho poder contribuir para maior eficácia do processo de educar.

No primeiro momento, o trabalho busca identificar a história da psicologia escolar fundamentando-se a importância de se rever a atuação do psicólogo na educação.

Logo em seguida, no segundo momento aborda o papel do psicólogo escolar, identificando a real necessidade de sua compreensão nos processos de intervenção escolar.

Por fim, no último momento dar-se-a com a análise das possibilidades do trabalho do Psicólogo Escolar, junto ao educador infantil e também as possíveis formas de intervenções, que seja ela global, em suma uma parceria entre os profissionais e membros envolvidos.

Espera-se, portanto, com este trabalho vir causar o impacto social estabelecendo o clima de luta entre a psicologia e a educação, para que seja consolidada a educação de qualidade, fator este que contribuirá para melhor desenvolvimento afetivo-emocional, intelectual da criança.

2 Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é de qualidade de pesquisa descritiva**,** cuja preocupação central foi identificar as possibilidades de reais intervenções do psicólogo no campo educacional, especialmente ao que se refere a educação infantil. Esse foi o tipo que mais aprofundou o conhecimento da rea-

lidade, porque explicou a razão, o porquê das coisas, uma vez que essa temática é complexa e delicada.

Este trabalho passou por uma pesquisa exploratória que segundo Gil (2007) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Houve um levantamento bibliográfico, e também fez-se uma análise de entrevistas publicadas com pessoas experientes no problema pesquisado.

O trabalho percorreu, portanto, os ditames da pesquisa qualitativa, tendo como abordagem tanto o método dedutivo, quanto o indutivo, pois embora não fazendo pesquisa de campo, o trabalho contou com análise de obras já publicadas.

Para a realização do trabalho de pesquisa científica foram propostos dois momentos.

O primeiro momento constou-se de uma pesquisa bibliográfica, através de uma literatura levantada em livros, revistas da área, periódicos, bancos de dados como LILACS, SCIELO, e fez-se então uma leitura seletiva, com o foco na temática proposta.

Psicologia, psicólogo escolar, educação infantil e educador, foram as palavras chaves que nortearam a pesquisa, com base nos anos de publicação entre de 1997 a 2010 e o período de busca e seleção dos materiais utilizados para o estudo foi de agosto de 2010 a maio de 2011. Para realizar este trabalho foram feitas leituras de artigos encontrados por assunto e autores, sendo estes analisados, comparados e refletidos.

No segundo momento foi feito um estudo e na conclusão final apresentado alternativas que certamente irá colaborar com a evolução dos estudos e ampliará horizontes da sociedade acadêmica e dos profissionais, em relação ao tema em questão.

3 História da Psicologia Escolar no Brasil

A psicologia é uma ciência nova, portanto ainda encontra-se no caminho das indagações e comprovações, muitos caminhos ainda devem ser percorridos para que se chegue a conclusões, e a possíveis definições. Em se tratando de psicologia escolar o trajeto toma direções diferenciadas e as soluções se dificultam

ainda mais. Foi somente durante a primeira metade do século XIX que a ciência começou a atuar nos contextos de aprendizagem. Nesta época uma política educacional de extremo rigor pairava sobre o contexto educacional fechando as portas para muitos questionamentos e a psicologia ficou apenas como um paliativo, ou seja, atuava remediando os casos quase últimos do processo de ensinar e aprender como pontua Barbosa e Marinho - Araújo (2010).

Embora a psicologia tenha se instalado no Brasil há 50 anos, o psicólogo escolar não tem ainda uma posição definida dentro do sistema educacional, figurando apenas dentro das secretarias de saúde ou de assistência social, mas sem espaço dentro das instituições escolares fato este marcado por vários pensadores (GUZZO et al., 2010).

Sendo assim evidenciou-se a participação clínica do psicólogo que na época limitava-se a uma avaliação psicométrica. (Reger 1989 apud Martins 2003) pontua que o psicólogo atuaria como clínico no contexto escolar, neste caso sua intervenção se baseia no modelo médico, com interesse em torno da saúde, da doença mental do diagnóstico e nas possibilidades de modificações de comportamento. À escola caberia apenas se organizar tendo como base estes diagnósticos, e os alunos com problemas particulares seriam apenas encaminhados aos serviços especializados. Essas ações, de certa forma, tiravam a responsabilidade da educação em resolver problemas (MARTINS, 2003).

No entanto depara-se nesta época com uma escola voltada para o aluno - problema, estes e suas famílias, até então tidos como os únicos responsáveis pelo fracasso escolar, situação esta que ainda persiste na sociedade contemporânea, começam a incomodar a escola e gerar complicações. Nota-se que isto não foi apenas notificado pelas políticas públicas, mas se constitui como raiz cultural, fazendo com que muitos psicólogos, inclusive, desistam da atuação nas redes de ensino. Mas, ao mesmo tempo, revelam as pesquisas que apesar do número irrisório de atuantes na área, estes têm se empenhado na busca de alternativas mais eficazes, o que vem comprovar ainda mais a necessidade do profissional e seu empenho em realizar com eficiência a sua função e contribuir para a transformação da instituição escolar e junto dela colaborar com melhoria de toda a sociedade (GUZZO et al., 2010).

Ainda nos anos 60 e 70 aconteceram várias reivindicações para que houvesse uma ressignificação da psicologia dentro da educação. Muitas discussões

aconteceram no interior dos setores acadêmicos e mesmo em instituições profissionais, procurando encontrar a melhor forma de inserir o profissional da psicologia no contexto educacional e fazer com o que o mesmo se insira com dignidade, respeito e competência. Em 1971 o Brasil sofreu uma mudança radical, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº. 5692 (LDB), uma lei que veio para disseminar a educação num país que estava acostumado com uma educação apenas da elite, uma vez que, até então fazia-se seleções de quem devia estudar ou não. Com essa expansão, as escolas receberam alunos oriundos de todas as naturezas e lugares e ainda sem embasamento para se colocarem diante dessa mudança que aconteceu de forma repentina, colocando a escola frente a esse ao desafio, tendo ela que enfrentar dificuldades que extrapolavam inclusive seus recursos pedagógicos (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

E com o agravamento da situação descrita a psicologia foi conclamada para auxiliar o sistema educacional. E mais uma vez entra em cena, com respaldo cientifico, porém com idéias ainda não estabelecidas, encontrando a situação um tanto até mesmo caótica e submersa em situações difíceis, a tendência foi mesmo fracassar. A sociedade educacional impotente diante dos fatos passou a responder de forma banal questões muito sérias a respeito do fracasso escolar, ou seja, relacionavam o fracasso escolar apenas a condições socioeconômicas e ambientes familiares. Explicações estas que causaram certo marasmo na educação, os seus agentes ficaram cada vez mais passivos, esperando que o psicólogo tivesse o poder da cura do aluno que estivesse apresentando qualquer situação de problema que no momento o impedisse de se colocar numa postura de normalidade (GUZZO et al., 2010).

Embora de forma paradoxal estabeleceu-se nas escolas a idéia do psicólogo como participante da educação e este por sua vez cresceu e alcançou reconhecimento, afinal, o psicólogo era alguém que conseguia explicar as causas do fracasso, era o único autorizado para falar dos problemas, atendia a alunos, ouvia os profissionais da educação que por sua vez permaneciam inertes, ou seja, na opinião de educadores, eles contavam ao psicólogo as suas queixas e não mais falavam nisso. Se alguma coisa desse certo ou errado não era mais problema da educação e sim do psicólogo. Não havia nem discussões das relações de sala de aula, muito menos das estratégias de ensino que seguramente interferiam no

fracasso que estava acontecendo. Assim a psicologia tinha atuação assimétrica, ou seja, ditava ordens na escola, explicava os acontecimentos e no interior de cada escola aconteciam segregações, marginalizações, enfim, acentuavam as diferenças (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Enquanto isso os psicólogos tomaram conhecimento da situação e demonstraram insatisfação nos seus trabalhos, mas como toda crise tem também seus reflexos positivos, por mais de duas décadas pensamentos profundos foram retomados e foi comprovado que tais procedimentos usados não eram mais eficazes. Reflexões estas que até hoje ainda têm repercussões e vem criando a identidade do psicólogo escolar. Ainda hoje a literatura produzida na década de 90, é marcada por reflexões e exprime a necessidade de uma ressignificação sobre a postura do psicólogo escolar. Diante disso evidenciam-se mudanças na atuação do psicólogo e verifica-se a possibilidade deste ser um membro efetivo da educação, para que ele possa inclusive atuar institucionalmente e de forma direta na formação de professores, participar efetivamente na elaboração de projeto político pedagógico e ter autoridade para opinar e discutir as questões que vão muito além da simples queixa de problemas. Também contemplam estas reflexões a estruturação e o fortalecimento intelectual do psicólogo para participar do coletivo, de equipe multidisciplinar e não fique somente no atendimento, mas seja um medianeiro do apoio ao processo de aprendizagem e que dessa forma tenha sempre suporte para prosseguir nas suas reflexões e cada vez mais se fortalecer. Enquanto educador ele estaria voltando suas ações para o contexto escolar, ajudaria a esclarecer as interferências negativas na aprendizagem e seguramente a qualidade do ensino estaria sendo ampliada e como conseqüência também sendo edificada a eficiência do processo educacional, uma vez que, estaria ocorrendo a efetiva aplicação dos seus conhecimentos psicológicos (REGER, 1989 apud MARTINS 2003, p. 42).

E ainda (Reger 1989 apud Martins 2003, p. 39) diz que o psicólogo escolar é um engenheiro da educação, porque ele está sempre a construir, e o conhecimento precisa ser construído dia a dia, ele é um projetista de planos da educação, isto porque o educador precisa ser um excelente estrategista e não se cansar nunca de sempre estar planejando, e agindo assim ele dará mais ênfase ao crescimento das crianças e ao desenvolvimento intelectual, do que à patologia em si, mas ele também deve se diferenciar do professor e da gestão educacional.

Ele será um elo entre o mundo acadêmico e o sistema escolar. Enquanto profissional participante do projeto pedagógico o psicólogo será um encorajador dos profissionais, eliminaria na escola o descompasso existente entre os diversos ângulos como comportamento, resultados de avaliações, interações, relações humana (MARTINS, 2003).

Entretanto para a autora (Andaló 1984 apud Martins, 2003 p.40) a psicologia escolar tem feito um trabalho pouco ligado ao pedagógico, fixando apenas no setor clínico, usando vários testes, QI, personalidade, fazendo diagnósticos e orientações detalhadas ,ou mesmo oferecendo psicoterapias para alunos considerados portadores de distúrbios emocionais, de aprendizagem, psicomotricidade, ou de conduta. E para autora essas ações podem acarretar sérios problemas como a discriminação, contradizendo o objetivo da psicologia clinica que é evitar desajustes. Portanto, o que seria melhor ao psicólogo escolar seria assumir um papel de agente de mudanças dentro da instituição escolar. Seria ele um intermediador de reflexões que naturalmente conscientizaria a todos da instituição de seus verdadeiros papéis, assim, numa ação coletiva, de pensamento único e também numa língua única redefiniriam a instituição como um todo e colocariam a educação num patamar de melhor destaque, afinal, tudo se desprende dela. O mundo precisa urgente da educação e a psicologia pode e deve estar ao lado do educador e não ser mais um profissional dentro da escola. Deve ser um profissional respeitado fazer junto à diferença.

Enfim, todas as pesquisas falam das dificuldades enfrentadas pelo psicólogo escolar e concomitantemente dos seus meios para se engajar na escola e desempenhar a sua função. As pesquisas indicam muitos desvios de função tais como: disciplinador, atendente de pais, promotor de adaptação de alunos E assim o trabalho do psicólogo escolar continua no âmbito das reflexões (MARTINS, 1996 apud MARTINS, 2003, p. 48).

E dessa forma prossegue a história, um pouco mais adiante Martins 1996 questiona que ao ocupar o espaço escolar, o psicólogo teria acesso a toda a vida escolar, seus problemas, dúvidas, queixas, enfim, teria informações que depois de analisados se transformariam em conhecimentos necessários para promover qualquer tipo de mudança, e ao propor seu trabalho ele indicaria formas de ressignificação, e neste caso a construção do trabalho deveria ser coletiva, assegurando a participação de todos os participantes de todos os segmentos (TANAMACHI, 2000).

Considerando que na escola existem grandes dimensões, aspectos muito contraditórios em suas bases sociais, culturais e econômicas, abre-se um leque de possibilidades e melhorias na estrutura geral da escola e em seu processo de democratização. Seria um novo olhar que teria que ter o psicólogo. Um olhar bem mais longe, iluminado, capaz de estabelecer relações com todos e reconhecer que a psicologia sozinha não encontraria soluções. Portanto , para vivenciar totalmente e exercer na escola, de forma verdadeira a sua função, o psicólogo teria que recorrer a muitas outras ciências e ter assim conhecimento amplo e estar apto a conviver nessa perspectiva multidisciplinar (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010).

Essa abordagem multirreferencial possibilita ao profissional a compreensão da instituição como um todo em sua complexidade e dessa forma, a intervenção de forma segura nas dimensões existentes. Isto é, o psicólogo assume a postura do cotidiano, assim ele terá a condição de sair do "apagar o fogo" que acompanha de forma ostensiva a instituição escolar e colaborar com os todos os envolvidos, ser capaz de criar no coletivo novas formas de compreensão da realidade vivida, caracterizar o sistema avaliativo e assim como sugerir mudanças na avaliação dos processos que acontecem no contexto escolar. Infelizmente esse é um desenho que ainda não existe, o psicólogo escolar ainda não encontrou o seu lugar na escola pois ,a visão ,a expectativa da escola ao receber um psicólogo está apenas na patologia (MARTINS, 1996 apud MARTINS, 2003, p. 41).

Guzzo et al. (2010) defendem a idéia que a partir do momento que a escola deixar suas portas abertas, fazendo suas relações fluírem para além dos muros, fato que só acontecem na contemporaneidade, é que a psicologia poderá ganhar espaço e poderá iniciar a sua definição, que será marcada por diversas contradições, mas de forma concomitante com possibilidades de uma criação de uma sociedade mais justa.

Ainda nesta concepção retrata-se a importância da psicologia escolar e estabelece de forma conjunta à necessidade de o psicólogo estar ao lado dos educadores e juntos contribuírem para a promoção da aprendizagem. É preciso ter um olhar, diferenciado, numa perspectiva global do ser humano, fator esse que determina o foco da educação contemporânea. Então é preciso desenvolver os ser humano além do cognitivo, afinal as pessoas precisam ser resolvidas intelectualmente, mas também em seus aspectos motor, emocional

social, de comunicação entre outros (TANAMACHI, 2000 apud GUZZO, et al. 2010, p.135).

Embasado em conhecimentos e experiências anteriores pode-se perceber que a psicologia é de suma importância, e que sua atuação deve ser no contexto do dia a dia, nas interações, enfim, um trabalho no coletivo, privilegiando o estar junto com professores, pais, com os sistemas de avaliação, um trabalho que vai além do atendimento individual. Pensando assim, o psicólogo escolar não será aquela figura alheia, mas um ser integrado e comprometido, como todos os profissionais da educação, com sucesso dos integrantes da instituição. Conclui-se, portanto que, o psicólogo não é o amuleto para situações difíceis, para as dificuldades de aprendizagem, mas sim, um profissional integrado, reflexivo que muito contribuirá para que a educação de fato aconteça, ou seja, os sujeitos que lá transitam se transformem e sejam forças para transformação de outros e assim possam intervir seguramente nesse mundo em constantes mutações (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010).

4 O Papel do Psicólogo Escolar

A escola veio ao longo dos tempos construindo e reconstruindo a sua história. Fez isto em cima de tempo e espaço. Nessa travessia descobriu que é preciso fazer acontecer a construção do conhecimento. Finalmente a escola se viu nessa direção e de forma concomitante também percebeu que fora desse sustentáculo nada será possível, ou seja, fora dessa sintonia não existe o edificar da educação. É preciso, conseguir que crianças, jovens e adolescentes processem a educação e de forma eficiente todos sejam capazes de aprender, de se realizarem intelectual, social e emocionalmente, para que assim de forma integral se formem e adquiram o necessário para se ingressarem no mercado seja enquanto profissionais, ou enquanto cidadãos presentes e viventes dessa sociedade, afirma (TANAMACHI, 2000).

E continua a autora, analisando que a escola ao fazer a construção do conhecimento está utilizando dos hábitos de soberania que privilegiam a rotina e a repetição, atos estes que levam à inércia e à impotência da criação e se não há criatividade nas ações do homem, não existirá também produtividade. E neste destaque entra a figura do psicólogo, no sentido de auxiliar os profissionais a

irem ao encontro da criatividade e conseguirem, mesmo na rotina diária da sala de aula, construir com criatividade o conhecimento para que ele tenha a significância e assim esse profissional possa atuar seguramente na formação do cidadão de forma competente.

Diante desse fato, Patto (1997) interroga por que os indivíduos não aprendem. A autora assim afirma e retoma o discurso que a educação continua trabalhando em caráter conservador contraditório, ou seja, permanece inerte em seu projeto burguês, tanto nas relações com a sociedade, quanto na sua função propriamente dita de processar a educação e não foge, portanto, à tradição, conteúdos, métodos, relação professor e aluno; enfim, a permanência do aluno na escola é garantia de humanização.

Diante disso permite-se questionar o que é um sistema eficiente de ensino? Quais são os seus objetivos? Como se concretiza os processos escolares? E chega-se à conclusão que, segundo Patto (1997) a escola está ainda ligada em apenas um ponto da educação que é a escolarização. A sociedade cobra da escola muito a sua intelectualização, por isso se torna de forma extrema conteúdista, e faz isto em caráter intencional e sistemático com relevo a essa premente solicitação da sociedade que é a área cognitiva. Porém, embora ainda que com menor intensidade não descuida de outros aspectos como físico, emocional e outros. A escola se caracteriza como uma agência socializadora.

Mas e a psicologia? Onde ela entra? Em se tratando de psicologia escolar percebe-se a importância de colocá-la como medianeira nas ações escolares, no sentido de propor novos referenciais e que estes facultem instrumentos para transformações verdadeiras, e dessa forma a educação possa acontecer verdadeiramente no interior das escolas (BOCK 2003).

E para que a psicologia entre definitivamente é preciso, segundo a mesma autora que se façam reflexões profundas e primeiramente que analise o homem na sua condição e não em sua natureza, porque o homem muda, não só porque são realizadas novas descobertas sobre ele, mas também ele muda, porque ele vê e sente a necessidade de mudança para que ele tenha condições de se dizer participante de uma vida cidadã.

E ainda Bock (2003) reporta que enquanto condição humana o homem passa a ser visto como um ser que busca se conhecer e a partir daí construir as suas necessidades e ele faz isto com outros homens, essa é a forma de compre-

ender qual homem se tem naquele momento histórico e naquela sociedade. E será, portanto, papel da psicologia reconhecer a condição humana e verificar qual será realmente o caminho para auxiliar este homem em sua trajetória. É nessa direção que está o campo da psicologia, numa reflexão profunda ajudar o educador a colocar o educando na condição de pensante da sua própria existência e com competência para discernir o caminho a tomar.

A partir dessa concepção de condição humana pode-se considerar a sociedade como algo em movimento e que também pode ser modificada e para isto deverá o psicólogo ter o olhar crítico referente a esta definição e não precise recorrer ao processo de naturalização humana, ou seja, ter uma visão unificada de que o homem é a essência do universo e qualquer modificação só seria possível se fosse cultivado no seu meio social, pois, pensar assim seria admitir que exista um homem apriorístisco dentro de cada um, que pode ou não revelar sua integridade , uma idéia portanto, empobrecida.O homem precisa ser visto com um ser vivo e histórico , que quando nasce, é candidato a ser homem, portanto, deverá ser inserido na sociedade para contato com a cultura mediada por outros homens, pontua (BOCK 2003).

Tanamachi (2000) afirma que psicólogos tem colocado idéias diferenciadas para construções teóricas de que crianças têm dificuldades de aprendizagem, e tem como, coloca a autora, pensar em processo de aprendizagem responsabilizando apenas uma das partes pelo fracasso escolar. Afinal, onde está a dificuldade? A autora afirma que esta seria o início da fundamentação do trabalho do psicólogo, porque não basta afirmar que existe fracasso na escola, isto é fator que muitos educadores já determinaram. De nada resolve construir saberes para tirar isto do pântano a qualquer preço, e estes saberes continuarem concentrados nas mãos de educadores que fazem dele verdadeiros vigias do desenvolvimento dito normal de aprendizagem. Este é um fato histórico da sociedade dominante, portanto, um processo de naturalização do ser humano.

É preciso, pois sair do redentorismo da educação como afirma a mesma autora, pois esta condição, de certa forma, oculta os problemas radicais da sociedade como a fome, a pobreza, falta de escrúpulos, enfim, tudo isso acaba recaindo na chamada dificuldade de aprendizagem. A escola por si não salva a humanidade, é preciso unir forças a outros setores da sociedade para que o homem se forme e o psicólogo passa a ser agente de comunicação e intermédio entre a escola e o entorno da criança, do jovem e do adolescente.

Diante deste fato compete ao psicólogo escolar desafiar seu pensamento crítico passando por pontos de extrema importância como registra (BOCK 2000). Para a autora o pensamento crítico passa necessariamente por quatro pontos:

1. Reflexão dialética: é a competência de transformar, a educação deve ser transformadora, é preciso superar ilusões ideológicas, articular essência/aparência, parte/todo, singular /universal, passado/presente, compreendendo assim a sociedade como um movimento do vir a ser, afinal o homem é toda potência, basta ativar e ele certamente responderá;
2. Crítica do conhecimento: competência para situar o conhecimento na sua raiz, e fazer isto com rigor, definido compromissos sociais e históricos, a educação precisa ser rigorosa na sua missão de ensinar, o que dá poder ao homem é o conhecimento.
3. Denúncia da degradação humana: fazer uma análise da situação humana, das coisas que devastam a humanidade como, subemprego, desemprego, destruição do meio ambiente, guerras, conflitos, racismo, marginalização, não permitir que tudo seja entregue ao mercado capital. Compreender e empreender uma tarefa de contraposição ao conformismo e à resignação ao encantamento dos valores do mercado e à intoxicação ideológica que visa aumentar o lucro e a pobreza, a escola deverá se colocar como fonte de reflexão para a consciência, de nada resolve se alienar-se.
4. Possibilidade de transformação: o psicólogo deve buscar formas de encontrar elementos necessários e possíveis à construção da transformação. É preciso ousar garantir a todos a apropriação do saber. Fica claro que a psicologia escolar não pode se limitar a coisas secundárias que são manifestações de problemas escolares sociais, graves e complexos. Deverá eliminar o processo de culpa do aluno pela patologização de problemas escolares. Para isso é preciso atentar para não se cegar perante as possibilidades.

Neste sentido sabe-se que é difícil implantar transformação sobre algo que não é democrático como é a educação, porém só pela educação não pode-se constituir mudanças. Também se deve precaver para que tudo isso não fique

apenas no discurso, é preciso alcançar a consistência teórica e filosófica para concretizar o ato. É preciso determinar formas de aprendizagem, de compreender a prática docente, que se promova um corpo de conhecimento teórico e prático que trace mediações fundamentais entre finalidade transformadora e prática psicológica. Assim, se propõe um estudo não do individuo, nem do processo, mas sim, do encontro entre o sujeito humano e a educação (BOCK 2000).

E nessa perspectiva o psicólogo chegará à escola com uma realidade pouco aprazível e sedenta de soluções. Alunos com dificuldades de aprendizagem, desgostosos da escola, escolas cansadas, impotentes diante dos problemas, não conseguem nem captar mais nada; professores incapazes para a luta e sendo assim, ministram aulas autoritárias gerando desesperança e um vazio enorme no coração das crianças. Diretores e coordenadores que não mais conseguem se ordenar e se organizar num trabalho coletivo, levando a escola para um trabalho apenas conteúdista, gerando uma escola cumpridora de carga horária com preenchimento de formulários burocráticos. Mas ao mesmo tempo em contrapartida pode-se encontrar à frente sujeitos concretos que têm uma história real e singular de ver o mundo e sofrem com ausência de um sentido social que possam orientar o desenvolvimento da humanidade e estes também demandam orientação e amparo (MACHADO, 2003).

Neste sentido faz-se necessário que o psicólogo crie condições para gerar as transformações nas percepções das próprias crianças, respeitando as suas potencialidades, porque este é o caminho de desenvolvimento educacional. Logo o psicólogo deverá construir o desejo de saber, isso deve ser feito através da intervenção psicanalítica, que naturalmente já aponta que afeto e cognição tecem idéias juntas (KUPER, 1990 apud MACHADO, 2003, p. 62).

Assim sendo, é preciso romper com explicações pseudo- cientificas que buscam situar a origem dos problemas educacionais no aluno, na família, pela via da reflexão crítica sobre as práticas sociais e escolares que os produzem. É preciso ter uma proposta fundamentada na transformação, isto é, colocar-se a serviço do processo de apropriação crítica e criativa dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Maluf (2008) afirma que o que define o psicólogo não é seu local de trabalho e sim seu compromisso teórico e prático com as questões da escola, logo;

não é a definição de onde deve atuar o psicólogo que irá gerar um bom trabalho, ou seja, ele deve atuar onde for possível ,seja dentro ou fora da instituição.

Patto (1997) estabelece os elementos que trazem a emancipação da escola que foram assim analisados:

- A escola compreenderá a natureza e a especificidade de seu trabalho, enfatizando seleção e organização de conteúdos em base no saber universal, entendo que o aluno deverá ser portador do saber erudito no movimento de continuidade, é preciso valorizar os conhecimentos prévios, a ruptura, ou seja, o aluno deverá estar apto a receber sempre conteúdos novos e deverá concomitantemente estar aberto junto com a escola a discutir as práticas diárias;
- Sabe-se que o professor deverá ter competência técnico-pedagógica para selecionar conteúdos e procedimentos, é preciso estar informado, buscar as informações e conseguir fazer seleções para levar os educandos à sistematização do conhecimento;
- Compreensão de que o lugar do professor é de coordenador da ação educativa e do trabalho coletivo, professor é mediador de aprendizagem;
- Compreensão de que a escola é um lugar revolucionário e conservador que difunde cultura acima de tudo.

Giroux (1990) apud Meira (2003, p. 16) afirma que as práticas educacionais são imprescindíveis para uma educação emancipadora e propõem que o professor seja mediador entre alunos e conhecimento e este como mediação entre os que aprendem. As relações de sala de aula devem ir além da fragmentação para assim chegarem ao pensamento criativo e dessa forma permitindo que seus próprios atos se movam a favor da educação. Devem aprender, pois, que certos valores são indispensáveis à vida digna e que a educação deve despertar paixão por um mundo melhor.

Sendo assim a educação das consciências se faz necessária para que os indivíduos possam tomar distâncias do material a ser interpretado e aprendendo as contradições a serem superadas, também se torna evidente que deverá o homem romper com auto-confiança e auto -satisfação do senso comum para resistir e superar o estado estabelecido das coisas indignando-se com a realidade. Logo , se faz importante que haja o restabelecimento das condições de autonomia,

liberdade e consciência, rompendo assim com vivência domesticada. Cabe também à escola tornar as pessoas conscientes de que é preciso vencer o inconformismo e ir sempre atrás de uma vida melhor (MEIRA, 2003).

Cabe por fim à psicologia oferecer suporte para este desenvolvimento. As mediações não podem explicar apenas porque os indivíduos não agem ou não são de uma forma diferente, mas também deverão responder por que os indivíduos devem vir a ser emancipados. Enfim, todos devem perceber e compreender que a queixa é apenas aparência, o nível imediato que caracteriza a essência, cabe à psicologia fazer compreendê-la pontua (PUCCI, 1995 apud MACHADO 2003, p. 22).

5 O Trabalho do Psicólogo Junto ao Educador Infantil

Carvalho (2002) confirma que a educação é um fator que marca o século XX e constitui, pois, a preocupação da ciência. Sabe-se que isto é relevante porque leva a educação a se fundamentar na ciência e conseqüentemente a prática pedagógica passa a ter um norte. O que indica claramente que não se faz uma educação aleatória se posiciona como qualquer outra ciência e exige, portanto progressos, avaliações e resultados.

Assim sendo, as práticas pedagógicas não mais se pautam no senso comum ou mesmo no processo simplista da arte de ensinar. O professor precisa sim ser um artista, mas isto não basta, é preciso conhecer e saber como aplicar as metodologias, e não basta se colocar numa posição otimista de métodos renovados é preciso saber qual se acertará e a pedagogia contemporânea deverá, portanto, se afastar do campo do modismo e se firmar cientificamente (TRINDADE, 2009).

Para Carvalho (2002) o pensamento pedagógico, de aquisição do conhecimento, se alicerça em duas bases, na ciência e na ética, e essa entendia como filosofia prática que estabelece os fins da educação e a psicologia como ciência que define e estabelece as razões para se chegar à educação. A psicologia seria a medianeira para articular a formas de reflexões e fazê-las acontecer nas diversas situações, inclusive as conflitantes que envolvem o processo educacional, pensamento este que inclusive coaduna com as idéias kantianas.

Também (Dewey, 1989 apud Carvalho 2002, p. 53), um dos ícones da

educação do século XX postula que o ensino não pode, de forma alguma, acontecer aleatoriamente, sem planejamento e avaliação. Deve-se considerá-la como uma atividade consciente com métodos definidos. Para ele a educação não é uma instrumentalização neutra. Dewey faz uma critica no sentido quanto ao exagero da matéria oriunda de fora, omitindo segundo Dewey o aspecto ativo da criança na realização de sua aprendizagem, porque ele considera o homem em processo contínuo de interação com o meio em que vive. Assim, ele estará sempre percebendo e agindo sobre o mundo que o circunda. Dessa forma, estará o homem tendo sempre que se adaptar e encontrar melhores formas de utilização do seu meio. O homem se constrói no social, pois o meio cria situações e proporciona de concomitante o desenvolvimento mental e emocional, e integrando o individuo num todo necessário à sua formação.

Assim postula Duarte (2006) que o papel da escola se faz em três funções: proporcionar um ambiente simplificado, onde o aluno deverá ser capaz de selecionar experiências úteis, fazer releituras necessárias e ao mesmo tempo fazer uma ligação com o objetivo do aprender propriamente dito e assim possam ser conduzidos à compreensão real das coisas mais complexas, em que realmente reside o ato de aprender e conseguir que estes alunos coordenem a sua vida mental e as diversas influências dos vários meios sociais em que vive.

À escola cabe, pois, selecionar experiências úteis realizadas pela humanidade e favorecer a construção cognitiva necessária para inserção na sociedade democrática. Também cabe a ela criar um ambiente coletivo com competência para possibilitar um desenvolvimento reflexivo, que é também exigência da sociedade. À escola não cabe ensinar lógica de investigação, mas criar condições de seu desenvolvimento. É preciso aprender a investigar, pois só através da investigação pode-se chegar a experimentações úteis, à sedimentação do conhecimento e conclusões (PATTO, 1997).

Assim, a psicologia deve compreender que o aluno para se desenvolver deve estar em constante atividade, que esta seja interessante por si mesma, para levá-lo à criatividade e que exista, pois, um problema para que seja desenvolvido o ato de pensar. Que possua conhecimentos informativos e necessários para agir nessa situação e faça observações necessárias para o mesmo fim. Logo, é preciso que o aluno tenha idéias e possa significá-las e descobrir novos valores (BOCK, 2003).

Retomando o pensamento de (Clapared, 1954 apud Carvalho 2002, p. 54), que define a inteligência como sendo a competência para resolver problemas novos por meio do pensamento, cabe à educação desenvolver no educando esta habilidade da inteligência, para isto deverá colocá-lo sempre em situações de desafios, e, portanto, pode-se dizer que o homem pensa porque é inteligente. Cabe à psicologia estudar a inteligência e conseqüentemente o pensamento. Neste pensar a psicologia estenderia a sua função ao lado do professor e encontraria os rumos da verdadeira sabedoria e, dessa forma, a escola teria alunos preparados para os confrontos contemporâneos e seriam, diante desta concepção, desafiados a todo o momento através da ludicidade, jogos e se encantariam com as descobertas. A aprendizagem ocorreria como conseqüência. É claro que alguns desenvolveriam mais rápido; outros de forma lenta, mas certamente haveria espaço para todos.

Diante deste contexto ainda (Clapared, 1954 apud Carvalho 2002, p. 54) confirma que é responsabilidade do psicólogo investigar as leis de desenvolvimento que servem para todos os indivíduos e também determinar as diferenças individuais que existem e que podem se acentuar entre as crianças e, de certa forma, interferirem na relação ensino- aprendizagem. A escola deve considerar todas as diferenças de aptidão e inteligência pontuadas e analisadas e propiciar ao aluno oportunidades para desenvolvê-las, e dessa forma colaborar para a construção de homens íntegros, capazes para viverem em sociedade. E pensando dentro dessa concepção pode-se afirmar que a pedagogia é verdadeiramente um campo de aplicação de conhecimentos psicológicos.

(Vigotski, 1987 apud Tanamachi 2000, p. 22), afirma que a criança, ao passar pela instituição escolar, naturalmente deve se tornar capaz de classificar e conceituar e estes darão a ela a competência para compreender o mundo de um modo melhor e de forma diferente, porque ela aprende a lidar com conceitos teóricos que permitem formas de abstração.

Neste sentido é preciso que o serviço de psicologia saiba todo o processo e tenha mecanismos para auxiliar o professor a encaminhar a criança para aquilo que falta, isto é, para desenvolver o que está faltando , passando neste momento pela zona de desenvolvimento proximal, teoria discutida e confirmada por (Vigotski 1987apud Tanamachi 2000, p. 38). E esta determina, pois, que o professor deverá ser um animador, ou seja, um facilitador da aprendi-

zagem. É, portanto, o elemento necessário para o desenvolvimento humano e principalmente da criança na sua educação infantil, uma vez que, todos seus valores e conhecimentos se formam neste período e merecem atenção da equipe multidisciplinar que deve conter na escola.Vale novamente destacar , a figura importante do psicólogo, auxiliando o professor a encontrar caminhos para um desenvolver eficiente (TANAMACHI, 2000).

Retomando (Piaget, 1983 apud Carvalho 2002, p. 56) encontra-se uma definição segura do desenvolvimento humano, que ocorre por meio de estágios sucessivos e depende fundamentalmente do processo de equilibração. Entendendo as colocações de Piaget percebe-se que a aprendizagem depende do processo de construção das estruturas cognitivas. Portanto ,mais uma vez se ressalta a importância do professor como incitador do desafio que seguramente levará à reflexão e conseqüentemente à aprendizagem significativa. Mas para o professor chegar a essa função deverá se preparar muito e conhecer de forma detalhada os estágios de desenvolvimento, para que possa caminhar com clareza e prudência, tendo a paciência de aguardar a realização da construção do conhecimento e assim ter a certeza de que se efetivou a aprendizagem, porque no aprendiz houve transformação.

Nesta concepção emerge-se a figura do psicólogo que deverá ajudar a aumentar a eficiência da qualidade do processo educacional. E isto só se faz possível através da aplicação de conhecimentos e só aplica aquilo que se conhece, cabendo neste instante ao psicólogo ser um pesquisador constante, para que possa se colocar com segurança perante a equipe escolar e conseguir que ela opere com segurança e conhecimento (PATO, 1997).

(Walon, 1995 apud Calil, 2007, p. 308) este outro grande ícone do pensamento educacional do mundo moderno, também se aproxima da parceria educação e psicologia e consegue propor uma relação de complemento entre as ciências, entendendo que a educação é um meio formador da personalidade total do indivíduo na sociedade, portanto, uma ciência. Assim sendo, analisando cientificamente psicologia e educação devem se colocar frente a frente e juntas encontrar os caminhos da formação do homem. Esta é uma colocação muito séria ativando a relevância da figura transformadora do psicólogo, não daquele clínico, mas de um profissional comprometido a ajudar a encontrar soluções.

A psicologia deverá ser comprometida com a transformação. Ela deve en-

tender que educação é formação para cidadania e este pensamento exige formação e atuação docente nos ideários pedagógicos e leva a psicologia a romper com os modelos clínicos de atuação, estabelecendo, portanto essa nova forma de fazer a psicologia escolar acontecer de forma verdadeira e útil (MEIRA, 2003).

Neste sentido a autora Meira (2003), afirma que a psicologia tem a nobre missão de ajudar o educador a refletir a infância para compreender melhor a infância de seus alunos Deve ainda contribuir para que possa rever sempre a sua identidade enquanto profissional, para que encontre cada vez mais formas significativas para o realizar pedagógico. Cabe ainda ao psicólogo auxiliar o educador no convívio do cotidiano, na rotina das relações grupais, no trabalho eficiente de equipe, para que o professor possa conseguir que sua turma seja afinada uns com os outros. Também a autora coloca como função do psicólogo, auxiliar o educador a refletir sobre sua trajetória; seja na família, escola ou trabalho, para que ele, ao se compreender, seja capaz de entender a dinâmica familiar de seus alunos, bem como o perfil familiar de cada um , as reações de cada família, todo o entorno do aluno; uma vez que este é um fator que marca a história de educação de todos os seres.

De acordo com Carvalho (2002) é dever da psicologia estar junto ao educador, promovendo reflexões, ativando formas de conhecer o desenvolvimento humano e como ocorrem os processos de ensino e aprendizagem. Também afirma que a psicologia deverá fazer isto com base em fundamentos teóricos que sejam suficientemente fortes para sustentarem uma prática que possibilite encaminhar e compreender com clareza o percurso de escolarização dos alunos. Só quem domina bem uma teoria pode construir práticas coesas.

É preciso que o psicólogo compreenda que no cenário escolar, deve existir uma equipe. São muitos profissionais envolvidos na fase processual da aprendizagem e o psicólogo, portanto, que não é o protagonista da cena, nem sempre terá sua palavra como sendo a última. Seu trabalho será feito, às vezes, até nos bastidores, deverá buscar sempre promover o educador em suas necessidades de reflexão e de construção de conhecimento. Para isso é fundamental que tenha uma visão integrada desse educador que põe a mão na massa, uma vez que é ele, o professor que está frente a frente como o educando todos os dias, e o educador deverá ter apoio para realizar o seu trabalho. O psicólogo tem o dever de ajudar o educador a se descobrir, a se desvelar, para que ele tenha segurança,

autonomia na sala de aula. E este é um trabalho difícil e só se torna possível através do respeito por um conhecimento que o professor construiu referente ao cotidiano da sala de aula e a compreensão de que este é o objetivo primeiro da escola. De forma concomitante deverá também ter respeito pela pessoa do educador, não lhe lançando interpretações que não estão preparados para ouvir, ou seja, na escola não há espaço para clínica psicológica (CARVALHO, 2002).

Conclui-se, portanto que o psicólogo necessita saber e compreender o que professor espera dele, e quais são as ansiedades. O psicólogo é um profissional que deve ter um discernimento maior para que tenha a capacidade em auxiliar os professores na reestruturação do equilíbrio escolar. A prática pedagógica necessita de muito equilíbrio, prudência e conhecimento. A atuação do psicólogo se caracteriza pela intervenção na prática, no momento e na medida certa. Os psicólogos escolares trabalham para melhorar o processo de ensino-aprendizagem no seu aspecto global, através de serviços oferecidos a indivíduos, famílias, organizações, e principalmente ao professor. Devem ser capazes de, em conjunto, identificar a missão da escola resgatando os objetivos da aprendizagem na escola. A atuação do psicólogo deve estar no campo da educação formal, realizando pesquisas, diagnósticos e intervenções preventivas, não podendo limitar somente a identificar os distúrbios e problemas de aprendizagem, que esta seria uma visão empobrecida da psicologia e tentativas nessa visão não deram certo. Precisa-se, portanto, de um profissional autêntico, sereno, com competência para intervenções seguras e que opere transformações nas pessoas (PATTO, 1997).

6 Considerações Finais

O presente trabalho fez uma análise das questões que envolvem a educação e a psicologia. Muitas pesquisas afirmam que a psicologia ainda não encontrou a direção segura para exercer um trabalho educativo e ainda se coloca somente em posição de escuta das queixas dos profissionais, realizando assim um trabalho dentro da área clínica, não obtendo, portanto, sucesso, gerando, inclusive, angústia tanto por parte de educadores, quanto de psicólogos.

Diante disso, viu-se através dessa pesquisa a necessidade de uma ressignificação do trabalho e verificou-se através das análises as possibilidades de novas formas de intervenções psicológicas nas unidades escolares. Houve preocupa-

ção forte com a educação infantil, que constituiu o foco da pesquisa e também o da educação, pois mais uma vez se confirma a necessidade de cuidados especiais com a criança, porque é nessa fase que se forma o homem em todos os aspectos.

Nessa concepção foi pesquisado e analisado que psicólogo e profissionais da educação devem caminhar juntos. Ninguém é protagonista, o educador deverá compreender que a escola precisa do psicólogo no seu dia a dia, fazendo intervenções em conjunto, deverá promover reflexões para que decisões possam ser tomadas e o psicólogo deverá compreender e ajudar o educador a se formar, se compreender, estar em sintonia com sua identidade, com a família, o entorno da criança para melhor promovê-la integralmente e permitir que ela aprenda com segurança e adquira as experiências necessárias para viver, e esta tarefa é uma função do psicólogo na escola.

Pode-se concluir que o trabalho clínico não existe para ser feito na escola. O psicólogo escolar tem funções que vão além da escuta simples, mas também ele não o remédio para cura. A educação deverá compreender que ele é um profissional que deverá estar sempre no campo da pesquisa, fazendo diagnósticos, intervenções preventivas; não limitando a resolver distúrbios da aprendizagem. Deve ser acima de tudo, um profissional que esteja ao lado do educador, dando a ele o suporte para lidar com situações tão difíceis como o comportamento humano, as relações de aprendizagem e outras relações que seguramente deverão surgir nesse fantástico mundo chamado educação.

Dessa forma, o psicólogo finalmente terá seu espaço garantido na escola e conseguirá suplantar as barreiras até então colocadas na sua trajetória. É preciso mudar o olhar do psicólogo dentro da escola e fundamentá-lo na pesquisa, inovação e no suporte, ou seja, é preciso caminhar lado a lado, sem pressa de chegar à frente e dar a última palavra. Que a decisão seja fruto de um trabalho coletivo, apenas coordenado pelo psicólogo. Espera-se que este trabalho possa servir para desafiar os psicólogos a enfrentarem melhor os caminhos da educação.

Referências

BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de psicologia**. Campinas. v. 27, n. 3, p. 393-402, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n3/11.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

BOCK, A. M. B. et al. **Psicologia Escolar**: teorias críticas. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CALIL, A. M. G. C. Wallon e a educação: uma visão integrada de professor e aluno. **Contrapontos**. Itajaí. v. 7, n. 2, p. 299-311, maio/ago., 2007. Disponível em: www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/download/907/762. Acesso em: 10 abr. 2011.

CARVALHO, D. C. A Psicologia Frente a educação e o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**. Maringá. v. 7, n. 1, p. 51-60, jan./jun., 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a06.pdf. Acesso em: 25 abr. 2011.

DUARTE, N. **Crítica as apropriações neoliberais e pós modernas da teoria Vigotskiana**. Campinas. Autores Associados LTDA. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 44-54.

GUZZO, R. S. L. et al. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria. e Pesquisa**. Brasília. v. 26, n. spe. p. 131-141, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a12v26ns.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

MACHADO, M. M. et al. **Psicologia Escolar:** práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MALUF, M. R.; CRUCES, A. V. V. Psicologia Educacional na Contemporaneidade. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. São Paulo. v. 28, n. 001, p. 87-99, abr. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v28n1/v28n1a11.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2011.

MARTINS, J. B. A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica. **Psicologia em estudo**. Maringá. v. 8, n. 2, p. 39-45, jul./dez., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a04.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

MEIRA, M. E. M, et al. **O pensamento crítico e suas expressões no campo da educação e da Psicologia**. In: _____ **Psicologia Escolar**: teorias críticas, 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. Cap.1.14-20.

PATTO, M. H. S. **Introdução a psicologia escolar**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

TANAMACHI, E. ; PROENÇA M.; ROCHA M. **Psicologia e Educação:** desafios teóricos práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

TRINDADE, C. C. **Educação, sociedade e democracia no pensamento de John Dewey**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Case & Instrumento de Avaliação Ética para as Instituições de Ensino Básico & Superior: reflexões e propostas para a concretude do trabalho institucional/educacional/profissional

Rones Alves Cândido[1]

RESUMO: *o presente artigo que apresenta em seu final a praticidade de um 'Case' a partir da prévia aplicação de seu próprio 'Instrumento de Avaliação Ética' no interior das instituições educacionais profissionais é, pois, fruto do resultado final de um estudo que já foi explicitado aqui anteriormente - nesse mesmo espaço de produção do conhecimento – através da publicação do meu primeiro artigo, recém-construído e intitulado de: 'A Questão da Ética no Interior do Clima Organizacional: dilemas entre o prescrito, o escrito e o vivido no trabalho institucional, educacional e profissional' publicado em 2008[2], na primeira edição da Revista - eletrônica/impressa - 'Acta Científica' da Uni-FPM - Universidade Faculdade Patos de Minas. Tais reflexões e propostas nele desenvolvidas evidenciam e formatam os principais objetivos desse novo artigo a ser publicado na terceira edição de tal revista, a saber: aplicação de um questionário ético/avaliativo através de seu próprio case; construção de uma postura ética, a partir dos resultados do mesmo, registrando-os como forma de melhorar tais relações interpessoais vividas e vivenciadas no interior do processo de organização geral do trabalho administrativo/pedagógico e que, nesse sentido; é, pois, também atrelado aos setores burocrático/administrativos e pedagógico/docentes em tais instituições educacionais de ensino básico/superior, bem como de natureza publica e/ou privada como um todo. Dessa forma, o realce científico desse estudo decorre do encaminhamento de todo esse processo investigativo, bem como da análise articulada à interlocução dialógica do mesmo. O trabalho baseou-se em fontes bibliográficas e documentais, tendo como referencial teórico e como interlocutor, pressupostos e enunciados encontrados na literatura específica de Formação Profissional Docente e Organização Geral do Trabalho, tanto institucional, quanto educacional e/ou profissional.*

---

[1] Mestre em História & Filosofia da Educação pela FACED/UFU - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia -. Especialista em Educação Física Escolar pela FAEFI/UFU, bem como especialista em Educação e Organização do trabalho nas Instituições de Ensino Superior, também pela FACED/UFU. Atuo como Professor de Educação Física na educação básica de ensino. Redes: Estadual de Minas Gerais e Municipal de Uberlândia/MG, e também, no ensino superior – Curso de Educação Física & Esportes da **Uni-FPM (Faculdade Patos de Minas**), ministrando as disciplinas de História e Filosofia da Educação/geral; Ética e Intervenção Profissional/Geral; Administração & Organização do trabalho pedagógico/docente/Geral - **E-mail – candido-rones@yahoo.com.br**

[2] 2008 foi o ano da primeira edição da Revista - eletrônica/impressa - 'Acta Científica' da Uni-FPM - Universidade Faculdade Patos de Minas.

Introdução

Em cada realidade institucional/educacional/profissional se usa uma forma específica de organizar todo o trabalho em prol do seu próprio produto final; isto é: o Ensino e a Aprendizagem. Dessa forma, para que este se concretize de forma clara e eficiente no interior das salas de aulas, se faz necessário, no entanto, dentro de um contexto político pedagógico que estuda as relações humanas para uma melhor formação de suas gerações futuras que, tais instituições educacionais e profissionais tenham em seus Rhs - recursos humanos - um quadro de funcionários comprometidos e envolvidos com a reflexão e discussão em grupo sobre condutas éticas e não éticas dentro do mesmo e, nesse sentido, trocar informações e opiniões, analisando coletivamente, os problemas relacionados com as relações interpessoais, que é de capital importância para se propor o novo padrão de condutas e/ou normas através de um projeto político vigente.

Para Veiga (2002) uma eficiente atuação profissional está inteiramente atrelada e/ou atribuída ao processo de formação inicial e continuada dos envolvidos em tal avaliação. Nesse sentido, as instituições de ensino devem proporcionar aos alunos uma formação ampla centrada, pois, no âmbito de um planejamento estratégico que enfatiza o pleno desenvolvimento científico, cultural e social, a partir das propostas que de fato, ao longo desse processo irão se efetivar em seu próprio PPP - Projeto Político Pedagógico -.

Já na formação continuada tais instituições se responsabilizam também, por procurar responder às situações vividas pelos professores a partir da realidade concreta, encontrada por eles no momento de efetivar a aplicação dos seus planos de curso e de ensino, que devem estar totalmente atrelados ao projeto político da referida instituição onde bem exercem suas funções de docentes, bem como articulados com os objetivos da missão/razão delas próprias existirem e atuarem com qualidade e eficiência no seio da sociedade em que vivem. Daí se compreende que a formação docente deve guardar unidade entre a formação inicial e a continuada. Nessa perspectiva, "[...] *associa-se o conceito de formação de professores a inconclusão do homem. A formação identifica-se com a idéia de percurso, processo, trajetória de vida pessoal e profissional. Por isso a formação não se conclui, ela é permanente*". (VEIGA, 2002, p. 16).

O retrato dessa trajetória busca a partir das experiências vividas - ao longo

de todo o processo de formação inicial/continuada – evidenciar, pois, o ponto de partida para o exercício da produção do conhecimento, que nasce primeiramente, da relação de tal estória com as bases empíricas encontradas pelo pesquisador no objeto de pesquisa. O confronto das culturas entre objeto/sujeito e sujeito/objeto vai elucidar o ápice de uma análise dialógica com realce científico em tal proposta de produção do conhecimento.

Desta forma, é possível realizar avanços no sentido de superar os limites do planejamento estratégico de tal projeto no interior das instituições educacionais, tendo, pois, necessariamente, como perspectiva a contradição da ética capitalista de produção, que traz consigo as possibilidades de seu desenvolvimento e ao mesmo tempo, de sua destruição, elementos de resistências estabelecidos pelos novos padrões e paradigmas, configurados no mundo do trabalho. Nesse sentido, Mészáros (2002), nos leva à reflexão, explicitando com muita propriedade e competência a idéia de que:

> *"A crença segundo a qual não pode haver nenhuma alternativa às práticas produtivas dominantes se baseia na falsa teorização da relação entre produção, ciência e tecnologia, concebida e caracteristicamente distorcida do ponto de vista do capital que ela eterniza. Tal visão é insustentável, pois o domínio do modo de produção do capital possui apenas alguns poucos séculos na história humana, e estabelecer sua permanência absoluta requer muito mais do que as asserções, que se confundem com o desejo de seus defensores".* (MÉSZÁROS, 2002, p. 605).

É necessário, portanto, que os sujeitos diretamente envolvidos nas políticas educacionais e aqueles que vivenciam a práxis pedagógica propriamente ditam e/ou atentem para as políticas de educação, de modo a não tomarem a nova expressão da pedagogia capitalista como algo novo e benévolo, mas, ao contrário, se vislumbrem na práxis e por meio dela a possibilidade de que seja "instituído e mantido em existência" um sistema alternativo que tenha as necessidades humanas como prioridade e que se dê nos espaços de contradição, sejam eles pedagógicos ou não.

I – Virtudes, Tópicos & Princípios do Regimento de Trabalho

Do gestor público no Brasil se exige o domínio de determinadas competências e a posse de instrumental, nem sempre disponíveis, para o pleno exercí-

cio de suas funções. E, se esse exercício se dá numa universidade pública, instituição de complexa estrutura e de constantes conflitos de interesses internos, às competências devem se juntar habilidades políticas, conhecimento técnico e certo desprendimento para lidar com a coisa pública. Quando, então, o gestor público tem sob sua responsabilidade dois pilares do desenvolvimento científico e tecnológico: a pesquisa e a pós-graduação, muitas outras exigências lhe são impostas. Nesse sentido, pode se observar na fala de Mello (1982), a extensão de várias outras características a tal competência profissional. A saber:

> *"Por competência Profissional estou eu estendendo várias características que é importante indicar. Em primeiro lugar, o domínio adequado do saber escolar a ser transmitido, juntamente com a habilidade de organizar e transmitir esse saber. De modo a garantir que ele seja efetivamente apropriado para o aluno. Em primeiro lugar, uma visão relativamente integrada e articulada dos aspectos relevantes mais imediatos de sua própria prática, ou seja, um entendimento das múltiplas relações entre os vários aspectos da instituição educacional de ensino básico/superior - público e/ou privado, desde a organização dos períodos de aula, passando por critérios de matrícula e agrupamento de classes, até o currículo e os métodos de ensino de seus professores. Em terceiro, uma compreensão das relações entre o preparo técnico que recebeu tal organização e os resultados da sua ação. Em quarto lugar, uma compreensão mais ampla das relações entre escola & sociedade, que passaria necessariamente pelas questões de suas condições de trabalho e de remuneração"* (MELLO, T. P. 1982, – pp. 43-44).

Por tal setor profissional ser estratégico ao desenvolvimento regional e nacional, a gestão da pesquisa e da pós-graduação no interior das instituições educacionais exige, pois, além dessas competências e habilidades, conhecimento de modernos conceitos de administração e planejamento, dada a forte demanda por esse serviço e uma legislação em constantes mudanças. Dessa forma: *"A ética ilumina a consciência humana, bem como sustenta e dirige as ações do homem. É um produto histórico-cultural e (...,) como tal define o que é valores humanos e/ou virtudes éticas, o que é bem ou mal, bom e/ou ruim, certo ou errado, permitido ou proibido, tanto para cada cultura e/ou sociedade, quanto para o cotidiano das relações interpessoais no trabalho institucional/educacional/profissional."* (CÂNDIDO, R. A. 2008 – 14-15).

Ainda segundo tais autores, acima mencionados, a ética é, pois universal

quando estabelece um código de condutas morais válidos para todos os membros inseridos ou não na história das sociedades humanas, bem como especificamente, de uma determinada sociedade com seus aspectos sócio-culturais próprios, mas, em contrapartida, arraigados também, nos valores construídos na origem de seus antepassados. Ao mesmo tempo, tal código é relativo ao contexto sócio-político-econômico e cultural onde vivem os sujeitos éticos e onde realizam suas ações morais.

Sabe-se que a ética profissional atinge a todas as profissões e, quando falamos da ética profissional estamos nos referindo ao caráter normativo e até jurídico que regulamenta determinada profissão a partir de estudos e códigos específicos da mesma.

"A ética tem como objetivo estabelecer um consenso, suficientemente capaz de comprometer todos os integrantes de uma categoria profissional e assumir ainda, um papel social, fazendo com que através da intersubjetividade interpessoal humana, migre, pois, do plano das realizações individuais para o plano de realização social e coletiva." (Idem à referência anterior).

O profissional sendo um elo com a sociedade, automaticamente se constitui também, no principal líder e/ou elemento/integrante que articulará os aspectos teóricos com os práticos, tanto para a compreensão do sentido/significado de tais ações/reflexões, quanto para a difusão da qualidade social á sua própria vida em consonância com a dos outros.

Além da plena necessidade de preparação etico-profissional de seus funcionários, os espaços interinstitucionais e educacionais podem ser ainda re-criados com a perspectiva de contribuir efetivamente, com o convívio democrático no interior das relações interpessoais humanas ali existentes, bem como sócio-profissionais e trabalhísticas também. Isso significa uma aproximação entre aqueles que elaboram e executam ações de ensino/aprendizagem - os professores - e aqueles que buscam, contribuem e se comprometem com tal aprendizagem - os alunos -.

Essa aproximação é, pois, previamente articulada e conduzida pela representatividade hierárquica de seus gestores e órgãos administrativos, que trabalham para dar as melhores condições de trabalho aos demais setores da mesma, em prol de fazer valer a concretude da missão institucional/educacional/profissional aqui evidenciada que, tão somente prima pela qualidade do ensino - de seus professores - bem como pela efetiva aprendizagem – de seus alunos. Tais

setores envolvidos por seus líderes em um processo ambiental democrático se constituem, portanto, em uma alternativa privilegiada de ação pedagógica atrelada, pois, aos princípios éticos de sua organização geral e, ainda redundando-se em um valor fundamental que desenvolverá potencialidades em todos os sentidos e contextos dentro da referida instituição.

Sendo a ética um conjunto de atitudes e sentimentos humanos inter-relacionados em sua forma mais ampla. Constitui-se, necessariamente também, no âmbito profissional das instituições educacionais de ensino básico e superior – público e/ou privado – em tópicos & princípios que merecem ser evidenciados em seus respectivos setores, principalmente nas pós-graduações. Nesse ínterim, torna-se importante evidenciar um estudo de caso realizado na pós-graduação da PROPP/UFU - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. A saber:

A estrutura enxuta que se tem atualmente na PROPP/UFU - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia - em termos de pessoal, organograma e até de espaço físico disponível, por vezes é um facilitador de respostas à comunidade acadêmica, mas por certo já não responde adequadamente às complexas demandas por pesquisa e pós-graduação na UFU. A idéia é promover sua reestruturação administrativa criando uma estrutura funcional que possa formular as políticas de pesquisa e pós-graduação institucionais, gerir essas políticas e atender adequadamente às fortes demandas. Por funcional entende-se um organograma orientado por poucas divisões, inter-relacionadas em suas atribuições, e com poucos níveis hierárquicos, de forma que se possa aproximar ainda mais direção/gestão/usuário.

Por essas razões e ainda outras mais; isto é, para que as instituições de ensino público e privado - básico e superior - possam querer seguir o exemplo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFU, para que assim como esta cumpra as atribuições, pré-determinadas e determinadas nas relações interpessoais hierárquicas, registradas em Regimento Interno, como no caso do (Art. 37 do regimento da UFU) quando, no entanto, se propõe na íntegra a sua reestruturação organizacional como forma de atender ao planejamento estratégico delineado pelas futuras Gestões Estudantis e Acadêmicas das Instituições de ensino público básico e superior desse País; estabelecem, pois, os tópicos e os princípios de tal planejamento estratégico, a saber:

OS TÓPICOS: planejar, propor, acompanhar e avaliar a política institucional de pesquisa e de pós-graduação; propor aos conselhos superiores normas e regulamentos relativos a sua área de atuação; assessorar, acompanhar e secretariar o Comitê de Ética em Pesquisa; propor aos conselhos superiores normas e regulamentos relativos à pesquisa; propor normas de funcionamento das comissões de assessorias internas de apoio à DIRPE (Comissão de Iniciação Científica); fazer cumprir as decisões e deliberações do Comitê Interno de Iniciação Científica; atuar como facilitador da participação de docentes, técnicos e estudantes da UFU em eventos internacionais; propor aos conselhos superiores normas e regulamentos relativos à pós-graduação; propor normas de funcionamento das assessorias internas de apoio à DIRPG; **OS PRINCÍPIOS:** respeitando, pois, a legalidade e a defesa do bem público, as ações aqui propostas pela nova administração, têm como princípios e também se orientam tão somente: pela ética e pelo compromisso social, pela transparência na gestão da instituição pública, pela defesa da interdisciplinaridade e, pelo respeito à democracia.

O trabalho é executado não somente pelos servidores, mas em quase todos os casos pelo esforço conjunto com a administração superior. As tarefas são cuidadosamente planejadas para que sua execução se dê de forma correta e tempestiva, não obrigando o trabalhador a esforços que lhe prejudiquem na qualidade de vida agregada ao trabalho. A cooperação extrema intima e pessoal entre a administração e os servidores é parte essencial da administração científica ou administração da tarefa. Conforme mais uma característica desse sistema os funcionários são escalados para desempenhar uma determinada tarefa conforme sua formação ou experiência profissional.

A partir do diagnóstico realizado no referido objeto de estudo, sobretudo, acompanhado das observações diretas e/ou indiretas da equipe e também, pelas formas objetiva e subjetiva que se configuraram quase inconsciente dentro do mesmo, verifica-se, pois, que apesar da burocracia impregnada em seu cotidiano de trabalho, bem como dos princípios da Administração Científica e da administração japonesa detectada nas ações do seu planejamento estratégico especificado, assim nos foi permitido apreender outras formas de sua estrutura objetivando, contudo, a criação de um novo organograma que venha somar às novas transformações e aos novos paradigmas no mundo do trabalho em decorrência do aludido século XXI.

Nesse sentido, atualmente a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação aqui evidenciada, já trabalha com uma estrutura organizacional bastante enxuta. Portanto, a mudança proposta seria a incorporação da Divisão de acompanhamento de programas pela Divisão de Aperfeiçoamento, que, a primeira vista parecem ser bastante distintas, pois na prática administram acompanhar e avaliar o Plano Geral de Capacitação Docente da UFU e coordenam os afastamentos de docentes e técnicos em qualificação no país e no exterior. Com as sugestões acima apresentadas para uma nova estrutura de organização do trabalho em tais Instituições de ensino básico e superior, resolveria, pois, em parte, pelo menos um dos seus principais problemas, que é a carência de pessoal no corpo de técnicos dos seus diversos setores.

Apesar da burocracia impregnada no setor público foi possível observar, com maior evidência a utilização, quase que inconsciente, dos princípios da Administração Científica e da administração japonesa.

II – Case das Principais Virtudes Éticas & Seu Instrumento de Avaliação

Tal proposta inicia-se com uma pergunta, a saber: Quais as virtudes que devem ser cultivadas no ambiente do trabalho institucional/educacional/profissional público & privado de ensino básico e superior?

Considerações Finais

Em tal estudo procuramos apresentar algumas idéias e argumentos referentes às virtudes éticas inatas do ser humano em relação aos tópicos e princípios impostos à conduta moral das pessoas, no que se refere ao impacto em que as normas do regimento interno de trabalho causam diretas e/ou indiretamente, aos princípios culturais/individuais em detrimento dos coletivos no interior das relações interpessoais de uma empresa e/ou instituição/educacional.

Como destacado nos conteúdos apresentados ao longo do texto aqui evidenciado, restringimos, pois, à sua abordagem metodológica, as principais questões de caráter - ético/profissional - que são levantadas com freqüência por

estudantes - discentes - e profissionais - docentes - no interior das instituições educacionais como um todo.

Espera-se, contudo, que as visões apresentadas forneçam um ponto de partida teórico e/ou conceitual para os futuros estudos dessa temática e que, ainda estimulem a participação de um público maior em discussão latentes dessa natureza, mas de afetos, inteireza e defesa da formação ética no âmbito de todas as instituições de ensino, bem como no processo de formação inicial e continuada de todas as profissões que lhes são outorgadas.

A ética profissional se tornou preocupação de muitos profissionais e em várias instâncias do setor político do país. Porém, nesse momento em que muito se fala de conduta ética e princípios morais, a população brasileira não se tem enxergado em seus próprios e principais representantes políticos, bons exemplos de condutas e/ou posturas ético-morais. O que verdadeiramente temos visto é um apagão ético em todas as esferas sociais, culturais, políticas, religiosas e econômicas, tão somente, presentes na extensão territorial de nossa nação. Há muito tempo a questão ética está presente em nossa sociedade.

A ética já nasce com o ser humano através das virtudes de sua própria natureza. A questão em ser ético é fundamental. Ética é uma questão de conduta, respeito e princípios morais adquiridos, pois, ao longo da história das civilizações e/ou sociedades humanas, bem como do presente e do por vir. Esse tema sempre existiu, existe e existirá, porque o "homem" sempre vai ter dificuldades de relacionamento interpessoal em seus vários habitats. A ênfase nesse debate tem se tornado latente e ainda, mais notório nos dias de hoje, por causa e conseqüência dos vários acontecimentos a níveis profissionais e políticos.

Vivemos em um contexto de transformações e mudanças que reivindicam uma maior consciência ética na economia, na política, na ciência, nos meios de comunicação e, principalmente, nas relações humanas. A escola deve despertar no educando capacidades básicas, habilidades que o levem a orientar-se no mundo caótico, a usar o conhecimento a favor da vida, para a convivência do ser humano.

É relevante ressaltar que esta formação ética não pode ser atribuída apenas à escola, mas à sociedade como um todo. *"A forma de pensar, sentir, julgar e agir de crianças e jovens firma-se no contato com o meio em que vivem e crescem"*. Segundo Habermas, "a identidade individual é reflexo da identidade coletiva". Assim

sendo, o processo formativo é de co-responsabilidade de todos para que se possa construir uma sociedade mais justa, humana e igualitária. Uma sociedade que valorize e abra espaço para que o jovem se sinta um ser humano em construção, que tenha uma visão de totalidade, que saiba se situar e agir de forma justa e solidária.

Enfim, através dessa interação política e social, pode-se criar um ambiente de convivência prazeroso, participativo e crítico que contribua para a superação de representações sociais, políticas e econômicas, contidas nesse grande avanço tecnológico do século presente em que vivemos e de outros que virão. Quem viver verá.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Editora Mestre Jou, sd.

ALENCASTRO, Mário. **A importância da Ética na Formação de Recursos Humanos**. Registrado na Fundação Biblioteca Nacional sob nº 197.147 - livro: 339 fl: 306.

ARAUJO, J. C. de Souza. (2002 a). *"Ética e profissão docente no século XVI".* História da Educação, 6(12). Pelotas, set., pp. 39-65.

CÂNDIDO, Rones Alves. (2008), ***"A Questão da Ética no Interior do Clima Organizacional: dilemas entre o prescrito, escrito e vivido no trabalho institucional/educacional/profissional."*** Artigo publicado na Revista Impressa & Eletrônica: Acta Científica da Uni-FPM – PP: 1/17 - Ed. 2008.

GADOTTI, Moacir **Pedagogia da Práxis.** São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

MELLO, T. P. **Competência Profissional na Organização Geral do Trabalho Institucional/Educacional.** São Paulo/SP – Centro Cultural – Ed: Rios -1982.

MOTTA, Nair de Souza. Ética e vida profissional. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1984.

SAVIANI, Demerval. **O trabalho como principio educativo frente às novas tecnologias.** In: FERRETI, C.J. (Org). Tecnologia, trabalho e educação: Um debate multidis-

ciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. PP.14 7-205. (Cap.3).

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico***: uma construção possível.* Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Perspectivas para a formação do professor hoje**. *Anais do XI ENDIPE:* Goiânia, 2002.

Dossiê “Saúde”

As angulações das escápulas avaliadas pela Biofotogrametria Computadorizada em pacientes com diagnóstico de síndrome do impacto

Fernando Leonardo Diniz Souza[1]

RESUMO: A síndrome do impacto caracteriza-se pela compressão de tecidos tais como: tendão do supra - espinhoso, cabeça longa do bíceps, bursa subacromial, ou articulação acromioclavicular. Estes tecidos podem estar sujeitos a impactos de repetição entre a tuberosidade maior e o acrômio, se o úmero estiver em rotação externa ou neutra. Esta pesquisa visa analisar se a síndrome do impacto interfere no posicionamento das escápulas, correlacionando os graus de angulações das escápulas direitas e esquerdas em relação ao lado lesado. Foram analisadas as angulações das escápulas de 17 pacientes por meio da Biofotogrametria Computadorizada®, havendo significância nas lesões para o lado Direito, sendo que as lesões do lado Esquerdo tiveram a amostragem inferior em relação ao lado direito. O estudo revelou a facilidade de avaliar estruturas anatômicas por meio da Biofotogrametria Computadorizada® levando em conta a fidedignidade dos dados colhidos e o baixo custo da realização de tal prática avaliativa.

Palavras-Chave: Síndrome do impacto. Avaliação. Biofotogrametria. Escápulas.

1 Introdução

A síndrome do impacto pode ser definida como uma síndrome dolorosa localizada dos tendões do manguito rotador do ombro no compartimento subacromial, limitada pelo arco córaco-acromial, acima, e cabeça umeral, abaixo. De Palma (1987) referiu que 100% da população adulta terá, pelo menos uma vez na vida, um episódio doloroso da articulação do ombro relacionado com alterações da região do manguito rotador (GREVE, *et al*, 1992).

O termo "síndrome de compressão ou impacto" (impingement) foi popularizado por NEER em 1972. Ele enfatizou que tanto a inserção do supra-

[1] Fisioterapeuta professor da Faculdade Patos de Minas-FPM. Email: fernandoldiniz@yahoo.com.br

-espinhal no tubérculo maior quanto o sulco bicipital estão localizados adiante do arco coracoacromial com o ombro na posição neutra, e que, com a flexão anterógrada do ombro, essas estruturas podem passar por debaixo do arco coracoacromial, proporcionando a oportunidade para a compressão ou impacto (ANDREWS, *et al*, 1998).

Qualquer das seguintes estruturas pode ser acometida: tendão do supra - espinhoso, cabeça longa do bíceps, bursa subacromial, ou articulação acromioclavicular. Estes tecidos podem estar sujeitos a impactos de repetição entre a tuberosidade maior e o acrômio, se o úmero estiver em rotação externa ou neutra; ou o espesso ligamento coracoclavicular; se o úmero estiver rodado internamente quando o braço estiver abduzido acima de 80 graus. Isto resulta em impacto das estruturas supra-umerais contra a superfície anterior do acrômio e, nos casos em que o úmero se encontra rodado internamente, será contra o ligamento coracoacromial. É um fato estabelecido que entre 70 e 120 graus de elevação glenoumeral (HALBACH & TANK, 1993).

Se tratando do Quadro Clínico da síndrome do impacto, LASMAR citando NEER, descreveu três fases clínicas.

Na fase I é característico um quadro de dor aguda que se segue ao esforço prolongado ou exacerbado, no esporte ou profissão, sendo um quadro reversível. Ocorrem edema e hemorragia ao nível da bolsa e tendões, ocorrendo tipicamente na faixa etária abaixo dos 25 anos. Na fase II, observamos um processo inflamatório levando a um quadro de fibrose e espessamento da bolsa, além de tendinite, ocorrendo caracteristicamente entre os 25 e 40 anos. É significativo a dor crônica após, as atividades com elevação do membro superior; dor na rotação interna, como ao vestir-se; e dor noturna, principalmente em decúbito lateral. Por fim, na fase III é característico um quadro clinico de dor constante e perda da força de elevação do membro superior, pois já existe ruptura completa de um ou mais tendões, sendo mais freqüente em pacientes com mais de 40 anos de idade (LASMAR, 2002).

As síndromes dolorosas do ombro são comuns na população em geral, incidindo em 15 a 25% dos pacientes com idade entre 40 e 50 anos. Os problemas no ombro afetam as atividades da vida diária e do trabalho, comprometendo a qualidade de vida de muitas pessoas (FACCI, 2000).

A articulação glenoumeral é mais móvel e menos estável que a articulação

acetabulofemoral. Esta mobilidade e menor estabilidade pode ser atribuída à rasa fossa glenóide, á grande e redonda cabeça umeral e à frouxidão capsular (JOHN, W., *et al*, 1993).

A escápula é um osso triangular achatado, que é quase totalmente recoberto por músculo. Um lado desse triângulo, a borda medial, tem uma orientação paralela à coluna torácica e segue um trajeto aproximadamente vertical. A cavidade glenóide situa-se sobre a borda súpero-lateral da escápula, do lado oposto à borda medial. A estrutura óssea é mais visível da face posterior do ombro é a espinha da escápula. Esta espinha é formada por uma borda de osso orientada em ângulo reto ao plano principal da escápula. Começa na borda medial da escápula e prossegue em direção à borda súpero-lateral, onde termina no acrômio. A espinha divide a face posterior da escápula em duas posições desiguais ou fossas (REIDER, 1999).

A escápula está localizada próximo ao gradil costal com a borda vertebral paralela aos processos espinhosos e a uma distância de 2,5 a 7,5 cm entre as mesmas (KENDALL, 1993).

O músculo denteado anterior se fixa no bordo medial da escápula e passa embaixo da escápula para fixar-se no bordo ântero-lateral das nove primeiras costelas. Uma grande quantidade de movimento ocorre entre a fáscia do músculo e a fáscia do tórax. Como não existem articulações ósseas, as superfícies que se movem são chamadas articulações falsas ou funcionas. Função normal da articulação escapulotorácica é essencial para a mobilidade e estabilidade da extremidade superior. A movimentação da articulação escapulotorácica fornece uma base móvel para o úmero e desse modo aumenta a amplitude de movimento do braço, mantém relações favoráveis de comprimento-tensão para o músculo deltóide funcionar acima de 90° de elevação do braço, fornece estabilidade glenoumeral para trabalho na posição acima da cabeça ou para a posição vertical apoiada sobre as mãos ("plantando bananeira"), fornece função de amortecedor para forças aplicadas no braço esticado, e permite a elevação do corpo na marcha com muletas ou elevações sentadas para transferências por pessoas com paraplegia (KAPANDJI, 1982).

Definições dos Movimentos da Cintura Escapular:

Elevação – A extremidade distal da clavícula e o processo do acrômio da

escápula (articulação acromioclavicular) movem-se superiormente (no sentido da orelha) aproximadamente 60° (KAPANDJI, 1982).

Depressão – Movimento da área acromioclavicular inferiormente. A partir de uma posição de repouso, apenas 5 a 10° de depressão podem ser alcançados. A importância do movimento, no entanto, está na estabilização da escápula e elevação do corpo como na marcha com muletas ou em transferências de cadeira de rodas de pacientes com paraplegia. A partir de uma elevação máxima, o movimento de depressão do ombro é capaz de elevar o tronco 10 a 15 cm.

Protração – A extremidade distal da clavícula e a escápula movem-se anteriormente em torno da caixa torácica, com os bordos mediais da escápula movendo-se para longe da linha mediana 13 a 15 cm. Este movimento também é designado abdução da **escápula.**

Retração – A extremidade distal da clavícula e a escápula movem-se posteriormente, e os bordos mediais da escápula aproximam-se da linha mediana. Este movimento também é chamado **adução da escápula**. Na articulação esternoclavicular, a amplitude total para protração e retração é aproximadamente 25° (KAPANDJI, 1982).

Um movimento circular pode ser realizado movendo-se a cintura escapular para cima, para frente, para baixo, para trás (envolvendo uma combinação de elevação, protração, depressão e retração) ou em uma direção oposta. Durante estes movimentos, a articulação esternoclavicular é o ponto axial, e a ponta do ombro move-se em uma trajetória circular. A escápula, como se articula com a clavícula na articulação acromioclavicular, ajusta a sua posição e permanece junto do tórax.

Movimentos escapulares são adicionalmente descritos pelas rotações que ocorrem na articulação acromioclavicular:

A **rotação para cima** é um movimento da escápula no qual a fossa glenóide olha superiormente e o ângulo inferior da escápula desliza lateral e anteriormente sobre o tórax. Amplitude máxima de rotação para cima é vista com a flexão completa do ombro.

A **rotação para baixo** da escápula é um movimento da fossa glenóide para olhar inferiormente. Amplitude completa de rotação para baixo ocorre quando a mão é colocada na região lombar. A amplitude total de rotação para cima e para baixo é aproximadamente 60°.

A **abdução do ombro** no plano da escápula ocorre de 30 a 40° anterior ao planto frontal. Este movimento é advogado para avaliação da elevação do braço porque a cápsula permanece em uma posição de ajuste mínimo e há menos probabilidade de colisão com as estruturas coracoacromiais (PERRY, 1998). Assim, é importante identificar o plano de abdução que é usado, porque as amplitudes de movimento variam ligeiramente e o torque dos rotadores externos é maior no plano da escápula do que no plano frontal (GREENFIELD et al, 1990).

HOWELL (1986) e DE PALMA (1987) referiram que, quando o homem assumiu a posição ereta , sofreu um achatamento ântero-posterior do tórax, levando a uma rotação externa de 45 graus da escápula, em relação ao plano sagital. Tal fato propicia aumento na amplitude de movimento articular, porém com perda da estabilidade gerando a necessidade de um mecanismo estabilizador.

Em relação ao alinhamento, esse termo não é freqüentemente utilizado para referir-se ao ombro, certos termos, como porte, atitude e postura são muitas vezes empregadas para expressar conceitos de alinhamento. Independentemente de o paciente ser visto anteriormente ou posteriormente, os dois ombros devem ser simétricos. Linhas imaginárias traçadas entre pares de pontos de referencia, como as articulações esternoclaviculares ou as articulações acromioclaviculares, devem ser horizontais. A inclinação das clavículas e das espinhas escapulares deve ser simétricas em ambos os ombros. Posteriormente, as bordas mediais visíveis das escápulas devem ser aproximadamente paralelas e eqüidistantes dos processos espinhosos da coluna torácica. Apesar de a orientação da escápula em relação ao tórax mudar quando o ombro é abduzido, a localização das escápulas deve ser a mesma para posições idênticas durante a movimentação do ombro. Entretanto, a posição habitual em repouso pode variar amplamente entre indivíduos. Algumas pessoas tendem a manter seus ombros com as escápulas retraídas em posição de "atenção", enquanto muitas outras pessoas assumem habitualmente uma posição protraída ou de ombros curvados (REIDER, 1999).

Podem existir diferenças entre os dois ombros. O paciente pode manter o ombro dominante ligeiramente abaixo do não-dominante. Em trabalhadores braçais e em indivíduos que praticam esportes com freqüência, como beisebol ou tênis, essa diferença de altura entre os dois ombros pode ser mais acentuada.

Quando um dos ombros é doloroso, o paciente tende a contrair os músculos da cintura escapular e sustentar o antebraço, de modo que o ombro doloroso é mantido mais alto do que o normal. Na deformidade de Sprengel, uma malformação congênita bem conhecida, a escápula afetada é menor e mantida em nível mais alto do que o do lado não afetado (REIDER, 1999).

Em atletas das modalidades de arremesso ou de lançamento, a contratura dos tecidos moles pode afastar a escápula do ombro dominante para longe da linha mediana. Essa anormalidade, que foi denominada deslizamento lateral da escápula, pode ser detectada ao medir a distância do ângulo inferior da escápula até a linha mediana. Quando a medida do ângulo da escápula dominante é de pelo menos 1,5 cm a mais do que o do lado não-dominante, Kibler correlacionou essa medida com a ocorrência de dor na parte posterior do ombro e com sintomas de impacto na parte anterior (KIBLER, 1991).

Biofotogrametria

De origem grega, o termo fotogrametria expressa a aplicação da fotografia à métrica. Muitos dos conceitos interpretativos e metodológicos fundamentais da fotogrametria cartográfica, utilizadas na agrimensura, foram aos poucos sendo adaptados para o estudo dos movimentos humanos. Entre os conceitos mais importantes, estão os da restituição (o planejamento e construção de um mapa planimétrico condizente com a realidade que se pretende refletir) e da fotointerpretação ou interpretação fotográfica (o exame das imagens para identificação de objetos e julgamento de seu significado. A fotogrametria, também denominada biofotogrametria, desenvolveu-se através da aplicação dos princípios fotogramétricos às imagens fotográficas obtidas de movimentos corporais. A essas imagens foram aplicadas bases apropriadas de fotointerpretação, gerando-se uma nova ferramenta no estudo da cinemática (BARAÚNA, M. 2004).

2 Justificativa

O presente estudo visa demonstrar ou não se a Síndrome do Impacto interfere na angulação da escápula, devido à posição que elas possam se encontrar durante a posição estática.

Este trabalho tem a importância de contribuir para o surgimento de um possível protocolo de avaliação.

3 Objetivos

3.1 Objetivo Geral:

Avaliar os ângulos das escápulas em relação a pontos de referências fixos com um eixo vertical, por meio da Biofotogrametria Computadorizada®, em pacientes com Síndrome do Impacto.

3.2 Objetivos Específicos:

1. Encontrar a média em graus da angulação das escápulas direitas e esquerdas.
2. Correlacionar os graus de angulações das escápulas direitas e esquerdas em relação ao lado lesado.
3. Comparar o grau de diferença das angulações entre os pacientes.

4 Casuística e Métodos

4.1 Casuística:

Foram analisadas as angulações das escápulas de 17 pacientes da Clínica-Escola de Fisioterapia de uma instituição de ensino superior privada de Uberlândia-mg, com diagnóstico de Síndrome do Impacto, estando os mesmos em tratamento fisioterápico. Com faixa etária variando de 27 a 70 anos, sendo 5 do sexo masculino e 12 do sexo feminino, dos quais 10 eram portadores de lesão do lado direito e 7 portadores de lesão do lado esquerdo. Esses pacientes foram informados dos procedimentos e objetivos da pesquisa, onde assinaram um termo de consentimento, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e que os mesmos teriam todo o resguardo de sua identidade.

O Critério de Inclusão dos pacientes foi selecionado a partir dos indivíduos portadores de Síndrome do Impacto.

O Critério de Exclusão dos pacientes foi selecionado a partir dos pacientes portadores de escoliose torácica, deformidade de Sprengel (malformação congênita) e fraqueza do músculo serrátil anterior.

4.2 Métodos:

A partir dos critérios de inclusão e exclusão foi realizada a seleção dos pacientes através de uma consulta à Ficha de Avaliação dos mesmos. Os pacientes selecionados, após serem informados do procedimento e objetivo da pesquisa, assinaram um Termo de Consentimento onde se diziam em concordar com a pesquisa e que teriam todo o resguardo de sua identidade.

O paciente foi encaminhado a uma sala de atendimento da Clínica-Escola de Fisioterapia da IES , onde o mesmo foi posicionado de costas em relação a maquina digital. Foi identificado no paciente, o ponto anatômico do ângulo superior medial da escápula e o ângulo inferior da escápula, esses pontos foram demarcados com Marcadores Pimaco® de coloração amarela. Esse paciente era mantido na posição ortostática e com os braços ao longo do corpo.

Após esse procedimento era feito o registro fotográfico com a Máquina Digital Sony Mavica® que estava posicionada a 2,20 metros do paciente e a 1,40 metros do solo, sobre um Tripé Vanguard®.

Os registros fotográficos foram salvos em disquetes e analisados em um microcomputador Athlon 1.91 GHz, localizado no Laboratório de Anatomia do Movimento – da IES. As imagens foram analisadas pelo software ALCimage 2.1® da seguinte forma: foi traçado uma linha ligando o ponto do ângulo superior medial até o ângulo do ponto inferior de cada escápula, onde, para a obtenção dos ângulos foi traçada uma linha vertical a partir do ultimo ponto (ângulo inferior), os ângulos obtidos foram analisados estatisticamente pelo teste de Wilcoxon (SIEGEL, 1975).

Figura 1: Paciente posicionado com os marcadores fotográficos no ângulo superior e inferior das escápulas.

5 Resultados

Os resultados obtidos foram analisados através da aplicação do teste de Wilcoxon (SIEGEL, 1975).

Tabela 1:
Médias das angulações das escápulas direitas e esquerdas e do total.

Variáveis Analisadas	Médias
Escápula Direita	8,037
escápula Esquerda	6,881
Total	7,459

De acordo com os resultados demonstrados na tabela 2, foram encontradas diferenças significantes entre as medidas das escápulas direita e esquerda, quando a lesão foi do lado direito.

Tabela 2: Significância estatística para P<0,05

Variáveis Analisadas	**Probabilidades**
Escápula Direita X Escápulas Esquerda – Lesão do lado direito	0,0469*
Escápula Direita X Escápulas Esquerda – Lesão do lado esquerdo	0,0630

(*) p < 0,05

6 - Discussão

O presente estudo demonstra uma forma quantitativa de avaliar as rotações das escápulas, visto que a precisão do software ALCimage® transforma as semi-setas provenientes das ligações dos pontos situados no ângulo inferior e ângulo superior medial, analisados em relação a uma linha vertical e tendo o resultado em graus, leva o examinador a uma melhor exatidão na análise desses dados.

Nos estudos de REIDER em 1996, quando ocorre deslizamento das escápulas, esse pode ser detectado ao medir a distância do ângulo inferior da escápula dominante até a linha mediana na posição de repouso, sendo que a

escápula dominante à distância é de pelo menos 1,5 cm a mais do que a do lado não dominante. KIBLER correlacionou essa medida com a ocorrência de dor na parte posterior do ombro e com sintomas de impacto na parte anterior.

ODOM, *et al*, 2001 avaliou a posição escapular na medida da diferença de distâncias escapulares bilaterais usando o LSST (Teste Lateral de Deslizamento Escapular). O procedimento analisava a medida de adução (retração) e abdução (protração) da escápula a nível da vértebra T3. Nesse estudo os resultados sugerem que as medidas de posicionar a escápula baseadas na diferença em medidas escapulares laterais da distância não são de confiança.

O presente estudo avaliou 17 pacientes com Síndrome do Impacto, sendo 10 com lesão do lado Direito e 7 com lesão do lado Esquerdo. Isso implica que, houve significância nas lesões para o lado Direito, sendo que as lesões do lado Esquerdo tiveram a amostragem inferior em relação ao lado direito. Assim, mostrando que as análises feitas pela Biofotogrametria Computadorizada® são de grande eficácia e confiabilidade, em ralação a outros métodos de avaliações.

7 - Conclusão

De acordo com o protocolo apresentado conclui-se que, indivíduos portadores de Síndrome do Impacto, sofrem tensões e fraquezas musculares, o que interfere nas angulações das escápulas, tendo alterações em sua posição. Isso demonstra que a Biofotogrametria Computadorizada® é uma ferramenta de alta confiabilidade e baixos custos nos processos de avaliação fisioterápica, o que faz com os objetivos de tratamento sejam mais verdadeiramente efetivos.

Além disso, esta pesquisa implicará em contribuir para a comunidade científica, por ser uma fonte de estudo para a instituição, quer seja com seus resultados, quer seja abrindo caminho para novas pesquisas

8 - Referências

ANDREWS, M.P., *et al*. *Reabilitação Física das Lesões Desportivas*. 2° ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

DE PALMA, A.F.: *Cirurgia del ombro*, Buenos Aires, Panamericana, 1987.

DE REIDER B: *Sports Medicine: The Scholl-Age Athlete*, 2ª. ed. Philadelphia, WB, p.516, 1996.

FACCI, L.M. *Síndorme Dolorosa do Ombro: Análise de sua Incidência e Características*. Arq. Ciênc. Saúde Unipar, 4(3): Set/Dez., 2000.

GRENFIELD, *et al*.: *Isokinetic evaluation of shoulder rotational strength between the plane of the scapula and the frontal plane*. Am J Sports Med 18:124, 1990.

GREVE, J.M.D. *Recuperação funcional das lesões tendionosas degenerativas do ombro*. Dissertação de Mestrado da FMUSP, 1989.

HALBACH & TANK. *Observations on the function of the shoulder joint, J Bone Joint Surg* 26: 1-30, 1993.

HOWELL, S.M., IMORBERSTEG, A.M., SEGER, D.H. & MARONE, P.T.: *Clarification of the role of the supraspinatus muscle in shoulder function, J Bone Joint Surg* [Am] 68:394-404,1986.

JOHN, W., *et al*. *Current concepts review rotator cuff disease of the shoulder, J Bone Joint Surg [AM*] 67: 974-975, 1993.

KAPANDJI, I.A. *The Physiology of the Joints*, Vol 1, Upper Limb, ed 5. Churchill Livingstone, Edinburgh, 1982.

KENDALL F.P, *et al*. *Muscles: Testing and Function*, 4th ed. Baltimore: Williams & Wilkins, 1993.

KIBLER WB: *Role of the scapula in the overuse scapular motion*. Contemp Orthop. 1991; 22: 525-532.

LASMAR, Neylor et al. *Medicina do Esporte*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

NEER, C.S. *Impingement lesions*. *Clin Orthop*. 173: 70-7, 1983.

NEER II, C.S. *Shoulder reconstruction*. W.B. Saunders, Philadelphia, 1990.

PERRY, J: *Biomechanics of the shoulder. In Rowe, C (ed)*: *The Shoulder*. Churchill Livingstone, New York, 1988.

REIDER, B. *The Orthopedic Physical Examination*. W. B. Saunders Company, Philadelphia, PA, 1999.

O perfil epidemiológico dos pacientes atendidos na clínica de reabilitação da Faculdade Patos de Minas - FPM: relações com o programa saúde da família

Danilo Teixeira de Souza[1], Fernando Leonardo Diniz Souza[2], Raphael Cezar Carvalho Martins[3], Eduardo Paul Chacur[4]

RESUMO: A epidemiologia aplica-se ao estudo de todas as condições que afetam ou se relacionam com a situação de uma população tendo como objeto a distribuição e os determinantes dos processos de saúde e doença em populações humanas direta. O estudo será baseado na análise do conteúdo das guias de encaminhamento do SUS e fichas de avaliação fisioterapêutica. Os pacientes assinarão um termo de consentimento informado cujo conteúdo é baseado nas seguintes características: identificação da pesquisa e sigilo de dados pessoais. Após serem diferenciados por categoria, serão diferenciados por áreas demográficas de atendimento do PSF, na tentativa de demonstrar um mapa de cobertura de atendimento fisioterapêutico e incidência de diagnósticos clínicos com prescrição de fisioterapia no município de Patos de Minas – MG. Foram atendidos no período agosto a novembro de 2010, 51 pacientes com diagnósticos diversos. O estudo concluiu que os pacientes atendidos na clinica mostrou-se maior prevalência para o sexo feminino, onde a patologia com maior acometimento foi osteoartrose da coluna e que o atendimento é homogêneo entre as equipes, ressaltando que não houve encaminhamentos por parte de algumas equipes, e por outro lado houve quantidade significativa de encaminhamentos, no caso da ESF 29, que encaminhou cerca de 6% do volume total dos pacientes atendidos. O presente estudo tem como objetivo determinar o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos na policlínica de reabilitação FPM delimitando a procedência dos pacientes em relação às áreas do Programa Saúde da Família, identificando a incidência de diagnósticos clínicos, comparando dados entre as equipes de PSF.

Palavra-chave: Epidemiologia. Modelo Assistencial. Planejamento em Saúde.

---

[1] Aluno egresso do curso de Fisioterapia – FPM.

[2] Fisioterapeuta, Mestre em Promoção de Saúde – UNIFRAN, Docente do curso de Fisioterapia – FPM. Endereço para correspondência: R. Major Gote 1408, centro – Departamento de Fisioterapia. Email: fernandoldiniz@yahoo.com.br.

[3] Fisioterapeuta, Mestre em Promoção de Saúde- UNIFRAN, Coordenador do curso de Fisioterapia – FPM.

[4] Fisioterapeuta, Mestre em Fisioterapia – UNITRI.

Introdução

Para Bhopal (2002) epidemiologia é um termo derivado do grego significando palavras de estudos sobre populações (epi após, demos pessoas, logia estudos), é o estudo das características, como tamanho, crescimento, densidade, distribuição e estatísticas vitais. Quando a Epidemiologia era apenas uma das ciências básicas da Medicina Preventiva, a vida parecia simples e fácil, havia a segurança da doença e da causalidade, da bioestatística e do conceito de risco, da terapêutica precoce e da profilaxia (ALMEIDA 2000).

Pereira (2007) denominou a epidemiologia como a principal ciência de informação de saúde. Estuda a saúde, mas na prática principalmente pela ausência de saúde sob as formas de doenças e agravos, estes últimos definidos pelo diagnóstico clínico. Seu objeto são as relações de ocorrência de saúde-doença em massa (em sociedades, coletividades, comunidades, classes sociais, grupos específicos, etc.). As relações são referidas e analisadas mediante o conceito de risco. A epidemiologia aplica-se ao estudo de todas as condições que afetam ou se relacionam com a situação de uma população, incluindo-se ai, entre outras: a ocorrência, morbidade, mortalidade, incapacidade; a nível administrativo, a supervisão a avaliação e a vigilância do processo saúde-doença, pesquisa clinica e outros (GOMES, 1994).

Para Czeresnia (2008) a epidemiologia tem como objeto a distribuição e os determinantes dos processos de saúde e doença em populações humanas direta. Há quase meio século tem-se apontado para os usos da epidemiologia para a descrição de doença na comunidade, na identificação de grupos vulneráveis e na avaliação de serviços programas de saúde (PAIM, 2003).

Palácios (2004), salienta que apesar das transformações ao longo da historia, o modelo básico de análise epidemiológica mantém-se ficando no modelo etiológico, o que se busca é colocar em evidência uma associação entre variável independente e fenômeno de saúde. Os fatores de riscos são, então, propostos como determinantes de doença.

Os avanços da epidemiologia no país, tanto na sua vertente acadêmica como na sua vertente aplicada aos serviços de saúde, são notórios e são várias as evidências deste intenso desenvolvimento. Um marco neste processo foi a I Reunião Nacional de Ensino e Pesquisa em Epidemiologia, realizada em 1984,

quando foi criada a Comissão de Epidemiologia da ABRASCO e foram estabelecidos os fundamentos não somente dos compromissos acadêmicos dos epidemiologistas, mas também dos compromissos com as transformações tão necessárias no nosso sistema de saúde (BARRETO 2002).

Por algum tempo prevaleceu à idéia de que a epidemiologia restringia-se ao estudo de epidemias de doenças transmissíveis. Hoje, é reconhecido que a epidemiologia trata de qualquer evento relacionado à saúde (ou doença) da população. Suas aplicações variam desde a descrição das condições de saúde da população, da investigação dos fatores determinantes de doenças, da avaliação do impacto das ações para alterar a situação de saúde até a avaliação da utilização dos serviços de saúde, incluindo custos de assistência. Dessa forma, a epidemiologia contribui para o melhor entendimento da saúde da população, partindo do conhecimento dos fatores que a determinam e , conseqüentemente, determinam subsídios para a prevenção das doenças a partir de sua distribuição espacial. A clínica, a epidemiologia e o aporte clinico contribuem para a abordagem epidemiológica com critérios e operações de identificação de caso, quem é quem não é portador de uma data patologia ou espécime de uma certa condição, na amostra ou na população estudada (ALMEIDA 2000).

Segundo Barreto (2002) a Epidemiologia brasileira é um fenômeno relativamente recente. Isto significa que, entre nós, temos uma disciplina jovem, porém que caminha a passos rápidos para a sua maturidade. O desenvolvimento da epidemiologia no país em período recente pode ser observado tanto no vertiginoso crescimento da sua produção acadêmica, como na sua crescente utilização nos serviços de saúde.

Modelo assistencial em epidemiologia pode ser compreendido como a forma de produção e distribuição dos bens e serviços de saúde numa dada aérea e num determinado tempo para uma dada população. (ALMEIDA 1998)

Assim, modelo assistencial é uma dada forma de combinar técnica e tecnologia para resolver problemas e atender necessidades de saúde individuais e coletiva (ROUQUAYROL 2003, PAIM 2002, ALVES 2005). Portanto, corresponde a dimensão de técnicas das praticas de saúde (ROUQUAYROL 2003).

A construção do método epidemiológico tem a experimentação como critério básico de rigor e legitimidade científica. No trabalho experimental, a lógica é controlar todos os fatores que podem interferir na experiência, criando-

-se condições de observar uma relação de causa e efeito. O ideal experimental é poder comparar a causa com a não causa, estando todas as outras condições sob controle. Para inferir o risco de um ou mais fatores, deve-se buscar observá-lo independentemente dos demais. Construir um modelo para medir o efeito de uma causa, ou um conjunto de causas, exige um processo de "purificação". É necessário assumir algumas premissas que viabilizam o modelo, isolando os elementos que se deseja observar. Este processo constrói uma abstração do fenômeno estudado. Na medida em que o modelo é construído, o fenômeno passa a ser apreendido mediante uma representação, que reduz sua complexidade. A construção da representação é inerente à lógica do modelo, e é justamente a simplificação que viabiliza sua operacionalização (CZERESNIA 2001).

De acordo com as premissas da busca epidemiológica em entender as características da coletividade, este estudo justifica-se pela necessidade de dimensionar demograficamente o perfil epidemiológico de pacientes atendidos na clínica de reabilitação da FPM situada no município de Patos de Minas – MG, objetivando descrever as áreas correspondidas e encaminhadas pelas equipes de Programa da Saúde da família de cada paciente em relação ao atendimento fisioterapêutico realizado na clínica.

Material e Método

O estudo foi baseado na análise do conteúdo das guias de encaminhamento do SUS e de fichas de avaliação fisioterapêuticas. As fichas foram preenchidas pelos alunos, estagiários do curso de fisioterapia da Faculdade Patos de Minas sob orientação do supervisor de estagio. Os pacientes foram devidamente informados sobre a utilização de seus dados para pesquisas e o sigilo dos mesmos.

Foram incluídos nos critérios de inclusão todos os pacientes que deram entrada para atendimento fisioterapêutico na clínica FPM. No ato de cadastramento para atendimento, os pacientes assinaram um termo de consentimento informado cujo conteúdo é baseado nas seguintes características: identificação da pesquisa e sigilo de dados pessoais.

Os dados obtidos foram classificados pelas seguintes categorias:

- **Idade;**
  Menor que 10 anos;
  Entre 10 e 15 anos;
  Entre 25 e 35 anos;
  Entre 35 e 45 anos;
  Entre 45 e 60 anos;
  Maiores que 60 anos.
- **Sexo;**
  Feminino;
  Masculino.
- **Diagnóstico clínico**.
- **PSF de origem.**

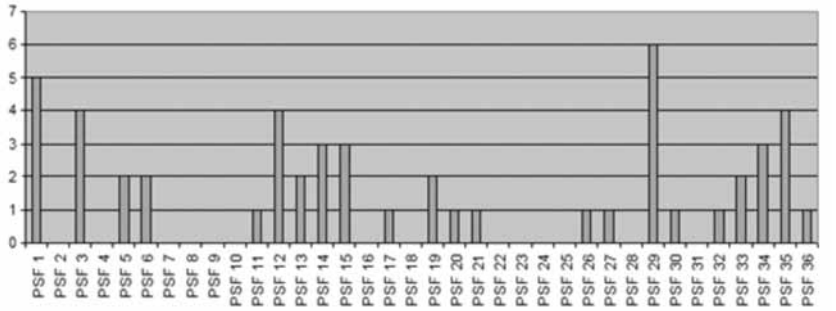
Após serem diferenciados por categoria, os voluntários foram diferenciados por áreas demográficas de atendimento do PSF, na tentativa de demonstrar um mapa de cobertura de atendimento fisioterapêutico e incidência de diagnósticos clínicos com prescrição de fisioterapia no município de Patos de Minas – MG.

Resultados e Discussão

Foram atendidos no período agosto a novembro de 2010, 51 pacientes com diagnósticos diversos, a relação de encaminhamentos demonstra que o atendimento é homogêneo entre as equipes, ressaltando que não houve encaminhamentos por parte de algumas equipes, e por outro lado houve quantidade significativa de encaminhamentos, no caso da ESF 29, que encaminhou cerca de 6% do volume total dos pacientes atendidos, o que pode ser observado no gráfico 1.

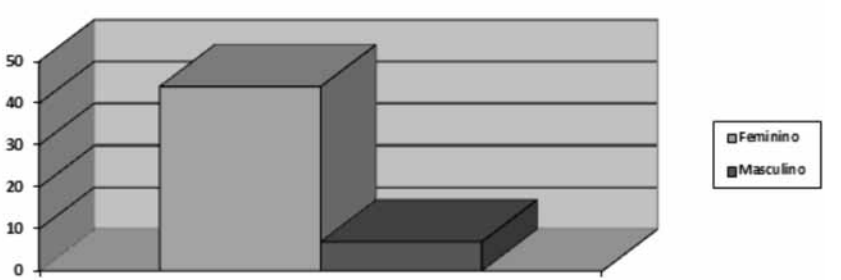
GRÁFICO 1

Encaminhamentos recebidos das equipes do Programa Saúde da Família.



A descrição da amostra em relação ao sexo dos pacientes atendidos observa-se uma predominância do gênero feminino, realidade esta que demonstra que as mulheres procuram os serviços de saúde com mais prevalência que os homens, o que segundo DINIZ, 2010, demonstra em seu estudo sobre percepção do usuário do SUS, quando descreve a amostra estudada, a prevalência de mulheres é significativamente maior do que a dos homens. Dado observado no gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Atendimento em relação ao sexo.

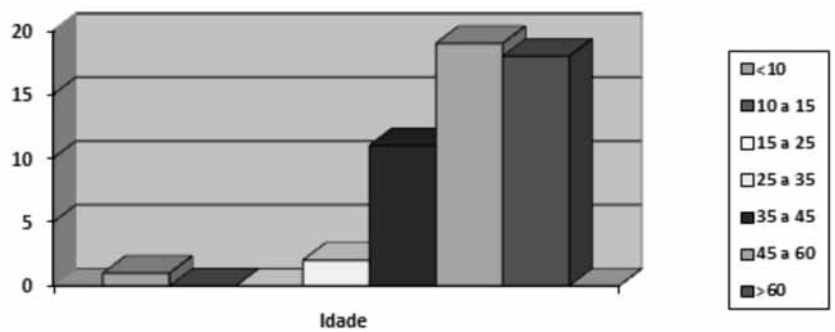


Dos pacientes atendidos 86% se apresentaram do sexo feminino, enquanto 14% foram do sexo masculino.

Já em relação à faixa etária dos pacientes, apenas 2% são menores que 10 anos de idade; nenhum paciente da faixa etária entre 15 e 25 anos de idade; de 25 à 35 anos de idade foram apenas 4% dos atendimentos; de 35 à 45 anos

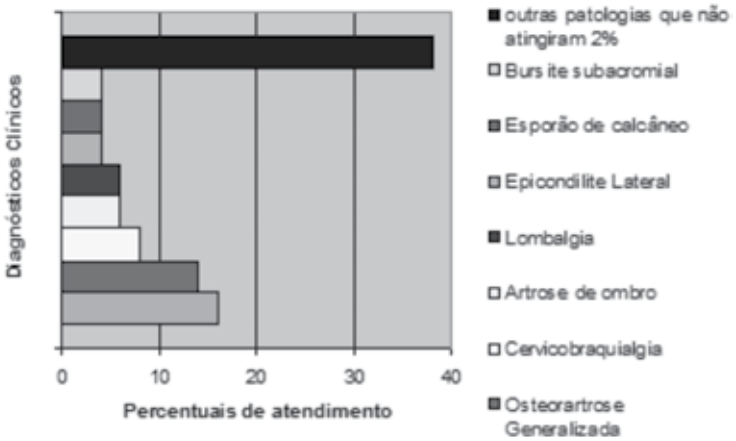
foram 22%; a faixa etária de 45 à 60 anos foi a que apresentou maior porcentagem dos atendimentos, com 38%; e os pacientes acima de 60 anos de idade apresentaram 36% dos atendidos. Dado este observado no gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Percentual de idades dos pacientes atendidos.



A descrição dos diagnósticos clínicos mostrou-se bastante heterogênea, salientando as doenças degenerativas crônicas, as quais apresentaram maior freqüência na apuração dos dados. Ainda assim, diversos diagnósticos clínicos puderam ser observados, sendo o mais freqüente nos pacientes a osteoartrose de coluna 16% da amostra; em seguida, 14% dos casos apresentaram osteoartrose generalizada, cervicobraquialgia ocupou 8% dos casos atendidos; artrose de ombro 6% e lombalgia 6%; esporão calcâneo 4%, juntamente com 4% de pacientes com epicondilite lateral e 4% de bursite de ombro; os demais diagnósticos apresentaram apenas 2% cada um: osteoartrose difusa, hernia discal, cervicalgia, osteoartrose de quadril, deslocamento da patela, tendinopatia supra espinhal, espondilolitese, esclerose subcromial, fribromialgia, lombociatalgia, artralgia das articulações interfalangeanas, fratura e luxação de tálus, ruptura do ligamento cruzado anterior, osteoartrose de joelho, tendinite de aquiles, fasceíte plantar, capsulite adesiva, síndrome do impacto , ruptura supra espinhal e tendinite do manguito rotador. Dados estes apresentados no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Distribuição percentual de diagnósticos clínicos atendidos na clínica de reabilitação – FPM.



Considerações Finais

A epidemiologia possibilita adequar recursos e serviços para atender às necessidades de saúde e seus determinantes com objetivo de melhorar as condições de saúde de uma população, o que demonstra o vínculo indissociável da pesquisa epidemiológica com o aprimoramento da assistência integral à saúde.

Neste estudo identificamos a demanda de pacientes provenientes de cada área do Programa Saúde da Família, vinculadas ao atendimento fisioterapêutico da clínica de reabilitação da Faculdade Patos de Minas – MG. Esta proposta delimita melhor o sistema de contra-referência fazendo com que haja um integração melhor das unidades de demanda em relação às unidades de atendimento.

A identificação dos diagnósticos clínicos pode ser uma ferramenta epidemiológica usada na atenção primária, visto que identifica as características clínicas de cada área do município, facilitando intervenções no escopo da atenção primária buscando a melhora da qualidade de vida do indivíduo e da coletividade das comunidades. Assim novos estudos devem ser realizados para consolidar o mapeamento epidemiológico e integrado para todos os níveis de atenção à saúde.

Referências

ALMEIDA, Eurivaldo Sampaio de Distritos Sanitários: Concepção e Organização, volume 1 / Eurivaldo Sampaio de Almeida, Cláudio Gastão Junqueira de Castro, Carlos Alberto Lisboa Vieira. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (**Série Saúde & Cidadania**).

ALMEIDA, Naomar de, - O conceito de saúde: ponto-cego da epidemiologia?- **Rev. Bras. Epidemiol**. 4. Vol. 3, Nº 1-3, 2000.

ALVES, Vânia. Sampaio. A health education model for the Family Health Program: towards comprehensive health care and model reorientation, Interface - **Comunic., Saúde, Educ**., v.9, n.16, p.39-52, set.2004/fev.2005.

BARRETO, Mauricio L.. Papel da epidemiologia no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde no Brasil: histórico, fundamentos e perspectivas, **Rev. Bras. Epidemiol**. 4. Vol. 5, supl. 1, 2002.

BHOPAL, Raj, S. Concepts of Epidemiology: An integrated introduction to the ideas, theories, principles and methods of epidemiology. **Oxford University Press**. New York. 2002.

CZERESNIA, Dina. Epidemiologia, Ciências Humanas e Sociais e a integração das ciências. **Rev. Saúde Pública** 2008; 42(6): 1112-7.

CZERESNIA, Dina. Risco epidemiológico e vigilância sanitária, **Fundação Osvaldo Cruz. Ministério da saúde**, Rio de janeiro, agosto de 2001.

DINIZ, Fernando Leonardo Souza. **A implantação do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) no município de Patos de Minas, MG, Brasil: percepção do usuário**. 2010. 56 f. Dissertação Mestrado (Mestrado em Promoção de Saúde) – Universidade de Franca, Franca.

GOMES, Daisy Leslie Steagall- A EPIDEMIOLOGIA PARA O ENFERMEIRO - **Rev. Latino-am. Enfermagem** – Ribeirão Preto – v. 2 – n. 2 – p. 31-39 – janeiro 1994.

PALÁCIOS, Marisa; CÂMARA, Vlney de Magalhães; JESUS, Iracina Maura de, - Considerações sobre a epidemiologia no campo de práticas de saúde ambiental. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** 2004; 13(2): 103 – 113.

PAIM, Jairnilson, Silva, modelos Assistenciais: Reformulando o Pensamento e Incorporando a Proteção e a Promoção da Saúde. **Saúde coletiva, centro de estudo e projetos em saúde.** Bahia, 2002.

ROUQUAYROL,MZ & ALMEIDA FILHO,N- **Epidemiologia & Saúde**, Rio Janeiro, MEDSI, 2003, 6 ed, p. (567-71).

Efeitos da Atividade Física na Promoção da Saúde: percepção de jogadores de futebol do município de Coromandel /MG

Luciana de Araujo Mendes Silva[1]
Rogério Mendes da Silva[2]

RESUMO: Na atualidade os debates sobre Promoção de Saúde tem sido constantes entre as pessoas e também objetos de pesquisas. Nesse contexto têm ganhado espaço também as discussões sobre estilos de vida e efeitos da atividade física na manutenção e recuperação da saúde dos indivíduos. Porém por vezes as pessoas não valorizam tais benefícios e acabam se privando desses em suas vidas. O presente estudo buscou levantar a percepção de jogadores de futebol do município de Coromandel/MG em relação aos benefícios relacionados a prática de atividade física. A coleta de dados contou com uma amostra composta por 35 sujeitos que foram inquiridos através de um questionário. A pesquisa evidenciou que os jogadores realizam atividades físicas a um tempo considerável citando sensações positivas durante tal prática. Os jogadores citaram várias mudanças positivas após a prática de atividade física que abordam aspectos físicos, sociais e mentais e 31 deles consideram tal prática como condicionadora do estado de saúde de um indivíduo. Diante das constatações melhores descritas no corpo desse artigo fica clara a importância da realização de atividades físicas e sugere-se que as políticas públicas se voltem para o incentivo, oferta e manutenção de espaços para a realização de tais atividades.

Palavras-chave: Promoção de Saúde. Atividade física. Benefícios. Políticas públicas.

1 Introdução

[1] Bióloga. Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de Coromandel (FCC). Especialista em Histologia Humana pelas Faculdades Integradas de Patrocínio (FIP) e Graduada em Biologia pela mesma instituição. Docente de cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Patos de Minas (FPM), Patos de Minas/MG, Faculdade Cidade de Coromandel (FCC), Coromandel/MG e docente do Seminário Maior Dom José André Coimbra Patos de Minas/MG. laraujo3@yahoo.com.br

[2] Educador Físico. Especialista em Educação Física Escolar pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Graduado em Educação Física pela FCC. Professor de Educação Física no Ensino Fundamental e Instrutor Técnico de Futebol em Escola esportiva no município de Coromandel/MG. laraujo3@yahoo.com.br

As discussões relacionadas à promoção de saúde e atividade física não são recentes tanto no Brasil como no mundo e remetem a necessidade de criar hábitos estáveis nas pessoas visto que a permanência na realização de tais atividades ainda é um desafio (MARCHI NETTO; BANKOFF, 2007), pois ainda hoje poucas pessoas consideram atividade física como sinônimo de atividade diária apesar de reconhecerem seus benefícios (GONÇALVES; DUARTE; SANTOS, FALTAA NO....) Vale ressaltar que além da falta de permanência, a falta de atividade física no geral tem se apresentado como fator de risco prevalente em relação aos agravos de saúde (MATSUDO et al. , 2002).

Sabe-se dos investimentos existentes no Brasil para efetivação de políticas de promoção de saúde e do esforço atual do modelo de atenção a saúde com prioridade para melhoria na qualidade de vida das pessoas. A política Nacional de Promoção de Saúde propõe que para tal melhoria é necessária atenção especial em relação a oferecer e apoiar as práticas corporais / atividades físicas já existentes (BRASIL, 2006).

Além da necessidade de investimentos, o interesse pelas temáticas relacionadas aos conceitos de atividade física, estilo de vida e saúde tem sido ocorrente em vários estudos. Tais estudos na atualidade tentam valorizar e incentivar os projetos de atividade física já existentes (ASSUMPÇÃO; MORAIS; FONTOURA, 2002).

Não diferente desses achados literários, é o gosto e a busca dos pesquisadores do presente estudo que na vivência cotidiana percebem a necessidade de reflexão pela temática ora proposta relacionados à associação de atividade física e promoção de saúde, e ainda primam por um apelo à valorização dos projetos dessa natureza. Nesse sentido a presente proposta vem apresentar as opiniões de jogadores de futebol do município de Coromandel/MG participantes do Projeto Master do Coromandel Esporte Clube (CEC), objetivando além de conhecer os efeitos benéficos dessa prática na vida dos participantes, despertar neles a reflexão pela necessidade de permanência e aprimoramento da prática.

Espera-se que esta pesquisa além de confirmar os benefícios da atividade física apresentados por vários autores consultados (ANTUNES et al., 2001; ASSUMPÇÃO; MORAIS; FONTOURA, 2002; BREGOLATO, 2007; CAMARGO; BUENO, 2003; DIAS et al. (2007); FLORINDO et al., 2004; MATSUDO, 2006; MATSUDO et al., 2002; MELO; TUFIK, 2004; NIE-

MAN, 1999; RODRIGUES, 2004), também traga ao publico leitor a reflexão em relação aos efeitos positivos de estilos de vida ativos como excelente estratégia para sua promoção de saúde.

2 Material e Métodos

A presente pesquisa se efetivou no município de Coromandel /MG situado mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na microrregião de Patrocínio, em Minas Gerais, com uma extensão territorial de 3.296,27 Km2 que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) apresenta 27.547 habitantes. Com relação ao esporte e lazer/atividade física do município de Coromandel, existem três ginásios cobertos, dois campos de futebol gramados de forma natural e um sintético, várias quadras esportivas em clubes e escolas e existem ainda sedes recreativas na cidade a AABB (Associação Atlética Banco do Brasil), Guapiara Tênis Clube e o Clube Campestre Boa Vista e também escolas de natação e academias de Ginástica. No município existe o Coromandel Esporte Clube (CEC) fundado no dia 03 de outubro de 1968, sendo que tal clube participou de diversos campeonatos estaduais e regionais e possui atualmente um projeto denominado Master destinado a ex-atletas ou não com idade igual ou superior a 30 anos.

Esse estudo do tipo descritivo contou com a participação de 35 jogadores dos 62 que freqüentavam o projeto que responderam ao questionário elaborado pelos pesquisadores com questões concernentes a uma caracterização da atividade física e de seus efeitos relacionados a saúde. Depois de esclarecidos sobre as metas da pesquisa, obteve-se autorização de participação dos jogadores pelo presidente do CEC e em seguida autorização (0149.0.393.000-08) para execução do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade de Franca (UNIFRAN). Os jogadores foram devidamente esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e após assinarem os Temos de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLEs) responderam em 2008 ao instrumento de pesquisa no seu local de treinamento.

3 Resultados

3.1 Caracterização da prática de atividade física

Quando questionados sobre a prática de outro tipo de lazer que não seja um esporte, 26 jogadores responderam negativamente e os outros nove afirmaram praticar outras atividades, sendo que dois jogadores citaram pescaria, dois citaram clube, um jogador referiu-se a pescaria e clube, um afirmou pescaria e forró, um citou que joga futsal, um citou caminhada e um referiu andar de bicicleta. De acordo com Peres et al. (2005) toda pessoa tem direito ao lazer não apenas como forma de ocupação do tempo livre de trabalho como também como ferramenta eficaz para manutenção da saúde.

Em relação a prática de outro tipo de atividade física além do futebol, 27 jogadores responderam não e oito responderam sim. Desses últimos três referiram caminhadas; um referiu corrida, um musculação; um natação; um referiu-se a atividade realizada durante o trabalho e a caminhada; e o outro citou corrida, andar de bicicleta e natação.

Segundo Casperson, Powel e Christens apud PITANGA (2002) na atualidade a atividade física pode ser definida como qualquer movimento corporal, produzido pela musculatura esquelética, que resulta em gasto energético, tendo componentes e determinantes de ordem biopsicossocial, cultural e comportamental podendo ser exemplificada por jogos, lutas, danças, esportes, exercícios físicos, atividades laborais e deslocamento. Nesse sentido, vale ressaltar que várias são as atividades definidas como atividades físicas tais como andar a pé, jogar futebol, andar de bicicleta, que se realizadas habitualmente podem deixar o indivíduo mais disposto para a vida e menos sujeito a doenças crônicas.

Quando perguntados sobre o tempo em que praticam futebol, 28 afirmaram tê-la iniciado desde quando eram crianças, dois referiram adolescência e quatro citaram que praticam a cerca 04 anos. Com relação ao tempo que participam do Projeto Master de Futebol do CEC, sete jogadores referiram estar participando a menos de um ano; um jogador referiu um ano; três disseram dois anos; quatro referiram três anos; quatro citaram quatro anos; dez referiram cinco anos e seis referiram participar do projeto a mais de cinco anos, conforme figura a seguir.

Figura 1 - Tempo de participação dos jogadores de futebol no Projeto Master do Coromandel Esporte Clube no município de Coromandel (MG)

Vale destacar que a maioria dos jogadores (20) participam a pelo menos 04 anos do projeto em questão, fato que pode ser justificado pela percepção dos sujeitos em relação aos aspectos positivos ocasionados pela pratica d o futebol no projeto. Estudo realizado por Camargo e Bueno (2003) apontaram que a maioria dos sujeitos de seu estudo jogava futebol desde a infância e afirmaram que não conseguem vislumbrar suas vidas sem tal esporte.

Questionados sobre o relacionamento entre os atletas do projeto, 31 responderam ser satisfatório e quatro disseram ser parcialmente satisfatório. Segundo Caricio, Vidal e Fernandes (2000) os entrevistados de sua pesquisa mencionaram a importância de relacionar-se bem com os demais atletas, pois quando isso acontece criam um clima de segurança, jogando sem medo de errar o que evidentemente contribui para o bem-estar dos participantes.

3.2 Caracterização dos efeitos da prática da atividade física

Quando questionados sobre as sensações durante a prática de futebol, os apontamentos mencionados pelos 30 jogadores que responderam foram agrupados da seguinte forma:

- 16 jogadores disseram que se sentem bem. Um deles afirmou que tal estado de bem-estar é físico, mental e social; outro disse que se sente bem e alegre, um relatou que se sente disposto para a vida e um afirmou que esse bem estar é decorrente de fazer algo que se gosta.

- Um grupo constituído por seis jogadores afirmou sentir prazer durante a prática do futebol. Dois deles referiram se sentirem cansados, mas todos revelam estado de alegria e satisfação.

- Outro grupo formado por seis jogadores se referiu a existência de certo cansaço pelas características da atividade que exigem, por exemplo, que o jogador corra e, portanto, gaste energia.

- Dois jogadores mencionaram que sentem efeitos físicos positivos, relatando que melhoraram seu bem-estar físico e sentem sua musculatura fortalecida.

Percebe-se pelas respostas que em geral os jogadores apresentam sensações relacionadas com o bem-estar físico mental e social. Matsudo et al. (2002) ressaltam que a atividade física é considerada a um bom tempo como instrumento de recuperação, manutenção e promoção da saúde. Esclarece porém, que na atualidade tem sido realizados estudo epidemiológicos que mostram de forma clara a relação entre atividade física e saúde.

Com relação ao questionamento sobre as mudanças de uma forma geral e de caráter positivo, na vida dos sujeitos após a prática de atividade física, as respostas dos jogadores foram categorizadas e agrupadas no quadro a seguir considerando que de acordo com seu entendimento responderam a questão citando várias mudanças.

Mudanças positivas na vida trazidas pela prática de atividade física	**Número de respostas[3]**
Melhoria no condicionamento físico	14
Melhoria no ciclo de amizades	10
Melhoria no relacionamento	8
Maior disposição	6
Melhoria das condições de saúde	5
Melhoria em aspectos mentais	5
Melhoria na sensação de bem-estar	4

[3] A quantidade de respostas é superior ao n (35), pois os jogadores assinalaram mais de uma resposta.

Melhoria geral / total	3
Melhoria da auto-estima	3
Melhora nos aspectos relacionados à disciplina e ética	3
Aumento na sensação de felicidade	2
Diminuição do estresse	2
Melhoria no temperamento	1
Diminuição do cansaço	1
Evitar contato com vícios	1
Mudanças nos hábitos alimentares	1
Melhoria da qualidade do sono	1
Melhora nos aspectos relacionados a vida religiosa	1

Figura 2- Mudanças positivas na vida com a prática de atividade física referidas pelos jogadores de futebol no Projeto Master do Coromandel Esporte Clube no município de Coromandel (MG)

Os jogadores citaram várias mudanças positivas após a prática de atividade física que abordam aspectos físicos, sociais e mentais. Suas declarações são confirmadas por vários estudos dentre os quais cita-se Dias et al. (2007) que afirma que existem benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais obtidos após a prática de atividades físicas. Barbanti (2002) refere que o esporte contribui para a felicidade humana considerando aspectos biológicos, sociais e culturais. Byngton (2006) menciona que o esporte educa o corpo na busca de bem estar físico e mental. Participantes da pesquisa de Camargo e Bueno (2003) mencionaram que os benefícios da prática de atividade física incluem tanto aspecto corporais quanto mentais.

Quando questionados especificamente sobre possíveis alterações de peso após o início da prática de futebol, 22 disseram que elas não ocorreram, cinco afirmaram não saber se ocorreram alterações e oito afirmaram afirmativamente a ocorrência de mudanças no peso. Desse último grupo, seis jogadores justificaram sua resposta afirmando ter diminuído seu peso. Assim como na presente pesquisa que demonstrou divergências nas respostas relacionadas à alteração dos hábitos alimentares assim também na bibliografia consultada encontraram-se diferentes opiniões sobre esse tema. De acordo com Nieman (1999) a atividade física pode estar relacionada ao controle de peso corporal no que diz respeito à prevenção do ganho de peso, o tratamento da obesidade e controle da

alimentação. Porém o autor ressalta que a maioria dos especialistas acredita que a influência da atividade física sobre a qualidade da dieta por si só é pequena. Já Antunes et al. (2001) afirmam que a prática de atividade física dentre outros benefícios auxilia no controle de peso e nutrição.

Questionados sobre possíveis alterações nos hábitos alimentares após iniciar-se na prática de futebol, 27 responderam negativamente, três disseram não saber se essas modificações ocorreram e cinco afirmaram que ocorreram modificações em tais hábitos após o início da prática futebolística. Desse último grupo três justificaram suas respostas dizendo que passaram a alimentar em horários adequados, alimentando-se melhor, alteraram até mesmo a mastigação, pois modificaram sua consciência relativa aos hábitos alimentares controlando-os de melhor forma após iniciarem sua prática no futebol.

Em relação à percepção de melhora no desempenho em seu trabalho, 25 jogadores responderam afirmativamente e dez negaram a ocorrência de tais alterações. Dos 25 jogadores que afirmaram existirem melhorias, 16 justificaram sua resposta conforme descrição a seguir:

- 12 se referiram a existência de disposição ao trabalho acrescentando que essa disposição é tanto física quanto mental e vem acompanhada de mais força, alegria, menos ansiedade contribuindo para o bem-estar no trabalho;
- dois jogadores disseram que a melhoria no trabalho é percebida pelo seu estado de humor;
- um jogador se referiu à mudança no desempenho físico e mental;
- um jogador comentou que possui mais ânimo e produtividade no trabalho e quando não joga pratica atividade física parece que lhe falta algo.

Destaca-se entre as respostas dos jogadores uma grande quantidade de afirmativas que relata o aumento da disposição para o trabalho sendo que em geral citam melhorias no humor e mudanças no desempenho físico e mental. A literatura consultada em geral não contempla amplamente esse aspecto. Matsudo (2006) relata que atividade física relaciona-se a melhoria da capacidade funcional dos indivíduos. Cabe mencionar que na atualidade muitas empresas têm investido em atividades laborais para melhoria no desempenho do trabalho.

Ao serem investigados sobre o maior benefício da prática de atividade física para a vida, os sujeitos da pesquisa citaram vários itens e suas respostas foram agrupadas no quadro a seguir.

Maiores benefícios da atividade física para a vida	Número de respostas[2]
Bem-estar físico e mental	10
Melhoria nas condições de saúde	8
Aumento da disposição	4
Melhora nos relacionamentos	4
Aumento do círculo de amizades	4
Bem-estar físico	3
Melhora na auto-estima	2
Diminuição do estresse	2
Melhoria nos comportamentos sociais e éticos	1
Melhoria na respiração	1
Bem-estar físico e social	1
Bem-estar físico, mental e social	1
Melhora no temperamento	1
Manutenção do peso	1
Sensação de alegria	1
Não responderam	4

Figura 3 - Maiores benefícios da atividade física para a vida referidos pelos jogadores de futebol do Projeto Master Coromandel Esporte Clube do município de Coromandel (MG)

Pelo exposto pode-se notar que os sujeitos enumeram diversos benefícios da atividade física para suas vidas. Na literatura consultada inúmeros são os benefícios atribuídos a realização de atividade física tais como maior disposição para as atividades de vida diária (BREGOLATTO, 2007; CAMARGO; BUENO, 2003), melhorias relacionadas a socialização (BREGOLATTO, 2007; CAMARGO; BUENO, 2003), diminuição do estresse e ansiedade (ASSUMPÇÃO; MORAIS; FONTOURA, 2002; MELO; TUFIK, 2004), melhora na qualidade do sono (MELLO; TUFIK, 2004; COUNCIL apud NIEMAN, 1999, p. 221-222), elevação da auto-estima (ASSUMPÇÃO; MORAIS; FONTOURA, 2002; MATSUDO, 2006; NIEMAN, 1999), elevação do nível de disciplina (RODRIGUES, 2004), a melhora no nível de flexibilidade, resistência, coordenação, mobilidade articular, reflexo, agilidade e concentração (BREGOLATO, 2007; MATSUDO, 2006), redução do risco de doenças (BREGOLATTO, 2007), dentre outras.

Quando finalmente investigados se consideram a prática da atividade física como condicionadora do estado de saúde de um indivíduo, 31 sujeitos responderam afirmativamente e apenas 4 negativamente. Segundo com Nieman (1999) desde os tempos mais remotos as pessoas acreditavam que os exercícios as tornavam mais lúcidas. O autor afirma que de acordo com vários estudos as pessoas ativas relatam sentir menos cansadas, mais relaxadas, mais disciplinadas, menos depressivas, sentindo bem consigo mesmas, mais confiantes, acreditando possuir uma aparência melhor, percebendo mais produtividade no trabalho e, portanto vivenciando níveis de bem estar mais elevados do que o de pessoas inativas. Com relação à falta de atividade Matsudo et al. (2002) relatam que existe risco pessoal de doenças e isso gera gasto econômico para o indivíduo, sua família e a sociedade. Florindo et al. (2004) afirmam que as atividades físicas e o lazer são muito importantes para o campo da saúde pública. Portanto a diminuição dos gastos financeiros do setor de saúde seria um último benefício da prática de atividades físicas.

4 Considerações Finais

Os sujeitos da pesquisa referiram diversos benefícios da prática de atividade física como também de uma forma geral a reconhecem como elemento imprescindível na recuperação/manutenção da saúde.

Diante de todo o exposto nesse estudo vale enfatizar que os efeitos da atividade física são de vital importância para a saúde das pessoas e envolvem aspectos diversos incluindo o bem-estar físico, mental e social. Os participantes do presente estudo têm a oportunidade e espera-se que além de reconhecer os benefícios citados permaneçam nessa prática. Porém sabe-se que existe uma grande parcela de indivíduos que mesmo reconhecendo tais benefícios vive de forma sedentária. Outra parte dos indivíduos gostaria de realizar certos tipos de atividades físicas, que por diversos motivos não estão ao seu alcance.

Diante dessa realidade acredita-se que os gestores das diferentes esferas governamentais deveriam considerar as realidades, possibilidades e especificidades locais e desenvolver estratégias/programas de Promoção da Saúde que disponibilizassem atividades físicas diversas a população.

Referências

ANTUNES, H. K. M et al. Alterações cognitivas em idosas decorrentes do exercício físico sistematizado. **Rev. da Sobama**, v. 6, n. 1, p. 27-33, dez. 2001.

ASSUMPÇÃO, L. O. T.; MORAIS, P. P.; FONTOURA; H. Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida. **Rev. Digital**. Brasília, n. 52, v. 8 set. 2002.

BARBANTI, V. J. **Esporte e atividade física:** interação entre rendimento e saúde**.** Barueri: Manole, 2002.

BYNGTON, C. A. B. A riqueza do futebol. **Rev. Psique Ciências & Vida.**Editora Escala, 2006. p 22-33.

BREGOLATO, R. A. **Cultural corporal do esporte:** livro do professor e do aluno. v. 3. 2. ed. São Paulo: 2007 (Coleção educação Física escolar: no princípio de totalidade e na concepção histórico-crítico-social).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

CAMARGO, R. A. A; BUENO, S. M. V**.** Lazer, a vida além do trabalho para uma equipe de futebol entre trabalhadores de hospital. **Rev. Latino-americana de Enfermagem,** Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, jul./ago. 2008.

CARÍCIO, M. R.; VIDAL, M. C. R.; FERNANDES, A. Explorando a prática do futebol sob a perspectiva da ergonomia cognitiva. 2000.

DIAS, C. et al. A importância da execução de atividade física orientada: uma alternativa para o controle de doença crônica na atenção primária. **Rev. Dig. Buenos Aires**, ano 12, n. 114, p. 1-4, nov. 2007.

FLORINDO, A. A. et al. Metodologia para avaliação da atividade física habitual em homens com 50 anos ou mais. **Rev. Saúde Pública.** São Paulo, v. 38, n. 2, p. 307-314, abr. 2004.

GONÇALVES, A. K.; DUARTE, C. P.; SANTOS, C. L. Atividade física na fase da meia-idade: motivos de adesão e de continuidade. **Rev**. **Movimento,** Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 75-78, dez. 2001.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 20 maio 2001.

MARCHI NETTO, F. L.; BANKOFF, A. D. P. A promoção da saúde pela via da atividade física e do esporte. **Rev. Vita et Sanitas,** Trindade, v. 1, n. 1, p. 4-22, jan./dez .2007.

MATSUDO et al. Nível de atividade física da população do estado de São Paulo: análise de acordo com gênero, idade, nível sócio-econômico, distribuição geográfica e de conhecimento. **Rev. Bras. Ciên. E Mov.** Brasília. v. 10, n. 4, p. 41-50, out. 2002.

MATSUDO, S. M. Atividade física na promoção da saúde e qualidade de vida no envelhecimento. **Rev. Bras. Educ. Fis. Esp**., São Paulo, v. 20, n. 5, p. 135-137, set. 2006

MELLO, M. T; TUFIK, S. **Atividade Física, Exercício Físico e Aspectos Psico-biológicos.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

NIEMAN, D. C. **Exercício e Saúde:** como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento. São Paulo: Manole, 1999.

PERES, F. F. et al. Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos, **Rev**. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 757-769, jul./set.2005.

PITANGA, F. J. G. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Rev. Bras. Ciên. e Mov.** Brasília, v.10, n. 3, p. 49-54, Jul. 2002.

RODRIGUES, F. X. F. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social dos jogadores de futebol no Brasil. Rev. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 260-299, jan./jun. 2004.

Gastrostomia: uma visão holística da assistência de enfermagem hospitalar e domiciliar

Aline Regina de Castro[1]
Cristiana da Costa Luciano[2]

RESUMO: *O estudo aborda a técnica de gastrostomia utilizada como aporte nutricional. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo com o objetivo de conhecer e detalhar a importância do trabalho multiprofissional frente à família, cuidador e paciente gastrostomizado na assistência hospitalar e domiciliar. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico de materiais no período de fevereiro a outubro de 2011, que abordou o tema assistência de enfermagem hospitalar e domiciliar ao paciente portador de gastrostomia. A busca foi realizada nas fontes científicas relacionadas ao tema, encontradas em livros, revistas, artigos, monografias, dissertações e teses na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), indexados na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Verificou nesse estudo ser de grande importância a atuação do enfermeiro na assistência do paciente gastrostomizado, e a integração da família nesse processo focalizando ações educativas para a continuidade do cuidado domiciliar. A parceria da equipe multiprofissional com o cuidador familiar, busca prevenir algumas eventualidades, realizando um cuidado voltado para o modelo biopsicossocial.*

Palavras-chave: Gastrostomia. Assistência de enfermagem. Multidisciplinar.

Introdução

Conceitua Petroianu et al. (2008) que a gastrostomia é uma técnica de nutrição enteral onde se faz através de um cateter especial uma comunicação entre a luz gastrointestinal e a pele, utilizada em pacientes que sofrem de disfagia devido a transtornos neurológicos, tumores de pescoço, orofaringe e esôfago, dentre outras patologias.

A melhora na qualidade de vida dos pacientes após a colocação da sonda de gastrostomia é significativa, porém deve-se atentar para os cuidados com as

[1] Discente em Enfermagem pela Faculdade Patos de Minas (FPM). aline.enf2008@hotmail.com
[2] Mestranda em Genética pela PUC – Goiás – Docente na Faculdade Patos de Minas –FPM . cris-luciano@bol.com.br.

possíveis complicações como broncoaspiração de conteúdo gástrico, infecções no estoma e outras (LLACH et al., 2005).

Confirma Perissé (2007) que o paciente gastrostomizado requer acompanhamento continuo do enfermeiro, até que ele, sua família e cuidadores adquiram o conhecimento para administrar a nova condição de vida, este apoio deve iniciar durante a hospitalização, prolongando-se para o cenário domiciliar.

Na maioria das pesquisas bibliográficas revisadas prevaleceu à ausência do profissional de enfermagem, orientando durante o processo de internação, decisão da colocação da sonda e principalmente a falta de informações durante a alta hospitalar o que resulta em grande dificuldade para família e paciente gastrostomizado no âmbito domiciliar.

A abordagem desse estudo tem como intuito caracterizar a necessidade do portador de gastrostomia e de seus familiares como principais cuidadores e avaliar a importância do enfermeiro enquanto orientador desta família referente às complicações, necessidades nutricionais e necessidades psicológicas do paciente e familiar.

Considerando que os cuidados de assistência e prevenção de complicações são essenciais no papel da enfermagem como educador, pretende-se através desse estudo obter conhecimento técnico científico que possa despertar, orientar e conscientizar profissionais, leitores na assistência ao paciente gastrostomizado, assim como, os estudantes, a família e os portadores de gastrostomia.

2 Metodologia

Trata se de um estudo de natureza qualitativa e descritiva, através de revisão bibliográfica, no período de fevereiro a outubro de 2011, utilizando-se de fontes científicas relacionadas ao tema, encontradas em livros, revistas, artigos, monografias, dissertações e teses na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), indexados na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), usando as palavras-chave gastrostomia, assistência de enfermagem e multidisciplinar.

O material a ser utilizado inclui publicações do ano de 2000 a 2011. Após a leitura do material, as idéias foram discutidas, buscando acrescentar algo mais para o conhecimento dos profissionais de saúde, leitores.

Para este estudo, aceitei o desafio de aprofundar a discussão atual sobre a necessidade de ofertar ações educativas e orientações para o paciente portador de gastrostomia, familiar e cuidador destes pacientes. Assim, espero contribuir para os estudos atuais e para uma melhor compreensão deste assunto de grande importância para os profissionais da área da saúde.

3 Nutrição: uma necessidade humana básica

O ser humano para manter o equilíbrio basal necessita de suprir algumas necessidades fisiológicas, sendo uma delas a nutrição. Estado nutricional quando em equilíbrio proporciona resultados excepcionais no tratamento de patologias causadoras de danos à saúde.

Segundo Barbosa e Freitas (2005) a condição essencial para a sobrevivência humana é a alimentação, é preocupante o índice de desnutrição entre pacientes hospitalizados, são vários os fatores e doenças de base que levam os pacientes a não atingirem a quantidade protéico-calórica necessários diariamente e consequentemente o estado geral e a resposta aos tratamentos ficam comprometidos.

Para Waitzberg et al. (2006) terapia de nutrição enteral TNE é a ingestão de alimentos com a quantidade e qualidade essencial de nutrientes relacionada às necessidades específicas de cada paciente em tratamento, através do uso de sondas ou pela via oral, em pacientes que não são capazes de ingerir ou digerir quantidades suficientes de alimento.

Mencionam Cunha e Cunha (2003) que devido à utilização do aparelho gastrointestinal na nutrição enteral a função e a estrutura do aparelho digestivo são preservadas e que comparada à nutrição parenteral demonstra menor custo, menor risco de infecção e complicações metabólicas.

É de extrema importância que o enfermeiro avalie a evolução clínica do paciente principalmente após a realização de procedimentos, observando e relatando no prontuário do paciente possíveis problemas e queixas no intuito de prevenir complicações.

São vários os fatores que podem determinar a necessidade de se iniciar a nutrição enteral (NE), como exemplo, a disfagia grave, que pode estar relacio-

nada com megaesôfago chagásico, neoplasias de orofaringe, esôfago, pescoço e disfunções neurológicas (Cunha; Cunha, 2003).

Quando a equipe multidisciplinar envolve enfermeiros, médicos, nutricionistas e outros profissionais, realizam o trabalho de forma harmônica e coletiva acarretando vários benefícios ao paciente, ofertando assim uma nutrição adequada, além de orientações futuras para uma manutenção do estado nutricional.

Para Cunha e Cunha (2003) cada paciente deve ser avaliado quanto as suas necessidades nutricionais levando em consideração questões como, gênero, idade, peso, altura, natureza da doença atual, quantidade de exercício físico realizado e controle do volume hidroelétrolitico.

Enfatiza Waitzberg et al. (2006) que a NE utilizada em um longo período de tempo deve ser ofertada através de uma ostomia gástrica ou jejunal, com o posicionamento da sonda pré-pilórica obtém a gastrostomia e com posicionamento da sonda pós-pilórico a jejunostomia.

Segundo Petroianu et al. (2008) as técnicas utilizadas para a realização da gastrostomia podem ser guiadas por radioscopia, endoscopia ou laparoscopia.

A gastrostomia endoscópica percutânea realizada através da endoscopia não utiliza anestesia geral apenas local, indicada quando o paciente necessita de dieta enteral por período superior a um mês e que possua o trato gastrointestinal funcionante (MINICUCCI et al., 2005).

Para Zinner e Ashley (2008) a gastrostomia endoscópica percutânea GEP é mais utilizada em relação à gastrostomia cirúrgica devido às vantagens como baixo custo, por ser menos invasiva e mais segura. Porém esta técnica é contra indicada quando há presença de obstrução esofágica total, ascite e sepse intra-abdominal.

Descreve Minicucci et al. (2005) que a GEP é executada com o paciente em posição de decúbito dorsal ou semi-folew e requer a intervenção de um endoscopista e de outro profissional auxiliar.

Antes de iniciar o procedimento deve-se administrar uma dose única profilática de cefazolina via intravenosa. Posicionar o paciente e realizar a anti-sepsia do abdome utilizando a técnica estéril (ZINNER ; ASHLEY, 2008).

Sobre os tipos de sonda Minicucci et al. (2005) relata que há dois tipos de cateteres disponíveis atualmente: o de poliuretano e o de silicone, em relação à freqüência de complicações, infecção local, hemorragia e ao tempo de funcionamento da gastrostomia, não foi observado diferenças entre os cateteres.

Contudo Petroianu et al. (2008) relata que podem ser feitas adaptações usando sonda Foley de borracha ou drenos do tipo Malecot ou Pezzer na incisão da gastrostomia. Após o caminho da gastrostomia apresentar-se maduro por volta de 3 a 8 semanas é possível substituir a sonda por um dispositivo o botton, uma sonda curta de comprimento exato entre o balão interno e a pele do abdômen, é necessário avaliar sempre se a medida do botton está compatível com o estoma para evitar vazamento e lesão periestomal.

Adaptações da gastrostomia com sondas Foley são vistas frequentemente em ambiente hospitalar e domiciliar, na maioria das vezes gera transtornos como vazamento de dieta e secreção gástrica, causando lesão periestomal, de difícil manipulação para os profissionais da enfermagem, devido à grande extensão da sonda é comum imprevisto no banho ou na mudança de decúbito resultar na perda da sonda por tração.

Após a colocação da GEP a dieta é iniciada depois de 24 horas, é observado vantagens como menor tempo de hospitalização e melhor aceitação estética comparada às sondas nasoenteral, evita processos traumáticos e erosivos da nasofaringe e esôfago (MINICUCCI et al., 2005).

Cabe lembrar que o tempo exato de iniciação da dieta após a colocação da sonda de gastrostomia e alta hospitalar poderá divergir em algumas literaturas, na prática é preciso analisar o quadro clínico do paciente, a opinião do médico e equipe responsável que avaliará de forma holística o melhor momento para a iniciação da nutrição adequada ao paciente e demais atitudes cabíveis.

Com a prática de colocação da gastrostomia foi observado melhora em pacientes com doença do neurônio motor e portadores de acidente vascular cerebral (AVC) que apresentaram diminuição da mortalidade e melhora da qualidade de vida, quando submetidos ao procedimento (MINICUCCI et al., 2005).

Conforme relata Sánchez (2008) a gastrostomia cirúrgica realizada por cirurgia laparoscópica, exigi anestesia geral e alguns dias de atraso para começar a administração da dieta, também expõe os pacientes à possibilidade de infecção de ferida operatória, evisceração, maior tempo de internação e outros problemas.

Afirma Zorrón et al. (2005) que devido possibilidade de complicações, a gastrostomia por laparotomia ultimamente vem perdendo espaço para as técnicas guiadas por endoscopia e radiologia quando estas são possíveis.

A gastrostomia realizada através de orientação radiográfica é utilizada quando por algum motivo não se pode ou não consegue passar o endoscópio pelo esôfago do paciente, então se usa a técnica radiológica para visualizar através da parede abdominal (SMELTZER et al., 2008).

4 Assistência Perioperatória ao Paciente Gastrostomizado

Opinam Petroianu et al. (2008) que o procedimento de colocação da gastrostomia não apresenta contra indicações quanto a idade, podendo ser utilizada tanto em adultos quanto em crianças independente de sexo ou classe social, desde que necessite de atenção nutricional.

Porém Perissé (2007) refere que a colocação da sonda de gastrostomia altera a imagem corporal do paciente e gera vários sentimentos, levando a desconforto, ansiedade devido à nova situação e medo da rejeição frente às próprias limitações.

Para amenizar o medo do desconhecido a equipe multidisciplinar deve orientar o paciente sobre os novos hábitos e materiais disponíveis para tornar mais fácil a aceitação e a qualidade de vida do paciente gastrostomizado.

De acordo com Llacha et al. (2005) é preciso aplicar orientações referente aos cuidados diários, lavagem da região periestomal utilizando água e sabão, necessidade de clampar a sonda após a administração de dieta, verificar se a sonda esta bem próxima a pele para evitar vazamentos e lesões periestomal, periodicamente o estoma deve ser avaliado na intenção de verificar presença de sinais de inflamação, o momento da substituição da sonda será decidida pelo médico.

Para a higienização do estoma será necessário solução fisiológica a 0,9% (SF 0,9%) gazes simples, luvas de procedimento, sabão neutro e toalha. Lave as mãos com sabão neutro, calce luvas, avalie o periestoma da gastrostomia, limpe o estoma com jato de SF 0,9%, utilizando a gaze e o sabão neutro realize movimentos circulares levemente, enxágue novamente com a SF 0,9%, seque a região periestomal e pele ao redor com gazes, proteja a pele com duas gazes secas e estéreis dobradas ao meio, posicionadas abaixo da conexão da gastrostomia e fixe a sonda com adesivo microporoso.

O plano de assistência de enfermagem é de fundamental importância no processo de cuidados que contribuirão na qualidade de vida do paciente gastros-

tomizado, pois a gastrostomia se trata de um procedimento cirúrgico que envolve etapas da manutenção da saúde e prevenções de complicações (PERISSÉ, 2007).

A fase pré-operatória aborda o momento em que decidiram a respeito da colocação da gastrostomia, até a incisão cirúrgica, nesta fase é de responsabilidade do enfermeiro realizar o acolhimento tranquilizando e explicando o procedimento ao paciente e familiar, na sequência durante a consulta de enfermagem realizar as anotações do exame físico, sinais vitais, conferir o histórico de enfermagem que deverá conter as doenças atuais e pregressas, além de reunir e encaminhar ao bloco cirúrgico todos os exames feitos durante a internação.

Segundo Smeltzer et al. (2008) no pré operatório um foco a ser observado no histórico do paciente é qualificar a compreensão e a disposição para lidar com a prática cirúrgica que irá ocorrer brevemente. O enfermeiro deverá ter como enfoque a avaliação de dificuldades do ajuste a nova imagem corporal, além de delimitar a capacidade do paciente em participar das atividades de autocuidado juntamente com família.

Alguns exames são necessários no pré-operatório, em todos os casos se utiliza a endoscopia digestiva alta e em algumas situações o uso da tomografia computadorizada abdominal para verificar se gastrostomia pode ser realizada, outra questão é observar se o paciente está em uso de anticoagulante ou antiagregante plaquetário e avaliar suspensão da medicação por um tempo, no intuito de evitar intercorrências como, hemorragia (YOKOHAMA et al., 2009).

O paciente deverá ser informado sobre o ato cirúrgico, como será a recuperação pós-operatória esperada, qual a finalidade do procedimento e a possibilidade de a gastrostomia ser permanente ou provisória (SMELTZER et al., 2008)

A atenção sistematizada ao paciente que irá se submeter ao procedimento cirúrgico de gastrostomia é essencial, abordando ações educativas e apoio psicoemocional. Orientar o paciente e a família em todas as dúvidas que tiverem, observar se o procedimento foi bem aceito, incentivar o autocuidado quando possível, são etapas aliadas à recuperação. Avalie o grau de entendimento dos cuidadores do paciente gastrostomizado e durante os procedimentos explique cada passo, será a educação continuada para os cuidados domiciliares.

No pós-operatório os pacientes devem ficar em observação por três horas após o procedimento, algumas recomendações são passadas aos pacientes e fa-

miliares como, repouso por cinco dias, higienizar a gastrostomia duas vezes ao dia, evitar tração da sonda e retornar imediatamente em caso de perda da sonda ou sinal de infecção. A dieta deve ser iniciada em casa ou quatro horas após o procedimento. É recomendado o retorno ao médico mensalmente caso não haja intercorrências (MELLO et al., 2009).

É de extrema importância que o enfermeiro atue de forma educativa para o paciente e o cuidador familiarizar com as condutas frente à gastrostomia, além de adaptar e encarar de uma forma mais tranquila a nova forma de se alimentar.

Quanto à diversidade da dieta enteral ela pode ser classificada em, industrializada ou não-industrializada, as preparações não-industrializadas referem-se às dietas preparadas à base de alimentos em seu estado natural, como: leite, ovos, carnes, frango, verduras, legumes, frutas e cereais, este tipo de dieta para se tornar nutricionalmente completa requer ser suplementada com vitaminas e sais minerais, os macronutrientes podem ser liquidificados e infundidos (WATZBERG et al., 2006).

Cabe ressaltar que pacientes tratados com dietas não industrializadas devem ter precauções para não obstruir a sonda com concentrações pastosas e com partículas grandes, prevenir contaminação da dieta preparada manualmente, periodicamente de acordo com a necessidade proposta pela equipe multidisciplinar realizar exames para verificar possíveis carências de vitaminas e minerais necessárias ao organismo por se tratar de uma dieta de composição estimada. Necessitando assim, de uma equipe multiprofissional.

As dietas podem ser qualificadas quanto à complexidade dos nutrientes sendo divididas em soluções de polímeros, monômeros, e oligoméricas; classificadas quanto à necessidade de nutrientes metabólicos específicos: fibra, ácido graxo, lactose, e quanto ao grau de especialização como dieta especializada em insuficiência renal, diabetes mellitus e outras (SILVA et al.,2006).

São aliadas à TNE as dietas especializadas que contêm em suas fórmulas componentes específicos para o tratamento de determinadas doenças, o que em geral não é possível com dietas artesanais, utiliza-se os nutrientes mais adequados a cada caso particular como, por exemplo, redução de carboidratos em dietas destinadas à pacientes com diabetes mellitus, dietas especiais para pacientes que sofrem de insuficiência cardíaca, renal ou hepática (CUNHA; CUNHA, 2003).

Segundo Waitzberg et al. (2006) devem fazer parte dos cuidados de enfermagem ao iniciar administração de dieta enteral, verificar e anotar o tipo de dieta, volume, periodicidade prescrita e infundida além de hidratar o paciente de acordo com a prescrição ou necessidade.

Outro cuidado é manter a cabeceira da cama elevada aproximadamente 30°, meia hora após a administração da dieta com o objetivo de facilitar a digestão e prevenir que o paciente aspire conteúdo gástrico (PERISSÉ, 2007).

É comum o retorno ao hospital devido broncoaspiração, que é entrada de substâncias estranhas nas vias aéreas inferiores. Pode ocasionar diversos tipos de pneumonia, dependendo da natureza e quantidade do aspirado. Normalmente as etapas da deglutição servem de barreira contra a broncoaspiração quando a epiglote se fecha na passagem do alimento, mas se o paciente for alimentado deitado estas barreiras não serão suficientes para evitar a aspiração.

De acordo com Dreyer et al. (2004) um fato importante é não se esquecer de nenhum horário das dietas, caso isto ocorra não tente compensar a dieta perdida, dobrando o volume da próxima, isto poderá causar mal-estar gástrico ou diarréia, o que pode ser feito é administrar a dieta no final do dia, mantendo o mesmo espaço de tempo entre uma e outra infusão.

A administração de medicamentos na sonda de alimentação enteral pode causar alguns problemas devido à incompatibilidade de medicações líquidas com fórmulas de alimentação enteral, estas reações podem surtir alguns efeitos como: granulação ou formação de gel, resultando em obstrução da sonda (ZANETA et al., 2005).

Silva et al. (2006) orientam evitar uma mistura direta entre medicamento e dieta, é indicado administrar as drogas separadamente e lavar a sonda a cada medicação com 02 a 05 mililitro (ml) de água e se tratando de dieta enteral intermitente ajustar a medicações antes ou após às dietas.

Menciona Perissé (2007) as orientações que o enfermeiro deve prestar à família e ao paciente, incluindo checagem de resíduo gástrico antes da alimentação, necessidade de lavar o cateter para evitar resíduos que podem se decompor, ensinar que todos os alimentos administrados devem estar em temperatura ambiente ou próximo à temperatura corporal, orientar a família a procurar o médico ou nutricionista periodicamente ou sempre que achar necessário ajustar as necessidades nutricionais.

Para evitar obstrução da sonda é preciso injetar 40 ml de água filtrada, fervida e em temperatura ambiente, após a administração da dieta ou de medicamento, caso a sonda já esteja obstruída, injete lentamente 20 ml de água filtrada, fervida e morna ou refrigerante tipo cola, cuidado para não romper a sonda com a pressão exercida ao injetar água muito forte (DREYER et al. 2004).

Na literatura observa-se uma variável na quantidade de ml de água indicada para ser infundido após as refeições por esta razão é indispensável a avaliação individual do paciente gastrostomizado em questão e a opinião da equipe multidisciplinar será a melhor escolha a ser seguida.

Em pacientes hospitalizados a dieta deve ser preparada preferencialmente pelo serviço de nutrição e dietética, pois deve haver rigor na técnica de preparo no intuito de evitar a contaminação da dieta e para prevenir complicações ao paciente como distúrbios gastrintestinais (WAITZBERG et al., 2006).

Para Dreyer et al. (2004) dietas caseiras devem ser preparar em local limpo, lave bem as mão, todos os ingredientes e materiais a serem utilizados, confira o prazo de validade dos alimentos e lave as embalagens antes de abrí-las, siga as recomendações das dosagens de ingredientes de acordo com a prescrição do nutricionista, se for conservar a dieta coloque-a na geladeira em recipiente tampado, de preferência vidro ou louça e quando for utilizar retirar da geladeira 15 a 30 minutos antes do horário da administração, não aquecer a dieta e utilize em até 24 horas após o seu preparo.

Abordam Milagres et al. (2008) que estudos comprovaram presença de Salmonella, Staphylococcus aureus e coliformes totais acima dos limites recomendados pela legislação, localizadas em dietas enterais que fizeram parte das pesquisas, o que remete a preocupação em relação ao manuseio e estocagem destas dietas, levando a sugerir medidas de controle higiênico e sanitárias na manipulação, menor tempo de estocagem, sanitização de ambientes e equipamentos a fim de aumentar a segurança alimentar de pacientes que fazem uso de dieta enteral.

5 Contextualização da Assistência Domiciliar Relacionado ao Paciente Gastrostomizado

De acordo com Naves (2010) a nova modalidade de atenção a saúde nomeada como assistência domiciliar surgiu na intenção de aperfeiçoar a terapêutica e

melhorar a qualidade de vida do paciente, proporcionando humanização no atendimento, redução do tempo de internação, reospitalização e redução de custos.

Menciona Perissé (2007) que a visita domiciliar neste contexto tem o propósito de realizar a avaliação e diagnóstico do estado de saúde do paciente gastrostomizado, o enfermeiro deverá conhecer o contexto domiciliar que se encontra o paciente para conseguir suprir as necessidades de conhecimento do cuidador, em parceria com o cuidador o enfermeiro deverá organizar um plano de assistência adequando as necessidades com a condição socioeconômica da família e supervisionar a resposta dos cuidados ensinados e prestados ao paciente.

O paciente gastrostomizado na maioria das vezes realiza o procedimento cirúrgico de colocação da sonda e após alguns dias recebe alta, os cuidados posteriores serão realizados em seu domicílio, é de grande valor as orientações de enfermagem no contexto domiciliar visto que as dúvidas sobre a assistência a esse paciente permanecem mesmo depois das orientações concedidas na alta hospitalar, necessitando assim, que o enfermeiro realize visitas domiciliares e promova ações educativas para auxiliar o bem estar do paciente e familiares.

De acordo com Brasil (2008) a profissão de cuidador integra a Classificação Brasileira de Ocupações sob o código 5162, que estabelece que cuidador é quem cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar físico, biológico e psicológico da pessoa assistida.

Abordam Souza et al. (2009) o mérito da família para a garantia de sobrevivência, desenvolvimento e proteção integral de seus membros, pois torna favorável o aporte afetivo e material aos seus componentes, ela partilha com o paciente portador de estomia seu cotidiano, seus medos e necessidades, trazendo assim motivação para que este paciente desenvolva habilidades e competências para seu autocuidado.

A equipe de saúde deve estabelecer uma ligação com todos os membros da família e cuidador, quanto mais próximo do ambiente domiciliar mais fácil serão a identificação e correção das dificuldades individuais apresentadas pelos cuidadores (NAKATANI et al., 2003).

Qualquer pessoa, familiar ou cuidador pode prestar cuidados aos pacientes gastrostomizados, desde que não inclua cuidados de responsabilidade técnica invasiva e os demais cuidados sejam instruídos pelo auxílio da equipe de enfermagem.

Algumas vezes o cuidador é uma pessoa leiga que exerce funções as quais não dispõe de muito conhecimento ou habilidade referente à necessidade do paciente, neste momento a equipe de saúde deve ter sensibilidade para participar do treinamento do cuidador avaliando suas dificuldades (BRASIL, 2008).

A falta de escolaridade pode interferir nos cuidados prestados quando o cuidador necessita seguir dietas, prescrições, manusear medicamentos, ler receitas médicas, entender a dosagem, via de administração e outras orientações, quando existe falta de alfabetização por parte dos cuidadores o risco é eminente, podendo ocorrer até troca de medicação o que trará prejuízos ao paciente; na tentativa de minimizar essa situação é preciso atenção redobrada dos profissionais aos cuidadores (NAKATANI et al., 2003).

Abordam Diógenes e Pagliuca (2003) que teoria de enfermagem de Orem desenvolvida pela enfermeira Dorothea Elizabeth Orem, baseia-se na premissa que os pacientes podem cuidar de si próprios. Primariamente usada em reabilitação e cuidados primários, onde o paciente é encorajado a ser independente o máximo possível esse modelo baseia-se em que todos os pacientes desejam cuidar de si próprios.

Autocuidado representa cuidar de si próprio, compreende as atitudes e condutas que a pessoa tem em seu próprio benefício, com o objetivo de promover a saúde e preservar a vida. Um paciente com limitações, mesmo tendo ao alcance ajuda do cuidador, pode e deve realizar atividades de autocuidado sempre que possível. O bom cuidador avalia as condições e ajuda a pessoa a realizar atividades para seu próprio cuidado, auxiliando a conquistar sua autonomia (BRASIL, 2008).

Conforme diz Brasil (2003) a capacitação dos profissionais da estratégia saúde da família (ESF) e o estímulo de responsabilidade e construção do autocuidado dedicado as famílias tem sido de grande relevância para as profundas transformações do SUS, no que diz respeito à assistência básica, devido à promoção no papel da cidadania, da liberdade e da autonomia dos usuários. Uma das questões responsáveis por este diferencial é o processo de aprendizagem, pois aprender significa apresentar uma nova faceta da realidade.

É função do enfermeiro avaliar a situação em que se encontra o paciente para organizar as orientações de cuidado cabíveis, ele deve realizar a consulta de enfermagem, o exame físico e o diagnóstico de enfermagem e para a prescrição

de enfermagem é fundamental avaliar que ações serão mais benéficas ao paciente como, por exemplo, se este é capaz de realizar algum autocuidado, ou se trata de um paciente totalmente dependente.

Segundo Souza (2009) são inúmero os desafios que as famílias enfrentam quando seus membros retornam da hospitalização, eventualmente, poderão apresentar necessidades especiais para a readaptação e a reorganização. A pessoa portadora de estomia, às vezes passa por um longo período de adoecimento antes da cirurgia e pode apresentar grande vulnerabilidade física, tornando-se totalmente dependente dos cuidados de seus familiares.

Uma forma de avaliar a condição de dependência do paciente pode ser através da pesquisa da medida de independência funcional (MIF), para designar a carga de cuidados exigidos a cada paciente.

Entre as atividades avaliadas para medir a independência funcional estão o autocuidado, transferências, locomoção, controle esfincteriano, comunicação e cognição social, que inclui memória, interação social e resolução de problemas. A forma de pontuação é a seguinte para cada uma dessas atividades há uma pontuação que qualifica a dependência, assim a pontuação total varia de 18 a 126, quanto maior a dependência menor será a pontuação no MIF (LINACRE et al., 1994; apud RIBERTO et al., 2004)

Se tratando de um paciente independente ou totalmente dependente a participação dos familiares é algo valioso, a família deve estar presente na vida da pessoa a ser cuidada, valorizando suas falas e sentimentos (BRASIL, 2008).

Concorda Laham (2003) que a atitude interdisciplinar é fundamental para fornecer atenção integral à família do paciente e a enfermagem tem um papel importante nesta equipe, por possuir conhecimento em todas as áreas que envolvem o cuidar e habilitação para executar técnicas e procedimentos.

Enfatiza Brasil (2009) atenções que devem ser tomadas com a sonda de gastrostomia dentre elas, proteger a pele periestomal realizando higienização diária, manter curativo sempre limpo e seco, triturar bem os alimentos e dissolver os medicamentos em 20 ml de água para evitar entupimento da sonda, lembrar de respeitar os horários de medicação e não administrar remédios sem prescrição médica.

O entupimento da sonda de gastrostomia é uma das complicações mais frequentes e leva o retorno do paciente ao hospital. Para evitar o entupimento é

preciso atenção ao administrar os alimentos e medicamentos e após o uso lavar a sonda com 20 ml de água, mesmo que se trate de medicamento já dissolvido nesta quantidade de líquido.

Para proteção do paciente sempre que for realizar alguma ação o cuidador deve lavar as mãos com água e sabão antes e depois das tarefas, retirar os adornos, anéis, pulseiras e relógios, que podem transmitir doenças ao paciente; dê banhos regulares, mantenha a casa limpa e arejada, principalmente o quarto do paciente, as roupas de cama devem estar limpas, objetos sujos por secreção devem ser limpos com desinfetante ou água sanitária, chão e móveis fazem parte da limpeza e os panos utilizados devem ser tratados do mesmo modo que as roupas sujas de sangue ou secreção lavados separadamente do restante das roupas, utilizando água sanitária para desinfecção (BRASIL, 2009).

Acrescenta Meireles et al. (2010) observações com a sonda de gastrostomia, identificar presença de sinais flogísticos na região periestomal, administrar alimentos em temperatura ambiente, aproximadamente 37ºC, manter a sonda sempre fechada para evitar distensão abdominal e sempre que desconectar a sonda dobrá-la, para evitar a entrada de ar.

Relatam Romão et al. (2008) que diariamente deve-se avaliar o local de inserção da sonda para avaliar extravasamento de suco gástrico, na presença de sinais flogísticos é preciso que a equipe multiprofissional seja avisada para avaliar e realizar as condutas adequadas. Caso o ocorrido não tenha lesionado a pele na região periestomal o que pode ser feito pelo cuidador é tracionar a sonda delicadamente, fazendo com que o balão interno fixe a parede abdominal cessando o derramamento deste. Outra atitude a ser realizada ao paciente gastrostomizado é medidas preventivas para que a sonda não saia acidentalmente

Se tratando de um paciente que possa deambular a atividade deve ser incentivada, seja a mobilização passiva ou ativa, a movimentação favorece a melhor incorporação protéica e evita distrofias musculares (WAITZBERG et al., 2006).

De acordo com Dreyer et al. (2004) cuidados de higiene em pacientes portadores de sonda devem ser mantidos, a higiene oral, escovação dos dentes, higiene nasal e cuidados com a pele, alerta os autores que a equipe de saúde deve ser informada quando o paciente apresentar diarréia por mais de um dia, constipação por mais de três dias ou náuseas e vômitos persistentes, além de

dores abdominais, febre (mais de 37,5°C), rosto ou pernas edemaciados, perda de peso e sangramento.

Será fundamental verificar sinais de distúrbio metabólico na fase de iniciação da administração de dieta, comum em alguns casos, se necessário o controle da glicemia capilar realize de acordo com a orientação médica. As evacuações devem ser observadas para avaliação da aceitação do método de NE pelo organismo do paciente, em casos de aumento de frequência a equipe deve ser comunicada no intuito de pesquisar as possíveis causas e correções. As medidas antropométricas devem ser verificadas e anotadas periodicamente, contribuindo para a análise da evolução nutricional e readequação alimentar do paciente (WAITZBERG et al., 2006).

São muitos os cuidados de prevenções de complicações que o enfermeiro deve ensinar aos pacientes gastrostomizados e cuidadores. Elaborar uma didática sobre cuidados necessários e enfatizar a importância da higiene será de grande valia para o bem estar do paciente.

Tenha sempre em lugares fáceis o número das unidades de saúde de referência em caso de urgência. O paciente gastrostomizado terá uma boa qualidade de vida e raras complicações se toda equipe multidisciplinar trabalhar junta em seu benefício além promover a integração familiar no auxilio dos cuidados.

7 Considerações Finais

A gastrostomia é um procedimento frequente, considerada um importante instrumento de nutrição, que traz vários benefícios ao paciente que necessita de alimentação enteral por longos períodos.

Porém a colocação da gastrostomia é realizada com a abertura de um estoma na região abdominal e a presença desta ostomia trás consigo várias modificações ao estilo de vida do paciente e familiar.

Para amenizar o medo do desconhecido a equipe multidisciplinar deve orientar o paciente sobre os novos hábitos e materiais disponíveis para tornar mais fácil a aceitação e a qualidade de vida do paciente gastrostomizado.

Dentre os materiais disponíveis o enfermeiro deverá conhecer e demonstrar ao paciente e familiar as tipos de sondas e as opções do procedimento cirúrgico, para facilitar a compreensão e aceitação da gastrostomia proposta pelo médico.

As análises mostradas nesse estudo, realizadas através de levantamento bibliográfico, ressaltam a necessidade do enfermeiro de desenvolver um plano de assistência para auxiliar o paciente gastrostomizado, familiar e cuidador na atenção hospitalar e domiciliar.

O enfermeiro deve estabelecer um contato próximo deste o início de decisão da colocação da sonda, até o momento da alta hospitalar, orientando os familiares, cuidadores e paciente sobre os cuidados futuros necessários com nutrição, com a sonda de gastrostomia e na prevenção de complicação.

Apesar da constatação do papel fundamental da enfermagem, trabalhos científicos pesquisados demonstraram que sua participação após o procedimento de colocação da sonda de gastrostomia é às vezes inexistente, pois o que se evidenciou na maioria das vezes foram apenas as condutas do médico.

Portanto, considerando este estudo e a opinião dos vários autores renomados revistos, damos ênfase da necessidade de programas de educação continuada e de qualificação profissional visando atualizar o conhecimento dos profissionais de enfermagem para que possam orientar de maneira adequada os cuidados necessários aos pacientes gastrostomizados, à família e cuidadores destes pacientes.

Esperamos que este estudo contribua para o desenvolvimento das práticas dos profissionais, além do acréscimo de informações que podem ser usadas no ensino de enfermagem e nos programas de extensão com a comunidade.

8 Referências

BARBOSA, J. A. G.; FREITAS, M.I.F. Representações sociais sobre a alimentação por sonda obtidas de pacientes adultos hospitalizados. **Revista Latino- Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.1, n.1, p. 235-242, mar./abr., 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de gestão da educação na saúde. Projeto de profissionalização dos trabalhadores da área da enfermagem. Formação 101 pedagógica em educação profissional na área de saúde: enfermagem. **Educação, trabalho e profissão**. 2. ed. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Cuide bem do seu paciente**. 2. ed. Rio de janeiro, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Guia prático do cuidador**. 1. ed. Brasília,DF, 2008.

CUNHA, S. F. C.; CUNHA, D. F. Suporte nutricional. In: OLIVEIRA, J.E.D.; MARCHINI, J. S. **Ciências nutricionais**. 1. ed. São Paulo: editora Sarvier, 2003. Cap. 18, p.289-301.

DIÓGENES, M. A. R.; PAGLIUCA, L. M. F. Teoria do autocuidado: análise crítica da utilidade na prática da enfermeira. **Rev. Gaúcha Enfermagem**, RS Porto Alegre, v.3, n.24, p.286-293, dez. 2003. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/4458/2399>. Acesso em: 18 set. 2011.

DREYER, E et al. Grupo de apoio Nutricional HC-Unicamp. **Universidade Estadual de Campinas**. out. 2004.

LAHAM, C. F. Percepção de perdas e ganhos subjetivos entre cuidadores de pacientes atendidos em um programa de assistência domiciliar. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina Universidade de São Paulo. 2003.Disponível em: <http://wwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F5%2F...%2FclaudiaFernandesLaham.pdf&siteurl>. Acesso em: 12 set. 2011.

LLACH, J. et al. Gastrostomía endoscópica: indicaciones, técnica y cuidados. **Ciencia, Tecnología y Medicina.** 2005, v. LXVI, n. 1.562, p. 50- 52. Disponível em: <http://www.jano.es/ficheros/sumarios/1/68/1562/50/1v68n1562a13074340pdf001.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

Maia, F. J. S. et al. Suporte nutricional. In: VIEIRA, O.M. et al. **Clínica cirúrgica**: fundamentos teóricos e práticos. São Paulo: Editora Atheneu, 2006. Cap. 5, p. 59-70.

MEIRELES, B. S. et al. Manual de Procedimentos do curso de Enfermagem: Atenção terciária. FUNCESP/FISA. 1°ed. Faculdade Itabirana de Saúde. 2010.

MELO, G. et al. Gastrostomia endoscópica percutânea ambulatorial em pacientes com de câncer de cabeça e pescoço. **Rev. Bras. Cir. Cabeça Pescoço**. v.38, n.2, p. 93-97, abr. /maio/jun. 2009. Disponível em: <http:/sbccps.netpoint.com.br/ojs/index.php/revistabrasccp/article/viewFile/316/288>. Acesso em: 01 mar. 2011.

MILAGRES, R. et al. Qualidade microbiológica de dieta enteral em ambiente hospitalar. **Rev. Higiene alimentar**. v. 22, n.161, p. 107- 111, maio, 2008.

MINICUCCI, M. et al. O uso da gastrostomia percutânea endoscópica. **Rev. Nutr**., Campinas, v.18, n.4, p.554-558, jul./ago.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n4/25852.pdf> Acesso em: 22 fev. 2011.

NAKATANI, A. Y. K. et al. Perfil dos cuidadores informais de idosos com déficit de autocuidado atendidos elo Programa de Saúde da Família. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 15-20, ago. 2003. Disponível em:<http:/www.fen.ufg.br/Revista>. Acesso em 18 set. 2011.

NAVES, L. K. **Avaliação da intubação gástrica dos usuários em programa de atendimento domiciliar em um hospital universitário**. 2010. 105f. Dissertação (Mestrado) – Escola de enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: : <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/.../ME_LarissaKozloffNaves.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2011.

PERISSÉ, V. L. C. **O enfermeiro no cuidar e ensinar à família do cliente com gastrostomia no cenário domiciliar**. 2007. 147f. Dissertação(Mestrado em enfermagem assistencial) – Escola de enfermagem Aurora de Afonso da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2429>. Acesso em: 10 ago. 2011.

PETROIANU, Andy et al. **BLACK BOOK.** 1ed. Belo Horizonte: editora Black Book, 2008. p.418-424.

RIBERTO et al. **Validação da Versão Brasileira da Medida de Independência Funcional.** Acta Fisiatr, São Paulo, v.11, n.2, p.72-76, ago. 2004. Disponível em: <http://actafisiatrica.org.br/v1%5Ccontrole/secure/Arquivos/AnexosArtigos/1F0E3DAD99908345F7439F8FFABDFFC4/acta_vol_11_num_02_72-76.pdf>. Acesso em: 11 set. 2011.

ROMÃO, C. et al. Pacientes Gastrostomizados: Enfrentamento dos cuidados no domicílio. **REEUNI – Revista Eletrônica de Enfermagem do UNIEURO.** Brasília, vol. 1, n. 2, p. 18- 34, mai./ ago.. 2008. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/downloads_2005/reeuni_02_003.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2011.

SÁNCHEZ, C. Alimentacion asistida a largo plazo consideraciones medicas, sociales y economicas. **Rev. Argent. Resid. Cir.** [S.L.], v.13, n.1, p. 18-23, jul. 2008. Disponível em :< http://www.residentesdecirugia.org.ar/files/alimentacion.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2011.

SILVA, M. L. T. et al. **Indicações e implementação da terapia nutricional enteral no câncer**. In: WAITZBERG, D.L. Dieta, Nutrição e Câncer. 1. ed. São Paulo: editora Atheneu, 2006. Cap.52, p.461-472.

SMELTZER, S. C. et al . Intubação Gastrointestinal e Modalidades Nutricionais. In: _____.(org.). **Tratado de enfermagem médico- cirúrgica**. Tradução de Fernando Diniz Mundim, José Eduardo Ferreira de Figueiredo. 11 ed. Rio de Janeiro: editora Guanabara Koogan, 2008. Cap. 36, p. 991-1014.

SOUZA, J. L. et al. O cuidado à pessoa portadora de estomia: O papel do familiar cuidador. **Rev. Enferm. UERJ.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 17, p. 550- 555, out./dez. 2009. Disponível em: < http://www.facenf.uerj.br/v17n4/v17n4a17.pdf>. Acesso em: 30 maio 2011.

WAITZBERG, D.L. et al. **Nutrição enteral e parenteral na prática clínica**. 3.ed. São Paulo: editora Atheneu, 2006. V.1.

YOKOHAMA, S. et al. Investigação e predição de problemas de nutrição enteral após gastrostomia endoscópica percutânea. **Mundo J Gastroenterol**.[S.L.], v.15, n.11,p. 1367-1372, mar. 2009. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2658839/?tool=pmcentrez>. Acesso em: 21 ago. 2011.

ZANETA, M. et al. Interações entre Alimentos e Drogas. In: MAHAN, L.K; ESCOTT--STUMP, S. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**. Tradução de Andréa Favano. 11. ed. São Paulo: editora Roca Ltda. 2005. Cap. 19, p. 437-455.

ZINNER, M. J. , ASHLEY, S. W. **Endoscopia e intervención endoscópica**. In:_____. (org.). Maingot operaciones abdominales. 1. ed. México, D. F. : McGraw-Hill Interamericana, 2008. Cap.3, p.43-44.

ZORRON, Ricardo et al. Gastrostomia de incisão única como alternativa para o procedimento endoscópico**. Rev. Col. Bras. Cir.** 2005, v.32, n.3, p. 153-56. [online] Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcbc/v32n3/v32n3a10.pdf>Acesso em: 22 fev. 2011.

Utilização de sacolas plásticas em drogarias na cidade de Patos de Minas –MG: atualidades e perspectivas

Bernardo Augusto de Freitas Dornelas[1]

RESUMO: A sacola plástica é útil para transportar vários objetos. Sua utilização pode causar diversos danos ao meio ambiente além de possuírem uma vida longínqua. Este estudo tem por objetivo mensurar o perfil problemático da utilização de sacolas plásticas em drogarias na cidade de Patos de Minas (MG). A amostra foi composta de 45 drogarias divididas de acordo com sua localização em duas áreas: localizadas na região central da cidade (17 drogarias) nas quais se entrevistou 34 pessoas e em bairros (28 drogarias), entrevistando 36 pessoas, totalizando 70 pessoas entrevistados. Os resultados sugerem que muitas pessoas atuantes em drogarias não desenvolveram ainda a consciência de preservação ambiental. O fato de embalar em sacolas plásticas os produtos adquiridos nas drogarias é mais cômodo, prático e rápido para um grande número de pessoas, optando por este. Pode-se concluir que uma parcela da população ainda desconhece os graves problemas ambientais gerados pelas sacolas plásticas.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Sacolinha. Estabelecimento Farmacêutico.

Introdução

A história nos revela que os produtos eram transportados por cestos, caixas, potes, barris, barricas, tonéis, balaios, baús, garrafas, tambores e também por bolsas e sacolas. Tais objetos úteis para acondicionar produtos passaram a ser designados por embalagens (CAVALCANTI & CHAGAS, 2006).

Segundo Fabro; Lindemann e Vieira (2007), os produtos, incluindo os

---

[1] Farmacêutico formado em 2009 pelo Centro Universitário de Patos de Minas -UNIPAM, mestrando em Aspectos Bioéticos e Jurídicos da Saúde pela Universidad del Museo Social Argentino – UMSA, docente da Faculdade Patos de Minas – FPM e palestrante.

Docente da Faculdade Patos de Minas – FPM no curso de farmácia. E-mail: bernardofarma@yahoo.com.br Rua Major Gote, nº 1408, Bairro Centro, Cidade de Patos de Minas (MG), CEP: 38.700-001

perecíveis, eram pesados no balcão e vendidos a granel, sendo o comércio, o propulsionador do desenvolvimento das embalagens, tanto no Brasil como no resto do mundo.

"A plasticomania vem tomando conta do planeta, desde que o inglês Alexander Parkes inventou o primeiro plástico em 1862 e devido também à revolução na indústria da embalagem, ocorrendo a expansão do varejo" (TRIGUEIRO, 2007).

A partir da Segunda Guerra Mundial, os supermercados se instalaram nas grandes cidades e com eles surgiram inúmeras inovações na produção de embalagens. Estas deveriam permitir que os produtos fossem transportados dos locais onde eram fabricados ou colhidos para os grandes centros consumidores, mantendo-os estáveis por longos períodos de estocagem. A embalagem começou, então, a proteger a mercadoria no transporte, e daí nasceram as funções de proteção, bem como de distribuição, venda e promoção (SILVA, 2000). No entanto, o novo material sintético segundo Fernandes (2007) reduziu os custos dos comerciantes e incrementou a sanha consumista da civilização moderna causando estragos pelo derrame indiscriminado de plásticos na natureza, tornando o consumidor um colaborador passivo de um desastre ambiental de grandes proporções.

Os plásticos devido as suas incansáveis vantagens como, resistência, flexibilidade, impermeabilidade dentre outras ótimas características, é um material cada dia mais usado e indicado para um grande número de aplicações (RODRIGUES & BRITO, 2008). São na maior parte dos casos insubstituíveis como materiais para embalagens.

Na atualidade, tem havido no varejo larga oferta de sacolas plásticas aos clientes para acondicionamento de variados produtos. Estas sacolas muitas vezes são finas e inadequadas para reciclagem, e o seu descarte tem sido apontado como responsável por diversas inundações. Por outro lado, o plástico, por ser fabricado a partir de resina sintética derivada do petróleo, pode causar severos danos ao meio ambiente por ter metais pesados, não serem biodegradáveis e levarem séculos para se decompor na natureza, pois estão em sua composição cadeias moleculares inquebráveis, que são prejudiciais ao lençol freático (FARIA, 2006).

Esses danos ambientais são potencializados quando se considera a durabilidade do plástico, pois, de acordo com Fabro; Lindemann e Vieira (2007),

este é um material que, mesmo existindo há apenas um século, ainda não se tem com precisão o tempo de sua decomposição. Sabe-se, porém, que é superior a 100 anos, podendo contribuir para o acúmulo de lixo.

Este acúmulo de lixo nas cidades contribui para o surgimento de doenças e para a contaminação do meio ambiente. A média de produção per capita, é de 0,7 kg por dia de resíduos no Brasil (FERNANDES, 2001).

Ocorre que o Brasil produz cerca de 3 (três) milhões de toneladas de plástico (IPT, 2010). Atualmente de acordo com a Revista Meio Ambiente (2008), aproximadamente 10% do lixo brasileiro é composto por sacolas plásticas e cada brasileiro utiliza 19 (dezenove) quilos de sacolas por ano. Todos os supermercados, farmácias/drogarias e boa parte do comércio varejista embalam em saquinhos tudo o que passa pela caixa registradora. Trigueiro (2007) nos comenta que "não importa o tamanho do produto que se tenha à mão, aguarde a sua vez porque ele será embalado num saquinho plástico". O pior é que isso já foi incorporado na nossa rotina como algo normal, como se o destino de cada produto comprado fosse mesmo um saco plástico (NICHOLSON, 2008). Como enfatiza Trigueiro (2001), nossa dependência é tamanha, que quando ele não está disponível, costumamos reagir com reclamações indignadas.

No caso das sacolas de farmácia, drogarias e supermercados, por exemplo, a matéria-prima é o plástico filme, produzido a partir de uma resina chamada polietileno de baixa densidade (PEBD). Abandonados em vazadouros, esses sacos plásticos impedem a passagem da água – retardando a decomposição dos materiais biodegradáveis - e dificultam a compactação dos detritos. Quando seguem pelos rios e chegam ao mar provocam a morte de inúmeros peixes e tartarugas, que os confundem com algas (TRIGUEIRO, 2007).

No Brasil, o consumo populacional crescente e, principalmente, o descarte de sacolas plásticas constitui um grave problema ambiental devido ao crescente volume de produção de lixo. Segundo a ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados, em 2010 foram consumidas cerca de 33 milhões de unidades por dia. A cada ano, são 12 bilhões de sacolinhas, das quais se estima que 10 bilhões não tenham uma destinação apropriada (VALLE, 2010).

Diante dos fatores expostos acima, este artigo objetiva mensurar o perfil problemático da utilização de sacolas plásticas em drogarias na cidade de Patos de Minas (MG), assim como alertar a população para as consequências do uso

corriqueiro, proposição de possíveis soluções e conscientização dos trabalhadores atuantes nas drogarias.

Material e Métodos

O método de pesquisa utilizado foi quantitativo (*survey*). Segundo Freitas (2000), o método de survey visa à obtenção de dados ou informações sobre características ou ações de determinado grupo de pessoas, através de uma amostra não probabilística por conveniência (convenience) onde os participantes são escolhidos por estarem disponíveis.

Esta pesquisa foi realizada nas 45 drogarias situadas na cidade de Patos de Minas (MG). Para o melhor entendimento e discussão dos resultados, foram divididas as drogarias entrevistadas da cidade de acordo com sua localização em duas áreas: drogarias localizadas na região central da cidade (17 drogarias) nas quais se entrevistou 34 pessoas e drogarias localizadas em bairros da cidade (28 drogarias), entrevistando 36 pessoas, totalizando 70 pessoas entrevistados.

Para concretização da pesquisa de campo, foi elaborado um questionário, usando um computador portátil nos meses de Agosto/Setembro/Outubro de 2010 contendo questões fechadas e discursivas, abordando os temas: importância da sacola plástica, disposição para um método alternativo de embalagem, consciência da população entrevistada sobre os problemas envolvidos na utilização da sacola plástica e a aceitação de uma intervenção estatal neste assunto.

O entrevistador procedia às perguntas e o entrevistado respondia, e estas eram digitadas em um computador portátil, tendo como público-alvo os atendentes (farmacistas), farmacêuticos, gerentes/empresários, estoquistas, entregadores e operadores de caixa, de cada drogaria da cidade de Patos de Minas (MG), sobre o nível de conscientização ambiental e emissão de sacolas plásticas no estabelecimento em questão. O questionário foi elaborado e aplicado no sentido de não viciar os resultados da pesquisa e de não levar o entrevistado a uma resposta tendenciosa.

Resultados e Discussão

Sacos, saquinhos, sacolas e sacolinhas plásticas, nós os recebemos todas às vezes que vamos às compras. Pode parecer que são de graça, porque são distribuídos à vontade, mas todos pagamos por eles, com recursos naturais como petróleo e água, energia consumida para sua fabricação, e, quando os descartamos, causamos muitos danos para as civilizações e para o meio ambiente (BRASIL, 2009).

No Gráfico 1, nota-se uma prevalência de indivíduos a partir de 30 anos nas drogarias de bairros, demonstrando que nos bairros possuem mão de obra com maior idade em atividade.

Gráfico 1 – Discriminação de idade dos participantes da pesquisa por intervalo cronológico e por região.

Ainda de acordo com o mesmo gráfico, encontra-se na região do centro da cidade, uma maior quantidade de pessoas entrevistadas com uma faixa etária entre 20 e 29 anos, correspondente ao percentual de 32.8% do total dos entrevistados. Em outras palavras, um adulto jovem que está começando a sua vida profissional, possuindo força de vontade e disposição para enfrentar desafios propostos. Isso reflete fortemente em ações voltadas ao meio ambiente e ou conscientização das pessoas, haja visto que, muitas pessoas com mais idade verificadas na região de bairros da cidade, possuem uma personalidade mais difícil de propor mudanças, por já estarem condicionadas a um certo hábito adquirido anteriormente.

Paralelamente à idade, o nível educacional dos entrevistados que trabalham em drogarias, influência consideravelmente no modo de agir diante de si e de uma pessoa que deseje uma sacola no quesito argumentação através do conhecimento prévio adquirido durante a vida e escolaridade.

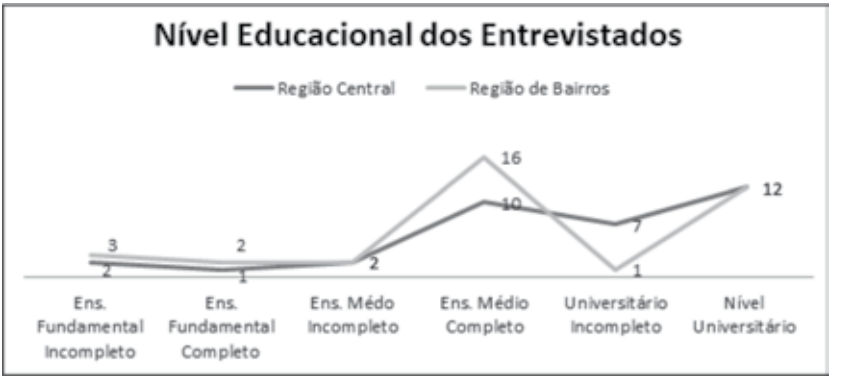


Gráfico 2 - Discriminação do nível educacional dos entrevistados da pesquisa por grau de escolaridade.

Observando o nível educacional dos entrevistados (Gráfico 2), na região de bairros, existem mais indivíduos com o ensino médio completo (16 pessoas) do que na região central (10 pessoas), enquanto que o nível universitário incompleto ou em andamento corresponde o inverso, representando 90% das pessoas (7 pessoas) relacionando aquelas que trabalham nas drogarias do centro da cidade, chegando ao ponto de nível universitário concluído igualitário entre os participantes nas duas regiões pesquisadas (12 pessoas). Este último se deve a necessidade de possuir um farmacêutico presente no estabelecimento durante todo o tempo que a drogaria permanecer aberta ao público, obrigatório pela legislação vigente. Presupõe que pessoas que cursam uma universidade ou que já concluíram, tenha mais acesso e saibam obter informações referentes às questões ambientais que, muitas vezes são amplamente discutidas em ambientes estudantis, desta forma desenvolvendo uma mentalidade favorável em tentar diminuir os frequentes impactos causados pela ação do homem.

Hoje, em meio a correria do dia a dia das pessoas, os clientes das drogarias muitas vezes não param e pensam no meio ambiente para as futuras gerações,

mas sim na comodidade de levar o produto adquirido para a casa. Desta forma, nós como clientes, devemos nos policiar e sempre perguntarmos se realmente necessitamos de sacola plástica.

Em 100% das drogarias entrevistadas, não existe informativo visual de divulgação como folder disponível para aquisição dos clientes ou cartaz colocado em local visível para o público, alertando sobre os possíveis impactos e danos causados pela utilização desenfreada e descarte inadequado das sacolas plásticas, auxiliando de alguma forma sua correta disposição final. Estes informativos se tornam importantes na comunicação visual direta, despertando assim leitura para reflexão pessoal sobre o uso superficial das sacolas.

Ao se perguntar sobre uma possível taxação das sacolas plásticas no município como medida de reduzir a emissão para o meio ambiente, mais da metade das pessoas entrevistadas (52%) não apóiam essa iniciativa, justificando que a conscientização vem através de divulgação de acontecimentos referente ao meio ambiente por informativos, mídia comunicativa, realizando pesquisas constantes para mensurar o grau de conscientização das pessoas em várias camadas sociais e, de acordo com o resultado destas pesquisas, formular estratégias de educação infanto-juvenil, educando a população adulta para uma coleta seletiva e descarte correto do resíduo gerado, por exemplo. Outras pessoas, no entanto, justificaram que o consumidor já está pagando pela mercadoria adquirida, e não iria querer pagar pela 'sacolinha'. Segundo um entrevistado "eles já estão comprando na drogaria, os clientes têm o direito da sacola plástica", mas em qual legislação está redigida este direito do consumidor? Essas palavras nos levam a refletir sobre mudanças, já que nos últimos anos aconteceram e estão acontecendo grandes mudanças no cenário do mercado farmacêutico. Todas as mudanças são no intuito de positivação, mas, como toda mudança, exige um reposicionamento do profissional para atender a nova realidade.

Justificando a imposição de uma possível taxa cobrada pelos governantes sobre a sacola plástica nas drogarias, sendo remetida está para as questões ambientais, como reflorestamento de áreas devastadas pela ação do homem, despoluição de rios e matas, observa-se uma descredibilidade governamental por parte de muitas pessoas, dizendo que está arrecadação não iria chegar ao destino final, não sendo convertido em ações concretas, mas teria subtração fraudulenta, parcial ou total para outros fins como em acontecimentos anteriores, e que

o povo brasileiro já está sobrecarregado com diversos impostos que já paga. "A impressão que nos dá que todo imposto não e sempre destinado para a sua finalidade" comenta o entrevistado.

Segundo Mussolini (2010), de fato, ninguém no mundo paga tanto imposto como o brasileiro. De cada 100 reais gastos em drogarias, em média R$ 33,90 é imposto. Ainda de acordo com o mesmo, na América Latina, Colômbia e México têm zero de carga tributária sobre os medicamentos. Na Europa, Suécia e Inglaterra também têm medicamentos isentos de impostos, pois são considerados bens essenciais. "É uma questão de consciência, não de imposição", diz o entrevistado.

Com o crescimento populacional o volume de produção de lixo também cresce, assim como a extração de matéria-prima da natureza. No caso das sacolas, parece um problema diminuto, diante dos grandes problemas ambientais, mas não é. As sacolas plásticas que trazemos para casa todos os dias, embalando produtos comprados em vários tipos de comércio, inclusive nas drogarias, formam um dramático paradoxo da vida moderna – paradoxo do desenvolvimento científico e tecnológico gerando conflitos com os quais se depara o homem pós-moderno diante dos graves problemas sanitários e ambientais de sua própria criatividade. Sacola de plástico é um material descartável que dura séculos, não faz sentido usá-las por meia hora para jogar no lixo.

Em algumas drogarias, pôde-se deparar com situações de extrema comodidade ou falta de percepção das pessoas em relação ao dano causado por elas, às sacolas de plástico, como por exemplo, parar o automóvel em frente à drogaria, comprar o produto desejado, colocar na sacolinha plásticas e levar até o automóvel. Nesta situação o sujeito poderia muito bem levar o produto até o automóvel sem a sacola plástica, pois, a função dela é proteger a mercadoria de fatores externos como a chuva, ou para facilitar a locomoção Quiçá seja questão de automação agir desta forma, devendo ser percebida e ajustada de acordo com a realidade em que vivemos.

As vantagens do plástico comum (durabilidade, resistência à umidade e aos produtos químicos) são as mesmas que lhe conferem um aspecto negativo grave: impedem sua decomposição (ZIEGLER, 2010). Sendo um material que existe há apenas um século, ainda não se determinou precisamente quanto tempo demora esse processo, mas de acordo com Fabro; Lindemann e Vieira (2007)

é superior a 100 anos. No entanto, 74.2% das pessoas entrevistadas souberam opinaram em relação ao tempo de degradação das sacolas de drogaria. Entretanto apenas 57.6% estimaram o tempo de degradação acima de 100 anos.

A Revista Meio Ambiente (2008) salienta que, em média cada brasileiro utiliza 19 kg de sacolas plásticas por ano. Este número causou espanto em muitas pessoas entrevistadas, com expressões de não acreditar em tamanho consumo, e das 43 pessoas que souberam responder o questionamento de quantas sacolas em média um brasileiro utiliza por ano, nenhuma pessoa acertou diretamente a marca de 19 kg como mostrado na Tabela 1.

TABELA 1 – Quantidade de Quilograma citado por cada participante.

Participantes (Pessoas)	Quantidade de Quilogramas (Kg)
3 pessoas	2 kg
2 pessoas	3 kg
8 pessoas	5 kg
2 pessoas	8 kg
5 pessoas	10 kg
1 pessoa	13 kg
6 pessoas	15 kg
2 pessoas	20 kg
2 pessoas	30 kg
4 pessoas	50 kg
1 pessoa	100 kg
1 pessoa	300 kg
2 pessoa	500 kg
1 pessoa	3.000 kg
1 pessoa	5.000 kg
1 pessoa	8.000 kg

Porém, duas pessoas se aproximaram palpitando em 20 Kg por ano, mas a maioria (8 pessoas), arriscaram o palpite de 5 quilogramas. Outras absurdamente falaram em 3, 5 e até 8 mil quilos de utilização de sacolas plásticas por cada brasileiro/ano.

É enorme o potencial de danos ao meio ambiente exercido pelas pessoas que jogam plásticos nas praias, ruas, matas, rios e mares. Calcula-se que cerca de 90% das sacolas plásticas acabam em lixeiras, ou como lixo. Este número pode parecer assustador, mas na verdade estes objetos ocupam apenas cerca de 0,3% do volume acumulado nas lixeiras. As 'sacolinhas' não são formas de transporte inofensivas para o ambiente por dois motivos básicos: o elevado número produzido por ano e a natureza não biodegradável do plástico com que são produzidos. Além disso, a manufatura do polietileno faz-se a partir de combustíveis fósseis e acarreta a emissão de gases poluentes, salienta Constantino (2001).

Em uma das perguntas elaboradas, a maioria, 97% acharam que o abuso de saco plástico pode acarretar em algum problema, sendo os mais citados, as enchentes por obstruírem as redes fluviais das cidades, dificultando o escoamento da água das chuvas e provocando inundações devido à dificuldade de escoamento desta água; sufocamento de animais, muito citado por aqueles entrevistados que além de trabalharem em drogarias, possuem fazendas ou sítios; e crianças que estão sujeitas a comer parte das sacolas podendo sufocar, além da poluição visual em rodovias e estradas vicinais dada a sua leveza e fácil espalhabilidade. Se não forem bem acondicionadas, tendem a voar e se espalharem pelo meio ambiente, que na China ganhou até a denominação de poluição branca, podendo ocasionar acidentes em geral e deflagrar queimadas.

40% dos entrevistados acham que a empresa em que trabalham teria alguma iniciativa de proteção ambiental própria, sem imposição de leis, diferentes das iniciativas atualmente aplicadas, como por exemplo, fazendo entregas de mercadoria domiciliar e no balcão da drogaria em saquinhos de papel denominados por "saquinhos de pipoca" ou voltando ao velho hábito de embalar a mercadoria em rolos de papel o que já é hábito por parte de algumas poucas drogarias. No entanto, alguns o consideram um ato um tanto complexo e a sua re-imposição devido à comodidade e o hábito automático já instalado nas pessoas, torna o processo complexo, sobre tudo na época em que estamos vivendo o qual "tempo é dinheiro".

Uma opção no leque de possibilidades se abre então para as sacolas biodegradáveis, no qual algumas poucas drogarias da cidade de Patos de Minas (MG) têm usado as chamadas sacolas oxi-biodegradáveis. Porém, esta alternativa não resolve todos os problemas, pois este material não é reciclado. Por causa de seu

baixo custo, o valor no mercado de reciclagem é muito baixo. Outro problema é que este material, assim como o papel, tem número de reciclagens limitado, porque ocorre redução da resistência a cada reciclagem.

A vantagem de utilizarmos o recurso renovável é a de que, além de não se esgotar, a fixação do carbono no meio ambiente acontece em menor prazo do que de um recurso considerado não-renovável, pois a sua escala de tempo de recuperação ou formação no meio ambiente é muito maior. Seja do petróleo ou de recursos renováveis, a extração da matéria-prima das sacolinhas plásticas tem impactos ambientais, desta forma a maneira mais saudável para o nosso meio ambiente, é a utilização das sacolas de pano ou de lona, citada pela grande maioria das pessoas envolvidas nesta pesquisa, como forma de abolir o uso deste mal ambiental.

No entanto, na aplicação da parte prática da pesquisa em questão, foi sancionada a Lei Municipal n° 6.296 (BRASIL, 2010), que trata da utilização obrigatória de embalagens biodegradáveis no Município de Patos de Minas (MG).

Segundo a legislação, os estabelecimentos comerciais (incluindo drogarias e farmácia), industriais e hospitalares do município são obrigados a acondicionar produtos e mercadorias em geral, em embalagens plásticas oxi-biodegradáveis (OBP´s).

A introdução da sacola oxi-biodegradável, é uma tecnologia que deixa o ciclo de vida médio de uma sacola em 18 meses. O produto adicionado à composição do plástico é capaz de quebrar suas moléculas (que são muito grandes) em partes menores facilitando a ação dos microrganismos. A degradação é química e biológica. A oxi-biodegradação de um plástico é um processo em dois estágios: o plástico é convertido pela reação com o oxigênio em fragmentos moleculares que são passíveis de serem umedecidos por água, e essas moléculas oxidadas são biodegradadas (convertidas em dióxido de carbono, água e biomassa por microorganismos) (DOTY, 2005).

No parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal (BRASIL, 2010), destaca-se como embalagem oxi-biodegradável aquela que "apresente degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e posterior capacidade de ser biodegradada por microrganismos e que os resíduos finais não sejam eco-tóxicos". A multa pelo descumprimento da lei municipal, consiste no valor de 3 mil

UFPM´S (Unidade Fiscal do Município de Patos de Minas = 1 UFPM: R$ 2,33), ou seja, R$6.990,00. Complementa dizendo ainda que, caso a empresa seja reincidente a multa será aplicada em dobro.

A lei estabelece o prazo de dois anos para a substituição total do uso das atuais embalagens pelas biodegradáveis. Não poderia vir em melhor momento, pois diante dos alarmantes problemas vistos hoje na natureza, a troca da sacola de plástico pela sacola biodegradável tornaria nossos lixões de certa forma ecológicos, menos devastador para o planeta que vivemos. A partir de 23 de Agosto de 2012 de acordo com o Caderno de Notícia (2010), "todas as empresas da cidade de Patos de Minas (MG) deverão ter adotado, definitivamente, o uso das embalagens biodegradáveis".

Mesmo diante de fatos reais mostrados pela mídia comunicativa, mais da metade dos entrevistados (67%) não perguntam no ato da venda, aos clientes se necessitam de sacola plástica para levar o produto, ou se estiverem com uma sacola já em mãos, se preferem colocar o produto adquirido na sacola que está em suas mãos. Uma simples pergunta desta natureza poderia levar o cliente a refletir sobre seus atos diante de levar mais uma sacola plástica para casa. Porém, o hábito de colocar tudo que se vende na drogaria em sacolas plásticas é automático, mais cômodo, prático e rápido, além de os clientes fazerem propaganda da drogaria nas ruas da cidade com as sacolas logomarcadas, enfatizadas e muitas vezes incentivadas para colocar na sacola da drogaria por alguns empresários do setor, veiculando sem 'custo' aparentemente a propaganda do estabelecimento para a sociedade. Felizmente, várias pessoas compreendem o prejuízo causado pelas sacolas e não preferem utilizá-las.

Observando o Gráfico 6, pode-se obter uma dado interessante. Das pessoas entrevistadas nas drogarias na região central da cidade, 67% responderam que perguntam ao cliente se ele precisa da sacola plástica para colocar o produto adquirido, no entanto, nos bairros da cidade, esta mesma pergunta nos mostra uma porcentagem inversa, em que 69% dos entrevistados já colocam na sacola plástica o produto que o cliente irá levar, sem questionarem com ele se precisa de outra "sacolinha".

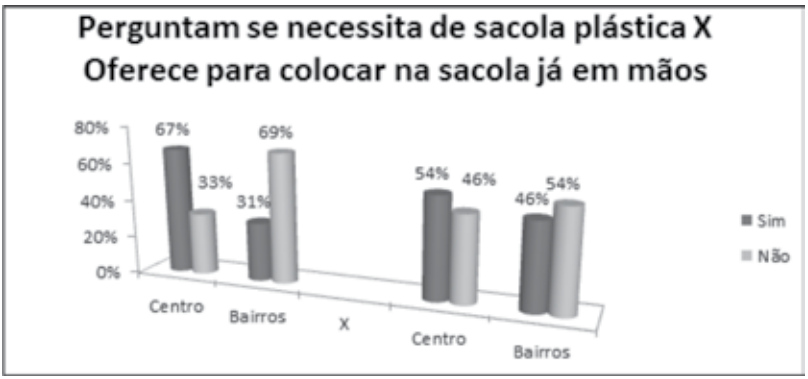


Gráfico 6 – Percentual de entrevistados que perguntam no ato da venda se os clientes necessitam de sacola plástica versus os que oferecem para colocar em alguma sacola já em mãos.

E quando o cliente compra algo na drogaria e já carrega consigo uma sacola de outro estabelecimento, 54% dos entrevistados nas drogarias de bairros, já colocam os produtos vendidos em outra sacola independente se o cliente possui uma sacola que possa colocá-los , justificando este ato devido ao receio de oferecer para colocar na sacola em mãos. Contudo, na região central é o contrário; 54% das pessoas entrevistadas disseram oferecer para colocar na sacola que já está carregando, seja pensando em diminuir custo e economia para a drogaria, qualidade do atendimento ou pensando na preservação do meio ambiente.

A verdade é que não fazemos a lição de casa, pois recusamos muitas vezes as sacolas que nos são ofertadas pensando no meio ambiente, mas descartamos nosso lixo doméstico em sacolas de plástico para posterior recolhimento. Aqui nos cabe perguntar: onde colocaremos nos lixos gerados diariamente em nossas residências?

Considerações Finais

O ato de comprar envolve responsabilidades variadas que esbarram na saúde financeira de cada um de nós e também no bem estar do planeta. É sabido que o consumismo exacerbado gera uma série de problemas para nossa sociedade, que vão deste o excesso de lixo produzido à exploração exagerada

dos recursos naturais. Quanto mais compramos, mais alimentamos este ciclo de problemas para o meio ambiente, ainda sem soluções definitivas. Portanto ser um consumidor consciente significa entender o impacto que seus hábitos de consumo produzem na natureza.

A saída ainda é desenvolver a consciência individual do não desperdício, o uso racional das sacolas e a educação ambiental no sentido de dispor corretamente esse material, depois de seu último uso.

Uma parcela da população ainda desconhece os graves problemas ambientais gerados pela sacola plástica. Contudo, as empresas ainda estão em uma situação confortável. Sem uma intervenção estatal direta proibindo e/ou taxando o uso das sacolas plásticas, é difícil acreditar que o cenário de consumo das sacolinhas no mundo irá mudar a curto prazo. Além disso, seria necessário a implantação de medidas educacionais e culturais visando a conscientização em longo prazo.

Referências

BRASIL. **Lei Municipal** nº 6296, de 15 de setembro de 2010. Obriga os comerciantes da cidade de Patos de Minas a substituírem as sacolinhas de plásticos por embalagens biodegradáveis. Diário Legislativo da Câmara Municipal de Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais, setembro 2010.

BRASIL. **Saco é um Saco:** dicas para o consumo consciente de sacolas plásticas. Brasília, DF, 2009. p. 8.

CADERNO DE NOTÍCIA. **Uso de sacolas de plástico é proibido em Patos de Minas.** Patos de Minas, 15 set. 2010. Disponível em: <http://www.triangulomineiro.com /noticia/htm>. Acesso em: 21 nov. 2010.

CAVALCANTI, P.; CHAGAS, C. **História da embalagem no Brasil.** São Paulo: Grifos Projetos Históricos e Editoriais, 2006.

CONSTANTINO, C. E. **Delitos ecológicos:** a lei ambiental comentada artigo por artigo. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

DOTY, L. F. **Uma Breve Visão Geral sobre Plásticos Biodegradáveis.** Tradução de Michael Jack Ktisti. Canada: Edmonton, 2005.

FABRO, A. T.; LINDEMANN, C.; VIEIRA, S. C. Utilização de sacolas plásticas em supermercados. **Revista Ciências do Ambiente** [on line]. Campinas, v.3, n.1, fev. 2007.

FARIA, Bruno Santana de. **Utilização de materiais reciclados na fabricação de dormentes ferroviários.** 2006. 19 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Seção de Engenharia de Fortificação e Construção, Instituto Militar de Engenharia do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDES, Alexander Parkes. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/ biografias/AlexxPar.htm>. Acesso em: 7 set. 2007.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Lixo:** Limpeza Pública Urbana. Ed.1. Del Rey. Belo Horizonte, 2001.

FREITAS, Henrique. **Revista de Administração.** São Paulo, v. 35, nº 3, p. 105-112. jul/set. 2000.

IPT - **Instituto de Pesquisas Tecnológicas.** Disponível em: <http//www.ipt.br/atividades/inovação/exemplos/plastico/definicao/.htm> Acesso em: 17 jul. 2010.

MUSSOLINI, Nelson. Impostos - Carga Pesada. **Revista ABCFarma.** p.66, set. 2010.

NICHOLSON, Ophelia. **Meio Ambiente:** a farra dos sacos plásticos. São Paulo, 2008.

REVISTA MEIO AMBIENTE. São Paulo: ed. 5, fev. 2008.

RODRIGUES, Ana; BRITO, Jacquiline. **Análise do custo x benefício da substituição das sacolas plásticas descartáveis, por sacolas plásticas biodegradáveis, nos âmbitos, ambiental, social e econômico.** Teresina, 2008.

SILVA, Luiz Hildebrando Pereira. **Ciências Biológicas e Biotecnologia:** realidades e virtudes. São Paulo, v.14, n.3, 2000.

TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente:** a farra dos sacos plásticos. São Paulo, 2001.

TRIGUEIRO, André. Mundo Sustentável. **Jornal Bem Estar**, São Paulo, 22 abr. 2007.

VALLE, Joe. **Sacolas Plásticas:** por que reduzir?. São Paulo, 17 maio 2010.

ZIEGLER, Maria Fernanda. Por que a sacola de plástico é prejudicial ao meio ambiente?. **Revista Lixo e Reciclagem. São Paulo, jul. 2010.**

Avaliação da dor em recém-nascidos prematuros com distúrbios respiratórios submetidos à manobras modernas e manobras clássicas de fisioterapia respiratória

Carla Cristina de Andrade[1] , Marcelo Henrique de Oliveira Ferreira[2], Samira Jaciara Moura[3], Maria Chiara Gomes Benfica[4]

RESUMO: Este estudo teve como objetivo avaliar a presença de dor durante a fisioterapia respiratória, em recém-nascidos pré-termo submetidos à fisioterapia respiratória. Trata-se de um estudo transversal e prospectivo realizado entre junho de 2009 e novembro de 2009, sendo incluídos trinta prematuros (15 de cada sexo) com idade gestacional < 37 semanas e peso de nascimento < 1700 g, submetidos à fisioterapia respiratória. Os recém-nascidos receberam os procedimentos de fisioterapia respiratória conforme suas necessidades e rotina do serviço. Para a avaliação da dor foi utilizada a Escala de Dor para Recém-Nascidos = Sistema de Codificação da Atividade Facial – *Neonatal Facial Coding System* (NFCS) antes e após os procedimentos de fisioterapia respiratória por um observador cego para o procedimento realizado, considerando-se a presença de dor se escore >3 para a escala. Os pacientes foram separados de acordo com o sexo e receberam tapotagem, vibrocompressão torácica manual, ELPr (expiração lenta e prolongada) e por fim AFE (aceleração do fluxo expiratório). Comparados aos escores pré e pós-procedimento, os escores de dor avaliados pela NFCS foram superiores durante a realização dos procedimentos de fisioterapia. O número de pacientes com pontuação >3 avaliado pela escala NFCS foi maior durante a vibrocompressão torácica manual, seguida pela AFE, tapotagem e ELPr sucessivamente e consecutivamente. Todos os recém-nascidos receberam as manobras clássicas e modernas de fisioterapia sessões de fisioterapia. Verificou-se não haver diferença estatisticamente significante entre a aplicação de técnicas moder-

[1] Fisioterapeuta Hospital Vera Cruz Patos de Minas, especialista em ventilação mecânica, professora de fisioterapia pneumofuncional e UTI da Faculdade Patos de Minas (FPM). Contato:ccandrade@terra.com.br, 34-3818-1100

[2] Fisioterapeuta Santa Casa de Misericórdia de Barbacena (MG), mestre em fisioterapia, professor da UNIPAC Barbacena (MG).

[3] Fisioterapeuta da Santa Casa de Misericórdia de Barbacena (MG)

[4] Fisioterapeuta especialista em fisioterapia hospitalar

nas e clássicas no que tange a presença de dor durante a fisioterapia, (p=0,00); entretanto, houve diferença estatisticamente significante entre a presença de dor durante AFE e ELPr nos indivíduos do sexo feminino (p<0,005).

Palavras-chave: Dor. Modalidades de fisioterapia. Recém-nascido prematuro.

Introdução

O desconforto de um tratamento muitas vezes não pode ser evitado no recém-nascido [1; 2]. Vários pesquisadores constataram que procedimentos de rotina, como a aspiração de vias aéreas superiores, a punção venosa e do calcanhar, bem como as manobras fisioterapêuticas podem resultar em mudanças comportamentais, hipoxemia e desconforto, piorando as condições ventilatórias do recém-nascido. Por isso, o conhecimento da existência da dor e das formas de avaliá-la no recém-nascido, pelo profissional de saúde que o assiste na unidade neonatal, tem implicações clínicas importantes [3; 4; 5].

A dor neonatal merece atenção diferenciada, pois estes pacientes não a expressam verbalmente e suas manifestações são distintas das outras faixas etárias.

Estudos mostraram que procedimentos na pele fetal produziram aumento de hormônios do estresse (cortisol, endorfina, adrenalina, etc) [6].

O recém-nascido tem os componentes anatômicos e fisiológicos, requeridos para a percepção dos estímulos dolorosos na forma completa, a partir da 30ª semana de gestação. Os nociceptores polimodais e os mecanorreceptores estão presentes na 7ª semana de gestação na região peribucal do feto, estendendo-se para o resto da face, palmas das mãos e plantas dos pés na 11ª semana de gestação, ombros e quadris na 15ª semana de gestação, alcançando a totalidade da superfície corporal na 20ª semana [7].

Sabe-se que, inclusive nos prematuros, encontram-se desenvolvidas as vias neurofisiológicas para a nocicepção, desde os receptores periféricos até o córtex cerebral. Por isso a imaturidade neurológica não torna o recém-nascido incapaz de sensibilidade e memórias álgicas [8].

Objetivo

Avaliar a dor de recém-nascidos prematuros internados em unidade de terapia intensiva neonatal submetidos a manobras clássicas e manobras de fluxo de fisioterapia respiratória, por meio da escala comportamental de dor NFCS.

Descrição

I Avaliação da dor no recém-nascido

A dificuldade de avaliação e mensuração da dor no lactente pré-verbal constitui-se no maior obstáculo ao tratamento adequado da dor nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatais [3].

As vias neurossensitivas essenciais à transmissão nociceptiva estão anatômica e funcionalmente intactas no neonato, por isso a imaturidade neurológica não torna o RNPT e a termo incapaz da sensibilidade e memórias álgicas [9].

Desde o período perinatal registros obtidos em diferentes tipos de estudos mostram que os bebês são capazes de produzir quase todas as expressões faciais de emoção características do adulto, e esses movimentos são automaticamente percebidos como emocionais pelo ambiente social [10].

É possível demonstrar que o recém-nascido (RN), inclusive o prematuro, não só é capaz de perceber a dor, mas também, como produto de sua imaturidade, pode perceber esta dor de maneira mais intensa e difusa [11]. Experiências dolorosas neste período determinam a arquitetura final do sistema da dor do adulto e possivelmente a variabilidade individual da resposta à dor e a frequência dessas experiências não tratadas pode levar a alteração na maturação desse sistema.

Com base em alterações comportamentais existem hoje várias escalas de avaliação da dor, tendo como vantagem a ausência de sofrimento durante a observação e praticidade de aplicação.

Diversas escalas de avaliação do estímulo doloroso no recém-nascido estão atualmente disponíveis, destacando-se a *Neonatal Facial Coding System* (NFCS) [3; 12].

A escala NFCS avalia oito parâmetros comportamentais da mímica facial (fronte saliente; olhos espremidos; sulco nasolabial aprofundado; lábios entre-

abertos; boca esticada; lábios franzidos; língua tensa; tremor de queixo). Para cada movimento facial presente, atribui-se um ponto. Em ambas, pontuações superiores a três indicam a presença de dor [13]. Além disso, o emprego de tais escalas se deve à sua larga utilização em pesquisas científicas e à sua especificidade, conseguindo-se extrair o máximo de informações a respeito das respostas individuais à dor no neonato [14].

II Manobras terapêuticas realizadas no recém-nascido prematuro nas UTIs Neonatais

O desenvolvimento das Unidades de Terapia Intensiva Neonatais tem proporcionado uma diminuição acentuada na mortalidade de recém-nascidos pré-termo.

Paralelamente à sofisticação dos recursos terapêuticos, um maior número de procedimentos invasivos se faz necessário para garantir a sobrevida dessas crianças. Essa sobrevivência tem um custo para o paciente, incluindo uma maior exposição a fenômenos dolorosos [15].

Durante os primeiros dias, ou seja, na fase de maior instabilidade, os recém-nascidos de risco estão sujeitos a uma série de procedimentos dolorosos tais como: intubação, acesso venoso, coleta de exames por punção arterial, punção lombar, aspiração de cânula endotraqueal, *prong* nasal, ventilação mecânica, drenagem de tórax, punção de calcanhar, etc.

A prática fisioterapêutica é parte da assistência multidisciplinar aos recém-nascidos pré-termo (RNPT) sob cuidados intensivos e tem como objetivo prevenir e minimizar as complicações respiratórias decorrentes da própria prematuridade e da ventilação pulmonar mecânica, otimizar a função pulmonar de modo a facilitar as trocas gasosas, e assim, promover uma evolução clínica favorável.

Para tanto, são utilizados procedimentos fisioterapêuticos específicos como as posturas de drenagem, a vibração torácica e os exercícios respiratórios passivos.

Na remoção da secreção é realizada a aspiração endotraqueal e de vias aéreas superiores; tal procedimento não é considerado conduta específica e exclusiva do fisioterapeuta, sendo rotineiramente realizado pelos demais profissionais da equipe multidisciplinar [16].

O questionamento de que a fisioterapia respiratória causa dor no recém-nascido pré-termo é de grande relevância, uma vez que a dor tem influência direta na estabilidade e evolução clínica, influenciando assim, a morbidade neonatal [17].

Sabe-se que o tratamento adequado da dor neonatal está associado a menores complicações e redução da mortalidade [18]. Nesse contexto, é importante conhecer procedimentos geradores de dor, para que sejam realizados somente na vigência de sua real necessidade e acompanhados de métodos analgésicos apropriados.

III Métodos

Trata-se de estudo transversal prospectivo aprovado pelo comitê de ética da Santa Casa de Misecórdia de Barbacena de uma série de casos, realizado entre junho a setembro de 2009, na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal do Hospital Vera Cruz de Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil, sendo solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos pais e/ou responsáveis pelos recém-nascidos incluídos neste estudo.

A pesquisa foi desenvolvida após análise e aprovação da Diretoria Clínica da Instituição. Foram incluídos recém-nascidos pré-termo com idade gestacional abaixo de 37 semanas e peso de nascimento menor que 1700 gramas, presença de distúrbios respiratórios diagnosticados por meio de exame clínico e radiografia de tórax; pacientes em oxigenoterapia inalatória ou respirando em ar ambiente e necessidade de procedimento fisioterapêutico que não estivessem sob analgesia e/ou sedação e que não apresentassem situações clínicas contra-indicadas na fisioterapia respiratória, a saber: hemorragias intracranianas, pneumotórax, hipertensão pulmonar persistente, instabilidade cárdio-circulatória e discrasias sangüíneas. Além disso, excluíram-se também os recém-nascidos portadores de malformações congênitas e síndromes genéticas ou por recusa dos pais ou responsáveis para participação no estudo.

Para o cálculo da idade gestacional foram utilizados, por ordem de prioridade, conforme norma do Serviço: idade gestacional ultrassonografica.

Os dados foram coletados entre o primeiro e o sétimo dias de vida de cada neonato. Os recém-nascidos incluídos neste estudo foram separados de acordo

com o sexo. Após a estabilidade clínica, os recém-nascidos pré-termo receberam as manobras de tapotagem, vibrocompressão, ELPr e AFE consecutivamente, aguardando um intervalo de repouso entre elas de dois minutos.

Os pacientes eram observados por um mesmo avaliador cego e tampado com artefatos para que não se evidenciasse a técnica aplicada. Tais procedimentos compreendem a associação de: a) técnica de tapotagem: constitui uma força na parede torácica que é transmitida para as vias aéreas e desprende o muco que aí se acumulou; b) técnicas de vibrocompressão manual torácica: um rápido alongamento do tórax ao final da expiração, após vibração ou tremor, pode facilitar uma contração mais forte dos músculos intercostais e o relaxamento de seus antagonistas; c) ELPr: expiração lenta e prolongada é realizada com uma pressão torácica e uma pressão abdominal esvaziando totalmente o pulmão e permitindo que a criança realize algumas incursões respiratórias próximas ao volume de reserva expiratório, fazendo com que as secreções se mobilizem das vias aéreas mais distais para as proximais; d) AFE: aceleração do fluxo expiratório uma pressão tóraco-abdominal simultânea utilizando-se uma mão torácica colocada entre a fúrcula esternal e a linha intermamária e uma mão abdominal colocada sobre a cicatriz umbilical e as últimas costelas com o objetivo de desobstruir as vias aéreas.

Antes, durante e dois minutos após a execução das manobras de fisioterapia, foi aplicada a escala validada de avaliação de Dor para Recém-Nascidos = Sistema de Codificação da Atividade Facial – Neonatal Facial Coding System (NFCS) descrita por Grunau e Craig [19] e validada por Pereira [20] conforme mostra o Quadro 1.

Movimento Facial	0 Ponto	1 Ponto
Fronte saliente	0 Ponto	1 Ponto
Fenda palpebral estreitada	0 Ponto	1 Ponto
Sulco naso-labial aprofundado	0 Ponto	1 Ponto
Boca aberta	0 Ponto	1 Ponto
Boca estirada (horizontal ou vertical)	0 Ponto	1 Ponto
Língua tensa	0 Ponto	1 Ponto
Protusão da língua	0 Ponto	1 Ponto
Tremor de queixo	0 Ponto	1 Ponto

QUADRO 1: Sistema de Codificação da Atividade Facial – *Neonatal Facial Coding System* (NFCS)

O escore máximo é de oito pontos e a presença de dor é considerada quando três ou mais movimentos faciais aparecem de maneira consistente.

Três pesquisadores estavam envolvidos no estudo, enquanto um realizava o procedimento de fisioterapia sorteado, o outro aplicava as escalas de dor e o terceiro registrava por meio fotográfico a expressão facial do recém nascido. Durante tal procedimento, posicionava-se um anteparo entre o tórax do neonato e o restante do corpo, de maneira que o pesquisador que observava os parâmetros de dor permanecesse cego para o tipo de procedimento realizado naquele paciente. O tempo máximo de cada manobra foi de quinze segundos, efetuando-se as quatro manobras, intervalando dois minutos entre elas e aplicando a manobra seqüencial e aplicando respectivamente a escala de acordo com citado posteriormente.

A oferta da alimentação e a realização de qualquer outro tipo de procedimento necessário para o cuidado do neonato foram efetuadas 30 a 60 minutos antes do início do estudo, a fim de que, durante a realização das manobras, o paciente estivesse reativo e não apresentasse desconforto devido à fome.

A análise estatística foi realizada e para verificar se existiu associação entre as variáveis categóricas foi utilizado o teste Qui-quadrado. Quando os valores esperados foram menores que 5, utilizou-se o teste exato de Fischer. O teste t de Student foi utilizado para a comparação de médias e, nos casos em que a suposição de normalidade dos dados não foi satisfeita, foi utilizado o Teste não-paramétrico de Mann-Whitney. Na análise das variâncias pareadas nas diversas etapas de estudo empregou-se o teste de Friedman. Quando houve diferença significativa com o teste de Friedman, realizou-se teste de comparações múltiplas (Teste de Dunn) para avaliar onde ocorreu essa diferença.

Adotou-se nível de significância de 5%, ou seja, foram considerados significantes os resultados que apresentaram p-valor inferior a 5% ($p<0,05$).

Resultados

Foram estudados 30 recém nascidos pré termo, sendo 15 (50%) do sexo feminino e 15 (50%) masculino, com idade gestacional média de 32,71±1,69 semanas e o peso de nascimento médio de 1445,4 ± 195,30 gramas.Todos os neonatos receberam a tapotagem, vibrocompressão torácica manual, ELPr e

AFE. Os escores de dor avaliados pela escala NFCS foram superiores aos valores observados antes de qualquer manipulação.

Após a realização das manobras observou que não houve significância estatística entre as manobras modernas e as manobras clássicas de fisioterapia respiratória com relação a dor e que as técnicas de vibrocompressão (56,7%) e AFE (46,7%) forma as que mais apresentaram incidência de dor (TABELA 1).

TABELA 1 - Presença de dor em diferentes manobras

Característica	Freqüência (n=30)	
	N	%
Tapotagem		
Sim	12	40,0
Não	18	60,0
Vibrocompressão		
Sim	17	56,7
Não	13	43,3
ELPr		
Sim	05	16,7
Não	25	83,3
AFE		
Sim	14	46,7
Não	16	53,3

Fonte: dados originais conforme pesquisa de campo

TABELA 2 - Comparação dos resultados obtidos com a aplicação da escala NFCS, nas manobras aplicadas, expressos em mediana (p25-75), em três momentos

Procedimento	**N**	**Momento**			**p***
		Antes	**Durante**	**Depois**	
Tapotagem	30	0_a (0-0)	$2,5_b$ (0-4)	0_a (0-1,5)	0,000
Vibrocompressão	30	0_a (0-0)	$4,5_b$ (2-6)	0_a (0-2)	0,000
ELPr	30	0_a (0-0)	$1,5_b$ (0-3)	0_a (0-0)	0,000
AFE	30	0_a (0-0)	3_b (1-6)	0_a (0-0)	0,000

Fonte: dados originais conforme pesquisa de campo

* Teste de Friedman;

Medianas seguidas pela mesma letra não diferem entre si pelo teste de Dunn (comparações múltiplas; p>0,05).

A análise da pontuação das escalas de dor mostrou que neonatos do sexo masculino (TABELA 3) apresentaram aumento significante no escore durante a aplicação das técnicas de ELPr e AFE enquanto que as neonatos do sexo feminino não apresentam dor durante as técnicas de fluxo quando avaliados pela escala NFCS com significância estatística (TABELA 2).

Todavia os neonatos apresentaram dor durante a fisioterapia respiratória não havendo diferença significante entre as técnicas modernas e técnicas modernas. Observou-se que a vibrocompressão, AFE, tapotagem e ELPr causaram dor sucessivamente. Com a aplicação da escala NFCS para a avaliação da dor pré,intervalo de dois minutos e depois do atendimento fisioterapêutico, verificou-se que nenhum RN apresentou escore indicativo de dor.

TABELA 3 - Comparação dos resultados obtidos com a aplicação da escala NFCS, expressos em mediana, percentis 25-75, nas manobras aplicadas

Momento	N	Procedimento				p*
		Tapotagem	Vibrocompressão	ELPr	AFE	
Antes	30	0 (0-0)	0 (0-0)	0 (0-0)	0 (0-0)	0,83
Durante	30	2,5[a] (0-4)	4,5[a, b] (2-6)	1,5[b,c] (0-3)	3,0[c] (1-6)	0.000
Depois	30	0 (0-1,5)	0 (0-2,0)	0 (0-0)	0 (0-0)	0,18

Fonte: dados originais conforme pesquisa de campo

* Teste de Friedman;

[a] Tapotagem vs. Vibrocompressão; [b] Vibrocompressão vs. ELPr; [c] ELPr vs. AFE. As medianas destas manobras diferem entre si pelo teste de Dunn (comparações múltiplas; $p<0,05$).

TABELA 4 - Comparação dos resultados obtidos com a aplicação da escala NFCS, nas manobras aplicadas, em relação ao sexo.

Tipos manobras		Masculino		Feminino		Valor p
		Dor		Dor		
		Sim	Não	Sim	Não	
Tapotagem	30	8	7	4	11	0,13[A]
Vibrocompressão	30	8	7	9	6	1,0[B]
ELPr	30	5	10	0	15	0,02[A]
AFE	30	10	5	4	11	0,03[A]

Fonte: dados originais conforme pesquisa de campo

[A]Teste exato de Fisher; [B]Teste Qui-quadrado

Discussão

Estudos que avaliam a dor em neonatos provocada por procedimentos de fisioterapia respiratória não têm sido publicados. No sentido de contribuir para ampliar o conhecimento sobre os benefícios e os efeitos adversos da fisioterapia em recém-nascidos, a presente pesquisa avaliou dois tipos de procedimentos fisioterapêuticos adotados de rotina na unidade neonatal estudada: as técnicas clássicas e as técnicas modernas de fisioterapia respiratória, sob a ótica da dor sentida por recém-nascidos.

As reações dos recém-nascidos em resposta ao estímulo das manobras fisioterapêuticas utilizadas foram bem caracterizadas durante a aplicação da escala NFCS. Dentre as diversas escalas empregadas para avaliar a dor do recém-nascido, optou-se por incluir a acima mencionadas uma vez que se tem atribuído importância crescente a variáveis comportamentais como apropriadas para avaliar a dor em lactentes pré-verbais [3].

Mesmo apresentando poucos dias de vida, os recém-nascidos pesquisados apresentavam doenças, como a síndrome do pulmão úmido e a síndrome de aspiração de mecônio. Tal fato pode ter contribuído para aumentar a dificuldade destes neonatos em modular a resposta à dor, o que pode ter refletido no aumento do choro e de outras alterações comportamentais [21].

Outro fator a ser considerado é o ambiente. Os recém-nascidos estudados eram de diferentes setores da unidade neonatal, os quais apresentavam temperaturas, ruídos e número de manipulações diferentes, não devendo ser descartada a possibilidade de que tais peculiaridades ambientais pudessem interferir de maneira singular na resposta à dor do recém-nascido, pois muitos elementos do ambiente neonatal e os cuidados ali prestados poderiam causar dor ou desconforto ao bebê [13].

A mediana dos escores da escala NFCS durante as técnicas demonstrou a presença de uma resposta dolorosa a esses procedimentos. Os recém-nascidos do estudo não apresentaram resultados compatíveis com dor nos momentos anteriores e posteriores à execução das duas manobras fisioterapêuticas, o que aproxima os resultados do presente estudo aos registrados na literatura durante outros procedimentos, como a punção do calcanhar, a sondagem gástrica e a aspiração traqueal.

Quanto à presença de dor, definida pela escala NFCS superior a três pontos, observou-se não haver diferença entre os procedimentos. Os resultados encontrados podem ser atribuídos às características próprias da manobra de vibrocompressão torácica manual, uma vez que geram maior quantidade de energia (pressão) sobre o tórax do neonato e envolve contrações isométricas dos músculos do antebraço do pesquisador, o que transmite maior estímulo para o neonato e pode justificar a maior dor sentida pelos bebês do estudo durante a sua realização. Já a manobra de AFE, por não gerar energia vibratória, parece ser menos agressiva ao neonato; porém acelera-se o ritmo respiratório de forma intensa o que pode gerar certo desconforto.

Além disso, o emprego de tais escalas se deveu à sua larga utilização em pesquisas científicas e à sua especificidade, conseguindo-se extrair o máximo de informações a respeito das respostas individuais à dor no neonato [13; 3; 22].

É possível afirmar que as manobras de fisioterapia em recém-nascidos pré-termo podem gerar dor e, portanto, requerem métodos analgésicos não farmacológicos precedendo o atendimento. tais medidas podem ser aplicadas pelos próprios profissionais que realizam o procedimento.

Nesta amostra de recém nascidos pré-termo conclui-se que os procedimentos de fisioterapia respiratória foram desencadeantes de estímulos dolorosos, porém a manobra de ELPR foi a que causou menor dor em RNPT, sendo necessário a aplicação e o conhecimento das escalas de dor existentes para se aplicar na UTIN a fim de controlar e minimizar os efeitos da dor.

Conclusão

Não houve diferença significante entre as técnicas de fluxo e as técnicas clássicas de fisioterapia respiratória. Porém as técnicas modernas causaram menos dor nos recém nascidos do sexo feminino. A técnica de fluxo ELPr foi o procedimento que causou menos dor nos recém nascidos pré termo, sendo assim esse recurso fisioterapêutico é o de escolha para RNPT.

Referências

1. CHERMONT, Aurimery G. et al. O que os pediatras conhecem sobre avaliação e tratamento da dor no recém-nascido? **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 79, n. 3, p. 265-272, 2003.

2. SOBRINHO, Grazielle Maria; KREULICH, Lislei Santana; HABIB, Ana Lúcia Machado. O efeito do toque na dor do bebê. **FisioBrasil**. Vitória, n. 65, ano 0, p. 26-35, maio/jun. 2004.

3. GUINSBURG Ruth. Avaliação e tratamento da dor no recém-nascido. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 75, p. 149-160, maio 1999.

4. MACCARI, Graziela Maria; ABREU, C. F.; MIYOSHI, M. H. Fisioterapia respiratória nas doenças respiratórias neonatais. In: KOPELMAN, Benjamin Israel et al. **Diagnóstico e tratamento em neonatologia**. São Paulo: Atheneu, 2004, p. 213-226.

5. BALDA, Rita de Cássia Xavier et al. The recognition of facial expression of pain in full-term newborns by parents and health professionals. **Arch Pediatr Adolesc Med**, n. 154, p. 1009-1016, 2000.

6. GIANNAKOULOPOULOS Xenophon et al. **Fetal plasma cortisol and beta-endorphin response to intrauterine needling.** Lancet, n. 9, p. 77-81, 1994

7. HEPPER Peter Q. Fetal memory: does it exist? What does it do? **Acta Paediatr. suppl**., 416, p, 16-20, 1996

8. ALS Heidelise et al. Early experience alters brain function and structure. **Pediatrics**. v. 113, n. 4, p. 846-857, 2004.

9. BEHRMAN, Richard E.; KLIEGMAN Robert; JENSON, Hal B. **Tratado de Pediatria.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997, v. 1.

10. BERGAMASCO Niélsy Helena Puglia. Expressão facial como acesso à consciência do recém-nascido. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 275-286, 1997.

11. DIMERSTEIN, Alejandro; BRUNDI, Mónica. El dolor en el recién nascido prematuro. **Rev. Hosp. Mat. Inf. Ramón Sarda**, Argentina, v. 17, n. 3, p. 97-192, 1998.

12. BALDA Rita de Cássia Xavier, GUINSBURG Ruth. Avaliação da dor no período neonatal. In: KOPELMAN, Benjamin Israel et al. **Diagnóstico e tratamento em neonatologia.** São Paulo: Atheneu. 2004, p. 577-585.

13. GAÍVA, Maria Aparecida Munhoz. Dor no recém-nascido: práticas e conhecimentos atuais. **Revista Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 37. p. 155-165, maio 2001.

14. MITCHELL, Anita; BROOKS, Sally; ROANE, David. The premature infant end painful prodedures. **Pain Management Nursing**, Orlando, v. 1, n. 2, p. 58-65, jun. 2000.

15. GRUNAU, Ruth Eckstein et al. Bedside application of the neonatal facial coding system in pain assessment of premature neonate. **Pain**, n. 76, v. 3, p. 277-286, 1998.

16. GARCIA Juliana Maia; NICOLAU, Carla Marques. Assistência fisioterápica aos recém-nascidos do berçário anexo à Maternidade do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. **Rev. fisioter.** Univ. São Paulo, v. 3, p. 38-46, jan./dez./1996.

17. ARANDA, Jacob V. et al. Analgesia and sedation during mechanical ventilation in neonates. **Clinical therapeutics**, n. 27, p. 877-899, 2005.

18. ANAND, Kanwaliceet J, International Evidence-Based Group for Neonatal Pain. Consensus statement for the prevention and management of pain in the newborn. **Arch Pediatr Adolesc Med**, n. 155, p. 173-180, 2001.

19. GRUNAU, Ruth Eckstein; CRAIG K. D. Pain expression in neonates. **Pain**, n. 28, p. 395-410, 1987.

20. PEREIRA, Andrea Lübe de S. Thiago et al. Validade dos parâmetros comportamentais e fisiológicos para a avaliação da dor de recém-nascidos a termo. **São Paulo Med. J**, v. 117, n. 2, p. 72-80, 1999.

21. GRUNAU Ruth, Eckstein et al. Demographic and therapeutic determinants of pain reactivity in very low birth weight neonates at 32 week's postconceptional age. **Pediatrics**, n. 107, p. 105-112, 2001.

22. BOZZETTE Maryann. Observation of pain behavior in the NICU: an exploratory study. **J Perinat Neonatal Nurs**, n. 7, v. 1, p. 76-87 jun. 1993.

Auto – Exame das Mamas:
uma auditoria de enfermagem

Cristiana da Costa Luciano[1]

Resumo: *O câncer de mama tem aumentado de maneira considerável em todo o mundo, principalmente a partir do século passado, configurando-se na atualidade, como um dos mais importantes problemas de saúde pública mundial. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica nacional, que objetivou refletir sobre a necessidade de um profissional auditor para verificar a orientação, educação e execução do auto-exame das mamas pela população feminina, ressaltando a real necessidade de ampliar o conhecimento acerca da problemática, bem como a superação do negligenciamento na prevenção do câncer de mama. Desta forma, com este estudo espera-se que esta reflexão possa subsidiar melhorias na assistência, favorecer a inclusão desta temática no ensino e estimular a população feminina na execução do AEM.*

Palavras-chave: Auditoria. Ações educativa. Auto-exame das mamas.

1 Introdução

Segundo Muller et al. (2005) o câncer de mama é uma doença que vem se tornando cada vez mais freqüente entre mulheres. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), esse tipo de câncer é o mais comum entre mulheres no contexto mundial.

O câncer de mama no Brasil vem aumentando cada vez mais devido, entre outros fatores, à falta de informações da população sobre a prevenção. Os grupos populacionais necessitam de conscientização e ações de educação em saúde relacionadas ao auto-exame das mamas. Diante dessa problemática a melhor maneira de intervir ou prevenir o câncer de mama é por meio do auto-exame das mamas, que é uma prática fácil de ser realizada e de baixo custo.

---

[1] Especialista em Auditoria e Administração de Serviços de Saúde pela ASSEVIM/Instituto Passo 1. Patos de Minas, Minas Gerais. Mestranda em Genética pela PUC-Góias. Docente da Faculdade Patos de Minas FPM. crisluciano@bol.com.br.

A população feminina não possui o hábito de realizar o auto-exame das mamas e isso se justifica devido à correria do dia-a-dia e a falta de tempo. A relevância da escolaridade da mulher é um ponto importante para o conhecimento e para a prática do auto-exame das mamas.

Segundo Junior et al. (2006) as mulheres que estudam por mais de cinco anos praticam o auto-exame das mamas relativamente 60% a mais do que as que estudam por menos de cinco anos ao longo da vida.

Habitualmente a população feminina mais instruída de conhecimentos a cerca da promoção de saúde pratica com maior freqüência ações educativas voltadas para sua própria saúde, assim como, a execução do auto-exame das mamas.

2 Metodologia

O presente estudo se trata de uma revisão bibliográfica de artigos, nos quais definimos as amostras obedecendo aos seguintes critérios de seleção: artigos nacionais e publicações em português que tragam em seu conteúdo ações educativas quanto ao AEM.

A amostra foi constituída por artigos, encontrados na base de dados BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), indexados no LILACS (Literatura latino-americana e do Caribe em ciências da saúde), e que preenchiam os critérios acima estabelecidos.

Em seguida os artigos foram lidos e analisados. Os principais tópicos foram selecionados e concatenados de forma a produzir uma seqüência lógica de idéias, permeados por inserções próprias dos autores, todas baseadas nas pesquisas de autores renomados e esclarecidos sobre a temática.

Para este estudo, aceitei o desafio de aprofundar a discussão atual a realização do auto-exame das mamas pela população feminina. Assim, espero contribuir para os estudos atuais e para uma melhor compreensão deste tema de grande importância para os profissionais da área da saúde.

3 O Câncer: estatística e prevenção

Conforme Guerra et al. (2005) o câncer é um problema de saúde pública em países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo responsável por mais de seis milhões de óbitos a cada ano, representando cerca de 12% de todas as causas de morte no mundo.

Por isso é essencial que os profissionais da área da saúde desenvolvam ações educativas voltadas para promoção de saúde com o objetivo de minimizar doenças de saúde pública como o câncer, podendo estimular a população a hábitos saudáveis e prolongar expectativas de vida.

Segundo Gonçalves et al. (2009) a neoplasia da mama é o segundo tipo de câncer mais freqüente no mundo e o mais comum entre as mulheres. A cada ano, cerca de 22% dos casos novos de câncer no sexo feminino são de mama.

As neoplasias mamárias estão aumentando frequentemente devido a falta de prevenção, como a realização do auto-exame das mamas. Sendo um câncer silencioso, com um período assintomático, a população feminina acaba detectando a presença de um possível nódulo depois de agravar o quadro.

O câncer é uma doença crônica e degenerativa que possui evolução progressiva e demorada, exceto quando interrompido em algumas de suas fases. É caracterizado por um longo período de latência e fase assintomática prolongada, cuja etiologia geralmente está associada a uma série de fatores de risco, com destaque para os ambientais (CARVALHO et al. 2009).

Os fatores externos presentes no meio ambiente, como água, ar, terra, indústrias químicas, alimentos, medicamentos e os socioculturais como estilo e hábitos de vida, são os responsáveis pelas patologias geradoras de problemas de saúde pública no Brasil. A exposição continuada a esses agentes provoca o aumento do risco da população feminina desenvolver câncer, ou seja, o tempo de exposição é um aspecto importante a ser considerado na incidência do câncer.

O aumento da estatística de câncer de mama está elevado devido aos fatores ambientais, socioculturais e a falta de prevenção, com ações como o auto-exame das mamas.

O auto-exame de mama AEM é um exame físico, indolor, sem custos financeiros, de fácil realização e que propicia a detecção precoce de uma neoplasia, permitindo uma ação terapêutica eficaz, podendo prolongar a sobrevida

da mulher, evitando seqüelas físicas graves e as concomitantes seqüelas emocionais, sociais e econômicas (SILVA et al. 2009).

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, 70% dos casos podem ser detectados pela apalpação. Além de detectar doenças malignas e benignas na mama (mas que necessitam de tratamento), o auto-exame das mamas também contribui para que as mulheres que não têm acesso fácil aos serviços de saúde sejam motivadas a procurá-los em casos alterados (MULLER et al. 2005).

Segundo Silva et al. (2009) os profissionais de enfermagem que trabalham em serviços do nível primário à saúde têm a responsabilidade de repassar informações e orientações quanto ao AEM para as mulheres.

O enfermeiro como membro de equipe multidisciplinar de saúde, tem condições de atuar não só nas atividades de controle da doença, mas também na implementação de medidas preventivas contra o câncer de mama. Por isso, é necessário conhecer quais as medidas voltadas para a prevenção do câncer, podendo desenvolver ações educativas e orientações pertinentes para a promoção em saúde à população necessitada.

No processo de educação a comunicação verbal e não-verbal é um importante caminho nas ações de educação para a saúde da população feminina, abordando doença e fatores associados, sendo importante também, um toque, um sorriso, um gesto, dessa forma a conscientização sobre o auto-exame das mamas acontece de forma mais humanizada através dos profissionais de saúde.

A enfermeira auditora é uma importante auxiliar na administração das instituições hospitalares e operadoras de plano de saúde, pois pode identificar as possíveis irregularidades, prevenindo e corrigindo problemas, resultando em economia e qualidade no atendimento prestado (MOTTA; 2010).

Assim, para Junior et al. (2009) a auditoria epidemiológica permite a auto-avaliação e a correção de estratégias, e é até mesmo obrigatória em alguns países.

A auditoria da execução do auto-exame das mamas é fundamental para apurar dados epidemiológicos de um diagnóstico mamário, são ferramentas fundamentais de auditoria, adotadas para levantar estratégias atuando com ações educativas e promoção da saúde, minimizando o câncer de mama na população feminina.

Este trabalho se desenha com o objetivo principal de auditar e verificar a execução do auto-exame das mamas por meio da população feminina, de forma que ações educativas devem ser implantadas pelos profissionais da saúde para ocorrer uma detecção precoce do câncer de mama. A promoção da saúde desenvolvida diante de ferramentas colhidas pela auditoria da execução do auto--exame das mamas é um importante foco de atenção, considerando a elevada incidência de câncer de mama na população feminina.

4 Câncer de Mama: um problema de saúde pública

O câncer agrega um conjunto de doenças com localizações topográficas variadas, de diferentes tipos morfológicos, que têm em comuns duas principais características biológicas: o crescimento celular descontrolado e a capacidade de se entender para além do tecido em que se origina (MELO et al. *apud* FIGUEIREDO et al. 2009).

Conforme Mohallem et al. *apud* Mohallem e Rodrigues (2007) hipócrates em 500 a.C na Grécia, foi o primeiro a descrever a palavra "carcinos" e definir o câncer como uma doença de mau prognóstico. Desde essa época, os pacientes reagem com medo e desespero ante o diagnóstico. A origem do câncer coincide com a história do próprio homem, e a doença está fortemente relacionada aos hábitos de vida, cultura e exposição temporal a fatores ambientais.

Para Silva et al. (2009) apesar da etiologia ser acentuada idiopática, alguns fatores parecem aumentar o risco do desenvolvimento do câncer de mama, entre estes estão a genética, fatores emocionais, hormonais e dietéticos.

Segundo Crespo et al. apud Mohallem e Rodrigues (2007) as neoplasias são relacionadas ao estilo de vida, à cultura e ao tipo de exposição aos fatores ambientais que contribuem para o acúmulo de danos aos genes específicos e, a longo prazo, para o aparecimento da doença que o homem sofre na história da humanidade.

Segundo Moraes *apud* Mohallem e Rodrigues (2007) o câncer de mama é provavelmente o tipo de câncer mais temido pelas mulheres, sobretudo pelo impacto psicológico que provoca, pois envolve negativamente a percepção da sexualidade e a própria imagem corporal, mais do que se observa em qualquer outro tipo de câncer.

O mesmo autor refere que as causas do câncer de mama são desconhecidas, mas é aceita pela comunidade cientifica a relação da doença com fatores próprios do hospedeiro, como a duração da atividade ovariana e a hereditariedade, além de fatores ambientais, tais como alimentação e utilização de determinados medicamentos.

Para Fernandes et al. (2007) um dos problemas que abalam a mulher em todos os aspectos é o câncer de mama, sendo provavelmente o mais temido entre a população feminina, em razão do elevado número de óbitos e, sobretudo, pelo impacto psicológico e social que ocasiona, principalmente em decorrência dos medos e tabus que cercam as doenças denominadas câncer.

Existem vários tipos de câncer de mama, cada qual com seu prognóstico e opções de tratamento. A organização Mundial da Saúde OMS classifica os tumores malignos de mama em três tipos principais: epiteliais, mistos epiteliais mesenquimais e malignos diversos (MORAES *apud* Mohallem e Rodrigues 2007).

Para Gebrim e Quadros (2006) atualmente o câncer de mama é um problema de saúde pública, não só em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, mas também em países desenvolvidos, como Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Tal situação deve-se à dificuldade de prevenção primária (eliminar fatores de risco ou diagnosticar e tratar lesões precursoras), observando-se como conseqüência o aumento significativo na incidência e mortalidade decorrentes desta neoplasia.

5 Auto-Exame das Mamas: educação e critérios

Conforme Gonçalves et al. (2009) o controle do câncer de mama depende de ações na área de prevenção, promoção da saúde e diagnóstico precoce da doença.

Fernandes e Narchi (2002) ressaltam que ensinar o auto-exame das mamas não é responsabilidade apenas dos profissionais inseridos nos serviços básicos de saúde, mas sim de todos aqueles que lidam com a saúde da mulher em qualquer situação.

Para melhor consentimento da população feminina acerca da importância da necessidade da execução do auto-exame das mamas mensalmente é essencial

que os profissionais da saúde movimentam ações educativas, assim como, o ministério da saúde desenvolva ações através da mídia para conscientização da necessidade preventiva do câncer de mama.

Para Nascimento et al. (2009) embora o conhecimento das vantagens do auto-exame das mamas seja bastante divulgado pelo meio de comunicação, setores educacionais e programas de saúde pública, diverso estudos demonstram que o índice de prática é incipiente em diversas partes do mundo.

Portanto, a melhor forma preventiva do câncer de mama é a execução do auto-exame das mamas, assim podemos minimizar a estatística de incidências de casos novos, como também, intervir precocemente no aparecimento da doença.

Não existe uma forma de evitar o aparecimento do câncer de mama, porém são possíveis a detecção precoce da doença e o controle de sua evolução através da prática sistemática do auto-exame das mamas e atenção quanto aos fatores de risco (FERNANDES et al. 2007).

Segundo Otto (2002: p. 106):

> O AEM inclui inspeção e palpação das mamas na posição de pé e deitada. A atenção deve centrar-se na detecção de alterações. Um auto-exame da mama minucioso em geral dura de 20 a 30 minutos. Os componentes do auto-exame da mama para proficiência na prática incluem: inspeção das mamas em um espelho frontal, palpação de toda a região da mama usando as polpas digitais com níveis diferentes de pressão, e um padrão de progressão e movimentos específicos, obedecendo a esse padrão.

Para Gonçalves et al. (2009) de acordo com o Instituto Nacional do Câncer, a autopalpação das mamas feita pela mulher terá que fazer parte das ações de educação para a saúde que contemplem o conhecimento do próprio corpo e não como uma estratégia isolada para a detecção precoce da neoplasia mamária.

Segundo Fernandes et al. (2007) nesse processo de educação, acreditamos que a comunicação representa um instrumento fundamental para a conscientização da população feminina acerca da doença e dos fatores associados. Tais conhecimentos podem ser vinculados de formas diversas, entre as quais se inserem as orientações por meio de comunicação de massa.

Gonçalves et al. (2009) diz que as orientações sobre o auto-exame das

mamas servem também para a difusão e divulgação de informações a respeito do câncer mamário, desde seus fatores de risco até a redução.

Para Fernandes e Narchi (2002) os profissionais da saúde muitas vezes justificam suas dificuldades de atuação nos processos de educação em saúde por motivos como sobrecarga de trabalho e precariedade de área física, isentando-se do comprometimento político em sua prática sobre as condições de vida da população.

Por isso é fundamental que, antes dos exames, os profissionais de saúde orientem as mulheres a respeito da importância de sua realização periódica, os quais podem contribuir na redução da taxa de mortalidade por câncer mamário (GONÇALVES et al. 2009).

È nesse contexto que se faz necessário a implementação de estratégias eficazes que incentivem não somente a utilização correta do auto exame, como também os demais métodos preventivos e, principalmente a conscientização dessa população da necessidade em adotar práticas direcionadas ao diagnóstico precoce do câncer mamário (NASCIMENTO et al. 2009).

Para Nascimento et al. (2009) as formas mais eficazes de detecção precoce do câncer de mama são: o exame sistemático da mama, ou exame clínico, feito pelo profissional especializado, a mamografia, que consiste em um exame radiológico de alta precisão e alto custo igualmente elevado, o que dificulta o acesso da população de menor poder aquisitivo, e para finalizar, o auto-exame das mamas AEM, caracterizado pela finalidade e baixo custo, já que quem o executa é a própria mulher.

Segundo Fernandes et al. (2007) existe resistência por parte das mulheres à realização do auto-exame das mamas, associado à vergonha de se tocar, desconhecimento da técnica e medo de detectar um nódulo.

As camadas da população que têm mais resistência em executar o auto-exame das mamas é são as que possuem menos conhecimento sobre o autocuidado com o corpo, gerando uma não execução do exame e um aumento significativo nas patologias mamárias.

Além das mulheres serem as grandes executadoras do AEM os profissionais de enfermagem também são responsáveis por orientar e executar o AEM nas pacientes do sexo feminino, a fim de rastrear a possibilidade de palpação de nódulos malignos.

A realização da prevenção por meio do auto-exame também implica o conhecimento das mulheres sobre seu corpo. A detecção de alguma anormalidade, no momento do auto-exame, é facilitada quando as mulheres já apresentam uma certa intimidade com o mesmo. Nos casos em que este procedimento não ocorre, o câncer acaba sendo descoberto num estágio avançado, necessitando muitas vezes de uma intervenção mais evasiva, como a retirada de um quadrante da mama ou até mesmo de toda a mama. Uma intervenção dessa magnitude pode trazer um desequilíbrio emocional muito grande na vida da mulher, visto que se refere ao seio, órgão que traz embutidos, além da questão da saúde, aspectos ligados à feminilidade, beleza a sensualidade da mulher (MULLER et al. 2005).

O método mais confiável para detecção do câncer de mama consiste no auto-exame regular das mamas, seguido de imediato exame por profissional, caso haja qualquer anormalidade. O que se sabe é que seu crescimento é lento, podendo levar até oito anos para se tornar palpável um cm (MACHADO et al.; *apud* FIGUEIREDO et al. 2009).

Evidências acumuladas até o momento demonstram que a maneira mais eficaz de reduzir a taxa de mortalidade por câncer de mama é o diagnóstico precoce que eleva a taxa de cura e aumenta a sobrevida das pacientes com câncer de mama (SILVA et al. 2008).

6 Ações Preventivas e a Interface com o Profissional de Enferamgem

Segundo Carvalho et al. (2009) a prevenção do câncer de mama pode ser primária ou secundária, sendo a primária responsável por modificar ou eliminar fatores de risco para essa neoplasia, ao passo que na prevenção secundária enquadram-se o diagnóstico e o tratamento dos cânceres precoces. Destaca-se que a prevenção ainda é a melhor maneira de combater este tipo de câncer, pois só assim a doença adquire melhores chances de cura.

De acordo Machado et al. *apud* Figueiredo et al. (2009) entendemos que o cuidado de enfermagem, portanto, é desenvolvido dentro de duas dimensões básicas: uma objetiva, que se refere à execução de procedimentos e técnicas propriamente ditas, e outra subjetiva, que se baseia na sensibilidade, criatividade e intuição para o cuidar de outro ser.

Para uma prevenção primária do câncer de mama é essencial a presença do profissional enfermeiro, a fim de atuar em instruções, orientações e ações educativas, voltadas para prevenção de aparecimentos detectáveis de um possível nódulo palpável na execução do auto-exame das mamas, podendo intervir ainda na fase inicial.

Segundo Scarparo et al. (2010) a tendência da função do enfermeiro auditor, em torno de uma concepção mesclada de controle de custo e de melhoria da qualidade, pode resultar de-AEM um panorama de reestruturação da produção em saúde demarcada por uma nova lógica de gestão das organizações, denominada atenção gerenciada.

O ministério da saúde é o órgão responsável pelo investimento das ações educativas do câncer. Os principais objetivos de programas de controle da doença são a redução de sua incidência e o aumento da cura dos diferentes tipos de câncer (MACHADO et al. *apud* FIGUEIREDO et al. 2009).

Para Fernandes et al. (2007) não existe uma forma de evitar o aparecimento do câncer de mama, porém são possíveis a detecção precoce da doença e o controle de sua evolução através da prática sistemática do auto-exame das mamas e atenção quanto aos fatores de risco.

O auto-exame sistemático das mamas é recomendado desde a década de 1930, está incorporado às políticas de saúde públicas norte-americana desde 1950. Pode ampliar as chances de detecção precoce e cooperar para um tratamento bem sucedido e um prognóstico mais favorável quando realizado correta e mensalmente (SILVA et al. 2009).

Segundo Petito; Gutierrez *apud* Figueiredo at al. (2009) o câncer de mama, quando detectado precocemente, apresenta bom prognóstico, o que faz com que medidas de prevenção e detecção precoce sejam fundamentais.

Para Silva et al. (2008) o auto-exame das mamas não deve ser uma estratégia isolada de detecção precoce do câncer de mama e sim uma ação complementar de educação para a saúde que contempla o conhecimento do próprio corpo.

Ações educativas devem ser desenvolvidas pelos profissionais de enfermagem através do ensinamento da palpação das mamas pela própria mulher como estratégia de cuidados com seu corpo, porém isso não implica que o enfermeiro no momento da consulta não realize o exame físico das mamas.

Segundo Silva et al. (2009) as profissionais de enfermagem que trabalham

em serviços do nível primário de atenção à saúde têm a responsabilidade de repassar informações e orientações quanto ao AEM para as mulheres.

Para Fernandes et al. (2007) o auto-exame das mamas, independente da idade, é uma forma com que a mulher conheça o seu próprio corpo através do toque, devendo ser realizado mensalmente, oito dias após o primeiro dia da menstruação.

Segundo Silva et al. (2009) as profissionais de enfermagem que trabalham em serviços do nível primário de atenção à saúde têm a responsabilidade de repassar informações e orientações quanto ao AEM para as mulheres. Essa atitude torna-se imprescindível para os cuidados necessários ao êxito quanto a prevenção da doença.

Além da prevenção, conforme pode ser observado em Fernandes et al. (2007), para a mulher, "independente da idade, o auto-exame é uma forma com que esta conheça o seu próprio corpo através do toque, devendo ser realizado mensalmente, oito dias após o primeiro dia da menstruação".

Segundo Gonçalves et al. (2009) é preciso reforçar, nas consultas médicas, orientações sobre o auto-exame, contempladas com folhetos explicativos, informando que a palpação das mamas deve ser feita mensalmente após o período menstrual. Torna-se evidente a importância de se fazer educação em saúde, aproveitando cada momento de contato com a mulher, englobando todas as classes sociais, principalmente aquelas de difícil acesso às medidas de prevenção secundária, a fim de sensibilizá-las para adesão à prática do AEM.

Segundo Gebrim e Quadros (2006) a ampla divulgação pelos meios de comunicação da importância do diagnóstico precoce modificou o conceito de que a falta de conscientização e o medo de câncer eram os principais responsáveis pelo grande número de mulheres com tumores avançados no Brasil.

7 Considerações Finais

As análises mostradas nesse estudo, realizadas através de levantamento bibliográfico, ressaltam a necessidade de ser executado o auto-exame das mamas, para detecção precoce e para prevenção do câncer de mama. Verificamos através desse estudo que a população feminina não realiza o auto-exame das mamas, devido a vários tabus, falta de tempo e incentivo das equipes de saúde.

Para Gonçalves et al. (2009) a realização da palpação das mamas serve como forte motivador e reconhecimento de que o câncer de mama é um perigo em potencial. Por isso, há uma importância do ensino sobre as técnicas que visem estimular a prática deste procedimento, tão eficaz e de custo extremamente reduzido.

Os profissionais da saúde necessitam montar estratégias de educação em saúde, de maneira a educar e orientar a população feminina quanto à necessidade da execução do auto-exame das mamas, mostrando que a doença quando detectada precocemente tem uma grande chance de um bom prognóstico do tratamento.

Dessa forma, é necessário um auditor para analisar dados sobre a execução do auto-exame das mamas e auxiliar nas ferramentas para promoção de saúde. Assim, os profissionais da saúde vão poder compreender o ser humano de forma mais integrada.

Como as equipes de saúde o ministério da saúde deve desenvolver orientações educativas através da mídia, de forma a minimizar a incidência do câncer de mama e detecção precoce.

Grande parte dos meios de comunicação em massa estimula a utilização do método do AEM, como sendo o único ou mais importante na luta contra o câncer de mama, informando também a população como e quando deve ser realizado.

Por isso, a prevenção do câncer de mama ainda é incipiente e a prática mensal do AEM deve ser estimulada, por ser uma das formas mais acessíveis que temos no combate e controle dessa insidiosa moléstia que agride o corpo e a alma feminina.

Analisamos que é necessário a presença de um profissional enfermeiro auditor para verificar e cobrar das instituições de saúde ações educativas em relação a população feminina, acerca de práticas preventivas do câncer de mama, como, auto-exame das mamas.

E é nesse contexto que se faz necessário a implementação de estratégias eficazes que incentivem não somente a utilização correta do auto-exame das mamas, como também métodos preventivos e, principalmente a conscientização da população feminina da necessidade de práticas direcionadas ao diagnóstico precoce do câncer de mama.

Assim, a prevenção primária e as ações educativas pelos profissionais de

enfermagem são as melhores condutas para prevenção e detecção precoce do câncer mamário.

Este estudo poderá contribuir para o desenvolvimento de determinantes para adesão da execução do auto-exame das mamas com a população feminina, identificação do conhecimento e práticas dos profissionais para ensinamento desta técnica para os usuários femininos, além do acréscimo de informações que podem ser usadas no ensino de enfermagem e nos programas de extensão com a comunidade.

8 Referências

CARVALHO et al. **Prevenção de câncer de mama em mulheres idosas: uma revisão.** Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília: jul/ago. 2009.

FERNANDES et al. **Ações para detecção precoce do câncer de mama: um estudo sobre o comportamento de acadêmicas de enfermagem.** Ciências cuidado de saúde. Fortaleza: abr./jun. 2007.

FERNANDES; R. A. Q; NARCHI, N. Z. **Conhecimento de gestantes de uma comunidade sobre os exames de detecção precoce do câncer cérvico-uterino e de mama;** Revista Brasileira de Cancerologia. São Paulo: 2002.

FIGUEIREDO et al. **Enfermagem oncológica: conceitos e práticas.** 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis editora, 2009.

GEBRIM, L.H; QUADROS, L. G. A; **Rastreamento do câncer de mama**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Rio de Janeiro: vol. 18. june. 2006.

GONLÇALVES et al. **Mulheres portadoras de câncer de mama: Conhecimento e acesso ás medidas de detecção precoce**. Revista de Enfermagem UERJ. Rio de Janeiro: jul/set 2009.

GUERRA et al. **Riscos de câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes**. Revista Brasileira de Cancerologia. São Paulo: 2005.

JÚNIOR et al. **Apresentação de resultados de um serviço de rastreamento mamográfico com ênfase na auditoria epidemiológica**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Rio de Janeiro: oct. 2009.

JÚNIOR, R. F et al. **Conhecimento e prática do auto-exame de mama. Revista Associação Médica Brasileira**. São Paulo: vol. 52. sept./oct., 2006.

MULLER, M. C et al.; **A prática do auto-exame das mamas em mulheres de uma comunidade universitária.** Psico USF v. 10. n.2. Itatiba: dez. 2005.

MOTTA, A.L.C. **Auditoria em enfermagem nos hospitais e operadoras de planos de saúde**. São Paulo: 5 ed. Ed Iátria, 2010.

OTTO, Shirley E. **Oncologia**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002.

SCARPARO et al. **Tendências da função do enfermeiro auditor no mercado em saúde.** Texto & Contexto – enfermagem**.** Florianópolis: jan./mar. 2010.

SILVA et al. **Conhecimento e realização do auto-exame das mamas em pacientes atendidas em ambulatório central da Universidade de Caxias do Sul**. Arquivos Catarinenses de Medicina. Santa Catarina: 2008.

SILVA et al. **Realização do auto-exame das mamas por profissionais de enfermagem.** Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo: dec. 2009.

Latest insights on Cell Cycle

Kleber Santiago Freitas e Silva[1]

Abstract: *Life depends on cell growth, DNA replication and transcription and cell proliferation. The cell cycle grasps all these aspects and their regulation is vital to tissue homeostasis and cell development. To guarantee balance between the cell cycle steps and genomic integrity, checkpoints that can decide cell cycle fate are spread out among its phases. The main outcomes when any damage is identified can be cell cycle arrest (in order to repair if it is possible), apoptosis (in case of high level of injury) or cancer (if DNA damaged cells evade the cycle arrest or apoptosis). Apoptosis is a programmed cell death important to ensure physiological integrity and development of the organism. Cells can respond in many ways in face of cell cycle stress such as DNA damage. An example is the protein p53, a tumor suppressor protein that decides the cell fate once its activity can lead a damaged metabolism cell to arrest its cycle, apoptosis or even senescence according to the cell stress level. A better understanding of the molecular pathways that controls cell cycle may bring new outlook on how many diseases are treated and will be treated in a near future, especially cancers.*

KEYWORDS: Cell cycle. Cell cycle arrest. DNA damage. Interphase, p53. DNA repair. Cell fate. Cell response.

1 Introduction

The cellular cycle consists in the development of a cell until it divides into daughter cells. The first step which is Interphase is characterized by cell growth and highly active metabolism. Interphase has at least three specific levels: G_1, S and G_2 (Fig.1). G_1 represents the period of protein production, S is an abbreviation for DNA synthesis and G_2 is the period, cell is setting up for mitosis. A crucial state during interphase is the R-point (Fig.1), which stands for restriction point. It is the very specific transition between G_1 and S phase. Cells in any state before R-point have high metabolism maintaining factors, need for nutrients, protein production and so on. On the other hand, any state beyond R-point is strictly committed to DNA replication (and repair if it is necessary) and mitosis afterwards [(1)].

To guarantee the proper cell cycle pathway, any of its steps need to be completed before a subsequent one is started. The regulation of these pathways is necessary in order to maintain DNA and physiological integrity and at the same time avoid cell death or other disastrous outcome such as cancer. The homeostasis of the proliferating cells or the organism as a whole depends on the right balance of the cell cycle after all [1].

This article is a short review that assembles the latest insights about the cell cycle focusing on interphase. Interphase is an extremely important step of the cell cycle responsible not only for the cell growth but for setting up the mitosis machinery, including DNA synthesis and repair. Therefore genes, transcription factors, proteins and chemical signals play a vital role during interphase deciding the cell cycle fate which can be cycle arrest, apoptosis or cancer. This paper provides a collection of important knowledge developed worldwide hitherto. Although this scientific information is not enough to evade cancer one hopes that reading this article scientists can be stimulate to research and keep up the development of new genomic technologies and cancer treatments.

2. Many structural aspects control the cell cycle progression.

2.1 Actin Cytoskeleton.

Each cell has a specific shape according to its function and location. The actin cytoskeleton is responsible for the cell format during Interphase. But the actin cytoskeleton network undergoes rearrangement when a cell enters mitosis [2]. Actin is a globular protein and apart from cell shape it is involved in organelle movement, adhesion, the cell movement itself and metabolism regulation signaling. It is simple to prove the importance of actin cytoskeleton to proper balance of cell cycle status. One can do so using chemicals that dismantle the actin network within the cell and the result is going to be cell cycle arrest [2].

2.2 Gap junction precursors.

Some gap junction precursors have a secondary function that is not direc-

tly linked to communication between cells, in a way that they can modulate the cell cycle progression. Proteins known as connexins and pannexins (connexin--like proteins) may influence the synthesis of chemical substances that works as cell cycle regulators [3]. Connexins and pannexins are alike in many ways, including structure and function. Both proteins permit influx of molecules into cells, regulating tissue homeostasis and chemical balance. They are related in really complex signaling pathways that can affect the cell division cycle once they interact directly with those regulators of the cell cycle. Recent experiments are focusing on their signaling role related to phosphorylation [3].

2.3 Attachment to the Extracellular Matrix.

Along the division cycle, cell shape varies immensely. For that matter, cells have to detach and reattach to the extracellular matrix and even to other cells from the specific tissue they belong to. This activity of detaching and re-attaching is related to cell cycle signals and controlled mainly by cadherin and integrin [2]. While cadherin influences the mitotic spindle formation, integrin is related to signals that change cell format following mitosis and cytokinesis. An evidence of the intimate relation between cadherin and the cell cycle is clear when cadherin is absence or non-functional. In this case the outcome is abnormal mitosis with either metaphase arrest, or multinucleated daughter cells indicating cytokinesis errors [2].

When a cell enters mitosis the cortical stiffness rises up as the result of a decrease in focal contact protein between cells and extracellular matrix. If the detaching process does not occur properly a cell division arrest is the result. On the other hand if the mitosis occurs successfully, after cytokinesis the focal adhesion protein is re-established and daughter cells activate their normal metabolism during G_1. The evidence comes from experiments realized to cells in a trypsin substratum. These cells showed focal adhesion reduction but they also showed that the process is reversible, indicating that somehow cell has as many different mechanisms as possible (cytoskeleton regulation in this specific case) to regulate its proliferation [2].

2.4 Calcium signaling.

Calcium signaling is known to play essential roles in cell physiology process, including the cell cycle one. It is associated with proteins such as kinases which control signaling pathways related to the cell cycle and induce a series of different responses. Theses ions signals are due to different concentration inside and outside cells. Calcium channels in the plasma membrane pumps ions and controls cellular functions like movement, cortex contraction and cleavage furrows, all related to changes that cells undergo in different steps of its division cycle [(4)].

2.5 Intracellular reduction-oxidation state.

The cell cycle has many checkpoint intervals. Chemical regulators assess whether the subsequent step should be entered or not. Reactive oxygen species take important place in these checkpoint intervals. Like others chemical modulators the reversible intracellular redox state control signaling pathways in order to evaluate if the cell is ready to proceed without any catastrophic outcome (like diseases or cell death). This means that checkpoints are responsible for the cell fate. Differently from kinases and phosphatases, reactive species (oxygen and nitrogen) can be highly active at a certain distance because they diffuse easily [(5)]. Furthermore, fluctuations in oxygen consumption can control the cell cycle progression responding to stress caused by these reactive species. The regulation is based on the production of antioxidants involved in cell cycle arrest or stimulated by factors as cyclin-dependent-kinases (CDK) [(5)].

Recent studies claim that micro-RNAs are involved in the cell cycle regulation. Their roles are linked to CDK activation or inhibition and normal functioning of structural proteins such as actin. Doing so any abnormal activity of this kind of RNA could account for apoptosis or diseases [(6)].

3. Checkpoints and Cell Fate according to Interphase steps.

Numerous and different checkpoints regulate the cell cycle progression

during interphase. The feature of these checkpoints is to analyze how the development of cell cycle is before its characteristics is transmitted to daughter cells. If a problem is detected by the checkpoint regulation agents the cell cycle is halted during G_1 or G_2 step [7].

The most important checkpoint within interphase is active during DNA synthesis, after the cell cycle progression crossed the R-point (Fig.1). If any damage is realized, it has to be repaired before mitosis takes place. Considering that DNA damage is not repaired and cell undergoes mitosis, cell cycle arrest, apoptosis or any pathological condition could be developed, probably cancer or a neurodegenerative disease [8].

Apoptosis is a programmed cell death important to ensure physiological integrity and development of the being [9]. The signaling pathways discussed above participate in the regulation of apoptosis. Decisions on cell fate accounts for the proper balance and affects not only proliferating cells but tissues, organs and organic systems once failure to regulate the cell cycle leads principally to cell death or cancer [5].

3.1 Checkpoints at G_0-stage.

Certain cells can withdraw from cell cycle and stay in a quiescent stage indefinitely. This out of the cell cycle stage is known as G_0 [3]. In order to re-entry into cell cycle is necessary the cell activation by growth factors that work as chemical signaling pathways. This kind of regulation is the only one that does not need the presence of CDK. It can be regulated either by reactive oxygen species or signaling controlled by cell cycle genes [5] or even by inactivation of the retinoblastoma protein (pRB) [6].

3.2 Checkpoints at G_1-stage.

Cells regulated by cyclin reenter G_1 instantaneously after mitosis [5]. During G1 and around the R-point, pRB undergoes phosphorylation by a specific kind of cyclin, the cyclin D [10]. The pRB protein regulates transcriptional factors of interphase S-stage genes called E2F. When E2F is active DNA synthesis

genes and required apparatus are activated and cell enters S-stage at this exact point [10].

3.3 Checkpoints at S-stage.

In the S-stage CDKs and other kinases enzymes recruit polymerase and primase in order to establish replication forks [5]. Naturally a series of genes control these processes. Any errors in DNA synthesis cause the replication forks to stall and the S-stage undergoes a replication stress that can be responsible for oncogene-induced senescence [11]. To this kind of senescence the cell can respond using antioxidants mediated by p53 (an oncogene suppressor), for example. Once pRB is sensitive to redox species (generated by replication stress) it is dephosphorylated and cause S-stage arrest [5].

3.4 Checkpoints at G_2-stage and transition to Mitosis.

The transition from G_2-stage to Mitosis has to be highly controlled since the segregation of chromosomes is a very complicated event that will determine the cell fate (life, disease or death). Many reactive species could cause redox stress and ultimately lead to G_2 or mitosis arrest. A transcriptional factor, FoxM1, belongs to the Foxo family and it works only in cells undergoing cellular division. FoxM1 is highly active during G_2-stage and it is stimulated by CDKs while the cell cycle is reaching mitosis-stage [12]. Cells with inactive FoxM1 undergoe G_2 arrest [5].

4. Cell responses to imbalance in any of the cell cycle steps.

Sometimes all the checkpoints in the cell cycle can be bypassed and daughter cells will inherit any kind of genomic damage, like deleterious mutations, diseases and death (somatic cells) or aneuploidy, translocation and inversion (gametes).

4.1 Assessing the intensity of DNA damage

It is important to keep in mind that cells respond to stress mostly in a temporal or quantitative way, meaning that how long and how much of the metabolism stability is affected, different alternative outcomes might be brought about [9].

Signaling DNA lesion contributes to maintain cell homeostasis balanced and genomic integrity. Recent studies [13] assessed the intensity of DNA damage effect on cell cycle through a mathematical model. According to this evaluation, four degrees of damage was analyzed (low-damage, medium-damage, high-damage, and excess-damage) and compared with p53 behavior. The outcome was expected and showed that high and excess damages shortened G1 arrest with p53 oscillation and apoptosis induction. Therefore, p53 oscillation is intimately related to the decision between cell death or cell survival [13].

4.2 Apoptosis

When DNA is damaged, during S-stage or not, specific extracellular or intracellular signaling pathways, or any metabolism stress can control the cell cycle leading it to cell programmed death. Even apoptosis being essential to maintain tissue homeostasis it should be inhibit when cell cycle faces levels of damage that can be repair during checkpoint arrests [9]. The molecular mechanisms that control apoptosis involve a family of proteases known as caspases. These enzymes demolish structural proteins in the cell and ultimately provoke DNA fragmentation, autophagic cell destruction followed by necrosis and phagocytosis [9].

4.3 p53 is a tumor suppressor protein.

The p53 protein can be found in the nucleus in a week quantity. It works as a transcriptional factor that controls the expression of a large quantity of genes. This tumor suppressor protein decides the cell fate once its activity can lead a damaged metabolism cell to arrest of its cycle, apoptosis or even senescence according to the cell stress level [6].

Another protein known as Mdm2 is related to p53. Their regulation is featured by negative feedback. When DNA damage is sensed in a specific level Mdm2 is inactivated and then p53 level of expression increase. At this point, p53 signaling pathways coordinate the synthesis of protein related to DNA repair [7].

4.4 Topoisomerase

This enzyme is related to DNA replication, transcription and damage checkpoints. It is active in changing DNA topology (in a reversible way) in order to allow and facilitate replication and transcription processes [7]. Any disturbance related to topoisomerase can lead to cell cycle arrest or other cell response to maintain DNA integrity.

4.5 Cancer

Cancer can be defined as the cell loss of proliferation control. It alters the energetic metabolism of a cell and consequently of tissues. This is a response to the expression of oncogenes that somehow were activated in a high level. There are many ways to explain a cancer cell starting point, as oxidative species influencing DNA replication, insensitivity to antigrowth signals, escaping apoptosis, and so on [14].

To evolve as cancer *per se*, the altered cell cycle cells has to acquire limitless replicative potential, in other words, cancer cells have to evade a series of the cell cycle signaling (like mitogenic growth signals). A large quantity of oncogenes known up to this date mimics growth signaling trying to evade apoptosis and cell cycle arrest [5].

Scientists need to discover much more about the molecular mechanisms related to the dynamics of the cell cycle. The knowledge in this aspect is necessary in order to understand how cancer evolves and develop therapeutics more efficient [9].

5. Conclusion

The cell cycle pathways are highly ordered and controlled by many signaling factors within or even outside the cell. The perfect balance between the cell cycle steps and their signaling guarantee genomic integrity, evade diseases and waste of energy by unnecessary cell death [1]. Transmembrane receptors are in part responsible for this balance once they play essential role in signaling molecules like mitogenic growth signals [2]. The cell cycle balance is also kept by checkpoint intervals controlling the end of a specific phase and the beginning of another. Many checkpoints are known and considered important to decide cell fate and maintain tissue homeostasis [7].

Cell responses to imbalance vary considerably. Proteins that work as tumor suppressor, apoptosis and assessing DNA damage have central role in cell survival and protecting the being against cancer [6]. A better understanding of the molecular pathways that controls cell cycle may bring new outlook on how many diseases are treated, especially cancers. Next studies in the upcoming years should focus on connections between checkpoints and cell cycle arrest, in order to yield knowledge and new therapeutics followed by advance in genomic technologies. New important insights could also be brought by investigation of the cell cycle using mathematical models to describe details in its regulation and propose new treatment that could preserve healthy cells.

6. References

1. Alfieri, R., Bartocci, E., Merelli, E. and Milanesi, L.: Modeling the cell cycle: From deterministic models to hybrid systems. *BioSystems* (2011), doi:10.1016/j.biosystems.2011.03.002.

2. Heng, Y. and Koh, C.: Actin cytoskeleton dynamics and the cell division cycle. *J. Biocel*. 42 (2010) 1622–1633.

3. Vinken, M., Decrock, E., De Vuyst, E., Ponsaerts, R., D'hondt, C., Bultynck, G., Ceelen, L., *et. al*.: Connexins: sensors and regulators of cell cycling. *Biochimica et Biophysica Acta*. 1815 (2011) 13–25.

4. Machaca, K.: Ca^{2+} signaling, genes and the cell cycle. *J. Ce.Ca*. 48 (2010) 243–250.

5. Burhans, W. C. and Heintz, N. H.: The cell cycle is a redox cycle: Linking phase--specific targets to cell fate. *J. Free Rad. Biomed*. 47 (2009) 1282–1293.

6. Bueno, M. J. and Malumbres, M.: MicroRNAs and the cell cycle. *Biochimica et Biophysica Acta*. 1812 (2011) 592–601.

7. De Maria, E., Fages, F., Rizk, A. and Soliman, S. Design, optimization and predictions of a coupled model of the cell cycle, circadian clock, DNA repair system, irinotecan metabolism and exposure control under temporal logic constraints. *Theoretical Computer Science*. 412 (2011) 2108–2127.

8. Thompson, C. B.: Apoptosis in the pathogenesis and treatment of disease. *Science*. (1995) 267, 1456–1462.

9. Clarke, P. R. and Allan, L. A.: Cell-cycle control in the face of damage – a matter of life or death. *Trends in Cell Biology.* (2009) Vol.19 No.3, 89-100.

10. van den Heuvel, S. and Dyson, N. J. Conserved functions of the pRB and E2F families. *Nat. Rev. Mol. Cell. Biol*. (2008) 9, 713–724.

11. Lukas, J., Lukas, C. and Bartek, J.: Mammalian cell cycle checkpoints: signaling pathways and their organization in space and time. *DNA Repair (Amsterdam)*. (2004) 3, 997–1007.

12. Laoukili, J., Kooistra, M. R., Bras, A., Kauw, J., Kerkhoven, R. M., Morrison, A., Clevers, H., Medema, R. H.: FoxM1 is required for execution of the mitotic program and chromosome stability. *Nat. Cell. Biol*. (2005) 7,126–136.

13. Iwamotoa, K., Hamadaa, K., Eguchi, Y. and Okamoto, M.: Mathematical modeling of cell cycle regulation in response to DNA damage: Exploring mechanisms of cell-fate determination. *BioSystems* 103 (2011) 384–391.

14. Hanahan, D. and Weinberg, R. A.: The Hallmarks of Cancer. *Cell*, Vol. 100, 57–70, 2000.

7. Attachment

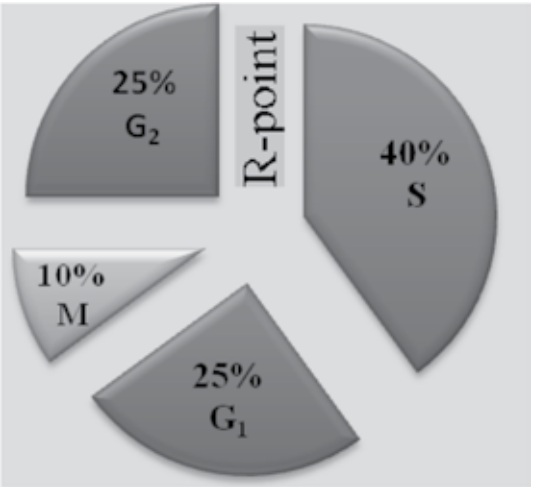


Fig. 1 - Cell cycle progression showing the Restriction point. Note that the duration of each step depends on the type of cell and its function.

Dossiê “Comunicação”

Terminologia Neológica na Linguagem Adolescente da Revista Capricho

Priscilla da Costa Melo[1]
Marcelo Marques Araújo[2]

RESUMO: O léxico de uma língua vive em constante expansão e variação, e no cotidiano adolescente essa perspectiva não se diferencia dos demais processos evolutivos da língua. Como reflexo dessa constante evolução, é de suma importância saber quais as causas predominantes na formação dessa renovação lexical. O presente trabalho desenvolve um estudo dos termos usados por adolescentes na Revista Capricho, apontando neologismos derivados dos processos sintáticos, fonológicos ou semânticos. Dessa forma, objetiva-se com esse estudo contribuir para o desenvolvimento das pesquisas neológicas, e salientarem-se os processos de formações mais usuais nas áreas aqui referidas, com base em Barros (2004), Cabré (1993), Alves (2007), Ferreira (2010), entre entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Léxico. Neologismo.

Introdução

Uma dádiva do ser humano e do grupo de falantes que desenvolve a liberdade de compreensão e expressão de idéias é ter a capacidade de comunicação por meio da linguagem.

Segundo Perissé (2008:47) "ao criarmos palavras novas para significados novos, ou significados novos para palavras já existentes, demonstramos ter compreendido a ductibilidade da linguagem e a nossa capacidade de expressar idéias e percepções originais". Na medida em que surgem palavras novas no cotidiano do grupo adolescente, surge um fenômeno natural da língua, o neologismo.

O neologismo ocorre quando uma palavra recebe significado semântico inovado a partir do grupo de falantes da língua proveniente de seu meio, ou

---

[1] Aluna do curso de Letras da UFMT/ICHS/CUA. Membro do G-Term Araguaia.

[2] Professor Adjunto I da UFMT/ICHS/CUA. Orientador.

quando toma empréstimos de línguas diferentes.Esse trabalho aborda a linguagem adolescente e suas variações. Nela surgem neologismos na comunicação adolescente, o que pode ser verificado a partir de palavras extraídas de textos da revista Capricho.

A revista Capricho se destaca no público adolescente sendo uma fonte voltada em especial ao leitor jovem, por expor notícias e curiosidades da fase adolescente. Além disso, é uma revisa com um público exigente, e por isso sempre se mostra atualizada e contextualizada.

Por ser uma linguagem especializada e muito instigante, a neologia adolescente consegue estabelecer a partir de termos diferenciados, pensamentos com relação à linguagem. Do ponto de vista de Periseé (2008:47):

> A criação neológica exige certa dose de coragem lingüística e independência intelectual; ou de rebeldia, no caso da linguagem adolescente; ou de "inconsciência", como no caso da linguagem infantil que os parentes e professores se encarregam de corrigir, ou adulterar...

Os neologismos surgem no cotidiano do ser humano, e serão testados, examinados, aceitos ou não aceitos. De acordo com Periseé (2008:47) "Os neologismos produzidos são submetidos ao julgamento de ouvintes e leitores". E também "são examinados, testados, acolhidos ou descartados". Ao acolher um neologismo, ele passa a ser dicionarizado e sofre um processo de desneologização, ou seja, deixa de ser neologismo.

Com base nos neologismos utilizados pelo grupo adolescente é visto que a comunicação empregada nos textos destinados ao adolescente faz com que a mensagem pareça comprometida com sua linguagem, seus pensamentos, maneira de agir e comportamento, mostrando interação entre texto e leitor. Esta pesquisa visa o estudo das unidades lexicais neológicas utilizadas na linguagem adolescente e registradas na Revista Capricho. Isso será realizado por meio da extração de palavras de uma revista especializada para o adolescente. Assim, será verificado como ocorre o surgimento de novas palavras resultantes do aproveitamento de expressões já existentes.

Para Alves (1994:84) "Não basta à criação do neologismo para que ele torne membro integrante do acervo lexical de uma língua. É na verdade, a comunicação linguística, pelo uso do elemento neológico ou pela sua não difusão,

que decide sobre essa nova formação ao idioma". O usuário da língua utiliza o léxico, ou seja, acervo de palavras de um determinado grupo ou idioma, para a formação do processo comunicativo, ao selecionar empregos pessoais das palavras e de suas formações.

Esta pesquisa trabalha com a hipótese de que a terminologia adolescente produz uma grande tipologia neológica, em especial por meio dos empréstimos. Isso pode ser observado em grande parte dos neologismos empregados pelos jovens. Esses neologismos mostram origem estrangeira por se tratar de vocábulos novos que podem ser formados por processos de adoção de um item lexical de outra comunidade linguística, por intermédio da mídia.

Cabe também registrar aqui o embasamento teórico que norteia este trabalho segue a descrição dos neologismos realizada por Alves (2007), a categorização da terminologia adolescente , bem como as fichas terminológicas, de acordo com Barros (2004) e Cabré (1993) que também contribuirá com estudos terminológicos. Usaremos como *corpus* de exclusão Ferreira (2010), no qual, veremos se os termos neológicos estão dicionarizados ou não.

Metodologia

O material pesquisado tem fonte na Revista Capricho, da qual foram pesquisados e extraídos termos para análise. Em seguida, estes mesmos termos foram catalogados em fichas terminológicas, as quais armazenam todos os dados da palavra. As edições que se fazem necessárias para elaboração dessas fichas foram as quinzenais no período de sete meses no ano de 2011, publicadas entre os meses de Janeiro a Julho, com exceção das edições especiais. A partir daí analisou-se a ocorrência do termo neológico encontrado em textos da revista, a base de formação do termo, o significado do *corpus*, em outras palavras, o que significa cada termo encontrado, juntamente com o *corpus* de exclusão do Mini Aurélio (O Dicionário da Língua Portuguesa) da Editora Positivo, o qual será utilizado para observar se o termo já sofreu o processo de desneologização.

Será por meio deste campo de ação e de fichas terminológicas, que os termos neológicos serão observados e analisados, bem como os que se sobressaem e os que mais influenciam a comunicação desses adolescentes. E, além disso, foi realizada uma descrição de pertencimento ao campo sintático, semântico ou fonológico.

Terminologia

A terminologia concerne na necessidade do processo de formação dos nomes, conjunto de palavras, de um determinado campo vocabular, buscando a origem da palavra e nomenclatura. Segundo Barros (2004:32) atribui-se que:

> O termo *terminologia* conquistou um espaço nos dicionários europeus, como o *Dictionnaire des sciences, des lettres et des arts* de Bouillet (7.ed.)que , em 1864 descrevia-o como a palavra que designa um conjunto de termos técnicos de uma ciência ou de uma arte e das idéias que elas representam.

A palavra terminologia vem de termo designado por meio de uma unidade lexical, ou seja, unidades de termos de uma determinada área de dominação, que será designada de acordo com a pesquisa que o Terminólogo desejar estudar, e quando está especificada a dominação a ser pesquisada, daí então passará a se chamar unidade terminológica

Segundo Barros (2004:40).

> O termo é, portanto, uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio especifico. É também chamado de *unidade terminológica*. O conjunto de termos de uma área especializada chama-se *conjunto terminológico* ou *terminologia*.

A palavra é uma unidade léxica (signo linguístico) e o que determina o número de vocábulos presentes nos textos é a quantidade de palavras contidas nele. Para os especialistas em terminologia, o conjunto de termos varia de acordo com situações ou em campos especializados, a terminologia interage no âmbito linguístico com a sociedade por meio de dimensões diferenciadas, como, metalinguística, comunicativa, político e identidária,.

A Terminologia pode ser classificada em descritiva e normativa. De acordo com Barros (2004:56), "a descritiva se ocupa da coleta de dados terminológicos na descrição dos termos por meio de definições. Seu trabalho conclui-se, normalmente, com a elaboração de vocabulários. A normativa ocupa-se da uniformização de conceitos e da atribuição de termos para designar".

A princípio a finalidade da terminologia volta-se para o estudo dos termos e suas descrições, organização das unidades lexicais, mas já se houve falar em

uma terminologia descritiva voltada para descrição dos termos das unidades lexicais, e também terminologia normativa quando se centra os dados terminológicos para normalização de termos sistematizados. Num contexto geral tanto uma como a outra servirão para o planejamento linguístico, por servir de instrumento mediador das formas estatais de uma língua.

Neologia e Neologismo

O estudo da língua portuguesa nos revela que o léxico tem um acervo de elementos que deriva dos processos lingüísticos.

Segundo Alves (2003:5):

> O acervo lexical de todas as línguas vivas se renova. Enquanto algumas palavras deixam de ser utilizadas e tornam-se arcaicas, uma grande quantidade de unidades léxicas é criada pelos falantes de uma comunidade lingüística. Ao processo de criação lexical dá-se o nome de *neologia*. O elemento resultante, a nova palavra, é denominado *neologismo.*
>
> O neologismo pode ser formado por mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones, ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas lingüísticos. Na língua portuguesa, os dois recursos têm sido amplamente empregados, diacrônica e sincronicamente.

Comprende-se como neologismos as palavras novas da língua, isto é, as palavras que entraram há pouco tempo ou que ainda estão num processo de integração no léxico da língua, visto que língua e a fala sempre caminham num processo homogêneo, sem desvincular dos processos neológicos.

Esta acepção contempla que o falante deve desenvolver tais processos por meio da oralidade resultante da interação de um determinado grupo linguístico. Desta maneira o termo neológico passa a ser aceito ou não pelo grupo que o rege, ou seja, faz-se o julgamento do termo. Visto que ao se tratar de neologismos a primeira impressão que se formaliza, é que, neologismo é a criação de novas palavras, ou palavras novas para significados novos.

Nessa perspectiva é visto que a neologia registrada pelo adolescente é submetida ao julgamento de ouvintes de determinados grupos de falantes, testados, examinados, aceitos ou descartados, visto que todos os falantes são criativos e

inovadores em algum momento no cotidiano comunicativo, sendo capaz de contribuir para o enriquecimento lexical.

Perissé (2008:47) ressalta que:

> A criação neológica exige certa dose de coragem lingüística e independência intelectual; ou de rebeldia, no caso da linguagem adolescente; ou de "inconsciência", como no caso da linguagem infantil, que os parentes e professores se encarregam de corrigir, ou adulterar...

O adolescente ativo reformula experiências e os ensinamentos de infância, e forma sua identidade pessoal, por meio da comunicação com os demais jovens, com isso os neologismos de seu cotidiano estão sujeitos a surgirem e se inovarem a todo instante.

Segundo Cabré (1993:444) "o neologismo pode-se definir como unidade léxica de formação recente, uma acepção nova de um termo já existente ou um termo emprestado a pouco de um sistema lingüístico estrangeiro". O agrupamento de palavras no português do Brasil é envolvido principalmente por formações alogenéticas, que se referem a neologismos por empréstimos. Esse processo acontece por influência cultural, comercial etc., e algumas palavras que são usadas num idioma estrangeiro passam a ser usada em outro país ou cultura, e logo é aceita nas comunidades linguísticas caracterizado como estrangeirismo, pois o falante logo reproduz palavras que não são utilizadas no seu país de origem e idioma linguístico, que primeiro passará por um processo de aceitabilidade e logo depois a ser caracterizado por um empréstimo lexical.

Com a globalização e a acessibilidade desse processo torna-se impossível não ter contato com palavras e cultura que não estejam no meio sócio cultural, vê-se no cotidiano globalizado, nos meios de comunicação a quantidade de palavras de origem inglesa, italiana e francesa refletida no processo linguístico da língua. No caso do Brasil a influência do inglês tem predominância por ser a língua mais importante mundialmente falando, e por ser a língua utilizada por países de primeiro mundo, em virtude disso outros países não só o Brasil sofre influência linguística direta.

Processos Neológicos Contemporâneos

Neologismos Fonológicos

O neologismo fonológico "supõe a criação de um item léxico cujo significante seja totalmente inédito" (ALVES, 2007:11). Sendo assim ele não é proveniente de nenhuma palavra já existente. A unidade léxica, ou seja, o termo só deixa de ser inédito à medida que se decodifica o sentido semântico, se não ocorrer aceitabilidade ou compreensão, a comunicação não será efetuada. Veja o exemplo: Quando a diva do YouTube, Rebecca Black, sai pelas ruas , é sempre *party and party* e ***fun, fun, fun, fun, fun****...Revista Capricho, Ed. 1121, Pág.15*.

Neologismos Sintáticos

Os neologismos sintáticos ao contrário dos neologismos fonológicos derivam de vocábulos já existentes nas unidades linguísticas. Alves (2007:14) acrescenta que:

> São denominados sintáticos porque a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita exclusivamente ao âmbito lexical (junção de um afixo a uma base), mas concerne também ao nível frásico: o acréscimo de sufixos pode alterar a classe gramatical da palavra – base; a composição tem caráter coordenativo e subordinativo; os integrantes da composição sintagmática e acronímica constituem componentes frásicos com o valor de uma unidade lexical.

A autora acrescenta que neologismo sintático deriva de um vocábulo já existente, decodificado e sofrerá um processo de variação, com acréscimos de prefixos ou sufixos à palavra-base, como por exemplo: **superfofo**. Nesse caso o prefixo **super** exerceu a função de acrescentar-lhe um novo sentido, dando mais intensidade à palavra **fofo**.

Derivação Prefixal ou Prefixação

O processo de prefixação acontece com bastante frequência na terminologia adolescente, por sempre compor a palavra dando-lhe novos significados.

O "prefixo exerce função de acrescentar-lhe variados significados: grandeza, exagero, oposição, pequenez, repetição...". (ALVES, 2007:15).

Para a formação do neologismo sintático antepõe-se uma palavra-base e atribui-se a ela prefixos com intuito de intensificar ou assessorar o vocábulo. Como não há unanimidade no caso da língua portuguesa trata-se o prefixo de maneira independente, e dá-se a função que lhe cabe no contexto. Como por exemplo: **superfofo, super-chick, superlinda,** na Revista Capricho encontra-se esses termos com mais frequências em textos, que é o que os jovens adolescentes mais interagem na comunicação cotidiana.

Derivação Sufixal ou Sufixação

A derivação sufixal exerce função de acessória ao acrescentar sufixo à palavra-base primitiva, dando contornos de exageros, pejoratividade, ou intensidade no que sucede a palavra-base, e faz com que o vocábulo mude o sentido de acordo com o contexto que precede o termo. Por exemplo: **showzaço, fofurice**.

Para Alves (2007:35) "a manifestação da concorrência sufixal transparece por meio de diferentes sufixos ligados à mesma base".

Ou seja, o sufixo consiste em atribuir matrizes às unidades lexicais, e prioriza os termos dicionarizados que sofrem processo variativo, dando novo sentido a palavra já formada, que irá depender do contexto interpretativo de cada ação sufixal.

Por exemplo em **fofurice** , o sufixo **ice** irá acompanhar a palavra-base como acessório, que é a junção de **fofo + ice = fofurice.** Esse termo foi extraído do enunciado "A jaqueta jeans, a bota e a bolsa de tachas quebraram a **fofurice** da produção (campanha publicitária de uma marca de jeans)". *Revista Capricho, Ed. 1118, Pág.48*

Derivação Parassintética

A respeito desse preceito Alves (2007:40) tem a seguinte formação:

> As formações neológicas parassintéticas, em que prefixo e sufixo juntam-se simultaneamente a uma base nominal, não se apresentam com muita produtividade no português contemporâneo. Nesse processo, é fundamental que os dois afixos incorporem-se ao mesmo tempo a palavra-base. Assim, no contexto abaixo, o verbo *apalhaçar*, proveniente do substantivo *palhaço*, recebe no momento de criação tanto o prefixo *a-* como o sufixo *ar-*, pois não são atestados as formas * *apalhaço* e * *palhaçar*.

A derivação parassintética associa sufixo e prefixo à mesma palavra-base, de modo a permitir que um não sobreviva sem o outro, pois o vocábulo estará em função substantiva-adjetiva, como ocorre no exemplo: "Prepare-se para lidar com o fora. Se o garoto sumir, melhor **desencanar**. *Revista Capricho, Ed. 1122, Pág.82*

Neologismos formados por composição

No cotidiano moderno do adolescente, a formação de palavras por meio da composição se estabelece de maneira bastante firme. Para Alves (2007:41):

> O processo da composição implica a justaposição de bases autônomas ou não autônomas. A unidade léxica composta, que funciona morfológica e semanticamente como o único elemento, não costuma manifestar formas recorrentes, o que distingue da unidade constituída por derivação.

Em outras palavras, o neologismo tem sentido inovado, a partir de dois ou mais radicais. Algumas dessas composições, de maior relevância no estudo do termo da comunicação adolescente, podem ser vistas nos tópicos a seguir que são: composição sintagmática e composição por siglas.

Composição Sintagmática

"Processa-se composição sintagmática quando os membros integrantes de um segmento frasal encontram-se numa intima relação sintática, tanto morfológica quanto semanticamente, de forma a constituírem uma única unidade léxica". Alves (2007:50).

Em outras palavras esta modalidade nominal caracteriza-se por conter uma preposição próxima a base determinante, como por exemplo:

***Make* de *rockstar*.** Dicas para fazer os olhos esfumados como uma roqueira de verdade. *Revista Capricho, Ed. 1123, Pág. 40*

Carinha de boneca. Aprenda os segredos para encantar com um ***make*** fofo estiloso. *Revista Capricho, Ed. 1123, Pág. 41*

Composição Por Siglas

Tipo especial de composição sintagmática, a formação de unidades neológicas por meio de siglas, ou acronímica, resulta da lei de economia discursiva. O sintagma é reduzido de modo a tornarem-se mais simples e mais eficaz no processo de comunicação. (ALVES ,2007:56).

A siglagem nada mais é que uma redução do sintagma que consiste na abreviação de palavras, e adota as inicias de cada expressão. Os exemplos que seguem foram extraídos dos registros da terminologia adolescente da Revista Capricho, *corpus* objeto desta pesquisa:

BFF- Best Friend Forever, **BV**-Boca Virgem, o **CH**-Capricho.

(1) Ele queria me dar um presente e estava sem idéias... Aí conversou com a minha **bff** e ela disse que eu amava a revista. E então ele comprou e me deu! Lorena Diniz, 13 anos, Rio Claro (SP) *Revista Capricho, Ed. 1124, Pág.12*

(2) Mudei para uma escola em 2009 e acabei me aproximando de umas garotas. Na época, eu era **BV** e gostava de um menino**.** Ingrid, 15 anos**.** *Revista Capricho, Ed. 1118, Pág.81*

(3) Fiquei muito feliz: ganhei a ultima edição da **CH** do meu namorado!Fofooo!Lorena Diniz, 13 anos, Rio Claro (SP) *Revista Capricho, Ed. 1124, Pág.12*

Neologismos Semânticos

O neologismo semântico se manifesta, quando desencadeia mudança no vocábulo referente à unidade lexical. Provenientes de processos metonímicos, metafóricos, ou seja, que pode ser adquirido um novo valor semântico em novos itens lexicais. Como por exemplo: O termo **bombar** tem valor semântico inovado, ele denota um sentido positivo de levantar, melhorar e não algo negativo como é proposto pelo dicionário Aurélio, que atribui um valor negativo ao termo "Bom.bar [*Bomba*.1A] *vtd*. **1.** V.*bombear.ti*.**2.** *Bras* .Ser reprovado (em exame" (FERREIRA, 2010:110).

(1) Saiba como **bombar** sua autoestima. *Revista Capricho, Ed. 1118, (capa*).

> Muitos neologismos são criados na língua portuguesa sem que se opere nenhuma mudança formal em unidades léxicas já existentes. Qualquer transformação semântica manifestada num item lexical ocasiona a criação de um novo elemento. Trata-se, nesses casos, do neologismo semântico ou conceptual. (ALVES,2007:62).

Processos Neológicos por Formação de palavras

Truncação

"A formação de palavras pelo processo da truncação constitui um tipo de abreviação em que uma parte da seqüência lexical, geralmente a final é eliminada". (ALVES,2007:68).

Por exemplo: Bafão no **cel**! . *Revista Capricho, Ed. 1116, Pág.13*, momento em que a cantora Taylor Swift foi fotografada falando no celular, com um certo ar de nervosismo.

As formações truncadas mostram a reação do falante em relação ao que se fala, ou seja, pode ser considerado um recurso fonológico expressivo. Sendo assim o truncamento reproduz parte da base que no caso do exemplo acima seria celular e atribuiu-se **Cel** no contexto.

Palavra – Valise

Palavra-valise nada mais é que, a junção de dois fragmentos de palavras, uma perde a final e a outra a inicial. E na maioria das vezes são considerados neologismos por esse processo de perda, a palavra passara a ter uma nova formação no campo lexical. Alves (2007:69) coloca que:

> Por meio do processo denominado palavra-valise, em que também se manifesta um tipo de redução, duas bases – ou apenas uma delas – são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item léxico: uma perde de sua parte final e outra, sua parte inicial. Esse mecanismo tem recebido outras designações: cruzamento vocabular, palavra *portmanteau*, az contaminação...

Como por exemplo: Afinal, eles ficam tão bonitos juntos!A gente deseja vida longa ao casal **Justlena**!. *Revista Capricho, Ed. 1115, Pág.27*.

Sendo assim, o item léxico **Justlena** (Justin Bieber e Selena Gomes) expressa à junção, de dois artistas em uma só palavra.

Derivação Regressiva

A derivação regressiva consiste em retirar parte final de uma palavra base substantiva, com isso obtém-se uma nova palavra, que resultará em verbos, que indicam ação. Partindo desse pressuposto, "ocorre o fenômeno da derivação regressiva quando a criação de uma nova unidade léxica deve-se à supressão de um elemento, considerado de caráter sufixal". (ALVES, 2007:71).

Exemplo: palavra base (**fica/ fico**) será atribuída a ela um sufixo (**ar**) = **ficar**

Toda vez que estou a fim de **ficar** com alguém, mas a sério, o rolo empaca e termina .*Revista Capricho Ed.1122. Pág.83*

Neologismos por Empréstimo

De fato todos os processos neológicos já vistos até o momento salientam as bases linguísticas da língua portuguesa. O acervo lexical de uma língua não se baseia invictamente em vocábulos já existentes, mas em contatos comunicativos

e linguísticos, refletem a forma de desbravamento do conjunto lexical de uma língua. Sendo assim, entende-se como neologismos de empréstimos aquelas palavras de idiomas estrangeiros dentro da língua portuguesa, de influência inglesa, francesa, italiana.

O estrangeirismo acontece por meio de duas categorias: com aportuguesamento, como por exemplo: ***lunch*** (do inglês) lanche, adapta a grafia do inglês para o português. E sem aportuguesamento, como ***networking***, que utiliza a forma original da palavra.

Depois de conhecer todos os processos formativos do léxico mais utilizado na comunicação adolescente, é necessário conhecer um pouco mais sobre nosso objeto de pesquisa que é a Comunicação Adolescente na Revista Capricho.

Análise da Formação Neológica na Terminologia Adolescente da Revista Capriccho.

Segue a título de exemplificação uma ficha terminológica preenchida.

Ficha Terminológica
Termo: **BFF**
Categorização Gramatical: **Sintagma Nominal**
Ocorrência: (1) Ele queria me dar um presente e estava sem idéias... Aí conversou com a minha **bff** e ela disse que eu amava a revista. E então ele comprou e me deu! Lorena Diniz, 13 anos, Rio Claro (SP) *Revista Capricho, Ed. 1124, Pág.12* (2) A banda é formada por cinco caras que, além de McFly, é **bff** da Hayley Williams. *Revista Capricho, Ed. 1118, Pág.21* (3) Elas até brigam de vez em quando, mas Blair faz de tudo para proteger sua **bff.** *Revista Capricho, Ed. 1118, Pág. 29*
Base de Formação: O termo é formado por siglas com uma expressão que tomou empréstimo linguístico e foi reduzida e variada de tal maneira que restou somente siglas no vocabulário adolescente.

Significado no *corpus*: As três siglas em questão **BFF** têm como significado *"**Best Friends Forever**"* –(**melhores amigas para sempre**) que sofreu um processo mutativo do empréstimo lexical inglês no vocabulário dos adolescentes que foi transformado em siglas. Utiliza-se o termo ao se referir a uma pessoa bem próxima intima e confiável. Elas até brigam de vez em quando, mas Blair faz de tudo para proteger sua **bff.** *Revista Capricho, Ed. 1118, Pág. 29*			
Corpus de Exclusão		ND	Amostra de Definições
DICIONÁRIO	**(1) Dicionário Aurélio**	-	Não traz

Considerações Finais

Este artigo, intitulado **Terminologia Neológica na Linguagem Adolescente da Revista Capricho** surgiu a partir das reflexões sobre a constitutividade das terminologias especializadas, em especial a terminologia **adolescente**. Para um embasamento que pudesse dar conta da análise do *corpus* buscou-se uma fundamentação teórica que subsidiasse a análise dos termos registrados na Revista Capricho, e também que discutisse teoricamente os objetivos almejados, numa plataforma constituída teoricamente pela Terminologia.

Entre algumas conclusões que a análise permitiu, destaca-se que em muitos casos, os neologismos na terminologia adolescente surgem mais precisamente por meio dos processos de empréstimos linguísticos, por se tratar de fato que o inglês tornou-se a língua mundialmente falada. Em decorrência disso, a língua portuguesa está sempre recebendo forças externas, principalmente motivadas pela mídia, Internet, e o desenvolvimento econômico das potências mundiais, portanto todos esses fatores resvalam nos campos discursivos linguísticos de todas as idades, independente de ser adolescente ou não.

Sendo assim, o surgimento de novas unidades lexicais está vinculado às inovações do mundo, portanto, a comunidade linguística evolui, consequentemente evolui também as necessidades e os sistemas da nossa língua, o que leva a um acervo de palavras cada vez mais inovador. O que nos resta é respeitar as inovações do sistema linguístico, pois de alguma forma cada um de nós usará de algum neologismo para a comunicação, tudo irá depender das necessidades da comunicação.

Referências

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**. São Paulo: Ática, 1990.

ALVES, Ieda Maria**. Neologismo: Criação lexical**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ARAÚJO, M. Marques. **Comunicação, língua e discurso: análise terminológica de um dicionário de especialidade.** Tese de Doutoramento. 2011.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BEDIN, Nelson. **Neologismo. Criação de novas palavras**. São Paulo: UOL Educação.

Disponível em: http://educacao.uol.com.br/portugues/neologismo-criacao-de-novas--palavras. jhtm Acesso em : 10/10/2011

CABRÉ, Maria Teresa (1993) ***La terminologia. Teoria, metodologia, aplicaciones.***

Barcelona, Antártida/Empúries.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: **O dicionário da Língua portuguesa.** 8ed. Curitiba: Positivo, 2010.

PERISSÉ, Gabriel, **Linguagem Educacional: Cristovam Buarque e seus Neologismos.** São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.hottopos.com/notand_lib_11/gabriel.pdf

RIBEIRO, Simone Nejaim. O Léxico em movimento: Comentários sobre Neologia e Neologismos. Disponível em: http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno13-18.html Acesso: 14/04/2011

SILVA, José Pereira Da. **Gramática histórica da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: edição do Autor, 2010.

XAVIER, Rosa Seleta de S.F. **Revista Capricho: Uma breve análise**, Rio de Janeiro, 2006.

Análise Terminológica Discursiva do Jornalismo: o objeto âncora

Marcelo Marques Araújo[1]

RESUMO: Este artigo propõe uma análise terminológica de uma definição contida no *Dicionário de Comunicação* (Barbosa & Rabaça, 2008), a fim de contrapor o termo do dicionário com o seu uso, em textos da especialidade. Além disso, as análises comparam o termo âncora na língua especializada, ocorrente no Jornal Meio & Mensagem, com o tratamento dado a ele pelo *Dicionário de Comunicação*, pelo *Dicionário de Administração e Finanças* (Sandroni, 2008), pelo *Dicionário de usos da língua inglesa* "English Language Dictionary" (de Collins Cobuild, 2006), pelo *Dicionário de usos do português* (de Francisco Borba e colaboradores, 2002) e pelo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009). Essa comparação foi fundamental para se analisarem os discursos dos dicionários de especialidade, dos dicionários de usos, do dicionário geral da língua e do Jornal Meio & Mensagem, no sentido de, pela contraposição entre as relações de sentidos formalmente estabelecidas e o uso efetivo, mostrar que há deslizamentos, apagamentos, silenciamentos e deslocamentos de sentidos entre o discurso do dicionário especializado, o discurso dos dicionários gerais e o discurso da Comunicação observado nos usos.

Palavras-chave: Terminologia. Análise do discurso. Funcionalismo. Comunicação. Jornalismo.

1 Introdução

A Terminologia é uma disciplina cujo objeto de estudo são os termos de uma área de especialidade. Desde que o homem se expressou por meio da linguagem, deparou-se com uma língua de especialidade, pois é com ela que ele pode expressar-se com termos relativos à vida em sociedade, como a economia, a política, o esporte, entre outros.

---

[1] Professor Adjunto I da Universidade Federal do Mato Grosso (ICHS/CUA). Membro de diversas associações acadêmicas e profissionais, tais como ANPOLL, ABRALIN, ANJ, ANPJ, GELCO, SNJ, APP e membro também dos seguintes grupos de pesquisa cadastrados no CNPq: Gramáticas de Usos do Português-Unesp, Texto e Gramática, ADP-UFMT, GPAD-UFU, TERMISUL-UFRGS. Fundador do G-Term Araguaia, Grupo de Estudos em Terminologia Discursiva Comunicacional, vinculado ao ICHS-CUA. Email: mmajornalista@terra.com.br. Telefone: (34) 9167 0127 / (66) 8116 3116

A sociedade atual vive em uma época notadamente marcada pelo tecnicismo e pela amplitude da informação. O homem viu-se diante de fatos que afetaram essencialmente a linguagem e as várias formas de comunicação interpessoais, o que acarretou o aparecimento de novos produtos linguísticos e a consequente necessidade de normalização terminológica. Dessa forma, o que é recente é o aparecimento progressivo de terminologias.

Segundo Rondeau (1984), os fatores causadores dessa invasão das terminologias podem ser atribuídos ao avanço das ciências, ao desenvolvimento de tecnologias, dos meios de comunicação, das relações políticas internacionais e do comércio internacional. Para os estudos terminológicos, o resultado desses fatos foi a sistematização da Terminologia como ciência, com uma reflexão profunda por parte de pesquisadores sobre seus princípios, bases e métodos.

Para Cabré (1993:34):

> a terminologia não é um objeto que se justifique por si mesmo, nem o trabalho terminológico pode resumir-se em uma mera recompilação de uma série de conceitos com suas denominações, sem outra finalidade. A terminologia serve à ciência, à técnica e à comunicação e deve ser coerente com essa função.

Daí se depreende que desenvolvimento científico tecnológico e Terminologia estão relacionados, na medida em que as disciplinas científicas e as técnicas desenvolvidas pelo homem contribuem com um cabedal de conceitos novos, que precisam ser nomeados em diversas línguas, tarefa essa que cabe aos estudiosos da disciplina. Afinal, como afirma Aubert (1996b:25),

> os progressos em todos os campos e setores de atividade humana, inclusive a disseminação de conhecimentos e de tecnologias, dependem, em grande medida, da existência de terminologias adequadamente construídas em todas as línguas de e para as quais se pretenda efetuar uma transferência de conhecimentos e de tecnologia.

Os estudos terminológicos atuais dão conta de que muitos dos novos termos não irão ficar restritos a determinados grupos de usuários da língua, mas irão extrapolar os limites das especialidades e serão incorporados ao sistema lexical geral das línguas. O que esses estudos confirmam é que existe um grande número de unidades terminológicas das mais diversas áreas científicas que estão

sendo utilizadas por usuários não especialistas, mas que não constam nos dicionários gerais da língua portuguesa editados no Brasil.

O artigo que agora se apresenta procura evidenciar que os termos utilizados, todos os dias, pelos profissionais da área de comunicação, em especial os jornalistas, e também de outras áreas, podem, simplesmente, por razões ideológicas, históricas, políticas, entre outras, ser deslocados, silenciados, apagados, ressignificados, deslizados, dependendo das escolhas dos dicionaristas e das condições específicas de produção das obras. O saber lexical não pode ser tomado, independentemente das condições de produção, como um saber ideal ou atemporal. É a partir do uso que os termos recebem novos sentidos, passam a significar algo mais, deslizam de um campo para outro, são atravessados pela história, enfim, e os dicionários de especialidade, muitos deles, ignoram o uso dos termos, obscurecendo, assim, o dinamismo da língua.

A fundamentação deste artigo está elaborada em uma proposta de aplicação de uma análise terminológica discursiva, baseada nos procedimentos teórico-metodológicos da Terminologia, da Análise do Discurso e do Funcionalismo. Na Terminologia, com base em Felber (1984), Cabré (1993), Barros (2004), Finatto (2001) e Kleiber (1990), foram descritos os procedimentos de análise dos termos de um dicionário terminológico de especialidade. O embasamento teórico na Análise do Discurso está respaldado em Pêcheux (1995, 1990, 1988), Maingueneau (2006, 2002, 1998, 1997), Foucault (1995) e Authier-Revuz (1998, 1992, 1982), ao desenvolverem os conceitos de formação discursiva, interdiscurso, universo, campo e espaço discursivo, sentidos e silenciamento. No Funcionalismo, a sustentação teórica está ancorada em Neves (2010, 2006, 2002), Halliday (1994) quando dizem que o trabalho com a língua deve estar respaldado "nas funções dos meios linguísticos de expressão" (NEVES, 2010b:17) na situação e na cultura.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa realizada para a tese de doutoramento intitulada "Comunicação, língua e discurso: uma análise terminológica discursiva de um dicionário de especialidade[2]", e apresenta uma metodologia de análise de termos da comunicação baseado na Análise Terminológica Discursi-

[2] Tese de Doutoramento defendida em agosto de 2011 no Programa de Doutorado em Letras e Comunicação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sob orientação da Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves. A tese obteve aprovação com distinção e indicação de publicação.

va (ARAÚJO, 2011). A partir dessa metodologia torna-se possível verificar o funcionamento dos termos da Comunicação no uso em contextos naturais de ocorrência.

2 Metodologia de Análise

As primeiras indicações que aqui se fazem referem-se ao modo de identificação e registro de termos. Com o intuito de uma melhor organização do texto, os termos estrangeiros serão grafados em *itálico*; quando houver referência metalinguística a um termo haverá indicação em **negrito**, quando houver referência metalinguística a um termo estrangeiro, a marcação será feita em **negrito** e *itálico*, e quando se fizer referência a alguma área, por exemplo, à Publicidade, uma área da Comunicação, o termo será grafado com Maiúscula. Quanto aos dicionários utilizados, eles serão identificados pelas siglas DC, para o *Dicionário de Comunicação* (2008), DAF, para o *Dicionário de Administração e Finanças* (2008), DULI para o *Dicionário de usos da língua inglesa "English Language Dictionary"* (2006), DUP para o *Dicionário de usos do português* (2002), e DHLP, para o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009). O jornal especializado Meio & Mensagem, que pertence ao Grupo Meio & Mensagem será marcado apenas pela sigla M&M, com a seguinte referência: Jornal M&M.

Para a produção deste artigo foi realizada uma seleção de um termo a ser analisado a título de amostragem da fundamentação metodológica, este termo encontra-se catalogado no banco de dados do G-Term Araguaia[3]. *A priori*, para a constituição do *corpus* de análise, foram selecionados 12 (doze) textos do Jornal *online* Meio & Mensagem, órgão de comunicação especializado, sob responsabilidade da editora Meio & Mensagem. Os textos estão publicados no site *www.meioemensagem.com.br* entre o primeiro semestre de 2008 e o segundo semestre de 2010. Também foram selecionados 8 (oito) textos do Jornal impresso Meio & Mensagem, doravante Jornal M&M, enviado para a residência dos assinantes, semanalmente. Foi obtido um *corpus* com um total de 20 (vinte) textos, destes 10 (dez) traziam o termo âncora. Após a leitura, fichamento e

[3] Grupo de Estudos em Terminologia Discursiva Comunicacional, localizado no ICHS/CUA, em Barra do Garças – MT.

catalogação, obteve-se a ficha terminológica[4] do termo para a análise.

Após a construção das fichas terminológicas, passou-se à elaboração da ficha geral de comparação das definições[5], a fim de comparar as acepções registradas em cada dicionário, o que permitiu uma análise da relação semântica (deslizamento de sentido, polissemia, ambiguidade, sinonímia, hiperonímia, ressignificação, etc.) das acepções. Em seguida passou-se à análise da relação entre uso e definição (para mostrar o que ocorre no dicionário e o que existe no uso da língua, e, também, para verificar a ausência da relação entre as entradas e o contexto real de uso da língua). Além disso, nessa parte também foi desenvolvida uma análise das definições com base nas teorias que sustentam a proposta. Em seguida foi construída uma análise terminológica discursiva, produzida a partir da materialidade discursiva da ocorrência e das definições dos dicionários, em especial do *Dicionário de Comunicação* (2008). Para a análise terminológica discursiva foram construídas matrizes discursivas.

3 Aparato Teórico

Para o desenvolvimento deste artigo, tomou-se um referencial teórico que fosse capaz de conduzir as reflexões e explicações, e que oferecesse uma plataforma teórico-metodológica que norteasse a pesquisa em uma perspectiva interdisciplinar. Para tal, buscou-se na Terminologia, na Análise do Discurso e no Funcionalismo, fundamentação que pudesse nortear as análises.

Na primeira parte do aparato teórico, são apresentados os procedimentos de análise dos termos de um dicionário terminológico de especialidade, com base em Felber (1984), Cabré (1993), Barros (2004), Finatto (2001) e Kleiber (1990).

A segunda parte se organiza com aportes das categorias discursivas fundamentadas na Análise do Discurso Francesa, por meio da referência a Pêcheux (1995, 1990, 1988), Maingueneau (2006, 2002, 1998, 1997), Foucault

---

[4] Após a seleção, foram elaboradas fichas terminológicas, que compreendem os seguintes campos: termo, categorização gramatical, categorização dependente do contexto, recorte da ocorrência, definição (com cinco subáreas, de acordo com os dicionários pesquisados), nota (quando necessário) e data de registro (para mostrar as datas das ocorrências dos usos dos termos).

[5] A ficha geral de comparação das definições é de nossa própria elaboração.

(1995), Nunes (2006), Authier-Revuz (1992), entre outros, discutiu-se o lugar discursivo na Análise Terminológica Discursiva – ATD com base em conceitos como os de formação discursiva, interdiscurso, apagamento, denegação e silenciamento.

O fundo de sustentação da proposta geral deste artigo tem base na orientação funcionalista que prende ao uso efetivo todo e qualquer trabalho linguístico (NEVES, 1997), sob a noção de que o aparato que dirige sustentadamente a análise de trabalhos com língua deriva da consideração das funções da linguagem (HALLIDAY, 1994) e é função dos propósitos que movem os falantes no acionamento discursivo (DIK, 1997). Neste caso particular, em que se examina o trabalho com dicionários – e, mais particularmente ainda, com dicionários de especialidade – é fundamental a noção de que os produtos que se obtêm são função do contexto de situação e do contexto de cultura (HALLIDAY, 1994), que condicionam e dirigem a produção de sentidos e os efeitos pragmáticos (NEVES, 2006; 2010).

3.1 Aparato Teórico Terminológico

Barros (2004) afirma que os termos, do ponto de vista da estrutura morfossintática, lexical e semântica, podem constituir-se, no plano de **expressão**, de um único lexema ou de uma sequência lexemática. Podem, pois, em primeiro lugar, ser **simples**, definidos pela Norma Internacional ISO 1087 como "constituídos de um só radical, com ou sem afixos" (ISO 1087, 1990:7). Os exemplos extraídos da especialidade Comunicação ilustram isso: peça, propaganda, ***marketing***, ***spot***, ***briefing***, ***case***, ***mobile***, ***outdoor***, pauta, passagem, sonora, roteiro, ***lettering***, extramídia, etc são termos **simples**, constituídos de um só radical. Os termos também podem ser **complexos**, isto é, "constituídos de dois ou mais radicais, aos quais se podem acrescentar outros elementos" (ISO 1087, 1990:7), conforme outros exemplos também extraídos da mesma especialidade: marketing direto, ***mobile marketing***, propaganda volante, plano americano, ***bus outdoor***, ***newsletter***, ***midiabus***, ***story-board,*** etc.

Barros (2004) indica que unidades terminológicas formadas por um único lexema são também chamadas de **termos lexemáticos** ou **termos-palavras**, e as constituídas por diversos lexemas (termos complexos) são ditas **termos**

sintagmáticos, **termos-sintagmas** ou **sintagmas terminológicos**.

Na língua de especialidade Comunicação, sobretudo no Jornalismo e na Publicidade, a produtividade discursiva expressa a criação de termos de tipo sintagmático. As unidades terminológicas que têm como lexema-base um hiperônimo (termo mais genérico) constituem o processo mais comum de formação de termos, como no conjunto de sintagmas terminológicos extraídos do *Dicionário de Comunicação*[6] (2008:464-471) que vem a seguir como amostra: *marketing, marketing* cenográfico, *marketing* cultural, *marketing* de conversão, *marketing* de estímulo, *marketing* de guerra, *marketing* de incentivo, *marketing* de nicho, *marketing* de produto, *marketing* direto, *marketing* esportivo, *marketing* político, *marketing online*, *marketing* social, etc.

Nas séries sintagmáticas contempladas no *Dicionário de Comunicação*, os sintagmas terminológicos chegam a compor-se de até quatro unidades lexemáticas, conforme em "*marketing* orientado para cliente".

Além de ser estudado pela **expressão**, o termo também pode ser estudado pelo **conteúdo**. Segundo Boutin-Quesnel (1985:26 apud Barros, 2004:106), em Terminologia, a análise conceptual é um procedimento científico que "determina as características de um conceito, de sua compreensão, de sua extensão e das relações que mantém com outros conceitos".

O conceito[7] é definido pelo *Office de la Langue Française* (2001) como uma "unidade de pensamento constituída por um conjunto de características atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos e que pode se exprimir por um termo ou por um símbolo". Esse conjunto de características que constituem um determinado conceito sobre um objeto é retomado por Biderman (2002) quando se refere às "características individuais dos objetos". O conjunto de características em um conceito aparece nas diferenciações específicas[8] de uma definição.

---

[6] No *Dicionário de Comunicação* constam cerca de 50 termos complexos dos quais foram extraídos alguns.

[7] Segundo Biderman (2002:164), o conceito é uma representação mental abstrata composta por um conjunto de traços comuns e essenciais a um grupo de entidades (objetos ou idéias) que se obtém pela subtração das características individuais dessas entidades. Pode-se afirmar também que um conceito pode ser concebido como uma representação mental da realidade, ou como uma unidade do conhecimento que faz parte de um sistema nocional estruturado.

[8] Segundo Barros (2004) a fórmula proposta pelo filósofo grego Aristóteles *gênero próximo + diferenças específicas* permite elaborar uma definição que descreve o termo entrada como uma espécie única no gênero. As definições precisam deixar clara a condição de *gênero próximo* do termo em relação a seus hipônimos (diferenciação específica). A definição terminológica distribui a carga

Conforme Barros (2004), a multidisciplinaridade da Terminologia exprime-se, entre outros aspectos, em nível dos conceitos. A autora estabelece três tipos de conceitos:

a) Conceito de um domínio: exclusivo de um domínio. Em relação a este ponto, segundo especialistas, o conceito próprio de apenas um domínio é algo já ultrapassado nos estudos da Terminologia contemporânea.

b) Conceito emprestado: conceito que pertence mais especificamente a um outro domínio, mas é igualmente utilizado pelo domínio em estudo. Por exemplo: ***marketing,*** que tem sua origem no domínio da economia, foi trazido para a comunicação; *iceberg,*[9] que pertence ao domínio da biologia, também foi trazido para a comunicação, especificamente para o jornalismo. O conceito emprestado mantém uma zona de intersecção semântica com o conceito de origem.

c) Conceito que ultrapassa o domínio: conceito utilizado por vários domínios sem pertencer particularmente a um único. Os exemplos são: roteirizar, ícone, etc.

As características do termo também devem ser descritas em uma análise terminológica. Conforme Barros (2004), a identificação, a distinção e a descrição dos diferentes conceitos são feitas por meio de traços de sentido, chamados em Terminologia de **características**, ou seja, são representações mentais de propriedades de um objeto. De acordo com a pesquisadora, conforme a importância das características para a configuração de um conceito, elas são essenciais ou secundárias. As primeiras dizem respeito à essência de um conceito; sem isso seria impossível uma definição. As segundas funcionam como complemento das primeiras, sem importância fundamental para a descrição do conceito.

As características de um conceito podem ainda ser classificadas em intrínsecas e extrínsecas (Felber, 1984:99 e Cabré, 1993:199). As intrínsecas remetem àquelas que são inerentes ao objeto descrito e que o identificam como classe (forma, cor, grandeza, material etc.). As extrínsecas, por sua vez, fazem

---

conceitual no enunciado definicional de modo que se identifique o termo como parte de um conjunto, ao mesmo tempo que o distingue dos outros termos pertencentes a esse mesmo conjunto. A possibilidade de elaboração de definições terminológicas que sigam o modelo *gênero próximo + diferenças específicas* é limitada. Esse modelo é funcional somente em sistemas extremamente coerentes.

[9] Iceberg: diz-se de texto, geralmente assinado, que começa na primeira página do jornal (ou de um de seus cadernos) e prossegue em página interna. (DC)

referência aos elementos externos aos objetos descritos (funcionamento, finalidade, performance, emprego, posição dentro de um conjunto, método de produção, país ou região de origem, descobridor/inventor etc.).

A pesquisa terminológica é fundamentada por parâmetros terminológicos e conceptuais. Entretanto, de acordo com Barros (2004), há outro elemento igualmente importante no estudo de uma terminologia: o contexto. Termos e conceitos são identificados, delimitados e estudados em contextos.

Conforme Barros (2004), por **contexto** compreende-se o enunciado que exprime uma ideia completa, no qual o termo estudado se encontra atualizado. Os descritores são os elementos responsáveis por revelar as características de um conceito contido em um contexto. Para exemplificar melhor isso, mostra-se aqui o termo ***briefing***, que está assim definido no *Dicionário de Comunicação*:

> 1. Instruções e diretrizes transmitidas, de forma resumida, pela chefia aos responsáveis pela execução de um determinado trabalho. 2. Diretrizes ou informações de um cliente à agência de propaganda, sobre a criação ou o desenvolvimento de determinada campanha. 3. Resumo escrito dessas diretrizes, para orientação do trabalho. (DC, 2008:81)

No enunciado extraído do *Dicionário de Comunicação*, os nomes **instruções**, **diretrizes** e **resumo** exprimem características de ***briefing***. São, portanto, descritores. Os tipos de contexto são determinados pelo número e pelo tipo dos descritores.

Barros (2004) diz que o **contexto definitório** oferece informações precisas sobre o conceito designado pelo termo estudado. Isso pode ser observado pelos descritores sublinhados[10] no exemplo: "***breakdown***, análise pormenorizada de um orçamento relacionado a serviços ou a projetos de propaganda ou de *marketing*, com a relação discriminada dos custos e dos diversos itens da programação." (DC, 2008:80).

O **contexto explicativo**, por sua vez, apresenta dados a respeito da natureza e de certos aspectos do termo, sem defini-lo claramente. Por exemplo:

[10] Os termos sublinhados foram destacados para mostrar a importância dos descritores numa definição em contexto definitório.

> **Entropia** (co): informação máxima; originalidade máxima; absoluta imprevisibilidade. [...] Para melhor compreensão do conceito de entropia aplicado à teoria da informação, tomemos o exemplo clássico de Guilbaud: se todos os caracteres formáveis com o teclado de uma máquina de escrever tiverem a mesma possibilidade de ocorrência, quantas mensagens diferentes poderiam ser produzidas em uma folha de papel? [...]" (DC, 2008:274).

No exemplo, não há uma definição precisa de **entropia**, mas o contexto oferece pistas importantes para a compreensão do conceito.

Ainda com base em Barros (2004), há o contexto associativo, que veicula descritores suficientes apenas para determinar, por meio de associações, se o termo pertence a um domínio ou a um grupo de termos que designem conceitos próximos. Por exemplo:

> **Epilinguagem** (lg): o mesmo que metalinguagem. (DC, 2008:275)

O contexto informa apenas sobre o domínio que mantém relação de sentido com o termo, proveniente da área de Linguística, não informando nada sobre a sua natureza, funções e características específicas.

Há ainda o **contexto enciclopédico**, que veicula dados de natureza extralinguística, referencial, histórica sobre o termo, sem, no entanto, defini-lo. Por exemplo:

> **Didot** (ed): criado por François-Ambroise Didot (1730-1840), que aperfeiçoou o sistema de Fournier e adotou o Cícero de 12 pontos tomando como base o "pé de rei", medida tipográfica então vigente na França. [...] (DC, 2008: 224).

Para a pesquisa terminológica, em especial na área de terminologia comunicacional, os tipos de contextos mais interessantes são o definitório e o explicativo. O contexto enciclopédico está voltado para a elaboração de dicionários enciclopédicos ou enciclopédias.

3.2 Aparato Teórico Discursivo

Para uma análise mais rigorosa do termo ***âncora***, fez-se necessário buscar, primordialmente, (i) uma teoria fundamentada na análise terminológica e (ii)

os elementos discursivos relacionados ao discurso do dicionário de especialidade e (iii) alguns princípios funcionalistas. A relação desses pontos fundamenta a análise terminológica discursiva, que será utilizada para análise da ocorrência de termos. O procedimento de análise terminológica discursiva que sustenta a Terminologia Discursiva será demonstrado na **Amostragem de Análise de Corpora**.

Os conceitos e sentidos pertinentes aos textos de um dicionário dependem da história e do recorte realizado pelo dicionarista na construção das acepções. A heterogeneidade é constitutiva do discurso e também do discurso do dicionário. Os dizeres são sempre respaldados em outros dizeres e dizeres de outros dicionários. Segundo Nunes (2006), o dicionário também é um discurso, e, como todo discurso, ele tem uma história, constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos.

O dicionário especializado contém o termo, que deve ser analisado na orientação de um discurso; nessa linha, Normand (1990:177) afirma o seguinte:

> "o termo tomado na comunicação, comporta-se como qualquer outro léxico: difusão, empréstimos, analogias intervêm e são acompanhadas de mudanças de sentido, a sinonímia e a polissemia persistem, ligadas à atividade científica ela mesma: em todos os casos observa-se um trabalho constante de reformulação."

Esse trabalho de reformulação constante que sofre o termo na língua em uso também é confirmado por Krieger (2002), quando afirma, entre outras coisas, a compreensão de que um termo é elemento da linguagem em funcionamento, dada a sua presença, sobretudo, em textos e em discursos especializados. Isso significa que as unidades lexicais terminológicas são afetadas pelos componentes que alicerçam as dimensões semiótica, pragmática e ideológica que presidem os processos comunicacionais. Sendo a definição do termo um discurso, então, os dicionários são constituídos por discursos, e estes são atravessados pela heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1992). Essa heterogeneidade atravessa também as comunicações especializadas, em especial a área de Comunicação, que não está isenta das marcas sócio-históricas que afetam a construção do conhecimento.

Uma obra especializada, como um dicionário terminológico, está respal-

dada na objetividade da comunicação. O próprio *Dicionário de Comunicação* evidencia o interesse em tornar a comunicação especializada da área objetiva e correta. Porém, a evidência e a certitude dos conceitos dos dicionários são questionadas por Nunes (2006:18), quando afirma:

> A língua, ou antes, as "sistematicidades linguísticas" (os mecanismos lexicais, sintáticos, enunciativos) são sempre remetidas à exterioridade, às condições de produção do discurso, que são fundamentalmente o contexto situacional, histórico e ideológico, compreendidos os sujeitos aí inseridos. A consequência disso é a de considerar a materialidade linguística do dicionário, questionando-se a evidência dos sentidos, das definições, das exemplificações, enfim, dos mecanismos utilizados pelas técnicas lexicográficas, e remetendo-se a suas condições históricas de aparecimento.

O excerto acima mostra que a análise dos dicionários, segundo uma visão discursiva, não deve partir de um modelo prévio de dicionário, mas procurar justamente mostrar a particularidade de cada um. Segundo Nunes (2006), a leitura crítica do dicionário não ocorre em vista do que ele deva ser de um modelo ideal, mas, sim, em vista do que ele é, da sua singularidade histórica. A compreensão de tal singularidade implica "escutar", nos dizeres dos dicionários, os silêncios, entendidos como possibilidades de significação. A neutralidade do discurso científico é somente uma ilusão, a ilusão do dizer, conseguida por meio de estratégias e do uso de certos recursos linguísticos que provocam efeitos de objetividade.

O texto dicionarístico tem uma história que foge ao controle objetivo do terminógrafo e do lexicógrafo organizador, e, muitas vezes, não coincide com o que o discurso dos prefácios estabelece. Por isso, a análise do texto dos verbetes permite ao analista explicitar os traços da posição do lexicógrafo ou do terminógrafo, questionar a evidência ou a neutralidade das definições, das exemplificações, das marcações etc., relacionando-as com o lugar que o organizador ocupa em uma formação social.

A **Análise Terminológica Discursiva** dos dicionários que aqui se apresenta respalda-se em alguns elementos discursivos: a formação discursiva, para fundamentar a análise do entrelaçamento discursivo no uso e nos dicionários localizando-os em campos e espaços discursivos, a fim de se verificar a relação

dos conceitos com a história e a memória do dizer nos dicionários; interdiscurso, para verificar o discurso no uso e no dicionário e a relação com outros discursos; os sentidos das sequências discursivas do uso e dos verbetes, para fundamentar uma análise dos deslocamentos, silenciamentos, apagamentos, ressignificações dos sentidos, nos conceitos dos dicionários; as heterogeneidades e as não coincidências do dizer, para fundamentar a análise da constituição dialógica dos conceitos e dos sentidos.

Para Foucault (1995a), a formação discursiva é um conjunto de enunciados em que ocorre certa regularidade. Dentro desses discursos, existem regras históricas, que são condições, para que dadas formações existam, ou desapareçam. Uma acepção de um dicionário de especialidade, como o *Dicionário de Comunicação*, é perpassada por formações discursivas que indicam posições sócio-históricas e ideológicas dos autores.

Segundo Foucault (1995a:78):

> No caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Maingueneau (2006) afirma que, quando se fala de discurso patronal, discurso racista, discurso do dicionário, entre outros, o termo **formação discursiva** é útil. De fato, esses discursos transpassam os gêneros, ou os tipos de discurso. Dessa forma, o autor não acredita que a noção de formação discursiva possa designar um gênero de discurso, ou um posicionamento em um campo discursivo (movimento literário, partido político,etc.). Por isso, quando se fala dentro de um campo discursivo, como a política, por exemplo, não significa que se fecha essa formação em nível de um determinado ideal partidário, somente, mas fazem parte da formação todos os discursos que permeiam a política (intradiscurso), além de relacioná-los com outros discursos, em outros campos discursivos (interdiscurso).

No discurso terminológico, a operacionalização do conceito de formação discursiva permite identificar diferenças significativas entre os discursos presentes e suas conjunturas. Por exemplo, é possível identificar duas formações dis-

cursivas concorrentes, na definição de um mesmo termo por dicionários diferentes. O termo ***marketing***, por exemplo, traz um deslocamento do discurso da Administração para o da Comunicação. A descrição das formações discursivas mostra que o saber terminológico não se expande em uma progressão linear. Ao analisar o dicionário de especialidade, o analista depara-se com repetições que sinalizam continuidades, o que se nota nas definições, que são copiadas, reiteradamente, de um dicionário a outro, de modo a reproduzir sentidos de uma formação discursiva.

Postula Maingueneau (1997), aproximando a definição de formação discursiva da de interdiscurso, que, quando se busca especificar a noção de interdiscurso, faz-se necessário recorrer a três conceitos complementares, a saber:

- universo do discurso: que compreende o conjunto de formações discursivas de todos os tipos de discurso que interagem numa dada conjuntura; em sendo esse conjunto bastante amplo, afirma o autor que ele jamais poderá ser concebido na sua globalidade; por conseguinte, a utilização da noção de universo de discurso só se presta para definir campos discursivos;

- campos discursivos: que compreende um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência em uma dada região do universo discursivo;

- espaço discursivo: que compreende a delimitação de subconjuntos(s) do campo discursivo, estabelecendo relações cruciais entre, pelo menos, duas formações discursivas.

Para exemplificar isso, é possível uma análise no campo da Política: no **universo,** todos os discursos; no **campo**, o discurso político; no **espaço**, o discurso sobre a democracia, por exemplo, com formações discursivas que defendam o direito ao voto e à liberdade de expressão política. O conjunto das formações discursivas que vão confirmar o discurso da democracia forma o interdiscurso.

Para exemplificar melhor o que foi dito até aqui, é possível tomar o campo do Discurso Comunicacional, objeto de análise deste trabalho. Ao fazer um recorte, por exemplo, para o discurso publicitário, há no espaço discursos vários e, entre eles, o discurso sobre ***marketing***, que está constituído dialogicamente por formações discursivas que confirmam, por exemplo, o consumo, a imagem, o poder, a necessidade de um produto, etc. O conjunto dessas formações

discursivas que vão validar o discurso do ***marketing*** forma o interdiscurso que perpassa os dicionários, atestando o conceito. Este possui uma memória na economia que atravessa para outras áreas, como a Administração e a Publicidade, trazendo formações discursivas muito próximas.

O conceito de **interdiscurso** está imbricado ao de **formação discursiva**. O interdiscurso é a memória do dizer, o já dito: citações, evocações, paráfrases etc. O dicionário é um espaço de memória discursiva, afinal a elaboração de um dicionário é um trabalho sobre o já dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura etc. O interdiscurso é estratificado, é compartimentado em diferentes espaços, é organizado em formações discursivas. Para Pêcheux (1988:162), o interdiscurso é um "complexo de formações discursivas", entre as quais se estabelecem relações de contradição, de aliança, de delimitação. Para a análise dos dicionários, trabalha-se num campo de formações discursivas, concorrendo em diferentes conjunturas históricas. Nesse conjunto, este artigo procura mostrar as formações discursivas em contato, as passagens de uma a outra, as regiões de fronteira e de delimitação. O termo ***marketing***, por exemplo, atualmente, tem uma acepção mais preponderante na área de Publicidade e Propaganda, porém a formação discursiva que atravessa o termo é a do comércio, o que pode ser comprovado no discurso do dicionário de especialidade, quando retoma o interdiscurso de Peter Drucker, que foi um respeitado economista: "conhecer e compreender tão bem o cliente que o produto ou serviço se torne adequado a ele e ele se venda por si mesmo". O conjunto de formações discursivas Publicidade, Economia e Comércio, principalmente, forma o interdiscurso que é retomado pelo *Dicionário de Comunicação*.

Conforme Nunes (2006:26), a compreensão do funcionamento articulado da constituição e da formulação nos dicionários é fundamental para a descrição dos efeitos de sentido que se produzem. A lexicografia e a própria terminologia, frequentemente, constituem uma prática de cópia e reformulação. "Localizar os pontos de incidência da memória no discurso, os pontos de substituição e de deslocamento de sentido é o procedimento utilizado para se explicar essa relação."

O termo do dicionário é um signo; este, segundo a concepção bakhtiniana (BAKHTIN, 1979), tem um caráter ideológico, dialético, dialógico, vivo e dinâmico, diferentemente do que preconiza o estudo estruturalista de Saussu-

re. Para Bakhtin (1979:32) um "signo não existe apenas, como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra". Para o autor o signo pode distorcer a realidade, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de vista específico. A arbitrariedade do signo não abarca o caráter fundamental da língua, ou seja, a exterioridade do objeto da linguística, que tem a presença de fatores sociais, políticos e ideológicos. O signo é dinâmico e estabelece uma interação verbal, que é constitutiva da língua, como um fenômeno social.

Quando um enunciado pertencente a uma dada formação discursiva é evocado por outra, seja em forma de um já-dito ou de um espaço do dizível, ocorre o que Maingueneau (1998:46) chama **deslocamentos,** que produzem a denegação, o apagamento e o silenciamento.

A relevância de tais conceitos para este trabalho dá-se, por exemplo, na definição de ***marketing* individual** extraído do Dicionário de Administração e Finanças, designado da seguinte forma:

> ***Marketing* individual:** modalidade de marketing que procura vender o maior número de produtos possível para cada consumidor, e que se contrapõe ao marketing de massa, que procura vender um só produto ao maior número possível de consumidores. (DAF, 2008: 287)

Apesar de o termo ***marketing* individual** ser próprio do domínio da Comunicação, ele não está contemplado no *Dicionário de Comunicação*, que lista mais de vinte denominações para ***marketing*** e apaga o termo pela interferência do interdiscurso ligado a enunciados relacionados a "comércio e vendas" e que são atravessados pelas formações discursivas da Administração. Na Comunicação, essas formações discursivas encontram certa resistência. Afinal, o publicitário, o jornalista, o comunicador, não é um vendedor.

Os discursos são espaços de apagamento, silenciamento, esquecimento e de denegação, não somente porque alguém desloca um sentido, ou porque apagou o sentido primeiro, ou porque o esqueceu, ou porque quis denegá-lo, mas, porque o discurso é constituído pelo dialogismo (BAKHTIN, 1979), e exatamente por isso é lugar para apagar, silenciar, esquecer e denegar conforme o interesse de quem o manipula.

No processo de apropriação e atribuição de sentidos, os enunciados, dependendo do contexto da enunciação em que são apropriados, podem ser des-

locados de sua significação original, e uma multiplicidade de sentidos pode vir a eles se agregar. No discurso da Comunicação, e em outros discursos, isso pode ser observado quando a um termo são atribuídos outros sentidos que extrapolam o original, o que ocorre quando se observa o uso do termo.

3.3 Aparato Teórico Funcionalista

Analisar um texto requer conhecimento da situação discursiva, dos participantes envolvidos e da estrutura em que o discurso é apresentado. Mais uma vez se fazem presentes as propostas funcionalistas que põem em causa "as funções dos meios linguísticos de expressão" (NEVES, 2010b:17) na situação e na cultura. Mais uma vez se trata de procedimentos que obtêm "a explicitação do uso de uma língua particular historicamente inserida, feita com base em reflexão sobre dados" (NEVES, 2010b:15).

A história de um termo, seja da língua de especialidade ou não, vai revelar a fluidez de sentidos que atravessa diacronicamente o uso. Neste artigo há necessidade de não se abandonar essa visão, pois, afinal, toda a pesquisa que se pretenda realizar sobre língua não poderá deixar de considerar as grandes transformações sociais, o contexto sociocultural e o momento histórico. Mais uma vez entram em conceitos básicos do Funcionalismo, assim resumidos em Neves (2006:17) como pontos centrais numa gramática funcionalista: o uso (em relação ao sistema); o significado (em relação à forma); o social (em relação ao individual).

As indicações deste artigo devem ser ressaltadas pelo que representam de consonância com as propostas funcionalistas de maior relevo, aquelas que se referem à determinação interacional, à inserção sociocultural e à implicação pragmática da língua em função (NEVES, 1997; 2006; 2010a), com especial foco na "competência comunicativa" (MARTINET, 1994, apud NEVES, 2006:16).

4 Amostragem de Análise de Corpora

Para exemplificar melhor a proposta da Análise Terminológica Discursiva Comunicacional registra-se aqui a análise do termo âncora*:*

Ficha Terminológica			
Termo: **Âncora**			
Inglês: *Anchor*			
Categorização Gramatical: S.F			
Observações Linguísticas: *Nf* [concreto]			
Ocorrência: No comercial, Dudu Nobre convida o espectador a deixar as manias de lado e, na hora de pedir a cerveja, pedir uma Cintra gelada. "Precisávamos de um embaixador que tivesse muita empatia com o target, os públicos B e C. Testamos vários nomes, e o Dudu foi unanimidade. Ele é a materialização exata do âncora que foi imaginado para esta fase da comunicação", ressalta o sócio e diretor de atendimento da Binder/FC+M, Gláucio Binder. (M&M, 28 de outubro de 2008) *O texto integral consta no Anexo TX– Termo:* Âncora			
Dicionário		ND	Amostra das Definições
DIC DE ESPECIALIDADE	(1) Dicionário de Comunicação	02	(1) Termo originalmente utilizado na televisão norte-americana para designar o jornalista (homem ou mulher) que apresenta um programa noticioso. Mais do que um simples apresentador de telejornal, o âncora redige as notícias (ou participa de sua elaboração) e as apresenta com interpretação pessoal, acrescentando informações e angulações até por intermédio de recursos não-verbais. (2) Elemento final de uma página da internet, que, se clicado, nos leva ao topo dessa mesma página.
	(2) Dicionário de Administração e Finanças	03	Anchor Tenant: Expressão em inglês que designa a principal loja de um shopping-center. Em alguns casos, o compromisso de uma "loja âncora" em se estabelecer num shopping-center é condição para que este venha a ser construído. Âncora Cambial: Instrumento de política econômica utilizado para estabilizar o valor de uma moeda fixando-se seu valor na taxa cambial. (....) Âncora Monetária: Instrumento de política monetária utilizado para estabilizar o valor de uma moeda numa conjuntura de grande elevação de preços e que consiste fundamentalmente no compromisso (legal ou não) de que as autoridades monetárias não emitirão moeda para cobrir eventuais déficits governamentais, tornando o Banco Central independente do Tesouro Nacional. (...)

DIC DE USOS DA LÍNGUA	(3) Dicionário de usos da língua inglesa "English Language Dictionary"	06	(1) – VERB The person who **anchors** a television or radio programme, especially a news programme, is the person who presents it and acts as a link between interviews and reports which come from other places or studios. (mainly AM) *Viewers saw him anchoring a five-minute summary of regional news. …a series of cassettes on the Vietnam War, anchored by Mr. Cronkite.* (2) – N-COUNT The **anchor** on a television or radio programme, especially a news programme, is the person who presents it. (mainly AM) *He worked in the news division of ABC – he was the anchor of its 15-minute evening newscast.*
	(4) Dicionário de usos do português	05	(1) Jornalista que interage com o repórter fazendo entrevistas, dando opiniões e fazendo comentários: *Coube ao SBT apostar no primeiro âncora da TV brasileira (VEJ); Eu acho ela o máximo. Lillian é a melhor âncora do telejornalismo porque passa muita credibilidade (VEJ).*
DIC GERAL DA LÍNGUA	(5) Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa <u>Datação</u> Século XIII	04	(1) TV – Profissional do jornalismo televisivo que centraliza a emissão nos noticiários, cuidando pessoalmente ou participando da elaboração do texto das informações e apresentando-as, frequentemente com comentários opinativos.

Data do Registro: 02 de dezembro de 2009

A ficha geral de comparação das definições, desenvolvida a seguir, traz os gêneros e as diferenciações específicas extraídas das definições:

Ficha Geral de Comparação das Definições						
Termo: Âncora Jornalista / Profissional do Jornalismo		Gênero		Diferenciação Específica		
		Jornalista / Profissional do Jornalismo	Âncora	Emite comentários opinativos	Apresenta programas noticiosos	Interage com o repórter
DICIONÁRIOS	DC	X	X	-	X	-
	DAF	-	X	-	-	-
	DULI	-	X	-	X	-
	DUP	X	X	X	-	X
	DHLP	X	X	X	X	-

4.1 Análise da Ocorrência

No discurso especializado do Jornal M&M, o termo âncora aparece com acepção de "apresentador", pois se refere ao cantor Dudu Nobre, âncora de um comercial de televisão. "Ele é a materialização exata do âncora que foi imaginado para esta fase da comunicação", afirma o publicitário e um dos diretores da agência de comunicação que produziu o comercial de TV. O DC traz duas acepções para o termo em contextos definitórios (Barros, 2004). A que vem a seguir é uma das acepções, de fato aquela que é a mais conhecida nos meios de comunicação:

> "termo originalmente utilizado na televisão norte-americana para designar o jornalista (homem ou mulher) que apresenta um programa noticioso. Mais do que um simples apresentador de telejornal, o âncora redige as notícias (ou participa de sua elaboração) e as apresenta com interpretação pessoal, acrescentando informações e angulações até por intermédio de recursos não-verbais". (DC, 2008:28)

Na definição do DC, o termo é utilizado para designar o jornalista e apresentador de um telejornal. O âncora apresenta notícias oferecendo interpretações pessoais. Na definição há uma incursão metalexicográfica, a partir de "Mais do que...", especificando as designações do termo. Diferentemente do DUP e do DHLP, o DC não traz na definição a característica intrínseca (Felber, 1984; Cabré, 1993) "emite opiniões pessoais", que é um diferencial dos âncoras do jornalismo. O DC traz apenas "apresenta com interpretação pessoal".

O DAF traz três definições para os termos complexos (Barros, 2004) relacionados a âncora, e em nenhuma delas há pistas para a especialidade Comunicação, como era de esperar. Tanto em ***anchor tenant***, expressão em inglês que designa a principal loja de um shopping-center, como em **âncora cambial**, instrumento de política econômica utilizado para estabilizar o valor de uma moeda fixando-se seu valor na taxa cambial, e em **âncora monetária**, instrumento de política monetária utilizado para estabilizar o valor de uma moeda numa conjuntura de grande elevação de preços, há referência histórica ao termo **âncora**

da navegação, pois os três termos trazem a acepção com definições relacionadas a uma base que se firma e serve de ponto de apoio. É o que ocorre em ***anchor tenant*** (loja principal e referência de um shopping), **âncora cambial** (instrumento de política econômica para estabilização da moeda) e **âncora monetária** (instrumento de política monetária para fixação da moeda).

O DULI traz duas entradas para o termo, a primeira para o verbo e a segunda para o nome[11], que é a que está em questão aqui. O DULI registra âncora como "pessoa que ancora um programa de televisão ou de rádio, especialmente um programa de notícias". Esse dicionário desenvolve a definição numa continuidade metalexicográfica que afirma "esse apresentador funciona como um elo entre as entrevistas e as informações que vêm de outros lugares ou estúdios." Na comparação com os outros dicionários, o DULI traz apenas a designação "apresentador de telejornal" sem se referir a "jornalista", ou a "emite opiniões", "apresenta notícias" e "interage com o repórter". Isso indica que o termo âncora pode referir-se a todos os tipos de apresentadores de programas, inclusive os apresentadores de *talk shows*, o que ocorre comumente no EUA.

O DUP traz cinco acepções, entre elas, "jornalista que interage com o repórter fazendo entrevistas, dando opiniões e fazendo comentários", o que tem o mesmo direcionamento semântico de "jornalista que emite opinião", expressão constante nos dicionários DC e DHLP. O DUP não traz a designação "apresentador de telejornais" e "redator das notícias", o que pode ser considerado um deslizamento de sentido, pois uma das características mais marcantes do âncora é a apresentação das notícias. Esse deslizamento também pode ser notado entre âncora "entrevistador" e âncora "apresentador de telejornais", o que parece não estar muito claro no DUP, que produz na definição um sentido de proximidade entre os dois. O DUP traz uma designação não contemplada pelos outros dicionários, "interage com o repórter", o que, na verdade, pode ser considerada uma imprecisão, pois nem sempre o âncora vai interagir com o repórter, ou seja, essa não é uma característica intrínseca (Felber, 1984; Cabré, 1993) do termo.

O DHLP traz a acepção "profissional do jornalismo televisivo que cen-

[11] O verbo "ancorar" também existe no português e é derivado do substantivo "âncora". Tem o mesmo valor semântico, ou seja, tornar fixo, servir de apoio, estabelecer em um lugar.

traliza a emissão nos noticiários, cuidando pessoalmente, ou participando, da elaboração do texto das informações e apresentando-as, frequentemente com comentários opinativos." Na ficha geral de comparação das acepções, o DHLP trouxe um maior número de acepções do termo em comparação com o registro dos outros dicionários, apenas não contemplando "interage com o repórter". Registra-se que o DC é que deveria dar conta do maior número de acepções, por se tratar de um dicionário especializado da área.

O uso do termo âncora na língua de especialidade, em especial a publicidade, pode ser estranho ao leitor, pois esse termo está mais relacionado ao jornalismo, principalmente ao norte-americano, para fazer referência a um "jornalista que apresenta programa noticioso", como afirma o DC. Na ocorrência do Jornal M&M, âncora refere-se a um apresentador que não é um jornalista e tão pouco apresenta um programa jornalístico, ou seja, o termo se expande na língua da Comunicação de forma a ultrapassar os limites do jornalismo. Tanto o DC, quanto o DULI, o DUP e o DHLP trazem nas acepções o termo **jornalismo**, porém, no uso, o termo extrapola para a Publicidade.

Âncora é um termo simples e possui conceito emprestado (Barros, 2004) na especialidade Comunicação, ligado a um conceito próprio da especialidade Náutica, a partir da qual se expandiu para a linguagem comum. Esse conceito, dentro da área de Comunicação, tem o estatuto de "conceito emprestado", nos termos de Barros (2004).

A definição prototípica (Kleiber, 1990; Finatto, 2001) trouxe os gêneros "jornalista" e "apresentador" em todos os dicionários analisados, exceto no DAF. As diferenciações específicas "que apresenta telejornal", "que emite comentários opinativos", "que redige notícias" e "que interage com o repórter", atreladas a cada gênero, estão dentro da categoria *função*.

4.2 Análise Terminológica Discursiva

A matriz discursiva, desenvolvida a seguir, elucida os elementos discursivos que respaldam a Análise Terminológica Discursiva:

Matriz Discursiva						
Termo: Âncora						
Sequência discursiva Jornal M&M (ocorrência)	Sequência discursiva Dicionários (ocorrência)	Efeitos de sentido das sequências	Heterogeneidade Enunciativa	Deslocamento de campo (atravessamento e deslocamento)	Formações Discursivas equivalentes (I) e não equivalentes (II)	Não coincidência do dizer
Ele é a materialização exata do âncora que foi imaginado para esta fase da comunicação.	Termo originalmente utilizado na televisão norte-americana para designar o jornalista (homem ou mulher) que apresenta um programa noticioso. (DC)	O âncora apresenta um programa jornalístico ou não. Dicionário de Comunicação: Discurso do jornalismo norte-americano	Jornal M&M: discurso em 1ª pessoa do plural; discurso do entrevistado	O discurso do Jornal M&M no qual o termo é encontrado produz efeito de deslocamento do jornalismo para a publicidade (II) Náutica e Administração	(I) Comunicação	Âncora é jornalista em um e apresentador em outro.
Âncora aplica-se a jornalista e a apresentador.						

No texto do Jornal M&M o termo âncora é deslocado de uma formação discursiva (Maingueneau, 2002) ligada ao Jornalismo para outra ligada à Publicidade e Propaganda, na Comunicação. Esse deslocamento produz no discurso especializado outra acepção para o termo, a de "apresentador de comercial televisivo".

A heterogeneidade discursiva (Authier-Revuz, 1982) das definições do termo advém da própria origem do termo no discurso náutico. Essa heterogeneidade perpassou os discursos iniciais e é constitutiva dos discursos na Comunicação. E nessa área atravessa o Jornalismo, deslocando-se para a Publicidade numa fluidez de sentidos que pode não ser percebida nem mesmo pelos especialistas da área.

Existe uma não coincidência (Authier-Revuz, 1998) entre o termo âncora e aquilo a que ele se refere, no caso do discurso especializado, um cantor que protagoniza um comercial televisivo. Isso mostra a fluidez de sentidos que é constitutiva dos discursos, inclusive do discurso terminográfico, e que atravessa as definições e o uso dos termos na língua de especialidade.

5 Conclusão

A Terminologia e a Análise do Discurso caminham juntas. Ambas as disciplinas encontram-se inter-relacionadas, uma vez que a Comunicação é uma área de especialidade que abastece a Terminologia com objetos linguísticos, com unidades terminológicas, num processo de alimentação/realimentação que atende às necessidades constantes de se definir novos conceitos que correspondem a novos recortes culturais.

Na Análise Terminológica Discursiva que se apresenta neste artigo, as categorias teóricas da Terminologia, da Análise do Discurso e do Funcionalismo foram retomadas. Com isso, foi preparada uma ficha terminológica, um quadro geral de comparação das definições e uma matriz discursiva, com o que foi possível realizar análises nas quais se mostrou que a evidência, a certitude e a neutralidade dos conceitos dos dicionários não existem.

O dialogismo é constitutivo do discurso, e também do discurso do dicionário. Segundo Nunes (2006), os dizeres são sempre respaldados em outros dizeres e dizeres de outros dicionários. O dicionário também é um discurso, e, como todo discurso, o dicionário tem uma história, constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos. Os termos que constituem um dicionário são perpassados por formações discursivas e interdiscursos que remetem ao espaço e campo discursivo próprios dos discursos terminológicos.

Assim como ***âncora***, outros termos da Comunicação, tais como ***marketing***, **propaganda**, ***branding***, ***briefing***, ***broadcast***, ***views***, **mídia social**, ***clipping***, ***brainstorm***, ***storyboard***, **relações públicas**, já foram analisados no G-Term Araguaia com uma base teórica fundamentada na Terminologia, na Análise do Discurso e no Funcionalismo. A maioria deles tem definição em contextos explicativos e definitórios (BARROS, 2004), alguns apresentam conceitos que

ultrapassam o domínio (BARROS, 2004), outros têm definição prototípica (FELBER, 1984; CABRÉ, 1993), com padrão definicional (BUGUENO MIRANDA; FARIAS, 2011), muitos trazem alto grau de polissemia (FELBER, 1984; CABRÉ, 1993; ALVES, 1999) e formações discursivas que se deslocam em espaços e campos discursivos diferentes (FOCAULT, 1995; MAINGUENEAU, 2006), revelando heterogeneidades e não coicidências do dizer (AUTHIER-REVUZ, 1992, 1998).

Referências

ALVES, Ieda M. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. In: BASÍLIO, M. (Org.). **Palavra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Glossário de termos neológicos da economia**. São Paulo: Humanitas, 1998a.

_____. **Neologismo** - criação lexical. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1990.

ARAÚJO, M.M. **Comunicação, língua e discurso: uma análise terminológica discursiva de um dicionário de especialidade**. 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística e Comunicação) – Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP. São Paulo. 2011. 286 p.

_____. Terminologia e Comunicação: interfaces e congruências. **Acta Científica**, Patos de Minas, n. 2, p. 87–102, 2010.

_____. **Sincronia da memória acadêmica**. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

AUBERT, F. H. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe**. In *Cadernos de terminologia*, no. 2, São Paulo, CITRAT/Humanitas Publicações, FFLCH/USP, 1996a.

_____. **Língua como estrutura e como fato histórico-social: conseqüências para a terminologia.** A constituição da normalização terminológica no Brasil. In *Cadernos de terminologia*, no. 1, São Paulo, CITRAT/ Humanitas Publicações, FFLCH/USP, 1996b, p. 11-15.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: EDUNICAMP, 1998. 200p.

_____. **Heterogeneidade(s) enunciativas**. In: Caderno de Estudos Lingüísticos. n.19. Campinas: IEL, jul./dez. 1992, p. 25-42.

BAKHTIN, M. (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. (Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira), São Paulo: Hucitec, 1979. 196p.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. Acadêmica, n. 54. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BIDERMAN, M. T. C. **Terminologia e Lexicografia**. In: Tradterm Vol 7 – Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia. São Paulo: Humanitas, 2002, p-153-181.

BUGUEÑO MIRANDA, F. **Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias**. *Alfa,* São Paulo, v.53, n.1, p.243-260, 2009.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S. **Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica.** *Alfa*, São Paulo, v.55, n.1, p. 31-61, 2011.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Iula/Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 1999, 369p.

_____. **Lexicologia y variación**: hacia um modelo integrado. In: Actas del V Simposio Iberoamericano de Terminologia: Terminologia, Ciencia y Tecnología, Ciudad de México, del 3 al 8 nov. de 1996. Paris: União Latina, 1996. p. 1-8.

_____. **La Terminología**: Teoria, Metodologia, Aplicaciones. Barcelona, Editoria Antártida/Empúries, 1993.

DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar.** Ed. by Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FELBER, H. **Manuel de terminologie.** Paris, Unesco/InfoTerm, 1984.

FINATTO, M. J. B. **Definição terminológica**. 2001. Tese de Doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2001.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 1996. 79p.

_____. **A Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 4. ed., 1995a. 277p.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Arnold, 1994 [1985].

KLEIBER, G. **La sémantique du prototype:** categories ET sens lexical. Paris: PUF, 1990.

KRIEGER, M. G. **Porque Lexicografia e Terminologia: relações textuais?** Anais do Celsul, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Trad. A. Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva & Décio Rocha. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª Ed. Campinas: Pontes, 1998.

NEVES, M. H. M (Org.). **Gramática do português Falado**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NEVES, M. H. M. **Estudo de língua e vivência de linguagem**. Temas em confronto. São Paulo: Contexto, 2010 (2010a).

_____. **Categorização e multifuncionalidade. Léxico e gramática**. Santiago: ALFAL, Revista *Linguística* número 23, 2010 (2010b). P. 59-80.

_____. A necessidade da relativização de fronteiras categoriais no estudo da linguagem. A evidência das gramaticalizações em português. In: BASTOS, N. B. (org.). **Língua Portuguesa**. São Paulo: IP-PUC-SP. No prelo.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A gramática**: história, teoria, e análise, ensino. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

_____. **A Gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NORMAND, C. In: ___ (org.). **La quadrature du sens**. Paris, PUF. 1990.

_____. **O termo: questionamentos e configurações**. TradTerm 7 Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia FFLCH – USP. São Paulo, vol. 7,

p. 111-140, 2002.

_____. **Terminologia em contexto de integração: funcionalidade e fundamentos.** Organon. Porto Alegre, IL/UFRGS, v.12, n.26, p. 19-32, 1998.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil**: Análise e História do Século XVI ao XIX. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso** – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas, Editora da Unicamp, 2. ed. 1995.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes. 1990a. 57p.

_____. **Semântica e Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RONDEAU. G. **Introduction à la terminologie**. 2ème éd., Québec, Gaëtan Morin Editeur, 1984.

Referências Terminográficas e Lexicográficas

BORBA, F. S. **Dicionário de Usos do Português Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2002.

COLLINS COBUILD, **Advanced Learner's English Dictionary**. 5. ed. Glasgow: HarperCollinsPublishers, 2006.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. G. **Dicionário de Comunicação.** 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

SANDRONI, P. **Dicionário de Administração e Finanças**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

Considerações sobre a variável "apresentação formal" na caracterização de Marcadores Discursivos da Gramática Textual-interativa

Eduardo Penhavel[1]
Alessandra Regina Guerra[2]

RESUMO: Na Gramática Textual-interativa, os Marcadores Discursivos (MDs) são definidos mediante a combinação de traços linguísticos referentes a um conjunto de diferentes parâmetros de análise. Um desses parâmetros consiste na "apresentação formal" das expressões linguísticas, o que inclui os traços "forma única" e "forma variante". Neste trabalho, esboçamos duas considerações particulares sobre esse parâmetro. Procuramos mostrar que o parâmetro em questão não apresenta relevância definicional, de modo que poderia/deveria ser excluído da definição de MDs. Além disso, focalizamos a natureza de alguns MDs analisados como constituindo formas variáveis e discutimos em que medida tais itens poderiam, de fato, ser assim considerados.

Palavras-chave: Marcadores Discursivos; Partículas Discursivas; Coesão Textual.

1 Considerações iniciais

Na Gramática Textual-interativa (JUBRAN & KOCH, 2006; JUBRAN, 2007), os Marcadores Discursivos (MDs, daqui em diante) são definidos mediante a combinação de traços linguísticos referentes a um conjunto de dez parâmetros de análise (ou dez variáveis de análise). Um desses parâmetros consiste na "apresentação formal" das expressões linguísticas, parâmetro que inclui os traços "forma única" e "forma variante". No presente trabalho, esboçamos

---

[1] Eduardo Penhavel: Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e atualmente professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Tem experiência nas áreas de Linguística Textual e Gramática Discursivo-Funcional, atuando principalmente nos seguintes temas: Articulação Tópica, Marcadores Discursivos, Atos Discursivos.

[2] Alessandra Regina Guerra: Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e atualmente professora substituta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atua nas áreas de Linguística Textual e Gramática Discursivo-Funcional, dedicando-se, principalmente, ao estudo de Marcadores Discursivos e Atos Discursivos Interativos.

duas considerações específicas sobre esse parâmetro, com o objetivo de oferecer contribuições no sentido de tornar mais precisa e coerente a definição de MDs da Gramática Textual-interativa. Trata-se de duas observações bastante particulares e pontuais, mas que têm implicações significativas para a caracterização de MDs.

Especificamente, na seção 2 a seguir, procuramos mostrar que o parâmetro em pauta não apresenta relevância definicional, não interferindo para que uma expressão linguística seja ou não um MD, nem tampouco afetando o grau de prototipicidade de um MD, de modo que tal parâmetro poderia, e até mesmo deveria, ser excluído da definição de MDs. Além disso, na seção 3, abordamos a natureza de alguns MDs analisados como constituindo formas variáveis e discutimos em que medida tais itens poderiam realmente ser assim considerados. Na seção 4, apresentamos as considerações finais.

2 A variável "apresentação formal" e a definição de MDs

Penhavel (2010) observa que, no atual cenário dos estudos linguísticos, podem ser distinguidos três tipos gerais de abordagens de MDs com base na natureza das expressões linguísticas analisadas como tal. O primeiro tipo compreende abordagens que tomam como MDs expressões integradas a um enunciado matriz, que têm função de conexão e que se referem a um aspecto desse enunciado. Aí se incluem, por exemplo, trabalhos como o de Fraser (2006). O exemplo em (1) abaixo (FRASER, 2006, p. 190) ilustra um item considerado como MD por uma abordagem desse tipo.

(1) Donna left late. *However*, she arrived on time.
[Donna saiu tarde. Porém, chegou a tempo.]

A segunda modalidade de abordagem compreende aquelas que analisam como MDs expressões constituindo um enunciado independente, com função de gerenciamento da conversação e que se referem a planos de referência. Um representante típico dessa modalidade é o trabalho de Fischer (2006). O item destacado no exemplo em (2) (FISCHER, 2006, p. 434) representa um MD para uma abordagem dessa modalidade.

(2) *okay* Danny, now that this meeting's over, we need to schedule another one so we continue, to get our work done on this project, (...)
[okay Danny, agora que essa reunião terminou, nós precisamos agendar outra e assim continuamos, para terminar nosso trabalho nesse projeto (...)]

Finalmente, o terceiro tipo de abordagem abarca aquelas que consideram como MDs expressões dos dois tipos anteriores. Essa modalidade inclui, por exemplo, a abordagem de Schiffrin (1987) e, então, a abordagem da Gramática Textual-interativa, objeto de análise deste trabalho.

A Gramática Textual-interativa (JUBRAN & KOCH, 2006; JUBRAN, 2007), uma vertente da Linguística Textual, constitui um quadro teórico-metodológico que assume o texto como objeto de estudo, focalizando, em particular, os chamados "processos de construção textual". Trata-se, essencialmente, dos processos de Organização Tópica, Referenciação, Parentetização, Parafraseamento, Correção e Repetição. Nesse contexto, os MDs são definidos como uma classe formada por certas expressões linguísticas que atuam na articulação e no gerenciamento dos processos de construção textual, sendo distinguidos dois tipos principais de MDs, os basicamente sequenciadores e os basicamente interacionais (razão pela qual essa abordagem pode ser incluída no terceiro tipo de abordagem de MDs acima distinguido).

Especificamente, Risso, Silva & Urbano (2006) definem os MDs como uma classe gradiente, isto é, uma classe em que são distinguidos elementos prototípicos e elementos não-prototípicos. Nesse sentido, como mencionado acima, os MDs são definidos mediante a combinação de traços referentes a dez parâmetros de análise, ou variáveis:

(i) Variável: articulação de segmentos do discurso:
Traços: sequenciador tópico; sequenciador frasal; não-sequenciador;

(ii) Variável: orientação da interação:
Traços: basicamente orientador; secundariamente orientador; fragilmente orientador;

(iii) Variável: relação sintática com a estrutura oracional:
Traços: sintaticamente independente; sintaticamente dependente;

(iv) Variável: relação com o conteúdo proposicional:
Traços: exterior ao conteúdo; não-exterior ao conteúdo; não se aplica;

(v) Variável: autonomia comunicativa:
Traços: comunicativamente autônomo; comunicativamente não-autônomo;

(vi) Variável: demarcação prosódica:
Traços: com pauta demarcativa; sem pauta demarcativa;

(vii) Variável: padrão de recorrência:
Traços: baixa frequência; média frequência; alta frequência;

(viii) Variável: transparência semântica:
Traços: totalmente transparente; parcialmente transparente; opaco; não se aplica;

(ix) Variável: massa fônica:
Traços: até três sílabas tônicas; além de três sílabas tônicas;

(x) Variável: apresentação formal:
Traços: forma única, forma variante.

Com base nessas variáveis e nesses traços, MDs prototípicos são definidos como expressões que manifestam qualquer um dentre seis padrões específicos de combinação de traços, enquanto MDs não-prototípicos são definidos como expressões que manifestam qualquer um desses padrões com algum desvio, que, de modo geral, não ultrapassa dois traços. Os seis padrões caracterizadores de MDs prototípicos são os seguintes (em negrito são destacados os traços que diferem os padrões entre si):

Padrão a:

- **não-sequenciador + basicamente orientador**;
- sintaticamente independente;
- exterior ao conteúdo;
- comunicativamente não-autônomo;
- com pauta demarcativa;
- alta frequência;
- parcialmente transparente;
- até três sílabas tônicas;
- **forma variante**.

Padrão b:

- **não-sequenciador + basicamente orientador**;
- sintaticamente independente;
- exterior ao conteúdo;
- comunicativamente não-autônomo;
- com pauta demarcativa;
- alta frequência;
- parcialmente transparente;
- até três sílabas tônicas;
- **forma única**.

Padrão c:

- **sequenciador tópico + secundariamente orientador**;
- sintaticamente independente;
- exterior ao conteúdo;
- comunicativamente não-autônomo;
- com pauta demarcativa;
- alta frequência;
- parcialmente transparente;
- até três sílabas tônicas;
- **forma única**.

Padrão d:

- **sequenciador tópico + secundariamente orientador**;
- sintaticamente independente;
- exterior ao conteúdo;
- comunicativamente não-autônomo;
- com pauta demarcativa;
- alta frequência;
- parcialmente transparente;
- até três sílabas tônicas;
- **forma variante**.

Padrão e:

- **sequenciador tópico + fragilmente orientador**;
- sintaticamente independente;
- exterior ao conteúdo;
- comunicativamente não-autônomo;
- com pauta demarcativa;
- alta frequência;
- parcialmente transparente;
- até três sílabas tônicas;
- **forma variante**.

Padrão f:

- **sequenciador tópico + fragilmente orientador**;
- sintaticamente independente;
- exterior ao conteúdo;
- comunicativamente não-autônomo;
- com pauta demarcativa;
- alta frequência;
- parcialmente transparente;
- até três sílabas tônicas;
- **forma única**.

O foco da nossa discussão incide sobre a variável "apresentação formal" e sobre seus traços "forma variante" e "forma única". A título de esclarecimento, o primeiro traço seria manifestado, por exemplo, por expressões como *quer dizer* (que poderia ocorrer na forma *quer dizer que*) e *eu acho que* (passível de ser usada como *acho que*, *eu acho* ou *acho*). Já o traço "forma única" é o que se verifica no caso de itens como *agora*, *então, sabe?*, que, no papel de MDs, sempre ocorrem com essas configurações formais.

Como já dissemos, as seis combinações de traços acima constituem os padrões que definem MDs prototípicos. Observe-se que a única diferença entre o padrão "a" e o padrão "b" é que o primeiro inclui o traço "forma variável", enquanto o segundo contém o traço "forma única". No entanto, mesmo assim, ambos os padrões definem, igualmente, MDs prototípicos. Portanto, pode-se concluir, claramente, que os traços "forma única" e "forma variante" são irrelevantes para a caracterização de uma expressão como MD prototípico. Se uma expressão linguística apresentar todos os traços comuns aos padrões "a" e "b", ela será um MD prototípico independentemente de ser uma forma variante ou uma forma única – se apresentar forma variante, será MD prototípico por encaixar-se no padrão "a" e, se for uma forma única, será igualmente um MD prototípico por encaixar-se no padrão "b". E exatamente a mesma situação verifica-se na comparação entre o padrão "c" e o padrão "d" e entre os padrões "e" e "f".

A variável "apresentação formal" é igualmente nula em termos definicionais também no caso de MDs não-prototípicos. Se uma expressão linguística apresentar qualquer um dos padrões de "a" a "f" e desviar, por exemplo, na variável referente à "relação sintática com a estrutura oracional" apresentando o traço "sintaticamente dependente", tal expressão será um MD não-prototípico – veja-se que nenhum dos padrões inclui esse traço. Porém, se esse MD não-prototípico for uma forma variável ou uma forma única, isso não fará dele nem mais nem menos prototípico, apenas mudará o padrão do qual ele desvia.

Por essa razão, entendemos que a variável "apresentação formal" e seus respectivos traços poderiam, e deveriam, ser excluídos do conjunto de variáveis e traços definidores de MDs. Essa redução tornaria a definição de MDs da Gramática Textual-interativa mais coerente e mais simples (sem, contudo, comprometer seu alcance na identificação dos MDs de uma língua). Assim, os

seis padrões apresentados acima, propostos por Risso, Silva & Urbano (1996) como definidores de MDs prototípicos (e, por extensão, definidores também dos MDs não-prototípicos), poderiam ser reduzidos a apenas três padrões: os padrões "a" e "b" seriam reduzidos a um mesmo padrão, os padrões "c" e "d" seriam reduzidos a apenas um, e, da mesma forma, os padrões "e" e "f" seriam fundidos em um único padrão.

A diferença entre esses três padrões ficaria restrita à combinação dos traços das duas primeiras variáveis (destacadas em negrito nos padrões acima). Assim, o primeiro padrão apresentaria a combinação [não-sequenciador + basicamente orientador], o segundo padrão teria a combinação [sequenciador tópico + secundariamente orientador], e o terceiro padrão seria particularizado pela combinação [sequenciador tópico + fragilmente orientador]. Todos os demais traços desses três padrões seriam exatamente os mesmos.

3 Os traços "forma única" e "forma variante" como propriedades não-definicionais

Como argumentamos na seção anterior, os traços "forma única" e "forma variante", conforme usados na Gramática Textual-interativa, não têm relevância definicional, não interferindo no fato de uma expressão ser ou não um MD, nem afetando o grau de prototipicidade de um MD. No entanto, isso não significa, obviamente, que não existam MDs constituídos por expressões com forma única e MDs com forma variável, nem que isso não seja uma característica relevante a ser analisada quando os MDs são estudados. Trata-se apenas de propriedades não-definicionais, mas que podem ser relevantes dependendo do que se esteja analisando.

A existência de propriedades definicionais e não-definicionais verifica-se nas definições de MDs de outras abordagens igualmente (assim como, provavelmente, na definição de qualquer tipo de categoria). Fraser (2006), por exemplo, destaca como uma propriedade definidora dos MDs, no sentido de uma propriedade essencial, o fato de que eles devem, necessariamente, marcar uma relação entre dois segmentos do discurso. Porém, cada um desses segmentos pode ser formado por uma única oração ou por grupos de orações, fato considerado como uma propriedade não-definicional. Similarmente, para o autor, é

definicional o fato de que um MD tem de ser uma expressão que, quando ocorre no início de um segmento, marca determinada relação semântica; contudo, certos MDs apresentam a propriedade (não-definicional) de poderem ocorrer também em posições medial e final.

Assim, nesta seção, apresentamos algumas breves considerações sobre os traços "forma única" e "forma variante", tendo em vista, então, a análise desses traços como propriedades não-definicionais dos MDs.

Com efeito, vários MDs podem ser analisados como apresentando o traço "forma variante", o que é o caso de itens como *quer dizer* (*quer dizer que*), *eu acho que* (*acho que*, *acho*, *eu acho*), *a gente vê que* (*a gente vê*) etc., como ilustrado no exemplo abaixo em (3).

(3) bom... **eu acho que::** éh:: nós somos um país rico aí em petróleo... e:: várias aí:: refinari::as **eu acho que** a gente:: é um país muito rico... e:: ter que:: e:: a/ Acho que:: o dólar sobe... o:: sobe o combustível **eu acho que** a gente não tem nada... éh:: (problema) do dólar é claro que hoje o dólar é u::m... é u::ma moeda forte aí que ma::nda tudo apesar não é a nossa moeda... mas éh:: tudo um... subi::u a:: bo::lsa do/ de Nova Io::rque quebrou não sei o que... éh:: a taxa de:: éh:: éh um monte de:: de fatores aí que só/ éh que reflete tudo na nossa economia... então... **eu acho que::** sei lá... teria que ter alguma fó::rmula de:: porque:: **acho que** é muito dinhe::iro envolvido nós somos um país muito ri::co em petróleo e ter que:: compra::r petróleo de outros paí::ses aí acaba:: encadeando assim no no bolso do brasileiro... então **eu acho que** a gente tinha que:: sei lá fazer uma forma aí um prote::sto... (IBORUNA: AC-077; RO: L.203--213)[3]

Por outro lado, há outros tipos de MDs que também são analisados como formas variáveis, em relação aos quais, no entanto, convém salientar certos pontos importantes. Trata-se de alguns tipos de MDs que, na verdade, não poderiam ser entendidos como formas variantes, ou que poderiam sim ser tomados como tal, porém, tendo-se em vista a ressalva de que não se trata de formas

[3] Exemplos extraídos do Banco de Dados IBORUNA (disponível em www.iboruna.ibilce.unesp.br)

variantes no sentido de formas alternativas resultantes de diferentes construções morfossintáticas efetuadas pelos falantes. Risso, Silva e Urbano (2006) chegam a mencionar esse ponto, porém cabe destacá-lo um pouco mais detalhadamente.

Essa questão pode ser verificada, por exemplo, com os chamados "MDs basicamente interacionais", que incluem itens como os listados em (4) abaixo.

(4) *não é?/num é?/né?; entende?/entendeu?; certo?/tá certo?; olha/olhe; veja/veja bem* etc.

A nosso ver, MDs desses tipos, devido a sua natureza interativa, não-informacional, constituem formas cristalizadas, que não são resultantes de formulações morfossintáticas dos falantes. Considere-se, aqui, por exemplo, os MDs basicamente interacionais que têm a função de busca de aprovação discursiva (cf. URBANO, 2006), também chamada de Checagem. Trata-se de expressões como *não é?/num é?/né?, entende?/entendeu?*, *sabe?*, *tá?* etc.

A função de Checagem verifica-se quando o falante "pergunta" ao ouvinte se este está entendendo determinado segmento do discurso antecedente, porém pressupondo esse entendimento, de modo que ele (falante) fique autorizado diante do ouvinte a dar prosseguimento ao discurso. O aspecto central caracterizador da função de Checagem é que se trata de uma pergunta retórica, no sentido de que prevê não ser respondida pelo ouvinte e de que não se refere ao conteúdo do texto, mas à relação de interação.

Nos exemplos em (5) e (6) abaixo, as expressões destacadas têm o papel de Checagem.

(5) Doc.: e como que cê conheceu ela?
Inf.: ah num:: barzinho numa boate *né?* nos conhecemo(s) com o tempo peguei o telefone dela a gente::... começamo(s) a entrá(r) em contato de um tempo... pra lá a gente começô(u) a saí(r) freqüentemente... (IBORUNA: AC-029; NE: L.14-17).

(6) Inf.: nós nos conhecemos na igre::ja ((risos)) num/ numa reunião de igreja que a gente ia tal... conhecemos começamo(s) a namorá(r) namorá(r)… e *sabe?* foi ficando aquele negócio for::te aquela coisa...

for::te forte forte e eu muito obs/ obcecada por ele nossa eu era mui::to *sabe?*... muito obcecada por ele MESmo... e ele aquela pessoa::... ele é muito... [1][farren::to *sabe?*] [1][Doc.: ((risos))] ele gosta muito de saí::(r) e tal (IBORUNA: AC-022; NE: L.7-12).

Em (5), é bastante evidente a natureza retórica do item "né?". Em primeiro lugar, o Informante enuncia o item e não cede o turno para uma resposta do Documentador. Além disso, pelo contexto, é possível perceber que o item não se refere ao conteúdo do texto. A expressão "né?" escopa o segmento "num:: barzinho numa boate", produzido pelo Informante como resposta a uma pergunta do Documentador sobre como o Informante teria conhecido uma terceira pessoa. Como se trata de uma informação requerida pelo Documentador e fornecida pelo Informante, parece muito pouco provável que este estivesse usando o item "né?" para perguntar àquele sobre a veracidade da informação fornecida, porque aquele participante não teria esse conhecimento; ao contrário, tal informação seria justamente o que o Documentador estaria solicitando. A nosso ver, o Informante usa a expressão "né?" para "perguntar" (pressupondo posicionamento afirmativo e ausência de resposta) se o Documentador entenderia (ou poderia imaginar) a situação de alguém conhecer outra pessoa em um bar/boate, de modo que ele (Informante) possa dar prosseguimento a seu discurso.

Similarmente, em (6), o Informante usa a expressão "sabe?" sem ceder, em seguida, o turno ao interlocutor (no caso, o Documentador), o qual, por sua vez, também não manifesta tentativa de tomada de turno, demonstrando ter interpretado a expressão do Informante não como uma pergunta a ser respondida. Na sua terceira ocorrência, por exemplo, a função de "sabe?" não seria perguntar ao Documentador se este sabe que o indivíduo descrito pelo Informante é "farrento", mas seria "perguntar" se o Documentador entende o que seria um indivíduo "farrento", de modo que ele (Informante) possa prosseguir seu discurso, com a garantia de que seu interlocutor o esteja acompanhando. Ou seja, não se trata de pergunta sobre conteúdo, mas sobre a dinâmica da interação verbal.

Note-se que toda expressão de Checagem apresenta uma construção formalmente idêntica que atua como enunciado interrogativo propriamente, com função não-retórica. Por exemplo, "entendeu?" pode constituir um enuncia-

do interrogativo formado apenas pelo verbo "entender" flexionado na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, sendo usado, de fato, para questionar o ouvinte sobre seu entendimento do conteúdo precedente; "tá certo?" pode ser uma pergunta sobre a correção de uma informação anterior; a forma "né?" pode focalizar realmente a veracidade do conteúdo anterior.

No caso de enunciados propriamente interrogativos, trata-se, naturalmente, de construções resultantes dos processos comuns de formação de atos interrogativos e sujeitas às possibilidades de modificação normais desses atos. No exemplo hipotético em (7) abaixo, todas as construções destacadas poderiam atuar como enunciados propriamente interrogativos, como formas de questionar a correção da informação precedente.

(7) O Brasil é um país rico, *tá certo? / tá certo isso? / estaria certo isso? / tá totalmente certo isso?*

Já as expressões de Checagem são expressões cristalizadas, que não são resultantes de uma construção morfossintática do falante e não estão sujeitas a qualquer tipo de modificação. São expressões já prontas que os falantes selecionam diretamente do léxico da língua. Em (7), apenas a forma "tá certo?" seria passível de interpretação como ato de Checagem. Uma forma como "viu?", por exemplo, pode atuar como ato de Checagem, mas o mesmo não poderia ocorrer com construções como "via?", "vimos?", "tu viste?", "viu bem?" etc.

Dessa forma, em termos gramaticais, entendemos que as expressões de Checagem são sempre interjeições, no sentido de serem expressões necessariamente cristalizadas, idiomáticas. Essa parece a análise mais pertinente, tendo em vista que a implementação de qualquer tipo de arranjo morfossintático na estrutura interna dessas expressões ou o acréscimo de qualquer tipo de modificador sobre elas seriam procedimentos que afetariam seu estatuto de pergunta retórica e, portanto, seu estatuto de ato "meramente" de Checagem.

É nesse sentido que consideramos que todo MD de Checagem (assim como todo MD basicamente interacional) deveria ser analisado sempre como uma "forma única", ou, caso algum MD desse tipo seja analisado como "forma variante", deveria ser assim pensado sem perder-se de vista sua natureza essencialmente formulaica.

4 Considerações finais

Neste trabalho, procuramos esboçar duas considerações pontuais a respeito de um dos parâmetros definidores de MDs na Gramática Textual-interativa. Trata-se de duas questões bastante específicas, e aqui abordadas de forma sintética, mas que, parece-nos, têm implicações significativas para a caracterização de MDs da Gramática Textual-interativa, principalmente no que diz respeito à proposta de exclusão da variável "apresentação formal" da definição de MDs e à redução do número de padrões caracterizadores de MDs.

Dentre as diversas abordagens de MDs existentes atualmente, a abordagem da Gramática Textual-interativa destaca-se como uma das poucas que chegam a apresentar uma definição exaustivamente abrangente de MDs, no sentido de uma definição que procura delimitar todas as expressões linguísticas pertencentes a essa classe, sendo, inclusive, uma abordagem que permite identificar MDs prototípicos e MDs não-prototípicos de diferentes graus. Nosso objetivo é que a presente discussão possa contribuir no sentido de tornar cada vez mais coerente e precisa essa abordagem de MDs, ajudando, assim, a esclarecer um pouco mais o funcionamento desse conjunto tão complexo e diversificado de elementos linguísticos.

Referências

FISCHER, K. Towards an understanding of the spectrum of approaches to discourse particles: introduction to the volume. In: _____. (Ed.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p.1-20.

FRASER, B. Towards a theory of Discourse Markers. In: FISCHER, K. (Ed.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p.189-204.

JUBRAN, C. C. A. S. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007, p.313-327.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil* – v.I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

MARTELOTTA, M. E.; ALCÂNTARA, F. Discursivização na partícula *né?*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil:* uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996, p. 277-291.

PENHAVEL, E. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 2010. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil* – v.I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p.403-425.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil* – v.I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p.49-527.

Composer
GRÁFICA E EDITORA

Diagramação
Impressão
Acabamento

Av. Segismundo Pereira, 145
B. Sta. Mônica - Uberlândia - MG
Fone: (34) 3236-8611
www.composer.com.br

(34) 3818-2300

www.FACULDADEPATOSDEMINAS.com